

ISSN 1983-9391

Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 6, N° 1, Janeiro / Abril 2013



Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 06, Número 01, janeiro/abril de 2013

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. Zysman Neiman

Editores:

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editor Executivo

Prof. Esp. Carlos Eduardo Silva

Editoras de Idiomas

Malila Carvalho de Almeida Prado

Editor de Design (Capa e layout do site)

Lucas Neiman

Fotos

Zysman Neiman

Website: www.sbecotur.org.br/rbecotur

End.: Rua Dona Ana, 138, Vila Mariana,
São Paulo, SP - Brasil, CEP 04111-070

Tel.: (11) 9195-7685

E-mail: rbecotur@sbecotur.org.br

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Profa. Dra. Alcyane Marinho

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto

Profa. Dra. Aline Vieira de Carvalho

Profa. Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini

Profa. Dra. Ana Maria Wegmann Saquel

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez

Profa. Dra. Andréa Rabinovici

Profa. Dra. Beatriz Veroneze Stigliano

Prof. Drando. Bruno Pereira Bedim

Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues

Profa. Dra. Célia Maria de Toledo Serrano

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Profa. Dra. Denise de Castro Pereira

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Profa. Dra. Elizabete Tamanini

Profa. Dra. Fernanda Sola

Prof. Dr. Ferdinando Filetto

Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra

Arq. Hector Ceballos-Lascurain

Prof. Dr. Hermann Atila Hrdlicka

Profa. Dra. Heloisa Turini Bruhns

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo

Prof. Dr. Ismar Borges de Lima

Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Prof. Dr. Jesús Manuel López Bonilla

Profa. Dra. Jasmine Cardoso Moreira

Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel

Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes

Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara

Prof. Dr. José Martins da Silva Júnior

Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio

Profa. Dra. Lilia dos Santos Seabra

Prof. Dr. Lucio Flavo Marini Adorno

Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Profa. Dra. Maria Cristina Basilio Crispim da Silva

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares

Profa. Dra. Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima

Profa. Dra. Marília Cunha Lignon

Prof. Dr. Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas

Profa. Dra. Marlene Huebes Novais

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Profa. Dra. Nadja Castilho da Costa

Profa. Dra. Odaleia Telles M. Machado Queiroz

Prof. Dr. Paolo Giuntarelli

Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan

Prof. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Prof. Dr. Zysman Neiman

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
EDITORIAL	7
ARTIGOS	
Viagens turísticas como experiências de fronteiras.....	13
Fabiana Andrade Bernardes Almeida	
<i>Turistic travels as experience of border</i>	13
Fabiana Andrade Bernardes Almeida	
Entre novas matizes e permanências: a emergência do turismo e os simbolismos do Morro da Conceição.....	29
Paulo Maurício Rangel Gonçalves	
<i>Among new nuances and permanences: the emergence of tourism and the symbolism of the Morro da Conceição (RJ, Brazil)</i>	29
Paulo Maurício Rangel Gonçalves	
As novas formas urbanas: estudos do movimento na definição das urbes da região da Serra Gaúcha (RS).....	41
Pedro de Alcântara Bittencout César, Eurico de Oliveira Santos	
<i>The New Urban Forms: Studies of Urban movements and its impact on Urbes Definition in the Serra Gaúcha (RS, Brazil)</i>	41
Pedro de Alcântara Bittencout César, Eurico de Oliveira Santos	
O turismo, a reinvenção e a espetacularização na Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás (GO).....	53
Luana Nunes Martins de Lima	
<i>The tourism, the reinvention and transformation in spectacle in the Procession of Fogaréu of Cidade de Goiás (GO, Brazil)</i>	53
Luana Nunes Martins de Lima	
A conquista da metrópole profana: uma análise da territorialidade religiosa como instrumento da patrimonialização imaterial em Fortaleza (CE).....	65
Luiz Raphael Teixeira da Silva, Christian Dennys Monteiro de Oliveira	
<i>The conquest of the metropolis profane: an analysis of religious territoriality as an instrument of immaterial patrimonialization in Fortaleza (CE, Brazil)</i>	65
Luiz Raphael Teixeira da Silva, Christian Dennys Monteiro de Oliveira	
As relações sociais e simbólicas do sistema de viagem, turismo e lazer das periferias do Recife (PE) .	81
Rosana Eduardo da Silva Leal	
<i>Social relations and symbolic system of travel, tourism and leisure on the outskirts of Recife (PE, Brazil)</i>	81
Rosana Eduardo da Silva Leal	
Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC).....	93
Thaise Costa Guzzatti, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano	
<i>Community-based tourism in rural areas: the case of the Associação de Agroturismo Acolhida in Colônia (SC, Brazil)</i>	93
Thaise Costa Guzzatti, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano	

Indicadores para a identidade do turismo de base comunitária no território da Serra do Brigadeiro (MG).....	107
Werter Valentim Moraes, Guido Assunção Ribeiro	
<i>Indicators for the identity of the community-based tourism on Serra do Brigadeiro territory (MG, Brazil).....</i>	<i>107</i>
Werter Valentim Moraes, Guido Assunção Ribeiro	
Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE).....	123
Rafael Ângelo Fortunato, Lucas Siqueira Silva	
<i>The conflicts regarding community-based tourism in Prainha do Canto Verde (CE, Brazil).....</i>	<i>123</i>
Rafael Ângelo Fortunato, Lucas Siqueira Silva	
Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território.....	139
Taís da Silva Garcia, Adriano Severo Figueiró, Simone Marafiga Degrandi	
<i>Possibilities for a community-based tourism in Camaquã River Basin (RS, Brazil): a dialogue with development based on territory.....</i>	<i>139</i>
Taís da Silva Garcia, Adriano Severo Figueiró, Simone Marafiga Degrandi	
A atuação das Organizações Não-Governamentais ambientalistas no turismo em ilhas: o caso de Fernando de Noronha (PE).....	153
Deborah da Cunha Estima, Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins, Andrea Rabinovici, Maria da Anunciação Mateus Ventura	
<i>The performance of environmental Non-Governmental Organizations on island tourism: the case of Fernando de Noronha (PE, Brazil).....</i>	<i>153</i>
Deborah da Cunha Estima, Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins, Andrea Rabinovici, Maria da Anunciação Mateus Ventura	
Educação Ambiental na visão ecoturística: turismo e desenvolvimento local no município de Rio das Ostras (RJ).....	171
Bruna Cirino Carvalho, Vivian Castilho da Costa	
<i>Environmental Education in the ecotouristic vision: tourism and local development in municipality of Rio das Ostras (RJ, Brazil).....</i>	<i>171</i>
Bruna Cirino Carvalho, Vivian Castilho da Costa	
Educação Ambiental e Ecoturismo: uma proposta para Nova Iguaçu (RJ).....	191
Marcia Luiza Figueiredo Machado, Nadja Maria Castilho da Costa	
<i>Environmental Education and Ecotourism: a proposal for Nova Iguaçu (RJ).....</i>	<i>191</i>
Marcia Luiza Figueiredo Machado, Nadja Maria Castilho da Costa	
Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da Reserva São Marcos (RR).....	211
Cristiane Nascimento Brandão, José Carlos Barbieri, Edgar Reyes Junior	
<i>Indigenous tourism and sustainable development: an analysis of opportunities and limitations of tourism in indigenous communities of São Marcos Reserve (RR, Brazil).....</i>	<i>211</i>
Cristiane Nascimento Brandão, José Carlos Barbieri, Edgar Reyes Junior	
Educação Ambiental como promotora de consciência ambiental na rede pública de ensino de Ouro Preto (MG).....	233
Simone Fernandes Machado, Josefa Clara Laruente Monteiro	

<i>Environmental Education as a promoter of environmental consciousness in public education of Ouro Preto (MG, Brazil)</i>	233
Simone Fernandes Machado, Josefa Clara Lafuente Monteiro	
<i>Programa de capacitação do Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica no entorno dos parques estaduais paulistas</i>	255
Érika Sayuri Koga, Caroline da Silva Oliveira, Daniela Midori Kaneshiro	
<i>Training program of the Ecotourism Project in the Atlantic Rain Forest around state parks of São Paulo (Brazil)</i>	255
Érika Sayuri Koga, Caroline da Silva Oliveira, Daniela Midori Kaneshiro	
<i>Ruralidades e ação coletiva através do turismo: construindo o desenvolvimento rural</i>	269
Mayara Roberta Martins, Marcelo Antonio Conterato	
<i>Ruralities and collective action through tourism: constructing the rural development</i>	269
Mayara Roberta Martins, Marcelo Antonio Conterato	
<i>Turismo e sustentabilidade: uma análise acerca do turismo sustentável realizado na APA de Algodual-Maiandeuá (PA)</i>	285
Celisse Maria de Oliveira Brito, Thiara Cristina Huerb de Aquino	
<i>Tourism and sustainability: an analysis about the sustainable tourism held in Environmental Protect Area Algodual-Maiandeuá (PA, Brazil)</i>	285
Celisse Maria de Oliveira Brito, Thiara Cristina Huerb de Aquino	
<i>Passivos socioambientais oriundos de empreendimentos turístico-hoteleiros e seus impactos diretos na base comunitária</i>	297
Thays Regina Rodrigues Pinho, Ana Jéssica Corrêa Santos	
<i>Social and environmental liabilities generated by the enterprises of tourist's hotels and their direct impact on the community-based</i>	297
Thays Regina Rodrigues Pinho, Ana Jéssica Corrêa Santos	
<i>Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica</i>	313
Eduardo de Ávila Coelho	
<i>Pondering on community-based tourism in protected areas through an Amazon perspective</i>	313
Eduardo de Ávila Coelho	

RESENHA

<i>Ativismo Quântico</i>	329
Marina de Lima Minari	

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

MISSÃO: Publicar artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os **eixos temáticos** desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

Prezados leitores e colaboradores.

EDITORIAL

Esta edição da RBECotur apresenta vários artigos completos de trabalhos apresentados no XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), além de contribuições inéditas de outros autores. A publicação dos artigos do ENTBL deverá prosseguir por outras edições deste volume 6 da RBECotur, pois há vários outros manuscritos em fase final de ajustes para publicação, após sugestões dos coordenadores dos GTs onde os mesmos foram apresentados.

Como a quantidade de trabalhos no prelo é significativa, os editores da SBECotur estão avaliando a possibilidade de, em 2013, publicar edição trimestrais, o que se constituiria num ensaio para a mudança definitiva da periodicidade da RBECotur. A decisão final será tomada assim que estiver definido o número total de artigos aprovados este ano. Se ocorrer a mudança, a Revista passaria a ter edições em fevereiro, maio, agosto e novembro a partir de 2014, sendo que em 2013 as edições seriam, excepcionalmente, publicadas em janeiro, maio, agosto e novembro.

Iniciando nosso sexto ano de publicações, nesta edição apresentamos 20 artigos inéditos além da já tradicional resenha ao final:

- Viagens turísticas como experiências de fronteiras, de Fabiana Andrade Bernardes Almeida;
 - Entre novas matizes e permanências: a emergência do turismo e os simbolismos do Morro da Conceição, de Paulo Maurício Rangel Gonçalves ;
 - As novas formas urbanas: estudos do movimento na definição das urbes da região da Serra Gaúcha (RS), de Pedro de Alcântara Bittencout César e Eurico de Oliveira Santos;
 - O turismo, a reinvenção e a espetacularização na Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás (GO), de Luana Nunes Martins de Lima;
 - A conquista da metrópole profana: uma análise da territorialidade religiosa como instrumento da patrimonialização imaterial em Fortaleza (CE), de Luiz Raphael Teixeira da Silva e Christian Dennys Monteiro de Oliveira;
 - As relações sociais e simbólicas do sistema de viagem, turismo e lazer das periferias do Recife (PE), de Rosana Eduardo da Silva Leal;
 - Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC), de Thaise Costa Guzzatti, Carlos Alberto Cioce Sampaio e Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano;
 - Indicadores para a identidade do turismo de base comunitária no território da Serra do Brigadeiro (MG) de Werter Valentim Moraes e Guido Assunção Ribeiro;
 - Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE), de Rafael Ângelo Fortunato e Lucas Siqueira Silva;
 - Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território de Taís da Silva Garcia, Adriano Severo Figueiró e Simone Marafiga Degrandi;
 - A atuação das Organizações Não-Governamentais ambientalistas no turismo em ilhas: o caso de Fernando de Noronha (PE) de Deborah da Cunha Estima, Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins, Andrea Rabinovici, e Maria da Anunciação Mateus Ventura;
 - Educação Ambiental na visão ecoturística: turismo e desenvolvimento local no município de Rio das Ostras (RJ), de Bruna Cirino Carvalho e Vivian Castilho da Costa;
 - Educação Ambiental e Ecoturismo: uma proposta para Nova Iguaçu (RJ), de Marcia Luiza Figueiredo Machado e Nadja Maria Castilho da Costa;
-

-
- Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da Reserva São Marcos (RR), de Cristiane Nascimento Brandão, José Carlos Barbieri e Edgar Reyes Junior;
 - Educação Ambiental como promotora de consciência ambiental na rede pública de ensino de Ouro Preto (MG) de Simone Fernandes Machado, e Josefa Clara Lafuente Monteiro;
 - Programa de capacitação do Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica no entorno dos parques estaduais paulistas, de Érika Sayuri Koga, Caroline da Silva Oliveira e Daniela Midori Kaneshiro;
 - Ruralidades e ação coletiva através do turismo: construindo o desenvolvimento rural, de Mayara Roberta Martins e Marcelo Antonio Conterato;
 - Turismo e sustentabilidade: uma análise acerca do turismo sustentável realizado na APA de Algodual-Maiandeuá (PA), de Celisse Maria de Oliveira Brito e Thiara Cristina Huerb de Aquino;
 - Passivos socioambientais oriundos de empreendimentos turístico-hoteleiros e seus impactos diretos na base comunitária, de Thays Regina Rodrigues Pinho e Ana Jéssica Corrêa Santos;
 - Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica, de Eduardo de Ávila Coelho;
 - Ativismo Quântico (Resenha), de Marina de Lima Minari.

Aproveitamos para anunciar que 2013 é ano de realização do Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) e do Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC), em suas edições IX e V, respectivamente, que acontecerão na cidade de Rio Branco (AC). Mais uma vez, será responsabilidade da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBECotur) a Coordenação Científica dos eventos, em parceria com a Secretaria de Turismo e Lazer (SETUL) do Estado do Acre e da Universidade Federal do Acre (UFAC), que estão incumbidas de executar as seguintes tarefas para viabilizar os trabalhos:

1) Fornecer infraestrutura como auditórios, salas, espaços de exposição e de convívio bem como material gráfico (cartazes, banners, crachás, pastas, certificados) necessários à realização do CONECOTUR e do EcoUC;

2) Colaborar na busca de parceiros Institucionais que possam auxiliar com recursos financeiros e humanos na execução do CONECOTUR e do EcoUC;

3) Fornecer sala de reunião, para a Diretoria da SBECotur no CONECOTUR e no EcoUC, de modo que possam coordenar os eventos durante sua realização.

4) Fornecer recursos humanos para a secretaria, apoio técnico e cerimonial, de modo a viabilizar as atividades do CONECOTUR e do EcoUC;

5) Compor o Comitê Científico do CONECOTUR e do EcoUC;

6) Realizar a análise e aprovação dos trabalhos técnicos e científicos apresentados ao CONECOTUR e ao EcoUC;

7) Redigir e publicar, na Revista Brasileira de Ecoturismo, os anais do CONECOTUR e do EcoUC;

8) Colaborar na busca de parceiros Institucionais que possam auxiliar com recursos financeiros e humanos na execução do CONECOTUR e do EcoUC; e

9) Elaborar a programação do CONECOTUR e do EcoUC de modo a garantir a máxima qualidade técnica e científica, em benefício dos seus participantes e da comunidade do Estado do Acre;

Por enquanto, a Comissão Organizadora, composta por membros de todas as Instituições envolvidas, estabeleceu o seguinte cronograma de trabalho:

- **Segunda quinzena de janeiro de 2013:** definição das normas de participação de trabalho, datas do evento, valores de taxa de inscrição e formação do Comitê Científico de Avaliação;
 - **Primeira quinzena de fevereiro de 2013:** início da elaboração do *site* do evento;
 - **Segunda quinzena de fevereiro de 2013:** definição do esboço de programação e lançamento do *site* do evento; divulgação da primeira circular sobre o evento, contendo endereço do *site*, os locais e datas de realização, normas para inscrição, prazos para envio de trabalho e esboço da programação e valores das taxas de inscrição;
 - **Primeira semana de março de 2013:** definição da linguagem para comunicação visual (elaboração de logomarca, material gráfico, certificados, crachás, etc.) e versão final do *site* do evento;
 - **Segunda quinzena de março de 2013:** Envio de convites aos palestrantes e coordenadores de Grupo de Trabalho; e divulgação da segunda circular sobre o evento, anunciando o início do envio dos trabalhos para avaliação a partir de 01 de Abril de 2013 até 31 de junho de 2013;
 - **Segunda quinzena de abril de 2013:** Envio de projetos ao CNPq e CAPES para captação de eventuais recursos;
 - **Segunda quinzena de junho de 2013:** término do prazo para envio de trabalhos;
 - **Segunda quinzena de julho de 2013:** divulgação dos trabalhos aprovados;
 - **Mês de agosto de 2013:** recebimento de propostas e definição dos minicursos a serem realizados durante o evento;
 - **Primeira semana de setembro de 2013:** Divulgação da terceira circular do evento, com a programação detalhada;
 - **Primeira semana de outubro de 2013:** Divulgação via *site*, da programação final do evento;
 - **Segunda semana de outubro de 2013:** definição da equipe de apoio para a realização do evento (secretarias, auxílio técnico, recepção, apoio, etc);
 - **De 11 a 14 de novembro de 2013:** realização do evento e publicação dos anais pela Revista Brasileira de Ecoturismo;
-

-
- **Segunda quinzena de novembro de 2013:** avaliação e apresentação de relatórios de prestação de contas.

Convidamos os pesquisadores de todo o país a participar do IX CONECTOR e do V EcoUC, e alertamos, portanto, a estarem atentos ao cronograma apresentado acima.

A todos, uma boa leitura!

Zysman Neiman
Editor Chefe

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país. A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a homenageada é o Mogno (*Swietenia macrophylla*), uma árvore da região com crescimento rápido, atingindo 4 m aos 2 anos. A sua extração clandestina é um importante fator de devastação da floresta amazônica, pois sua madeira é muito usada na produção de móveis e também de instrumentos musicais pelo seu timbre característico e ressonância sonora, notadamente guitarras, violões e em alguns tambores percussivos.



SEÇÃO
ARTIGOS

Tanka

peixe pulsando
na mão
que ao mar te devolve
ainda que você me deixe
viver nos move.

Alice Ruiz





Viagens turísticas como experiências de fronteiras

The travel as experience of border: the know tourist and spatial practices

Fabiana Andrade Bernardes Almeida

RESUMO

O que é viagem? Um ato de deslocamento pelo espaço, um movimento dos sujeitos em busca de conhecimento ou, ainda, uma prática inerente às culturas desde os seus primórdios? Além da necessidade de sobrevivência, a história registra, há tempos, a realização de expedições de descobrimento, através de antigas navegações e outras de caráter religioso, como as peregrinações. Curiosamente, essas viagens eram encomendadas ou mesmo realizadas a mando de um rei ou até mesmo do Papa. Poderíamos, nesse caso, compreendê-las como obrigatórias? Qual o papel do sujeito na realização da viagem? O que podemos pensar da natureza dos movimentos das viagens? Quais seus significados na contemporaneidade? O conhecimento científico moderno afastou o *sujeito do conhecimento* de suas próprias experiências. O enfrentamento dessa questão nos aproximaria da compreensão da natureza das viagens e do *saber turístico*. O fato de autores afirmarem que em essência não houve mudança entre os tipos de turismo, na contemporaneidade, apenas confirma a nossa suspeita: a compreensão teórica profunda depende, antes de tudo, do questionamento dos pilares epistemológicos que sustentam o turismo moderno contemporâneo, assim como suas ausências. Para, se necessário, reinventá-lo usando as lentes de outro *olhar*. No Brasil e no contexto internacional, alguns pesquisadores tem se dedicado a tarefa de renovação e, dessa forma, contribuído com novas abordagens em torno das relações humanas e sociais inerentes às viagens. Nesse sentido, um exemplo mais recente se refere ao crescimento do interesse pela questão da *experiência*. Este ensaio teórico tem como objetivo apresentar o início de uma leitura crítica e criativa do significado da experiência nas viagens turísticas e apontar o potencial de uma *epistemologia da viagem, de fronteira*, no campo de estudos do turismo, como possibilidade de *transição paradigmática*.

PALAVRAS-CHAVE: Viagens; Experiências; Fronteiras; Epistemologia.

ABSTRACT

What is travel? An action of moving through the space, a subjects movement searching knowledge or, yet, a culture-inherent practice since its earlier days? Beyond the needs of surviving, the history tells about the discovery expeditions, made by the ancient navigations and other with the religious objectives, as the pilgrimages. Curiously, the religious travels were made by requirement of a king or even the Pope. In these cases, we can understand these trips as mandatory trips? The wish of the subject is not necessary for the trip? What we think about the nature of the trip movements? What are their meanings on the contemporaneity? The modern scientific knowledge separate the subject of knowledge of his own experiences. The facing of this question nears us of the understanding about the nature of the travel and the touristic knowing. The fact of the authors claims that, in essence, did not occurs changes on the types of tourism in contemporaneity, only confirms our suspicion: the deep theoretical understanding depends, above all, on a questioning about the epistemological pillars that sustain the contemporary tourism as its absences, to, if necessary, reinvent it using the lens of other look. Both in Brazil as in the international context, some researchers are spend their times to a renovation task and, thereby, contributed with new ways of approach about the human and social relationships inherent of the travels. Accordingly, a more recent example regards to the growing of interest by the question of experience. The aim of this theoretical essay is presents the beginning of a critical and creative read about the meaning of the experience on the touristic travels and points out the potential of a travel, border epistemology in the field of the tourism studies, as a possibility of paradigmatic transition.

KEYWORDS: Travels; Experience; Frontiers; Touristic Knowledge

Introdução

Na modernidade contemporânea, o turismo foi concebido como um sistema, uma indústria, ou até mesmo um negócio. O que há em comum nessas leituras é a compreensão do fenômeno como um objeto alvo de planejamento e gestão (de empresas, serviços ou do território), antes mesmo de pensá-lo como uma *experiência dos sujeitos*. Este ensaio teórico é um exercício de reflexão do papel dos sujeitos no fazer turístico, através da viagem e suas relações, e na construção do saber turístico. Compreende-se esse exercício como possibilidade de reflexão crítica e criativa da natureza desse saber, assim como da renovação dos métodos de estudo e intervenção dessa área de conhecimento. Desde o início, o texto convida o leitor a uma aventura, que perpassa o contato e a passagem por questões teóricas que surgirão ao longo das reflexões.

A padronização e o crescimento das viagens em grupo, a partir da revolução turística (BOYER, 2003) têm influenciado a realização de pesquisas científicas, voltadas à compreensão do comportamento e organização dos fluxos gerados pelo *movimento dos sujeitos no espaço*, inclusive, de alcance internacional. Apesar do caráter humano e social, vinculado ao movimento de pessoas e grupos, as iniciativas de construção teórica mo-

derna e científica do turismo, seguidas por uma perspectiva positivista e neopositivista¹, afastaram do conhecimento turístico o enfrentamento da natureza do fenômeno em si, ao priorizarem abordagens analíticas ou comportamentais de caráter objetivista. As contribuições ao conhecimento social e ambiental vieram, mais precisamente, quando os impactos da chamada “indústria do turismo”, começaram a afetar, mais diretamente, sistemas naturais e sociais em todo o mundo, principalmente, nos países do Sul, historicamente explorados pelos países centrais. É nesse momento que as pesquisas geográficas e sociais ganham maiores proporções. Entretanto, ainda assim, não se percebe uma preocupação profunda dos pesquisadores do turismo na compreensão da natureza do movimento em si, suas fronteiras e significados.

A busca pela suposta neutralidade nos estudos científicos afastou o *sujeito do conhecimento* da complexa rede de relações humanas e sociais que constitui as viagens, ao priorizar as relações comerciais envolvidas no deslocamento espacial. Em consequência disso, o que se percebe, e as diretrizes do MEC ajudam a sustentar tal concepção, é a suposta área de conhecimento do turismo sendo tratada, muitas vezes, como uma técnica a serviço da profissionalização de um mercado global. Boyer (2003, p. 62) confirma essa tendência ao afirmar que a “(...) *problemática contemporânea consiste em transportar estas massas, alojá-las, regularizar o seu fluxo, chamar a sua atenção, despertar o seu desejo; mas não em renovar o turismo*”.

A crítica do autor em relação à natureza das problematizações não apenas questiona a limitação das bases produtivas e técnicas, como salienta a importância de estudos de outra natureza, necessários à renovação do conhecimento turístico. Acredita-se na contribuição de estudos de natureza *crítica e criativa* (HISSA, 2011), voltados a compreensão profunda das *relações* que se dão nas *viagens*, o que pressupõe *as zonas de contato* do conhecimento turístico com outras disciplinas e saberes.

Um primeiro passo seria o questionamento dos alicerces que deram origem a invenção do turismo, através da revolução turística, frente às transformações do mundo contemporâneo, assim como da crise dos pilares do conhecimento científico moderno ocidental (SANTOS, 85-86). Nessa direção, penso na importância de se compreender os significados profundos (que inclui as ausências) do turismo, como um exercício a outro *olhar sobre a viagem*, que não se restringe à compreensão da realidade como um objeto vivo, visualmente observável, planejável, controlável. O exemplo do que vêm ocorrendo em outras áreas do conhecimento, como na antropologia contemporânea, é válido para o turismo e todas as disciplinas modernas. Como campo potencial de conhecimento, o estudo do turismo precisa dobrar-se sobre si mesmo. Isso significa que o aprofundamento teórico depende do enfrentamento constante da natureza do conhecimento produzido, assim como de suas práticas metodológicas.

O texto está dividido em três momentos. Inicialmente encaminhamos uma visita a certas narrativas das viagens de descobrimento e das viagens *The tour*, para compreensão de alguns significados do movimento espacial que, mais tarde, culminaria na dita revolução turística. Em seguida, propomos uma reflexão teórica sobre os significados dos termos viagem, experiência, temporalidade e descontinuidade espacial. Nesse momento, questionamos o significado da substituição do termo viagem para turismo. Ao final, discutimos os desafios da experiência na contemporaneidade e questionamos a emergência dessa temática nos estudos de turismo, através de sua compreensão para além de falsos modismos.

Revisitando certas origens: viagens de descobrimento e viagens *The Tour*

No artigo “Viajar e narrar: toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras”, Pimenta (2001) afirma que as viagens antigas se diferenciam das modernas por apresentarem sentidos diferentes. Segundo a autora, os sentidos de penitência e purgação eram elaborados pelos antigos viajantes diante das dificuldades enfrentadas durante as navegações. Este pensamento é elaborado a partir do estudo de Eric Leed. “*As fadigas da viagem e seus sofrimentos permanecem como a causa e a medida da extensão com a qual um viajante é marcado e testado pela experiência, tornando-se ‘vagabundo’, ‘errante’ e ‘sábio’*” (LEED *apud* PIMENTA, 2001, p. 83). Nessa passagem, o renomado autor, pesquisador do comportamento dos viajantes, destaca a *experiência* como fator definidor das transformações dos antigos viajantes. Nesse caso, as dificuldades impostas pelas viagens ao Novo Mundo parecem provocar um efeito psicológico, além de um processo de aprendizado, a partir das situações imprevisíveis e de risco enfrentadas. Os significados das palavras “vagabundo, errante e sábio”, nesse contexto, pode nos dizer sobre a intensidade dessas mudanças.

Um dos significados de vagabundo é errante. Errante é o sujeito que vagueia de maneira incerta pelo mundo, sem destino². Já o sábio, no contexto da errância, pode ser compreendido como o sujeito que adquire conhecimento da vida a partir da experimentação do mundo. A viagem, nesse sentido, adquire um significado de experiência de vida, a partir da abertura do sujeito ao mundo. Viajar, nesses termos, é a arte de viver, de experimentar o mundo e adquirir sabedoria. A sabedoria, aqui, pode ser interpretada como o resultado das experiências errantes³.

É necessário ressaltar que, nesse caso, os desafios e as dificuldades levam à errância. O que as narrativas indicam é que não se parte para a viagem de descobrimento com o desejo errante, apesar de tratarmos, nesse caso, de viagens que não possuem trajetos previamente definidos, mas possuem metas e propósitos muito objetivos. No entanto, as condições de insegurança e imprevisibilidade decorrentes da viagem de navegação alteram o comportamento, o *olhar do sujeito*, que se vê incapaz de definir o seu futuro e, por isso, garantir a chegada ao local imaginado ou esperado. Se a embarcação e o conhecimento do trajeto não são seguros, o viajante se entrega ao destino. O que significa viajar de maneira incerta e aberta aos imponderáveis da viagem. Apesar de nos referirmos, aqui, às antigas viagens, não se pode negar o papel que a experiência da viagem além mar ou com objetivos errantes têm na *transformação do sujeito* viajante.

No entanto, a *transformação do mundo* resultante da história moderna ocidental modifica, também, a perspectiva das viagens. Leed (1991) localiza a viagem dos cavaleiros medievais como as primeiras de caráter voluntário e sem nenhum propósito utilitário. Interessantemente, associa esse caráter e finalidade como influências ao padrão e modelo das viagens modernas, haja vista o caráter de homens “livres” dos cavaleiros. De fato, não podemos deixar de admitir que existam diferenças nas viagens realizadas por iniciativa dos próprios sujeitos e outras realizadas por encomendas ou ordens superiores. No entanto, seria o caráter obrigatório ou voluntário o elemento definidor das experiências de viagens e das transformações dos sujeitos?

Não podemos deixar de reconhecer que as condições impostas pelas viagens antigas, ditas “obrigatórias”, suscitavam, no mínimo, certo interesse ao viajante. Caso contrário, faltaria coragem para seu enfrentamento. Isto significa dizer que o caráter obrigatório

não exclui o desejo e, portanto, o sentido de presença do sujeito para a realização da viagem. A coragem de enfrentar o desafio de uma viagem de descobrimento ou mesmo de conquista, através das antigas navegações, expressa não apenas o interesse pela riqueza ou evangelização, mas a *abertura do sujeito* ao exercício da aventura, do ariscar-se pelo mundo.

Todorov (2011) identifica a era moderna a partir de 1492, ano em que Colombo atravessa o oceano atlântico e descobre a América. A viagem de Colombo é descrita como uma empreitada bastante perigosa. Apesar de Vasco da Gama e Magalhães já terem feito viagens mais difíceis, Colombo não poderia ter certeza do caminho, nem mesmo do fim do oceano. Naquela época, não se sabia se a terra era mesmo redonda, ou seja, Colombo não teria garantia de um retorno a terra natal. Então, o autor questiona o que teria levado Colombo a viajar. Essa referência é bastante importante, pois reforça o argumento do escritor em relação ao interesse de Colombo, não apenas pela riqueza (promessa de ouro), mas pela evangelização dos “selvagens”. Colombo não teria viajado por obrigação, apenas, mas por desejos próprios.

Em sua viagem, Colombo não somente altera o olhar diante das dificuldades enfrentadas, mas de acordo com seus diferentes interesses: a natureza, os homens da América e Deus. O olhar de Colombo para o *outro* não se resume a um único comportamento, mas sofre modificações frente à beleza da natureza selvagem, por um lado, e ao desinteresse pelos homens, por outro. A relação com Deus se expressa na manifestação da natureza e nos acontecimentos da viagem. Colombo vê por todas as partes a intervenção divina, “*seja no movimento das ondas ou no naufrágio de seu barco (numa noite de Natal)*” (TODOROV, 2011, p. 13). Já a observação atenta da natureza conduz a três direções diferentes.

[...] à interpretação puramente pragmática e eficaz, quando se trata de assuntos de navegação; à interpretação finalista, em que os sinais confirmam as crenças e esperanças que se têm; e, finalmente, a esta recusa de interpretação que é a admiração intransitiva da natureza, a submissão absoluta à beleza, segundo a qual se gosta de uma árvore porque é *bela*, por que é, e não porque poderia ser utilizada como mastro de um navio, ou porque sua presença promete riquezas. Em relação aos sinais humanos, o comportamento de Colombo será, finalmente, mais simples. (TODOROV, 2011, p. 35).

A observação atenta da natureza produz olhares distintos a partir de cenários distintos que, por sua vez, levarão a visões paradigmáticas distintas. É como se, através de uma mesma estrutura ocular, o viajante utilizasse, de acordo com seus interesses, de diferentes lentes e perspectivas de visão. Ora, é mais precisamente na admiração intransitiva da natureza que Colombo se entrega a experiência, pois na interpretação finalista “*sua convicção é sempre anterior à experiência*” (TODOROV, 2011, p.26). A experiência da beleza, como experiência estética, alcança outras dimensões. Apesar do predomínio do olhar racional imperialista, direcionado ao descobrimento, evangelização e conquista, a experiência da beleza atinge sensibilidades outras. O encantamento, o deleite de Colombo é tão intenso que leva à admiração ininterrupta das paisagens tropicais da América. A conclusão do autor é inevitável: há um desejo “*de não deixar o ápice de beleza*” (TODOROV, 2011, p. 34). Mas Todorov não para por aí e se arrisca na seguinte afirmação: “*talvez encontre aí um motivo que animou todos os grandes viajantes, consciente-*

mente ou não” (TODOROV, 2011, p. 35). A assertiva em relação ao desejo profundo dos viajantes parece incontestável.

No entanto, o que causa maior perplexidade na obra “A conquista da América: a questão do outro”, não é o encantamento de Colombo para com a natureza, mas a ambigüidade, a contradição de sua personalidade, quando nos deparamos com a situação de cegueira em relação aos homens (índios) e os lugares da América. É nítida a separação que faz dos homens e da “natureza”. Com os homens não há atenção alguma e muito menos comunicação, diálogo. Para Colombo, os homens não são naturais e, muito menos, humanos. Não há interesse algum de conhecimento. O que interessa é a descoberta da terra para posse imediata. Os homens, quando muito, são tratados como objetos vivos, ou seja, ausentes de desejo próprio. São reconhecidos em números, quantidades, como animais. O que interessa é a quantidade e a seleção de amostras (sim, de índias e índios!), para que sejam monitorados e, posteriormente, dominados pelos imperadores.

Esse olhar vai permear toda a experiência de descobrimento e, mais tarde, de conquista. Os homens, quando muito, são considerados como objetos, porque pertencentes à paisagem. Esse olhar levará à destruição dos homens e da paisagem de antes do descobrimento. A dominação e destruição dos índios da América são incomparáveis a qualquer outro extermínio ou genocídio da história (TODOROV, 2011).

Não parece coincidência, o lugar que os sujeitos (desconhecidos) ocupam para Colombo ou mesmo para Cortez, navegador da terceira viagem, responsável pela etapa de conquista da América (TODOROV, 2011). A anulação do sujeito nos processos de conhecimento moderno ocidental influenciará, ainda, a experiência de conhecimento do turista contemporâneo.

Vamos reler as frases admirativas de Cortez. Uma coisa nelas chama a atenção: excetuando-se umas poucas, todas se referem a *objetos*: a arquitetura das casas, as mercadorias, os tecidos, as jóias. Comparável ao turista atual, que admira a qualidade do artesanato quando viaja para a África ou a Ásia, sem que por isso lhe ocorra a idéia de conviver com os artesãos que produzem esses objetos (TODOROV, 2011, ps. 186 e 187).

A cegueira para com a humanidade dos sujeitos é evidente. Em geral, há interesse por todas as coisas que são úteis, ou seja, que geram algum benefício direto, imediato. O contato, quando muito, se dá na esfera comercial, de consumo, no momento das trocas. Raramente, os turistas têm interesse e tempo para conviver com as pessoas dos lugares. Quase sempre, estão apressados e ávidos por fotografarem (por que raramente se conhece) tudo o que é exótico ou que está listado nos Guias de turismo. Diante dessa prática, o que pensar do olhar e saber turístico? Refere-se a uma visão específica de conhecimento ou estaríamos diante de olhares imperialistas?

Aproximemos de alguns fatos. Marc Boyer identifica as viagens modernas a partir do século XVI. Mas, “[...] do século 16 ao início do século 19, falou-se de viagem e desde Stendhal, até metade do século 20, escreveu-se turista e turismo sem adjetivo” (BOYER, 2003, p. 13). O autor apresenta, ainda, os primeiros indícios daquilo que mais tarde foi chamado de turismo, a partir das viagens *The tour*. Portanto, nos interessa, aqui, aproximar um pouco mais para, mais a frente, refletir sobre algumas contradições verificadas na atualidade.

O movimento do *The tour* e *The Grand Tour* no fim do século XVII e início do XVIII é considerado, por muitos estudiosos da área, como o principal fato histórico que marca o início de um novo padrão de viagem. Os pesquisadores Boyer (2003) e Cunha (2010) localizam o pensamento dos filósofos Tomas Locke e Francis Bacon, no século XVII, como influências importantes em relação aos aspectos educativos e instrutivos das viagens *The tour* do século XVIII. A principal delas teria sido de Montaigne, através da escrita, em 1581, do *Journal de Voyage* (Diário de Viagem). Mas, o diário de viagem do autor para Itália torna-se conhecido, somente, em 1774. Segundo Marc Boyer, “é muito por influência de Descripto, do Itinerário, que a Itália passou a ser o grande destino cultural do *The tour*” (BOYER, 2003, p. 21). No entanto, além da noção de itinerário cultural, Montaigne enaltece, ainda, o papel subjetivo das viagens no século XVI, “porque o espírito terá nisso um contínuo exercício ao encontrar coisas novas e desconhecidas” (CUNHA, 2010, p.128). Ora, muito distante de qualquer elaboração teórica sobre turismo, o *Itinerário* de Montaigne apresenta a experiência do sujeito viajante como propósito que ultrapassa a noção de conhecimento meramente objetivo da cultura, o que não acontecerá com as viagens *The tour*.

The tour, fenômeno original, nasceu e se desenvolveu na Inglaterra do século 18 que fez todas as *Revoluções*: industrial, agrícola, financeira. Acrescentemos a *Revolução Turística*; os aristocratas, os rendeiros da terra, que concentravam as honras, ameaçadas de perder uma parte de seu poder em proveito da burguesia ascendente, entenderam distinguir-se ao exaltar os valores da gratuidade: a riqueza ociosa, uma cultura Greco-romana, jogos e esportes complexas (o que desencorajava a imitação), viagens sem obrigação e para os jovens educados nos melhores colégios, a educação recebia seu acabamento com *The tour*. Acompanhados de seus preceptores, munidos de Guias eles faziam o *tour* da Europa Ocidental. Na volta, eram *gentlemen*; eles tinham o espírito *cosmopolitan*; eram “desprovidos de preconceitos”, como sublinha a Grande Enciclopédia no artigo *viagem* (educação). Os enciclopedistas falam da superioridade das nações cuja elite viaja, em relação àqueles cuja nobreza é sedentária (BOYER, 2003, p.39 e 40).

Nesta passagem, o autor sublinha o efeito de formação da viagem *The tour*, como uma viagem iniciática. Apesar de ressaltar o sentido de mudança ao espírito dos jovens aristocratas, a viagem moderna no século XVIII consolida-se, antes de tudo, como um evento social de elite, uma “formação cultural” de distinção da aristocracia em relação à burguesia ascendente⁴. A afirmação de Dr. Johnson é bem esclarecedora: “todas as nossas religiões, todas as nossas artes, quase tudo que nos coloca acima dos selvagens, vêm das costas do Mediterrâneo, que era então o grande objetivo das viagens” (trad. da autora) (SETA, 1996 *apud* PIMENTEL, 2001, p. 105). Assim, aparentemente, as intenções e o perfil que se apresentam são contrários ao sentido pretendido de formação despreconceituosa, já que o *The tour* é um meio de se estabelecer a superioridade da classe aristocrata sobre as demais.

Por outro lado, o universo espacial do *The tour*, compreendido pelas religiões e obras de arte ao longo das paisagens e monumentos do Mediterrâneo, mostra-se como um conjunto de objetos selecionados e reproduzidos a partir do *Itinerário* de Montaigne. A busca pela reprodução de um trajeto se dá nos signos das paisagens e no percurso orien-

tado pela descrição detalhada, precisa e analítica de tudo o que a vista alcança, com o objetivo de confirmar, através da experiência empírica, o que os livros diziam (BOYER, 2003). Ora, o objetivo e a forma de se olhar assemelham-se, bastante, com os olhos de Colombo e Cortez para as terras recém-descobertas.

Além disso, o “olhar” atento aos detalhes dos objetos de interesse, selecionados por estudo prévio em muitos trechos, como a viagem à Itália, “requeria preparos, afirma Corbin, *“como reunir cartas de recomendação, cercar-se dos serviços de um bom antiquário e equipar-se com bússola, relógio, astrolábio e lunetas — todos os objetos necessários a um turista consciencioso”* (CORBIN *apud* PIMENTEL, 2001, p. 106). Assim, o *The tour*, ao reproduzir uma descrição pragmática e finalista de tudo o que a vista alcança e identificar a necessidade de uso de instrumentos de localização para o conhecimento espacial, remete-nos às práticas das antigas expedições. A preparação para o *The tour* parece fundamental. Os *tour*-istas, praticantes do *tour*, eram preparados através de conhecimentos específicos para a apropriação cultural e espacial. O sentido de turista consciencioso estaria associado a uma nítida preocupação no domínio de conteúdos culturais e do espaço, como forma de apropriação objetiva, ou seja, uma tentativa de controle dos imprevistos da viagem.

Apesar de existirem diferenças próprias aos olhares de cada viajante, o *tour* ao longo do século XVIII caracterizou-se, em síntese, por uma prática cultural e espacial padronizada para o contexto da época.

O *tour* era a viagem circular: saltava-se de um ponto a outro e não havia qualquer preocupação com o espaço entre dois lugares visitados, que não era descrito nos guias nem nos diários de viagem. Para os integrantes do *tour*, só contavam os lugares que deveriam ser vistos: aqueles de que falavam os guias ou opúsculos das agências (PIMENTEL, 2001, p. 107).

Na citação acima, o padrão da viagem *The tour* torna-se ainda mais claro e permite-nos refletir, um pouco mais, sobre o olhar e, conseqüentemente, o saber produzido. As semelhanças com as interpretações pragmáticas e finalistas, identificadas por Tzvetan Todorov nos olhares dos viajantes do descobrimento e da conquista, não são coincidências. O conhecimento prévio da cultura greco-romana, a partir de livros clássicos e Guias de turismo, reforça o olhar encaminhado pelas viagens *The tour*. Não se reconhece nas nessas interpretações intenções de conhecimento encaminhadas a partir da experimentação do mundo.

As perguntas que caracterizam o mundo para Todorov (2011) se diferem, no contexto das viagens de descobrimento, de acordo com os sujeitos: os viajantes do descobrimento e os sujeitos da América. Para além do olhar moderno ocidental de tipo praxeológico, em que o mundo é definido pelo “o que fazer”, é reconhecido o olhar epistêmico do mundo a partir da questão do “como saber”. O olhar epistêmico se manifesta nas relações comunicativas e dialógicas que os grupos indígenas da Ameríndia cultivam com os homens, a divindade e a natureza. Trata-se para Michel Maffesoli (2000) do modo tradicional de se enfrentar a alteridade, “[...] pois a perda da individualidade nos grupos tradicionais leva à fusão com a alteridade absoluta (o grupo), o outro espiritual (a divindade) e a natureza (o outro não humano e o lado desconhecido do homem, o mundo dos instintos)” (REIS, 2011, p. 185).

Aos olhos do “descobridor”, o mundo está limitado e fechado ao conhecimento prévio elaborado a partir dos livros, no momento da pré-viagem, e dos Guias, durante a viagem. O *The tour* se caracteriza como uma expedição de descobrimento por caminhos já descobertos. Uma ambiguidade que reforça a perda de valor da *experiência* da viagem. Como vimos, no conceito de errância, o empobrecimento da *experiência do mundo* leva a perda de sabedoria e, portanto, de saber resultante da viagem e do pós-viagem. Afinal, as viagens quando intencionalmente controladas e fechadas ao si mesmo tornam-se, aparentemente, simples deslocamentos contínuos (como se fosse possível), não é mesmo? Talvez esteja aí um significado da substituição, após a revolução turística, do termo viagem pelo termo turismo.

Viagens, experiências e fronteiras: temporalidades e descontinuidades espaciais

“Viajar, sabemos, não é dado a todos” (CARDOSO, 2004, p. 351). A frase de Sérgio Cardoso, apesar de lembrar as afirmações dos “viajantes” aristocratas, suscita significados bem diferentes, se não contrários. Para o autor, os viajantes são homens inquietos, curiosos ou insatisfeitos, amantes das fronteiras que fustigam e desafiam. “(...) *Desdenham o homogêneo e o contínuo e mostram-se extremamente sensíveis às diferenças e atentos aos limites*” (CARDOSO, 2004, p. 352). Pensada dessa perspectiva, pode-se dizer que a *viagem* tem origem na atitude⁶ dos *sujeitos* viajantes, no que se refere à postura de abertura ao mundo, ao novo, ao desconhecido, ao risco. A partir desse prisma, arrisco a dizer aqui, que as viagens acontecem nas *fronteiras* (físicas e imaginárias).

[...] a fronteira é lugar pulverizado que se questiona mesmo com seus arquitetos e guardiões. O que deveria ser demarcação perceptível mostra-se espaço de transição, lugar de interpenetrações, campo aberto de interseções. O que foi concebido para ser *preciso* mostra-se *vago*. O que foi concebido para *conter* transforma o conteúdo em espaço *ilimitado*, incontido. Para além da linha que demarca é exatamente a fronteira que explicita a amplitude ou a complexidade do que não foi arquitetado para ser contido ou confinado. O que foi concebido para “por fim”, para delimitar territórios com precisão como se fosse uma linha divisória, espraia-se em uma zona de interface e de transição entre dois mundos tomados como distintos (HISSA, 2002, ps. 35 e 36).

As *fronteiras*, portanto, são móveis e passam a existir pelo movimento de abertura às interferências do mundo, ao movimento fluído de suas bordas. As fronteiras existem nos espaços de trânsito e podem ser pensadas como realidades visíveis e invisíveis, como metáfora para a compreensão do *encontro* do sujeito com mundos outros. Desde que nascemos, lidamos com as fronteiras existentes entre o nosso corpo e o mundo fora dele. Somos desafiados a viver em contato com o mundo e é na relação que construímos com ele que elaboramos cultura, saber. É nele, também, que encontramos a oportunidade de aprendermos sempre mais, de nos conhecermos sempre mais, a partir das aberturas ao *contágio*, uma energia conscientemente compartilhada (REIS, 2011), uma experiência potencial das zonas de interface, de fronteiras, que desconstrói qualquer noção de purismo.

O limite, ao contrário da fronteira, se manifesta no campo fechado, homogêneo e contínuo, no espaço apreendido pelo sujeito como extensão, unidade que cega e ofusca (CARDOSO, 2004). Ofuscadas pelo olhar moderno, as viagens entendidas como distâncias

contínuas focalizam o tempo como uma extensão restrita ao limite que caracteriza tudo aquilo que é previamente conhecido, ao si mesmo. Na viagem *The tour*, a suposta interpretação de uma série de pontos de observação consecutivos, contínuos, pensados como partes simultâneas e lineares possibilitariam a transformação do sujeito? Qual o significado da experiência e do saber da viagem *The tour*?

Conforme o pensamento de Sérgio Cardoso, a possibilidade da viagem estaria em duas unidades pressupostas: a do *espaço como extensão* e a do *sujeito*. No entanto, quando a viagem é concebida a partir da extensão espacial cria-se uma falsa realidade. Pode-se dizer que a projeção do trajeto é, até mesmo, uma condição *si ne qua non* para tal “viagem” (CARDOSO, 2004). Mas, nessa condição, a experimentação do mundo se torna supostamente limitada aos objetos de interesse (os pontos de visitaço) que criam e definem o trajeto como um espaço contínuo, uma abstração. Ora, o espaço social não é uma abstração e, portanto, uma realidade independente do sujeito. Aquele pensamento reflete uma ambiguidade própria a visão moderna, que separa o sujeito da ação e do objeto.

No *tour*, os caminhos e os meios para atingir um ponto a outro, o “entre” dos “lugares” de interesse, eram inevitáveis e, muitas vezes, desconhecidos. Talvez a condição de estranhamento e de aventura impostos pela necessidade da travessia de um ponto a outro, permitiria ao viajante atento do *The tour* o acontecer próprio das experiências de abertura, de fronteira, que dariam sentido às viagens. Experiências de fronteiras, resultantes do contágio e da experimentação do mundo para além dos limites postos e previamente conhecidos. Exatamente por isso, suspeitamos que os espaços de intersecção e interferência entre os pontos de visitaço, que, a priori, seriam lacunas, ausências no *tour*, são espaços potenciais para a elaboração de experiências errantes, produtoras de sabedoria.

No *tour*, podemos dizer que o movimento (que é próprio do *sujeito*) estaria condicionado à projeção do trajeto (o ponto de partida, os pontos intermediários e o ponto de chegada). Mas, se considerado assim, além da afirmação da separação de ambos os pontos, teríamos a sobreposição da suposta unidade espacial sobre o *sujeito*. Ou seja, o espaço separado do tempo e, portanto, dos sujeitos. Ora, já dissemos aqui que o espaço não é uma abstração, o espaço é social (SANTOS, 1996). Se fosse possível, a “viagem” consistiria mesmo de saltos, ponto a ponto, definidos por um trajeto, por uma suposta extensão contínua. Essa condição ignora ou rejeita as noções de temporalidade e descontinuidade espacial.

Em relação à questão da temporalidade, Merleau Ponty (1999) apresenta uma interpretação que supera a noção dicotômica de tempo e espaço. Não mais entendida a partir do modelo do deslocamento (abstração), mas como dimensão constitutiva de um mesmo “campo de transcendência” ou “campo de presença”, fundadora de uma diferenciação interna que se altera constantemente. Talvez esteja aí um primeiro elemento que ofereceria uma singularidade ao fenômeno da *viagem*. Como “campo de presença”, a *viagem* inscreve uma abertura do sujeito no tempo presente. Nesse sentido, não seria a medida, extensa ou curta, do tempo que condicionaria a *experiência da viagem*, mas, o estado de “presença”, permeada pelo “*inacabamento e indeterminação que se encontra justamente a sua abertura para o outro, para o ausente, ou ainda _ para usar sua expressão mais cara, para o invisível*” (CARDOSO, 2004, p. 356). Seria o “campo de presença” definidor da passagem, da travessia que permite a criação do *campo de fronteira*, um espaço aberto por intersecções.

As descontinuidades espaciais, da mesma forma, são resultantes das *subjetividades espacializadas*, “*um movimento de exteriorização da subjetividade, entendendo-a não como um traço interior e construído subcutaneamente, mas antes, a subjetividade como uma espacialização, uma prática espacial*” (MARQUES, 2009, p. 238). As recentes discussões sobre a geografia experimental e portátil compreendem práticas que não permitem mais a separação

entre produção cultural e produção do espaço. Ao contrário da associação da subjetividade a noções de introspecção e isolamento, incorpora-se a ela a prática do movimento e do trânsito, variáveis e portáteis. São as subjetividades dos sujeitos, na sua dimensão externa, que criam as descontinuidades espaciais e permitem a experiência da alteridade no *campo de fronteira*, o *olhar* para si mesmo a partir do encontro no outro visível e invisível. Neste sentido, a realidade do outro, do mundo, como exterioridade seria apenas uma passagem, um espaço intermediário no processo de elaboração da experiência. A experiência, nesse sentido, dependeria da relação que o sujeito cria com o mundo. Quanto maior a abertura do sujeito atento ao mundo, maiores as possibilidades de experimentação e sabedoria. Esta perspectiva renova o sentido de alteridade compreendida, em muitos casos, como o reconhecimento do outro apenas como externalidade corporal.

Para Clifford (1991), a cultura pode ser compreendida como viagens translocais, que comportam a noção de portabilidade. Nesse caso, a portabilidade do campo ocorre a partir da experimentação cultural possibilitada pelo *trânsito do sujeito*. A natureza do movimento criador da experiência de viagem, não se refere, nessa perspectiva, à movimentação do sujeito pelo espaço, mas aos processos de transformação subjetiva possibilitados pelo sujeito atento ao mundo. Sujeitos abertos ao mundo porque conscientemente incompletos. Sujeitos que buscam, no campo de fronteira, no encontro permanente com o mundo e os outros (os outros homens, a natureza, o outro não humano, e o outro espiritual) conhecerem-se mais. Caso contrário, estaríamos nos referindo a uma experiência de imobilidade, própria, como vimos, aos sujeitos descobridores ou conquistadores do mundo, como Colombo e Cortez e, supostamente, os viajantes do *The tour*.

Nesse sentido, estaríamos nos referindo aqui à possibilidade do deslocamento pelo espaço sem mobilidade e da permanência nos lugares com mobilidade. Ou seja, do deslocar-se sem viajar e do viajar sem deslocar-se. É o desejo de transformação dos sujeitos que cria a possibilidade do trânsito com o mundo nas experiências de fronteiras. Esse movimento, por sua vez, cria espacialidades. Ou seja, as viagens não dependem, a priori, de um deslocamento físico para existirem. Ao contrário, o que imprime existência às viagens são os processos intersubjetivos que ocorrem entre os sujeitos das fronteiras, sujeitos que se posicionam como tal.

Assim, a ação do sujeito no campo de fronteira possibilitaria a transposição do percurso retilíneo, do caminho mais fácil, próprio às zonas de conforto, ao mais difícil. Trata-se da experiência de conhecimento resultante do contágio do desconhecido. Colocar-se na condição de fronteira, eis o desafio da viagem! Pensar a natureza da *viagem*, nessa perspectiva, suscitaria uma *epistemologia de fronteira*.

O acontecer no campo de fronteira significa, também, a *experiência do conflito*. Conflitos que surgem nas relações intersubjetivas com o mundo e que, muitas vezes, levam a construção de novas identidades.

O distanciamento das viagens não desenraiza o sujeito, apenas diferencia seu mundo (...) para deixar penetrar o tempo. (...) O que ela nos faz mais profundamente compreender é que, o outro, só o alcançamos em nós mesmos, que o estranho – quando não é absoluta exterioridade e não-sentido – está prefigurado no sentido aberto do nosso próprio mundo, inscrito no fluxo e no movimento da sua temporalidade (CARDOSO, 2004, p. 360).

A experiência própria de estranhamento, muitas vezes contrária ao prazer, não é relativo ao outro externo, mas sempre ao outro potencial ao sujeito. Desse prisma, a experiência de estranhamento pode levar à transformação do viajante (de nós mesmos) e, portanto, de

nossas identidades, a forma cultural como nos posicionamos no mundo e projetamos nosso futuro.

As experiências e práticas espaciais proporcionada pelas *viagens turísticas*, certamente produzirá saberes resultantes de processos de identificação (CUCHE, 2002). No jogo que se estabelece pelos processos de identificação nascem as possibilidades de transformação dos *sujeitos*. A identidade existe sempre em relação à outra. Desse modo, identidade e alteridade estão sempre ligadas, não existindo identidades unicamente para si. As transformações proporcionadas pela elaboração da experiência resultariam na criação e recriação constante dos *sujeitos*, *sujeitos dos saberes* (HISSA, 2011). Cria-se, assim, um *devir* constante próprio às “almas inconstantes”, que permitem novos posicionamentos e as renovações de conhecimento. As *viagens*, assim, são pensadas como passagens que permitem a aprendizagem das alteridades espaciais.

O desafio da experiência na contemporaneidade

O tema da experiência, na atualidade, tem sido discutido, principalmente, a partir das contribuições de Walter Benjamin, quanto ao *empobrecimento da experiência* na modernidade. As diferenças entre os termos vivência (*Erfahrung*) e experiência (*Erlebnis*) tem sido utilizado de forma recorrente, para diferenciarem a relação dos sujeitos com o tempo tendo em vista o aumento das velocidades. As experiências seriam coletivas e memoráveis, já as vivências, superficiais. Outros autores reforçam esta visão e apresentam expressões novas para a questão, como o *desperdício da experiência*, utilizado por Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2011) ou mesmo a condição de *expropriação (destruição) da experiência* na contemporaneidade, de Giorgio Agamben, filósofo italiano (AGAMBEN, 2005). Ambos se referem ao processo de enfraquecimento da experiência, a partir do desejo do sujeito moderno de se enclausurar e se liberar das experiências, ou mesmo, da incapacidade contemporânea de experimentar e transmitir experiência.

Na contemporaneidade, observam-se situações de modalidades de tempo e espaço radicalmente distintas. “*Estão em jogo o caráter da subjetividade e o papel da experiência estética no desnudamento ou na negação da essência, em meio a uma fugacidade ainda mais radical e de outra ordem*” (ARAÚJO, 2004, p. 27). O autor (2004) esclarece sobre a natureza das expressões de mudança que tornariam frágeis, caducas, as categorias e conceitos dominantes nas epistemes modernas e sustentariam, por outro lado, novas formulações sobre os homens.

Pensar o turismo na contemporaneidade, portanto, não seria apenas importante, mas apresentar-se-ia como necessário. O olhar moderno ocidental hegemônico criou a falsa-imagem de neutralidade do sujeito e, assim, anulou o sujeito da ciência, das artes, da pesquisa, do mundo, ao vincular a ideia de objeto a ser investigado como realidade externa ao eu. Nesse sentido, o turismo foi concebido a partir de modelos teóricos abstratos, a partir da sistematização de trocas comerciais que se dão no espaço, mais especificamente, a um padrão de olhar, a um padrão de consumo de bens e serviços operados pelo capital financeiro e midiático, sob uma lógica universalizante. Trata-se, nesse caso, de uma tentativa de captura do poder simbólico dos sujeitos para reprodução de comportamentos de interesse ao mercado global.

No campo epistemológico, mais uma vez, as contribuições de Felix Guatarri e Gilles Deleuze e Friedrich Nietzsche, para citar apenas alguns, oferecem contribuições que superam a hegemonia das metanarrativas e, ao sujeito, é “devolvida” a capacidade de criação e imaginação que caracteriza a existência humana. Nesse sentido, não se trata, na contemporaneidade, de uma incapacidade do homem moderno de experimentar o mundo e conhecer-se

mais, mas de uma tentativa do pensamento hegemônico capitalista de sobrepor ao desejo humano um desejo homogeneizante.

No sentido do reconhecimento das capacidades dos sujeitos para a renovação de seu campo de conhecimento, destacam-se as contribuições da teoria da experiência estética. As questões relacionadas à subjetividade e à experiência estética têm sido tratadas, com maior fôlego, por autores no contexto das artes e filosofia, de onde se observa as maiores contribuições. “*Em outras palavras, é preciso suspender a realidade cotidiana, afastando-se dela por meio da arte, e abandonar os papéis sociais – liberar-se, em fim – para poder experimentar novas maneiras de lidar com a vida*” (REIS, 2011, p. 186). Através do pensamento de H. R. Jauss, a autora apresenta uma síntese da função transgressora da experiência estética no contexto contemporâneo. A noção de experiência estética de H. R. Jauss é um contraponto à tendência de redução ou mesmo da incapacidade de experimentar, ao afirmar apresentar reflexões relativas a criação de novas experiências e ângulos de visão.

Paradoxalmente, autores como Lipovetsky destacam a ampliação de subjetividades estéticas na contemporaneidade, não no sentido das experiências de alteridade, mas à estética romântica (LIPOVETSKY, 2005). O autor apresenta uma contribuição crítica para os tempos atuais, quando a sociedade através de práticas hedonistas, que supostamente romperiam com as estruturas de normatização modernas, reproduzem, de forma adaptada, a lógica mesma da modernidade. Na hipermodernidade, o consumidor busca o privado e não somente o *status* e o reconhecimento do outro como si mesmo. Uma modalidade de tempo e espaço totalmente avessa à experiência de alteridade. Novamente, a reflexão inicial das viagens *The tour* nos dá pistas para a compreensão das bases fundadoras do turismo moderno. De *status* e forma de diferenciação social, próprio do início da modernidade, o turismo transforma-se, na contemporaneidade, em desfrute privado do espaço pelo turista que se vê fechado em si mesmo, fechado para a experimentação do mundo, mesmo diante de contextos permeados por experiências tradicionais.

Ora, como pensar o saber turístico como resultante da experiência de deslocamento pelo espaço contínuo? Como já afirmado por outros autores, o homem contemporâneo vive uma condição de crise extremada e, com ele, a *viagem*. O paradoxo, observado por Lipovetsky, está estampado hoje nos slogans das empresas de turismo que vendem “experiência” como forma de “felicidade”. Como vender experiência humana? Como vimos, a experiência é um processo de elaboração significativa dos sujeitos, não são adquiridas sem que haja um olhar epistêmico, voltado ao “como saber”, ao aprender coletivo, ao como conhecer-se mais.

A noção de *viagem* a partir das contribuições acima discutidas demonstra a fragilidade das bases que sustentam o paradigma turístico hegemônico. Ou seja, as reflexões sugerem que a categoria turista, condicionada pelo padrão turístico moderno, definido e inventado pelas viagens *The tour*, cria um desnível, uma ruptura com a realidade simbólica em si, compreendida a partir das potencialidades da relação dos sujeitos com o mundo, com a vida. Mas romper com as experiências de viagem significa romper com o sujeito. Se o turismo enquanto prática espacial pressupõe a mobilidade dos sujeitos e não o deslocamento de objetos vivos (por mais óbvio que possa parecer, é necessário dizer que são os homens que viajam com seu corpo e suas subjetividades, e não as suas malas), haveria possibilidade de compreendê-lo como ausente de vontade própria ou, ainda, como uma simples mercadoria?

As informações sobre as viagens *The tour*, aqui apresentadas, consistem em projeções, abstrações. O espaço contínuo, pensado como uma extensão linear interligada por pontos isolados, não existe por si mesmo, basta uma aproximação da ideia de *complexidade do mundo*, de Edgar Morin. Não há como admitir a existência de deslocamentos contínuos feitos por sujeitos, por mais pobre que se possa imaginar a modalidade de tempo e espaço, ao me-

nos que admitamos o espaço e os sujeitos como objetos, coisas estritamente materiais.

O que se pode pensar, nesse momento, é que a experiência turística através da viagem, para ser significativa, manifesta-se como experiência de fronteira, um olhar (de corpo inteiro) que atravessa o novo do outro e encontra o outro em nós mesmos. Penso que encontrar o outro em nós mesmos significa o encontro de si mesmo no outro. Trava-se, assim, uma relação dialógica entre o outro de si mesmo e o outro do outro. A viagem, aqui, é pensada como travessia, transformação, passagem permitida pelo campo de fronteira.

A ideia de *viagem turística* atravessaria, quem sabe, as nossas essenciais “lacunas de existência”. “Viajo para me encontrar no outro”, mesmo que tudo isso possa significar a experiência de conflito. A ênfase dada ao caráter espacial da *viagem turística* faz com que reconheçamos a complexidade, a pluralidade, a diversidade que caracteriza a experiência espacial. Por outro lado, o reconhecimento da complexidade do mundo atual exige dos pesquisadores uma epistemologia que se abra a transitividade, ao movimento dialógico entre os sujeitos e seus campos de conhecimento. O estudo da natureza das viagens suscita, portanto, uma epistemologia da viagem, de fronteira. Refletir de forma crítica e criativa a natureza das viagens turísticas significa dobrar-se criticamente sobre a compreensão do saber turístico contemporâneo e reconhecer no movimento do sujeito, uma potencialidade criativa capaz de transformar o campo de conhecimento do mundo e de si mesmo.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. Ensaio sobre a destruição da experiência, original de 1978. *In: Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ARAÚJO, F. **Saber sobre os homens, saber sobre as coisas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BOYER, M. **História do Turismo de Massa**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BENJAMIM, W. **Sobre alguns temas em Baudelaire**, Coleção Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural: 1983.
- BENJAMIM, W. **Experiência e pobreza**, original de 1933. *In: Obras escolhidas*. Volume 1. Magia e Técnica, Arte e Política. Tad. Sérgio Paulo Rounet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARDOSO, S. O Olhar do viajante (do etnólogo). *In O Olhar*. NOVAIS, A. (Org.), Companhia das letras, 2004.
- CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CASTRO, N. A. R. O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico metodológicas à ação educativa. 2006, 311f. **Tese**. (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CLIFFORD, J. **Itinerarios transculturales**. Barcelona: Gedisa, 1999. 493 p
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Florianópolis: EDUSC, 2002.
- CUNHA, L. Desenvolvimento do turismo em Portugal: Os primórdios. Revista online. **Fluxos e Riscos**, nº 1, 2010, p.127-149.
- HISSA, C.A. **mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- HISSA, C.; MOLDER, M. F. *In Conversações: de artes e ciências*. HISSA, C. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- LEED, E. J. **The Mind of the traveller**: From Gilgamesh to global tourism. USA: Basic-Books, 1991.
- LIPOVETSKY, G. **A era do Vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Tradução Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri: Manole, 2005.
- MASSEFOLI, M. (2000). **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa (3a ed.). Rio de Janeiro: Forense.
- MARQUES, R. Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2009. (Tese, Doutorado) (Mimeo).
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: M.Fontes, 1999.
- PANOSSO NETO, A. **Filosofia do Turismo**: Teoria e epistemologia. Editora ALEPH, 2005.
- PIMENTEL, T. V. Viajar e narrar: toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 25, Jul/01, p.81-120.
- REIS, E. L. de L. **Pós-colonialismo, identidade e mestiçagem cultural**: a literatura de Wole Soyinka. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Versão ampliada da Oração de Sapiência proferida na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1985/86. 85/86.
- SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, M. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitex, 1996.
- PIMENTEL, T. V. Viajar e narrar: toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 25, Jul/2001, p.81-120.
- TODOROV, T. **A Conquista da América**: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. – 4ª Ed. São Paulo: Editora VWF Martins Fontes, 2010.

Notas:

¹A geografia do turismo a partir da metade do século XX se apresenta, predominantemente, por uma abordagem neopositivista (CASTRO, 2006).

² <http://www.dicionariodoaurelio.com>

³ Voltaremos a esse assunto mais a frente.

⁴ O *The tour* (A volta) ou *The grand tour* (A grande volta) foi a viagem realizada por jovens aristocratas à Europa do Oeste, inventada pelos *gate-keeper*, aqueles que detêm a chave da “Cultura”.

⁵ Primeiramente, seria necessário distinguir as atitudes das motivações, que nos estudos de turismo definem o conteúdo das viagens de turismo. Já as atitudes se referem a um sistema de valores internalizado, um ponto de vista, uma visão de mundo orientadora dos posicionamentos dos sujeitos (CARDOSO, 2004). Portanto, as atitudes são definidoras da posição de abertura ou de fechamento que implicará diretamente nas experiências de viagem.

Fabiana Andrade Bernardes Almeida: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
Email: fabianabernardes@hotmail.com
Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4337508057086972>

Data de submissão: 29 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 21 de novembro de 2012

Data do aceite: 21 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

Entre novas matizes e permanências: a emergência do turismo e os simbolismos do Morro da Conceição

Among new nuances and permanences: the emergence of tourism and the symbolism of the Morro da Conceição (RJ, Brazil)

Paulo Maurício Rangel Gonçalves

RESUMO

O presente artigo visa analisar os processos decorridos no Morro da Conceição ao longo de sua trajetória geográfica recente, de maneira a compreender as vicissitudes desta área na atual geografia do centro do Rio de Janeiro. A fim de atingir tal objetivo, esta pesquisa abarca, de maneira sucinta, os processos atuais que ocorrem nesta área do centro da cidade. Em seguida, são investigadas as funções que são delineadas no Morro da Conceição hodiernamente, sob o foco de empreendimentos e ações que vicejam em seu perímetro. Problematicamos os impactos da turistificação que ocorre neste lugar, sob a égide de investimentos infraestruturais, na esteira de futuros grandes eventos, a ocorrer na cidade em futuro próximo. São abordadas e analisadas, sob o prisma da geografia humanística, as relações estabelecidas entre os múltiplos agentes sociais que habitam e/ou transitam neste espaço, assim como o tipo de relação que estes indivíduos têm com o seu solo, seu lugar, fontes de identidade e simbolismos diversos para os grupos sociais citadinos.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar. Turistificação. Morro da Conceição. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the processes elapsed at Morro da Conceição over its recent geographical trajectory, in order to understand the vicissitudes of this area in the current geography of the center of Rio de Janeiro. In order to achieve this goal, this research includes, briefly, the current processes occur in this area of the city center. Next, we investigate the functions that are outlined in Morro da Conceição nowadays, from the focus of projects and actions that grow on the perimeter. We discuss the impacts of the touristification that occur in this place, that under the aegis of infrastructural investments, coming on the roll of futures major events that will occur in the city in a coming future. They are addressed and analyzed from the perspective of humanistic geography, the relationships established between multiple social agents who live and/or walk in this area, as well as the type of relationship these individuals have with their land, their place, source of identity and several symbolisms to townsman groups.

KEYWORDS: Place. Touristification. Morro da Conceição. Rio de Janeiro.

Introdução

Em tempos de mudanças cada vez mais rápidas neste alvorecer de século XXI, torna-se de suma importância o olhar espacial. Os fixos e os fluxos ornamentam e conferem luminosidade a múltiplos espaços, em lógicas tão variadas quanto os agentes que implementam estes deslocamentos e/ou se põem em movimento. Inserido em um mundo de viscerais transformações e movimentações, para o geógrafo Yi-Fu Tuan, “*a geografia é o estudo da Terra como o lar das pessoas*” (TUAN, 1991, p.89). Em contraposição a este cenário de intensas movimentações, tomaremos o lar como uma pausa, como uma longa e lenta respiração em um mundo de fugacidades¹. Ao ter como guia as ideias de Tuan, no decorrer deste estudo geográfico objetivaremos realçar o homem, com seu mundo de significados, dramas, teias sociais e felicidades, em um espaço em mutação.

De acordo com Cosgrove (1998), somos geógrafos a todo momento, estando a geografia em toda parte. Nesta curiosidade geográfica, a multiplicidade de lugares e a explosão de centralidades em um único espaço urbano sempre foram objeto de fascínio (MELLO, 2002), assim como as espacialidades de grupos sociais distintos, portadores de diferenciados lares/lugares. Tais injunções engendram uma heterogeneidade muito característica da cosmopolita metrópole carioca. Neste contexto, as transformações pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou ao longo da organização de seu espaço ganham bastante relevo. A cidade, outrora reconhecida como o “*túmulos dos estrangeiros*” (SEVCENKO, 1984, p.48), hoje ostenta a alcunha de “Cidade Maravilhosa”. É instigante imaginar como e porque ocorreram estas transformações, quem foram seus atores, e se existiram processos contra-hegemônicos. Todas estas indagações podem vir à tona quando observamos, principalmente, o centro da cidade do Rio de Janeiro.

Não obstante, algumas localidades nos convidam a ter um olhar especial pelo seu poder de resistência. Ao caminharmos pelo centro da cidade do Rio, nos confrontamos com um lugar central, uma área *core* para os negócios, gestão e movimentos que emanam e são irradiados da e pela cidade. A rapidez dos fluxos, ornamentados pelas torres, sedes de grandes empresas, destoa bastante da contiguidade espacial da área. De um lado, observa-se a verticalização do núcleo central com edificações de diversos patamares e, nas circunvizinhanças, o domínio de uma área assobradada repleta de funções “pouco nobres”, tais como bares, mercearias, residências unifamiliares e plurifamiliares. Nesse caso, faço uma alusão direta à zona portuária da cidade, especificamente ao Morro da Conceição, que pode ser entendida como uma porção espacial diferenciada do seu entorno. Embora sejam logradouros relativamente próximos, há um contraste enorme entre a agitação da Avenida Rio Branco e a quase letargia da Ladeira do João Homem; nos mapeamentos sócio-espaciais, uma pertence ao centro e outra ao bairro da Saúde, incluído na periferia da área central do Rio de Janeiro (RABHA, 1984).

O Morro da Conceição, localizado no bairro da Saúde, é um dos remanescentes dos quatro morros que delimitavam o sítio original da cidade (São Bento, Santo Antônio, Castelo e Morro da Conceição) e o único que, de alguma forma, permaneceu preservado. Situado junto ao coração financeiro da cidade, o Morro da Conceição é reservado aos olhos mais distraídos, se escondendo entre os altos edifícios, antigos

armazéns e o Elevado da Perimetral. Sendo uma área residencial desde o século XVIII, resistiu às intenções de sucessivos planos urbanísticos que desestimularam a moradia no Centro, se mantendo em uma espécie de congelamento para o olhar mais desavisado. Transpor seus acessos é experimentar uma temporalidade e um cotidiano pretéritos que se manifestam sob o tempo e espaço presentes; é se inserir em um outro ritmo, em uma outra atmosfera. Subir suas meandantes ladeiras dizem respeito a vivenciar um contraste inevitável ao sair da pulsação nervosa do centro de negócios, ou da batida silenciosa da paisagem acinzentada de um porto hoje em transformação (SIGAUD; MADUREIRA, 2000).

O presente artigo tem como propósito explorar a dinâmica turistificação de um lugar da área central do Rio de Janeiro, qual seja: o Morro da Conceição. Ao ter como referência as palavras de Claval, ao mesmo tempo, o texto busca *“estudar as relações complexas que se desenvolvem entre os homens e os ambientes onde eles vivem”* (CLAVAL, 2004, p.21). Sob este prisma, o aproveitamento de fragmentos que lancem luzes sobre as complexidades do relacionamento do homem com a Terra é obrigatório. Logo, a problematização central deste artigo reside em enxergar como o habitante do Morro da Conceição está vivenciando o Morro e os seus lugares hodiernamente, um período em que o Morro da Conceição está em grande evidência. O aporte da geografia humanística é extremamente importante nesta leitura, por procurar nos dramas, alegrias, entusiasmos e decepções ocorridos no mundo vivido, a essência das relações do homem com o espaço, traduzindo assim a alma dos lugares. Afinado com este princípio fenomenológico, o geógrafo espanhol Nogué Y Font traz à baila a importância da subjetividade dos indivíduos para esta análise, ao afirmar que *“as relações de tipo sensorial, afetiva, estética e simbólica, que o indivíduo mantém com a paisagem que lhe rodeia, são mais importantes do que parecem ao simples olhar”* (NOGUE Y FONT, 1992, p.88)². Ao ter em mente que *“cada pessoa é rodeada de camadas concêntricas de espaço vivido”* (BUTTIMER, 1982, p.178), nos cumpre investigar o simbolismo dos lugares no Morro da Conceição para os diferentes indivíduos *insiders* e *outsiders*, em seus *“mosaicos de lugares”* (BUTTIMER, 1982, p.177) particulares.

Utilizando-se do inventário intelectual do geógrafo estadunidense David Lowenthal, Werther Holzer fornece parte do substrato metodológico humanístico a ser abarcado na análise. Para Holzer,

a geografia é a ciência que mais se aproxima da incorporação sem mediações dos elementos da vida cotidiana, que devem ser considerados em suas particularidades a partir da inclusão dos mundos vividos pessoais como um dado concreto da disciplina (HOLZER, 1999b, p.155).

Neste contexto, o espaço deve ser visto como um contínuo dinâmico, recheado de nuances, fragrâncias, simbolismos e identidades, que deve ser apreendido de maneira holística, não devendo ser analisado sem o elemento humano. Logo, o Morro da Conceição não é apenas um conjunto de fortaleza, palácio, fachadas portuguesas históricas e ladeiras íngremes, é também - e principalmente - a sua população.

A turistificação do Morro da Conceição

Desde o final do século passado, na esteira de um processo de turistificação que atinge algumas localidades do centro do Rio, o Morro da Conceição teve sua visitação incrementada. O casario de fachadas históricas, ainda conservado em alguns de seus pontos, é descoberto e batizado pela mídia *cult* da Cidade Maravilhosa. Ateliers e bares são abertos, convidando cada vez mais *outsiders* a vivenciarem o espaço do Morro. Em um dos sopés do Morro da Conceição, na mítica Pedra do Sal, é verificada uma super-utilização dos fixos locais, situação esta que suscita opiniões conflitantes dos *insiders*, ou seja, dos próprios moradores da área³. Segundo Cosgrove, “o local é um lugar simbólico, onde muitas culturas se encontram e talvez entrem em conflito” (COSGROVE, 1998, p.93). Em coadunação com esta ideia, até quando esta popularização do Morro da Conceição não se transformaria em um transtorno para a população que nele habita e tem seu espaço de vivência enquanto um lugar?

No que tange a questão espacial, o conceito de lugar, que é de suma importância para o estudo geográfico, norteará as investigações e inquietações aqui propostas. Em diálogo com este viés de análise, Lukermann afirma que o estudo do lugar é a matéria-prima da geografia (LUKERMANN, 1964, *apud* HOLZER, 1999a, p.69). Destarte, nos cumpre efetuar uma distinção entre dois conceitos-chave, que são dois dos pilares da geografia contemporânea: o espaço e o lugar. Diferentemente do espaço, que é aberto, livre, amplo, vulnerável, causador de ansiedades; o lugar é fechado, íntimo, organizado, pleno de ternura e empatia (MELLO, 1997). O lugar seria assim um “*mundo de significado organizado*” (TUAN, 1983, p.198), frente à amplitude do *contínuum* que é o espaço. Em complementaridade a estas ideias, acrescenta Ballesteros (1992, p.11):

...centro de significados, condição da própria experiência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para nossas ações e fonte da nossa identidade, o conceito de lugar se opõe ao geométrico espaço abstrato do neopositivismo e, diferenciado-se deste, está cheio de significados e valores, que são inseparáveis da experiência dos que nele habitam, de seus pensamentos e sentimentos”⁴.

A partir desta premissa, denotando a necessidade da não banalização do conceito de lugar, visto que é um imponente conceito em geografia - principalmente na vertente humanística - neste momento atual buscamos enxergar os lugares e as pessoas que os integram. Neste período específico, em que os espaços do Morro e arredores são muito frequentados por turistas, oriundos de múltiplas localidades. Sob esta perspectiva, embora não tenhamos infraestrutura hoteleira na localidade para pernoite dos turistas, a mesma tem sido muito procurada por empresas e grupos para fornecer “*lazer urbanos*” (RODRIGUES, 2001, p.89) alternativos para turistas e visitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Seguindo a atual tendência de valorização da cultura local e do sentido de “pertencimento”, antigos espaços degradados de grandes cidades, principalmente áreas portuárias, estão sendo reabilitados e revividos como lócus de lazer (Rodrigues,

2001, p.92). Neste quadro, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro⁵, por intermédio do Projeto Porto Maravilha, concluiu uma previsão de investimentos na área de cerca de R\$ 8 milhões (oito milhões de reais), apenas para a recuperação das históricas ladeiras do Morro da Conceição. Melhorias no calçamento e iluminação, além de abertura de vias, pretendem aprimorar a qualidade de vida dos cerca de dois mil habitantes do Morro da Conceição, e com isto atraindo também mais visitantes para a área em foco.

Na esteira deste processo de melhorias infraestruturais que podem vir a alavancar a turistificação do Morro da Conceição, o *Projeto Mauá* revela seu pioneirismo. Criado por quatro artistas em 2002, o projeto consistia na utilização de residências como ateliês para a exposição de obras de arte de artistas da cidade e de fora. Com o passar dos anos, parceiros foram incorporados a esta empreitada, como a Fundação Sesi e a própria Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Na divulgação de suas obras, ocorre também uma divulgação dos espaços do Morro, acarretando, inclusive a criação de bares-restaurantes de relativo requinte, face à presença de turistas na área.

Neste diapasão, empreendimentos turísticos florescem no Morro, que se torna palco e roteiro de atividades turísticas. Inúmeros grupos privados hoje implementam caminhadas pelas ruas e vielas do Morro; em trajetos os quais em tempos passados eram monopolizados por trabalhos de campo acadêmicos. A criação do Projeto *Palácios do Rio*, por iniciativa de uma instituição pública de Ensino Superior da cidade do Rio de Janeiro, é um destes exemplos e denota este fato. Com o intuito de implementar o desenvolvimento local sustentável e a valorização do patrimônio histórico e cultural da cidade, visitas guiadas são promovidas, conferindo oportunidades para guias de turismo e lucratividade para comerciantes locais. Nesta seara, é importante realizar uma análise do discurso turístico presente em um *folder* do grupo (ver Figura 1). Cumprir realçar o quão louvável é a atitude de divulgar a cultura e patrimônio do Morro, no entanto a propaganda utilizada pode conferir noções incompletas acerca da realidade a ser exposta (TOMAZZONI, 2006). Ao propagandear “Visitas guiadas ao Palácio, Fortaleza e Morro da Conceição”, externaliza-se o Palácio e a Fortaleza da Conceição do próprio Morro da Conceição, quando estes estão inseridos no Morro, conferindo a este um papel complementar, ao menos por uma via de interpretação do discurso lido / propagandeado. Na verdade, sob nossa análise, tanto o Palácio como a Fortaleza fazem parte de uma miríade de lugares que constituem o Morro da Conceição, não devendo, por conta disto, serem vistos de maneira isolada.



Figura 1: Folder do Projeto: <http://rio.blogspot.com/>, 2011.
Figure 1: Folder of Project: <http://rio.blogspot.com/>, 2011.

O descortinar dos

No tocante a atividades turísticas mais característicos pós-modernidade, nos cumpre apresentar algumas faces do Morro da Conceição; onde lugares se fundem com experiências pessoais e interpessoais. É instigante visualizar a vivacidade e a criatividade dos sujeitos humanos no espaço, e perceber como “os ambientes humanos são extensões do nosso próprio corpo” (BERQUE, 1999, *apud* CLAVAL, 2004, p.51). A praça Major Valô, que se situa à frente da Fortaleza da Conceição, recebeu esta toponímia em 1929, em homenagem a um austríaco que modernizou o serviço geográfico militar (GERSON, 2000, p.144-145). No entanto, para a população local, esta praça é vernacularmente conhecida como “praça da santinha” (em função da presença da estátua de N. S. da Conceição), demonstrando simpatia e o carinho com esta porção do espaço, que se desvela como um lugar para os que nutrem por ela um sentimento topofílico⁶. A praça serve de palco não para a entrada de armamentos, como fora projetada originalmente, mas para reuniões populares do Grêmio Recreativo Banda da Conceição e do bloco Escravos da Mauá, que, em mágicos Balés do Lugar⁷, congregam a população do Morro e do “asfalto” em efusivas, sacolejantes e sonoras reuniões (ver Figuras 2a e 2b). A polivocalidade das formas do lugar denotam a pluralidade de significados e de interpretações distintas que enriquecem o cenário em tela (CORREA, 2007).

Figura 2: Fotos que representam momentos distintos da Praça Major Valô. Na foto 2a não verificamos a mesma efervescência da foto 2b, quando a Praça da santinha é tomada por centenas de pessoas para assistir ao show dos Escravos da Mauá. Fonte: Arquivo do autor, 2012 e 2011, respectivamente.

Figure 2: Pictures that represent different moments of the Praça Major Valô. In the second photo did not check the same effervescence photo 2b, when the little saint Square is taken by hundreds of people to watch the show from the Escravos da Mauá. Source: Archive author, 2012 and 2011, respectively.

Seguindo esta linha de raciocínio, a Pedra do Sal, um grande rochedo de



gnaisse facoidal, em um dos sopés do Morro da Conceição, antigamente chamada de “quebra-bunda”, era bastante utilizada como caminho para carga e descarga de navios no porto. Embora permaneça na toponímia, não mais é descarregado sal, mas sim sambas e choros, em melodiosas reuniões, no oficial Largo João da Baiana. Embora polarize fluxos de distintos lugares para a os lúdicos e festivos eventos sonoros, a incrementação da visita da Pedra do Sal pode também ser uma tormenta para os moradores do Morro. A mesma escadaria que foi talhada em rocha é utilizada não apenas pelos que ovacionam os tão bem cantados sambas de outrora, mas também pelos trabalhadores que voltam às suas casas no alto do Morro da Conceição. Este choque de territorialidades em micro escala não pode passar despercebido de nossa análise. Em uma escala que mistura conceitos, sob a luz do sol a escadaria é um espaço para uns e um lugar para outros, enquanto que nas noites de samba, a escadaria tem seu sentido metamorfoseado, pois se transforma em lugar para uns e espaço para outros (ver Figuras 3a e 3b). O fenômeno da centralidade assume nuances no referido ponto geográfico, pleno de simbolismo e memória arraigada.

Em suma, as vivências e diferentes trajetórias geográficas da população que reside e frequenta o Morro da Conceição enriquecem bastante o recorte em tela. A geografia da cordialidade dos moradores locais para com os que visitam os pontos do Morro é de impressionar e, por conta disto, se torna extremamente relevante para nossa análise. Ser “chamado pelo nome” assim que se conhece um morador local é algo habitual, assim como o respeito e o cumprimento terno, que são sempre repetidos, criando uma atmosfera de familiaridade mesmo para os que nunca antes ali estiveram. Em uma conversa informal com uma moradora, esta afirma: *“Moro há mais de 30 anos no mesmo número e acho que vou morrer ali. Aqui eu criei três filhos. Adoro*



Figura 3: As fotos retratam dois momentos da escadaria da Pedra do Sal, uma durante o dia e outra durante uma noite de samba na Pedra do Sal. É interessante notar a presença acentuada de pessoas sentadas na escadaria (2a) na segunda foto (2b), fato que pode vir a gerar conflitos com os moradores do Morro da Conceição. Fonte: Arquivo do autor, 2010 e 2011, respectivamente.

Figure 3: The photos depict two moments of the staircase of the Pedra do Sal, one during the day and another during a night of Samba at Pedra do Sal is interesting to note the strong presence of people sitting on the steps (2a) in the second photo (2b), a fact that might lead to conflict with residents of Morro da Conceição. Source: Archive author, 2010 and 2011, respectively.

este lugar". Segundo as concepções de David Lowenthal, todo ser humano é um geógrafo informal (LOWENTHAL, 1985) e com sua geograficidade, a moradora de maneira afetuosa se refere ao seu nicho de histórias, presente e futuro como o seu lugar, uma arena para ela repleta de simbolismo. Da mesma maneira, em uma tarde ensolarada de outubro de 2011, um jovem estudante quando voltava do colégio para casa pondera: "*Nasci no Morro e não pretendo sair não, todos os meus amigos moram por aqui*". De acordo com as elucubrações de Douglas Pocock, "*Nosso lugar de nascimento deixa uma marca na maneira como percebemos o mundo*" (POCOCK, 1981, p.339)⁸. Desta forma, nos cumpre realçar os fortes laços de pertencimento com o torrão natal e com o grupo social de convivência. Isto é de tal ordem evidente que falando de seu mundo vivido, o jovem usa de maneira livre e afetuosa o vocábulo "morro", por vezes pejorativamente utilizado no Rio de Janeiro, transpassando uma visão etnocêntrica negativa, ao mencionar o Morro da Conceição. Ainda segundo Pocock, "*o lugar, então, contém nossas raízes, nosso único ponto de referência*" (POCOCK, 1981, p.339)⁹ ou seja, a topofílica ligação destes indivíduos com o seu solo é de notória expressão, matéria-prima para o entendimento de suas relações com o mundo.

Nesta lógica, fascinados com a atmosfera do Morro da Conceição, com a bela arquitetura portuguesa ainda conservada na fachada das casas e com a hospitalidade dos moradores, pessoas de várias procedências (ou *outsiders*) tendem a voltar, fazendo desta visita um itinerário de vivacidade e nostalgia. Em meio a este contexto, em um fragmento colhido na elevação em destaque, consideremos as ideias a seguir expostas: "*As coisas aqui parecem ter um poder de permanência maior. Embora não seja daqui, me sinto muito identificado, muito familiarizado*", afirmara um jovem da Zo-

na Norte da cidade. Em suma, o Morro da Conceição é um lugar – ou um conjunto de lugares - que pulsa(m) fortemente, junto ao coração da Cidade Maravilhosa.

Conclusão

A atividade turística vem conferindo novas movimentações e luminosidades ao Morro da Conceição. Geografias pretéritas convivem com geografias hodiernas, sob o tilintar de eventos que inserem cada vez mais o Morro no *mainstream* carioca. Estaria surgindo uma nova Santa Tereza¹⁰ no seio da zona portuária? Acreditamos ser ainda cedo para tal afirmativa. Na verdade, as pessoas estão buscando novas referências para repetir a vida de relações e o glamour exibidos pelo citado bairro. No entanto, para a população do Morro da Conceição, face este processo de turistificação, paira o risco de perder o principal elemento de qualidade de vida na área, ou seja, o caráter bucólico, de perfil interiorano, de paz e tranquilidade. Estas são amenas características que podem ser substituídas pela agitação de restaurantes voltados para os visitantes, gerando grande tráfego de veículos, poluição sonora e atmosférica, além de problemas de segurança típicos dessas áreas. Acrescenta-se a tal realidade o fato do avanço da especulação imobiliária poder vir a mudar drasticamente a realidade do Morro da Conceição. O aumento do preço dos imóveis poder vir a forçar uma diáspora de moradores, já que o índice de domicílios alugados no Morro é muito elevado (cerca de 48% do total)¹¹. Em consonância com as ideias de Edward Relph, “as pessoas são os seus lugares e o lugar é o seu povo” (RELPH, 1976, p.34)¹², ou seja, em termos conceituais e de experiência, por se revelarem imbricados, não são facilmente diferenciáveis. Logo, sabendo que um indivíduo não é distinto de seu lugar, ele é esse lugar (RELPH, 1976), conclui-se que a perda populacional pode vir a transformar o recorte espacial em tela.

Ao partilharmos da concepção que “o turismo e o lazer devem ser abordados nas questões relativas a qualidade de vida urbana, tendo como pano de fundo a conservação e a melhoria do meio ambiente” (RODRIGUES, 2001, p.93) nos cumpre indagar e problematizar se existirão significativas mudanças no ambiente e quais seriam as implicações dessas mudanças no modo de vida, no cotidiano dos indivíduos em sua relação identitária com seus lares/lugares. Ou seja, em um período de topor-reabilitação do Morro da Conceição, espaços, lugares e “deslugares” (MELLO, 1997) são postos no manifesto, podendo tanto suscitar a topofilia como o topocídio para os indivíduos *insiders* e *outsiders* no Morro da Conceição.

À guisa de conclusão, em uma das entrevistas livres recentemente realizadas (novembro de 2011), ao conversar sobre as significações do Morro da Conceição com um morador, residente há mais de 40 anos no local, o mesmo comentou: “o Morro da Conceição parece pequeno, mas é muito grande”. Nesta concepção, procurando aprofundamento na subjetividade da resposta, convém fazermos um paralelo entre a cartografia e o depoimento. Se cartograficamente o Morro da Conceição possui reduzidas proporções, para este indivíduo trata-se de um universo esplendoroso, detentor de um relicário de memórias, presente e futuro. O seu mundo, ou melhor, o seu universo dotado de uma expressiva grandiosidade, tão extenso quanto o seu mosaico de experiências no lugar. Lugar que traz em seu bojo relações identitárias que podem tanto se retrair como se intensificar, face o atual processo de turistificação do Morro

da Conceição.

Referências Bibliográficas

- BALLESTEROS, A.G. **Las** aportaciones de la geografía humanística. *In*: BALLESTEROS, A. (org.). **Geografía y humanismo**. Barcelona: Oikos – tau, 1992.
- BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. *In*: CHRISTOFOLLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- CLAVAL, P. A Paisagem dos Geógrafos. *In*: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z.(org) **Paisagem, Textos e Identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- CORREA, R.L. Formas Simbólicas e Espaço: Algumas Considerações. **Revista Geographia**, Ano IX , Nº 17, Niterói: EdUFF, 2007.
- COSGROVE, D. A Geografia Está em Toda Parte. Paisagem e Simbolismo na Geografia Humana. *In*: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z.(org) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- GERSON, B. **História das ruas do Rio**: e da sua liderança na história política do Brasil, 5. ed., Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.
- GONÇALVES, P.M.R.. Passados presentes e futuros possíveis: inércia, diferenciação de áreas e toporreabilitação na Rua Sacadura Cabral e na Pedra do Sal. **Monografia** apresentada ao Departamento de geografia da UERJ em janeiro de 2010.
- HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano IV. n.7. p. 67-78. jul./dez. 1999a.
- HOLZER, W. Paisagem, Imaginário e Identidade: Alternativas para o Estudo Geográfico. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999b.
- LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. *In*: CHRISTOFOLLETTI, A. (ed.). **Perspectiva da geografia**. São Paulo: Difel, p. 103-141. 1985.
- MELLO, J.B.F. Espaço, lugar e “Deslugar”. **Redes**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 93-107, 1997.
- MELLO, J.B.F. Explosões de Centralidade na Cidade do Rio de Janeiro. *In*: MARAFON, G.J.; RIBEIRO, M.F. (Orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Editora Infobook, 2002.
- NOGUE Y FONT, J. El paisaje existencial de cinco grupos de experiencia ambiental. Ensaio metodológico. *In*: BALLESTEROS, A. (orgs.) **Geografía y Humanismo**. Barcelona: Oikos-tau. p. 87-96. 1992.
- POCOCK, D.C.D. **Place and the novelist**. Transactions of the Institute of British Geographers N.S. p. 337-247, 1981.
- RABHA, N. M. C. E. Cristalização e resistência no Centro do Rio de Janeiro. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

RODRIGUES, A.B. Geografia do turismo: novos desafios. *In*: TRIGO, L.G.G. (Org.). **Turismo**: Como aprender, como ensinar. 2. ed. São Paulo: SENAC, p. 87-122. 2001.

SEAMON, D. Body-subject, time-space routines and place-ballets. *In*: BUTTIMER, A.; SEAMON, D. **The human experience of space and place**. New York: St. Martin's Press, 1980.

SEVCENKO, N. **A revolta da Vacina - Mentas insanas em Corpos Rebeldes**. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense – Coleção Tudo é História nº 89, 1984.

SIGAUD, M.F.; MADUREIRA, C.M. **Morro da Conceição**: da memória o futuro. Rio de Janeiro: Sextante/IPP, 2000.

TOMAZZONI, E.L. Análise do discurso turístico da serra gaúcha. **Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n.2, p. 339-365, jun./dez. 2006.

TUAN, Yi-Fu. A view of geography. **Geographical review**, v.81. pp 99-107.1991.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

Outras fontes referenciadas

Jornal **O Globo**, seção Centro, edição de 26 de agosto de 2011.

<http://palaciosdorio.blogspot.com/>, consultado em 10 de outubro de 2011, às 16:40.

Notas:

Para Tuan, o lar “*é a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria*” (TUAN, 1983. p.3). Ao nosso ver, são fortes fontes de permanência, que podem ser entendidos como pausas nestas movimentações.

² Tradução do original: “*las relaciones de tipo sensorial, afectivo, estético y simbólico, que el individuo mantiene con el paisaje que le rodea, son más importantes de lo que parecen a simple vista*” (NOGUE Y FONT, 1992, p.88).

³ Ver GONÇALVES, P.M.R. **Passados presentes e futuros possíveis**: inércia, diferenciação de áreas e toporreabilitação na Rua Sacadura Cabral e na Pedra do Sal. Monografia (especialização em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro), Instituto de Geografia, universidade do estado do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

⁴ Tradução do original: “*Centro de significados, condición de la própria experiência, foco de vinculación emocional para los seres humanos, contexto para nuestras acciones y fuente de nuestra identidad, el concepto de lugar se opone al geometrizado espacio abstracto del neopositivismo y, a diferencia de este, está lleno de significados y valores, que son inseparables de la experiencia de quienes lo habitan, de sus pensamientos y sentimientos*” (BALLESTEROS, 1992, p.11).

⁵ Ver: <http://www.portomaravilhario.com.br/projetos/morro-da-conceicao/>

⁶ Para o geógrafo Yi-Fu Tuan, “a palavra *“topofilia”* é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material[...] mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 1980. p.107).

⁷ Conceito de David Seamom (1980), que traduz a interação completa entre população e lugar, com trajetórias e geografias que se complementam.

⁸ Tradução do original: “*Our birthplace leaves a mark in determining the way we perceive the world*” (POCOCK, 1981. p.339).

⁹ Tradução do original: “*Place, then, contains our roots, our unique point of reference*” (POCOCK, 1981, p.339).

¹⁰ Ver o jornal O Globo, seção Centro, 26 de agosto de 2011.

¹¹ Sobre estes índices, ver SIGAUD, M.F.; MADUREIRA, C.M., 2000, p.45.

¹² Tradução do original: “*People are their place and place is its people*” (RELPH, 1976, p.34).

Paulo Maurício Rangel Gonçalves: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: paulomauriciorangel@gmail.com

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0822150843775734>

Data de submissão: 08 de julho de 2012

Data de recebimento de correções: 20 de novembro de 2012

Data do aceite: 20 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

As novas formas urbanas: estudos do movimento na definição das urbes da região da Serra Gaúcha (RS)

The New Urban Forms: Studies of Urban movements and its impact on Urbes Definition in the Serra Gaúcha (RS, Brazil).

Pedro de Alcântara Bittencout César, Eurico de Oliveira Santos
Introdução

RESUMO

Estuda-se a relação entre a movimentação turística no nordeste gaúcho (fluxos), com as formações urbanas (fixos). A pesquisa, de caráter heurístico, busca o reconhecimento histórico das condições de assentamento no Brasil e, especificamente, na Serra Gaúcha e Região das Hortênsias. Objetiva-se identificar os valores constituintes da formação urbana nas cidades de Gramado (RS) e Caxias do Sul (RS), como natureza idealizadora, aos assentamentos de colônias migratórias das cidades estudadas, até a sua constituição na urbanização turística. Na adoção de uma perspectiva weberiana, realiza-se pesquisa exploratória acompanhada de inventário dos equipamentos urbanos nas cidades de Caxias do Sul (RS) e Gramados (RS). Analisa, nessas localidades, sob o enfoque da Teoria do Espaço Turístico, a distribuição de equipamentos e atrativos turísticos. Com base em tais levantamentos, realiza-se, como procedimento metodológico, pesquisa Histórico-Genética de suas formações urbanas. Primeiramente, definem-se os conceitos de fluxos e fixos na elaboração dos objetos do espaço. Por conseguinte, fundamenta-se o estudo das movimentações, principalmente de pessoas, na definição das formas urbanas. Fluxos que, a cada novo momento, estabelecem novos fixos, definindo parte das estruturas urbanas atuais dos municípios analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização; Turismo; Urbanização Turística; Formas Urbanas; Nordeste do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This study presents the link between the movement of people (people flows), mostly tourists, in urban formations (fixed). This heuristic research, seeks an historical recognition of the settlement conditions in Brazil, specifically in the *Serra Gaúcha*, at *Região das Hortênsias*. The constituent values of Brazilian urban formation have been identified since the Colonial Period; for instance, we have the creation of an idealized nature to the settlement of migratory colonies in the cities which we focused this research. Adopting a Weberian perspective, an exploratory research was carried out together with the inventory of urban equipment in the cities of *Caxias do Sul* (RS) and *Gramado* (RS). Also, we have analyzed, from the Theory of Tourism point of view, the distribution of these equipment and tourist attractions into the aforementioned cities. Thus, based on these surveys, we carried out a Historical-Genetic research on their urban formations. For this, we have defined the concepts of *flows* and *fixed* in the development of tourism space objects. In addition, we have based the study of movement, especially people flows, on the definition of urban forms. These flows, at every new moment, have been establishing new "fixed" that, if in combination with the "flows", might define the current urban structures of the studied cities.

KEYWORDS: Urbanization; Tourism; Tourist Urbanization; Urban Forms; Northeast of Rio Grande do Sul.

A formação urbana no Brasil é objeto de empenho científico (REIS FILHO, 1968, p.15). Seu interesse perpassa o reconhecimento de duas relações engendradas e independentes: das redes e dos núcleos. Neles, identificam-se condições que definem as origens sociais do processo de urbanização no país.

Relaciona-se, constantemente, a forma urbana com “a estrutura espacial interna da cidade capitalista” (SOJA, 1993, p.221). Nessa condição, nota-se que sua constituição se reelabora a cada formação socioeconômica estabelecida, recriando e transformando alterações espaciais, sociais e econômicas. Reporta-se à cidade por uma relação urbana historicamente definida. Na pesquisa, estende-se o olhar à dimensão metodológica e compreender o fenômeno urbano pela ação de seus sujeitos. Desta forma, partindo de um projeto mais amplo de reconhecimento da região da Serra gaúcha e Região das Hortênsias, analisa-se parte da atuação dos sistemas de ação (movimento) no assentamento espacial.

No estudo das localidades e seus estatutos na definição do território constituído, observa-se que, marcadamente, são definidos as lógicas dos sistemas de objetos espaciais. Historicamente, o espaço se define pelos fixos; que tem como pressuposto a existência de pares dialéticos entre fluxos e fixos, associado, principalmente, à movimentação produtiva e de pessoas. Analisa-se Caxias do Sul e Gramado, na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul caracteriza-se como o segundo maior polo metal mecânico do Brasil (BORBA, 2003), o que se contrapõe com Gramado, um dos principais centros receptores de turistas do país (TOMAZZONI, 2007).

A relação de movimentação turística na configuração do urbano posiciona-se como uma das diversas maneiras necessárias para o entendimento regional. Os fluxos, e toda a sua característica efêmera, definem territorialidades, territórios e estruturas urbanas. Assim, posiciona-se o turismo como uma das muitas formas de configuração territorial.

Questão de método

Desenvolve nesta pesquisa por abordagens metodológicas distintas. Primeiramente, realiza-se um levantamento de fundamentação heurística, buscando, com a base teórica, refletir sobre as constituições formação urbana analisada. Assim, pesquisam-se as formações sócio-espaciais, dando ênfase às urbes do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Define-se o campo conceitual para o reconhecimento e delimitação da área de pesquisa. Inicia-se esse estudo por fontes históricas. Seguidamente, realiza-se pesquisa exploratória da região. Levanta-se o local, para o entendimento dos equipamentos urbanos e turísticos, na sua formação. Essa pesquisa, desenvolvida em um centro de Estudos Urbanos universitário, envolveu diversos trabalhos e pesquisadores de iniciação científica, o que viabilizou o levantamento das informações. Finaliza-se com o entendimento das diversas formas urbanas incorporadas ao longo do processo de consolidação das cidades, visto que, se trata de um estudo constituído a partir do método Histórico-Genético, analisam-se as estruturas, “*causadas pelo desenvolvimento ulterior (interior ou exterior) e por sua subordinação às estruturas de conjunto*” (LEFEBVRE, 1986, p.173). Parte-se da relação do homem em movimento, que, ao penetrar no interior do Brasil, caracteriza uma condição efêmera, resultando na sua fixação e formação urbana. Tal questão sintetiza-se

na transformação das inúmeras relações de fluxos. Elaboram-se formas que tendem a se adaptar, a cada momento, a novas relações de transformações causadas pelo fluxo de pessoas e objetos.

Na definição do campo epistemológico, aproxima-se de Lepetit (2001). Dessa maneira, estuda-se na localidade a Arquitetura, a Geografia e a História (urbana) como princípios de variação de escala. Assim, suas abordagens, são recursos complexos desta reconfiguração. Esses são “*camadas superpostas da realidade social*” (SALGUEIRO, 2001, p.23). Nelas, a sociedade deve ser vista como uma categoria da prática social e não como adereços das relações de produção e de representação.

Adotam-se os conceitos weberianos de formação urbana. Desse modo, entende-se que as densidades demográficas, as profissões urbanas, a economia urbana, a força militar, independência político-administrativa determinam suas configurações (WEBER, 1979). Assim, parte-se da questão norteadora: as formas urbanas adaptam-se a partir das condições de produção e movimento das sociedades. Neste sentido, esta pesquisa objetiva compreender essas transformações morfológicas. Entretanto, espera-se, por uma base estruturalista, dialogar com as relações temporais e sociais, apoiando-se na Teoria do Espaço Turístico de Boullón (2002).

No reconhecimento das relações sociais no espaço, busca-se compreender a apropriação e definição dos territórios das localidades estudadas. Retrata-se, fundamentalmente, uma condição de consumo espacial, embasada em Bourdieu (2003) e suas tipologias diversas do indivíduo. Nelas, relacionam-se o sujeito e espaço por uma dimensão cotidiana (SIMMEL, 2006), para no entendimento dos atores, reconhecer as novas formas de apropriação no espaço.

Reconhecimento das bases teóricas

São características da cidade moderna: a economia em movimento e a invenção das práticas funcionalistas (LEPETIT, 2001, p.51). Sabe-se que cidade e sociedade são categorias distintas. Porém, a questão social e a questão urbana se sobrepõem com naturalidade. A cidade se realiza e se materializa, ao ser ela feita de pedra e cimento. Assim, o estudo da cidade “*dispõe de uma materialidade, [que] constitui uma forma que se estende no espaço*” (LEPETIT, 2001, p.74).

Entender a formação urbana no Brasil baseia-se em duas questões distintas: A lógica presente no imaginário do colonizador e a das condicionantes locais. Assim, o colonizador, sobretudo europeu, encontra condições diversas no continente sul-americano. Estes são estatutos na formação urbana brasileira. Entretanto, o imaginário europeu define a lógica ocidental na América do Sul. Tal condição justifica o entendimento da cidade européia proposto por Benevolo (1983) em localidades distintas e distantes. Nas reflexões acerca de todo o mundo, seu recorte, é reforçando na formação urbana européia, fundada ultramar, como povos colonizados.

A pesquisa histórico-morfológica (BENEVOLO, 1983) associa o assentamento humano a algumas condições: A existência de condições físicas ambientais e suas relações espaciais; A produção agrária ou extrativista como condições específicas para sua formação; As necessidades humanas se reproduzem como necessidades sociais. Na condição cultural na América, “*os mercadores europeus encontram um enorme espaço vazio, onde*

podem realizar novos grandes programas de colonização e de urbanização” (BENEVELO, 1983, p.469). Normalmente, esses recaem em instruções para instalações em tabuleiros retilíneos e projetados. Assim, a colonização espanhola elabora suas cidades sob as leis urbanísticas de 1573, que pré-estabeleciam essas condições. Define-se novas formas e funções urbanas.

O Urbano pode ser entendido como “uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, a saber, o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior” (CASTELLS, 2000, p.40). Nele, os processos de urbanização e a cultura urbana apresentam-se em constante contradição, e pode ser compreendido como uma dimensão. Assim, seu conteúdo social relaciona à Cidade, como primeira natureza, embora, seu valor, hoje, pode definir como uma “*utopia libertária*” (CASTELLS, 2000, p.145). A estrutura da cidade não se restringe a sua morfologia, “*ele é suporte de um modo de vida mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana*” (LEFEBVRE, 2001, p.11). A cidade, materialidade, tem o **urbano** ou **sociedade urbana** como abstração de uma “*prática social em marcha*” (LEFEBVRE, 2004, p.28). Nela, definem-se tipos de urbanização, com as estruturas urbanas estabelecidas e diferenciadas nas formas e funções. No seu processo formador, elementos são introduzidos – como o automóvel – que configuram novos valores e funções nas ruas, apropriando e expropriando, destruindo a vida social e conferindo valores de organização e de consumo.

A análise do **fenômeno urbano**, assim como nas relações sociais é complexa. Nela, envolvem-se estruturas visíveis e invisíveis em que cada novo avanço implica novas interpretações. Desta maneira, aborda-se “*o fenômeno urbano pelas propriedades formais do espaço antes de estudar as contradições do espaço e os seus conteúdos, ou seja, de empregar o método dialético*” (LEFEBVRE, 2004, p.59). Na definição das formas espera-se reconhecer as funções e estruturas para proceder à análise do fenômeno urbano nas **centralidades** e nos **movimentos**.

Definição de fluxos e fixos na formação espacial

A cidade e o urbano estão relacionados a um determinado Modo de Produção (MORAES, 2002). Nele se “*exprime toda uma concepção geral da produção das relações sociais, quer dizer, em definitivo, uma teoria da mudança social, uma teoria da revolução*” (CASTELLS, 1983, p.145), com um sistema de valores, normas e relações sociais. Entretanto, encontra uma reação de produção na centralidade, no adensamento, na densidade, que são as suas essências.

A respeito de formas, e a sua relação com a lógica social e o seu comportamento, Castells (1983, p.156) pontua sua existência, particularmente “*com respeito à vida social local, em particular com referência aos vizinhos*”, e afirma que unidades de vizinhança reforçam o sentimento de filiação espacial.

O espaço social é definido como de produção social (LEFEBVRE, 1974, p.15). Este pode ser pensado pelos componentes “*geográficos, econômicos, demográficos, sociológicos, ecológicos, comerciais, nacionais, continentais, mundiais*” (SANTOS, 1997, p.24). Um valor marcante refere-se à formação de circuitos superiores e inferiores da economia. Relação de uma constante contradição da estrutura capitalista (SANTOS, 2004). Esta po-

de justificar as atividades e as relações espaciais que engendram com os econômicos e sociais.

Porém, pensa-se no estatuto do espaço como uma **organização** de relações diversas, envolvendo **formas, funções, estruturas e processos** que definem a totalidade do espaço. A forma evidencia os aspectos visuais, a exterioridade do espaço (ou um dos aspectos da realidade). A função, o papel do objeto criado (como o trabalho e o lazer) ou mesmo o consumo de determinados locais pelo visitante. A relação restrita entre forma e função desenvolve-se, diretamente, tendo um cuidado com seu caráter funcionalista, que retira elementos de uma realidade histórica e suas características sócio-econômicas.

A estrutura não apresenta uma exterioridade imediata, representando a inter-relação dos objetos, por meio da natureza social e econômica da sociedade, e o processo que remete ao seu movimento temporal. Esta categoria se elabora por uma constante transformação, evoluindo partir de um dos três princípios: as **ações externas**, responsáveis pela evolução do sistema; o **intercâmbio** entre subestruturas, capazes de evolução própria, e a **evolução particular** de cada elemento isoladamente (SANTOS, 1985, p.17). Afinal, *“quem diz cultura ou civilização diz formas e processos e diz conteúdos, dos quais é certo que nem sempre podemos destacar ou desgrudar as formas e os processos, segundo o desejo de Simmel, sem destruir a vida do conjunto ou totalidade”* (FREYRE, 1973, p.141).

As estruturas combinam relações estáticas e em movimento. Tal condição permite o seu entendimento por fluxos e fixos. Dessa maneira,

cada lugar, ademais, tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo. Este, como se sabe, é formado de produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo. (...) Como os circuitos produtivos se dão, no espaço, de forma desagregada embora, não desarticulada, a importância que cada um daqueles processos tem, a cada momento histórico e para cada particular, ajuda a compreender a organização do espaço (SANTOS, 1985, p.3).

O espaço se realiza por uma constante dialética entre conjuntos de fixos e fluxos. Objetos e ações se interagem definindo realidades espaciais, como as formas urbanas. Nelas, o homem, por toda a sua história, determina fluxos diversos. Movimentação e fixação definem as formações dos assentamentos. Urbes são constituídas por interesses de grupos em fluxos, e assim, constituem estruturas fixas. Essas, por natureza, têm seus valores definidos por fixos, ou seja, objetos distribuídos no espaço.

Inicialmente, na formação urbana, novos povos são transplantados. Assim, novos fluxos se estabelecem, penetrando no continente americano. A necessidade de transformação da natureza inicial, faz apropriar o espaço. Atualmente, a urbanização turística (MULLINS, 1991; CESAR, 2010)

Especificidade do objeto de estudo

Com o fim do período colonial, o país se envolve com os grandes fluxos internacio-

nais. A abertura dos portos oficializa a vinda de diversos grupos étnicos. Tal questão possibilita um maior intercâmbio de pessoas, produtos e idéias.

A formação de áreas urbanas e rurais associadas à fluxos migratórios tem tipologias definidas, principalmente, nas regiões sul e sudeste do Brasil. Assim, a Lei 514 de 12 de outubro de 1848 define novos usos a áreas devolutas, possibilitando sua inserção com a agricultura familiar do estrangeiro (DIÉGUES JUNIOR, 1964). No norte e nordeste, a presença da estrutura agrária do grande latifúndio, que predomina, inviabiliza novas formas urbanas.

No Rio Grande do Sul, entre os anos de 1874 e 1876, criam-se as colônias de Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel. Essas são regidas pelo Decreto 1318, de 30 de janeiro de 1885, que regulamenta a Lei de Terras de 1850. Dessa maneira, o governo estimulou a vinda de imigrantes europeus que pudessem instalar na região, beneficiados pela referida lei, e permitindo a aquisição de propriedades por estrangeiros (DE BONI, 1983). Os imigrantes italianos acompanham os projetos já exitosos da migração alemã, ocupando áreas devolutas do nordeste deste Estado(no momento Província), e transformando em regiões produtivas. A política de colonização implantar, nessa região, núcleos coloniais com a finalidade de desenvolver uma agricultura marcada pela policultura, que abastece a Província e, ao mesmo tempo, dispor de mão-de-obra especializada. Estabelece-se uma nova paisagem cultural.

O regime de pequena propriedade caracterizou originalmente os núcleos assim constituídos – de alemães, italianos, poloneses, ou mistos, estes, aliás, raros – dando um sistema de organização econômica que contrastava com o regime de grande propriedade da colonização portuguesa (DIÉGUES JUNIOR, 1964, p.70).

O nordeste gaúcho se caracteriza como área de imigração. Na região de Caxias do Sul predomina a formação espacial pela migração italiana, em contraponto com a área de Gramado, de influência alemã. Hoje, essas regiões e seus respectivos municípios, têm um forte apelo na questão da movimentação de turistas, embasada nos valores étnicos dessas culturas europeias.

Na área, tem-se em sua tipologia de assentamento inicial, o reconhecimento da propriedade privada nas transformações do uso do solo para o proprietário privado. Assim, com rara exceção, o imigrante é agente da privatização e do parcelamento do espaço rural e urbano. Sua formação, com indicadores econômicos exitosos, define toda uma condição de reprodução espacial. Nesse sentido, verifica-se a dificuldade de formação de bolsões fundiários por parte do poder público, o que torna essa área, provavelmente, um dos espaços mais privatizados do país. O território se caracteriza pela existência do proprietário típico, detentor dos modos de produção.

Atualmente, os descendentes do imigrante detêm a reprodução socioeconômica da região. Entretanto, esse êxito econômico determina duas questões: A formação de concentração fundiária típica e a criação de zonas de atração de novos, e distintos, grupos sociais. O crescimento industrial define novos ciclos de crescimento econômico e migratório. Esses, oriundos, fundamentalmente, de outras regiões deste estado e do país, não encontram espaços vazios para ocupar. Assim, esta cidade de porte médio tem uma his-

tória marcada pela industrialização desde a sua ocupação inicial no século XIX.

O nordeste gaúcho se caracteriza por uma formação econômica em diversas etapas. Inicialmente, por atividades agrícolas e extrativas seguidas por um intenso comércio intra-regional, que propiciou a presença de atividades manufatureiras e, mais tarde industriais, estruturadas pela expansão de suas oficinas e pequenas indústrias (HERÉDIA, 1997). Sua economia, marcada por características industriais, expandiu-se no período das guerras mundiais e na metade do século XX, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (JK). Assim, seu perfil tradicional se alterou para um perfil de indústrias dinâmicas, voltadas para o setor secundário, na área das indústrias metalúrgicas, mecânicas e elétricas. Nos anos noventa, modernizou seu parque industrial com a introdução de novas tecnologias que permitiram alterar o modelo de produção fordista para o modelo mais contemporâneo, racional e flexível. Associado ao desenvolvimento industrial está um crescente e desordenado processo de urbanização com o conseqüente surgimento de núcleos originados de ocupações irregulares. Neste período, definem-se novas perspectivas nos setores de serviços e, principalmente no turismo.

No município **Caxias do Sul**, o turismo se sustenta em três questões: como Centro de Distribuição do visitante pela região, com um apelo na visitação a roteiros de produção vinícola e no turismo de compras e negócios (POLONI, 2010). Os equipamentos e serviços turísticos estão localizados, predominantemente, no centro da cidade. Tal condição se justifica, principalmente, ao observar que a força de atração ao município está mais relacionada às indústrias do setor metal-metalúrgico e   condição de cidade sede regional. Essas referências estabelecem a visitação a Caxias do Sul.

Quando analisados os atrativos, os equipamentos e a infraestrutura turística de Caxias do Sul, partindo da localização desses elementos, foram delimitados os mais significativos (BOULLÓN, 2002). A aproximação dos equipamentos turísticos, forma naturalmente, agrupamentos. V -se um eixo principal na Av. Júlio de Castilhos, partindo da Praça Dante Alighieri. Verifica-se, uma predominância dos equipamentos urbanos e turísticos na área central, notadamente, no entorno da praça da Igreja Matriz (Praça Dante). A  rea próxima dos pavil  es da Festa da Uva e ao campus da Cidade Universitária apresenta uma concentração menor. Os demais bairros da cidade se mostram bastante desprovidos de atrativos. Nota-se também que os atrativos são em menor quantidade que os equipamentos turísticos (Figura 1).

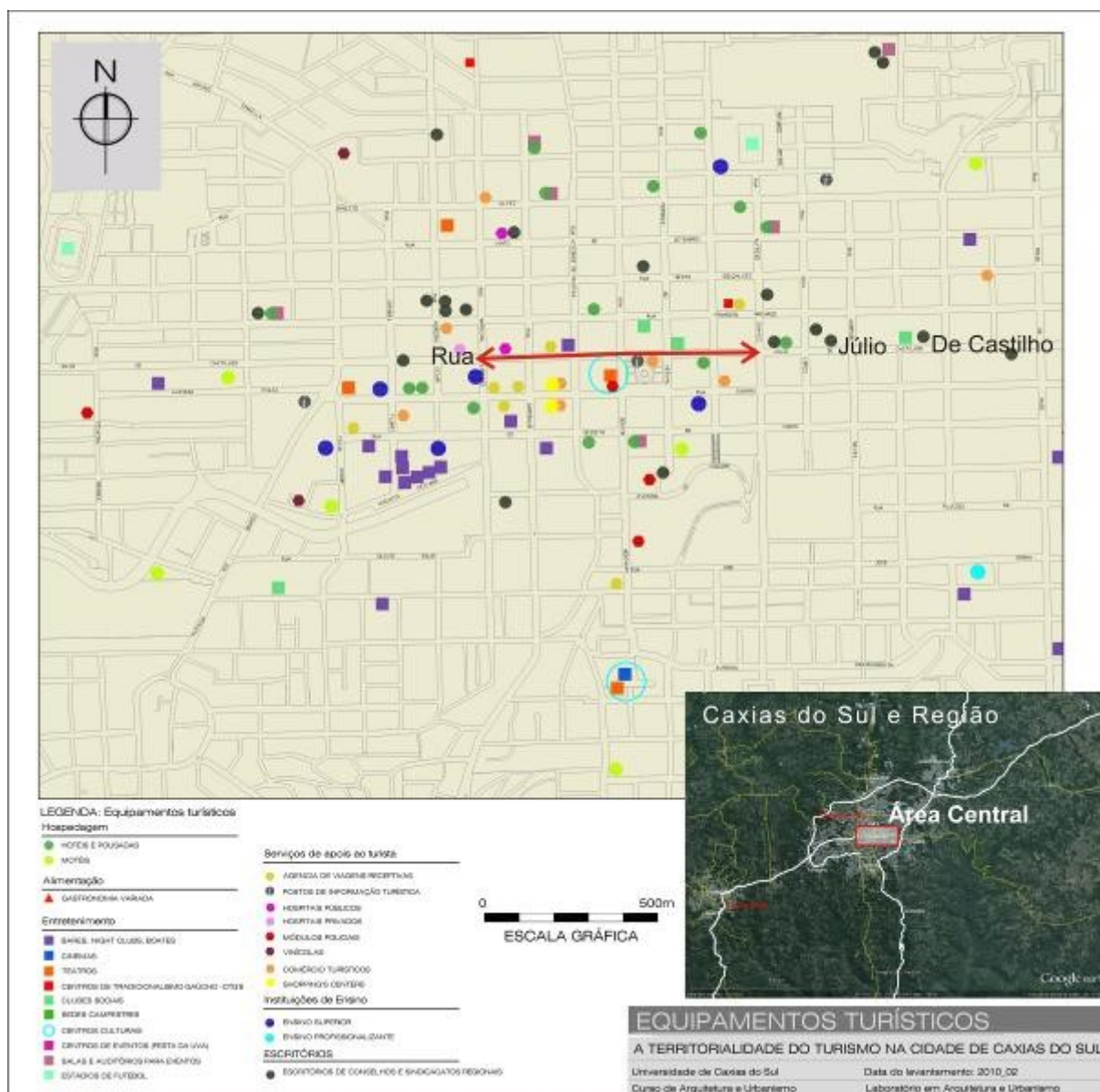


Figura 1: Área central de Caxias do Sul. Fonte: Plano Diretor, 2007. Adaptada pelo autor.
Figure 1: Central area of Caxias do Sul. Source: Master Plan, 2007. Adapted by the author.

A Teoria do Espaço Turístico de Boullón (2002) se mostrou supra-regional, perante as classificações do autor quanto à superfície de abrangência, que resultariam na divisão territorial em diversas categorias. Destaca-se **Caxias do Sul** como **Centro de Escalas**. Esses são locais de escala entre conexões da rede de transporte, em que a permanência do turista é curta, de até 24 horas, e geralmente apresentam maior quantidade de equipamentos turísticos do que atrativos. A cidade parece ajustar-se a esta classificação, pois, pelo seu porte, apresenta uma Estação Rodoviária de

uso regional e um Aeroporto com vôos regulares. Destaca-se que o município está localizado entre os três principais destinos turístico do Estado, que são Porto Alegre, Bento Gonçalves e Gramado (TOMAZZONI, 2007), e oferece grande quantidade de equipamentos e infra-estrutura turística, que serve de apoio a estes centros indutores de turismo.

Gramado apresenta outra reprodução espacial em virtude da dimensão da visitação turística. Definida como **Centro Turístico** (ROSA, 2011), percebe-se que a maior concentração dos atrativos fica na parte leste do município, que faz divisa com o município de Canela (Figura 2). As duas avenidas, Borges de Medeiros e das Hortênsias, são as que possuem as maiores aglomerações de serviços. A hotelaria é bem distribuída, mas prevalece à aproximação com o município de Canela (RS) e com os atrativos. Os equipamentos gastronômicos se instalam nas proximidades da rede hoteleira de forma a atrair os visitantes para o consumo de seus produtos. Essa proximidade viabiliza o turismo.

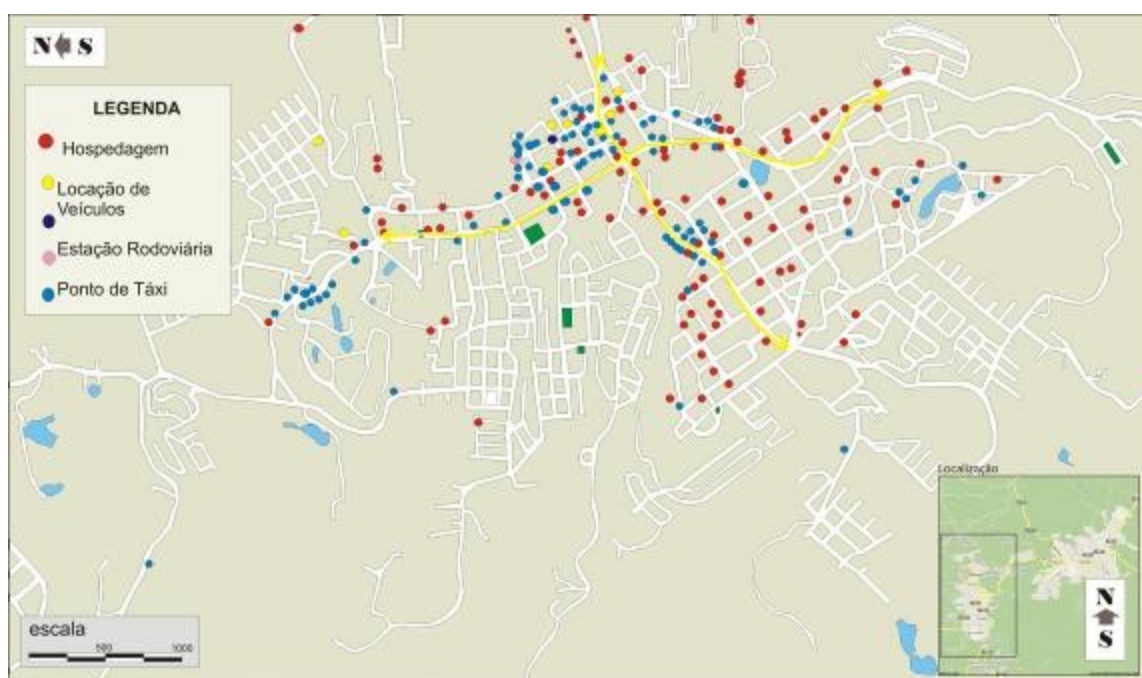


Figura 2: Área central de Gramado. Fonte: Autoria própria.
Figure 2: Central area of Gramado. Source: Author own.

Observa-se, no entanto, que existe uma preocupação urbanística em não avançar a rede gastronômica mesmo que próxima aos hotéis, na parte oeste do município. Esta distribuição espacial evita a descaracterização das áreas de convívio cotidiano dos moradores. Para o turista, esta configuração facilita o direcionamento ao centro da cidade, onde pode ser atraído a efetuar suas compras no comércio local. As agências bancárias se agrupam também na área central urbana, em direção a Canela. Essas configurações evidenciam, no município, a delimitação de áreas de destino ao tu-

rismo, consumo e eventos.

Considerações finais

A sociedade está em constante movimento. Essas ações proporcionam, a todo o momento, novas configurações espaciais. Raramente, estuda-se, no urbanismo, o homem por esta natureza sedentária. O recorte se faz no repouso, no assentamento, nos dias atuais, no entanto, demanda-se refletir à sociedade por suas condições de fluir.

Nesse recorte espacial, inicialmente, o imigrante atravessa um oceano para defini-las, transplantando, impondo e condicionando suas estruturas culturais e sociais. Nelas, as bases físico-territoriais materializam-se os interesses diversos de formação de áreas urbanas e rurais. Valores distintos são definidos considerando os fluxos e definindo as bases da atratividade para a formação da urbanização turística. A expansão da urbanização das cidades é um dos principais fatores para as transformações urbanas. A região do nordeste gaúcho, incluindo, principalmente, a Região das Hortênsias (Gramado), possui uma forte caracterização territorial em virtude da formação de áreas para o turista. Esta situação se justifica, em grande parte, pelo papel econômico que o setor representa. O turismo nesta região se consolida. A acessibilidade por meio das diversas vias de acesso com sinalização turística adequada demonstra essas novas formações urbanas. Nesses locais, configura-se grande número de atrativos culturais, principalmente, com apelo de consumo.

No local, diversas formas de produção são elaboradas. Muitas, ou todas, com a presença de circulações distintas que configuram a base da formação urbana das cidades. Seu reconhecimento se torna necessário para o entendimento da totalidade da localidade.

Referências bibliográficas

- BENEVELO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BOULLÓN, R.C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5ªed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e terra, 2000.
- BORBA, S.V. Indústria e estruturação do espaço regional: agentes da estruturação espacial da Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **Tese** (doutorado). PPG Sociologia-UFRGS, 2003.
- CÉSAR, P.A.B. Urbanização Turística: esboço para a definição de uma categoria do espaço social. **Turismo em Análise**. São Paulo, n.21, Ago. 2010, pp. 1-15.
- DE BONI, L.A. **A Itália e o Rio grande do Sul IV**: Relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas. Caxias do Sul: EST e EdUCS, 1983.
- DIÉGUES JUNIOR, M. **Imigração, urbanização, industrialização**: estudos sobre al-

guns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Inep-Mec, 1964.

FREYRE, G. **Sociologia**: introdução ao estudo dos seus princípios. 5ª Ed. Livraria José Olympio e INL/MEC, Tomo I, Brasília: 1973.

HERÉDIA, V.B. Processos de industrialização da zona colonial italiana. Caxias do Sul: Educs, 1997.

LEFEBVRE, H. **La production d'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, H. Perspectiva da sociologia. In MARTINS, J.S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEPETIT, B. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.

MORAES, A.C.R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 4ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MULLINS, P. Tourism urbanization. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.15, n.3. 1991, pp.326-342.

OMEGA, N. A fisionomia da cidade colonial. In FERNANDES, F. (org.). **Comunidade, sociedade no Brasil**: Leituras básicas de introdução ao estado macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional e EdUSP, 1972, pp.86-94.

POLONI, F.. **A territorialidade turística em Caxias do Sul**. Relatório de Iniciação Científica. Caxias do Sul: UCS, 2010.

REIS FILHO, N.G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil**: 1550/1720. São Paulo: Pioneira, 1968.

ROSA, R. **A territorialidade turística na região das Hortênsias**. Relatório de Iniciação Científica. Caxias do Sul: UCS, 2011.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 5ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**: individuo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SOJA, E.W. **Geografia pós-moderna**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TOMAZZONI, E.L. Turismo e desenvolvimento regional: Modelo APL aplicado à região das Hortênsias (Rio Grande do Sul-RS). São Paulo: **Tese** (doutorado) , ECA-USP. 2007.

WEBER, M. Conceitos e categorias da cidade. In VELHO, O.G. (org.). **O fenômeno urbano**. 4ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Pedro de Alcântara Bittencourt César: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil.

Email: bittencourt_tur@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0900226519393513>

Eurico de Oliveira Santos: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil.

Email: eurico58@terra.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7321278494223871>

Data de submissão: 27 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 20 de novembro de 2012

Data do aceite: 20 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

O turismo, a reinvenção e a espetacularização na Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás (GO)

The tourism, the reinvention and transformation in spectacle in the Procession of Fogaréu of Cidade de Goiás (GO, Brazil)

Luana Nunes Martins de Lima

RESUMO

O artigo tece considerações sobre a dinâmica socioespacial instalada na Cidade de Goiás por meio da festa religiosa da Procissão do Fogaréu. Apresenta uma discussão sobre a contribuição da festa na construção da identidade local e na existência de territorialidades, mediante uma pesquisa bibliográfica conceitual e temática, e a observação. Como resultado dessa discussão, é feita uma problematização das transformações e persistências nas práticas socioespaciais dos sujeitos, enfocando a “reinvenção” da festa, sua espetacularização e sujeição ao mercado turístico.

PALAVRAS-CHAVE: Procissão do Fogaréu; Identidade Cultural; Território; Turismo.

ABSTRACT

This article aims to analyze the socio spatial dynamic installed in the Cidade de Goiás through religious party of the Procession of Fogaréu. It presents a discussion about the contribution of the party in the construction of local identity and in the existence of territoriality, through a bibliographic conceptual and theme research, and the observation without participation. As results of this discussion, it's done a problematization of the changes and the persistence in the socio spatial practices of the citizens, focusing the "reinvention" of the party, its transformation in spectacle and merchandise.

KEYWORDS: Procession of Fogaréu; Cultural Identity; Territory; Tourism.

Introdução

As manifestações culturais têm ocupado um lugar relevante no que tange à valorização da cultura dos lugares, pois apresentam características materiais e simbólicas que representam de alguma forma a própria identidade desses lugares, além de legarem uma singularidade ao território. Por essa razão, entre outras, o estudo das manifestações culturais tem sido apropriado pela Geografia na perspectiva de pensar o território a partir das práticas socioespaciais que nele se inscrevem.

Diante disso, no presente artigo será apresentado o universo cultural da Cidade de Goiás, representado por uma das mais difundidas manifestações culturais e religiosas locais, na qual se evidencia a participação da comunidade na construção da memória identitária da cidade ao preservar e cultivar até os dias de hoje suas tradições como um princípio de vida.

Pela discussão desenvolvida pretende-se conduzir a uma reflexão sobre qual tem sido o papel da Procissão do Fogaréu no processo de afirmação da identidade da Cidade de Goiás e como, na atual etapa de reprodução do capital, essa identidade local é capturada pela lógica do valor de troca, agregando valor a práticas culturais, tornando-as produtos do turismo e do lazer e interferindo direta ou indiretamente no modo de vida da comunidade em questão e nos sentidos que a mesma atribui à festa.

A Procissão do Fogaréu como elemento da identidade local

De acordo com Silva (2001), a Cidade de Goiás, Patrimônio Histórico da Humanidade desde 27 de junho de 2001, título conferido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), conserva mais de 80% de sua arquitetura barroco-colonial original, possuindo diversos elementos que marcam a identidade local, como os muros de rochas feitas por escravos no século XVIII, as igrejas, os mosteiros e os cruzeiros no cume dos morros, os casarios, os palácios, os museus que dão guarida a documentos e pertences dos bandeirantes colonizadores, os becos e as ruas.

Considera-se também como marcos identitários a presença das doceiras, a culinária representada pelo empadão goiano e pelo arroz-com-pequi, os licores produzidos com frutos típicos do cerrado, os quadros de areia de Goiandira Couto, a figura de Cora Coralina (cuja casa se tornou museu) e suas poesias que homenagearam Goiás e sua gente.

Além disso, a cidade situa-se no entorno da Serra Dourada e possui grandes áreas preservadas do cerrado. A cidade é conhecida também por sua festividade religiosa e pela criação, no final dos anos 90, do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), que atraem milhares de turistas todos os anos.

A principal festa religiosa na Cidade de Goiás é a Procissão do Fogaréu na Semana Santa, a qual, segundo dados do portal da Cidade de Goiás, foi introduzida na antiga capital pelo padre espanhol João Perestelo de Vanconcelos Espíndola, por volta de 1745. Esta manifestação se apresenta como um referencial, símbolo da cultura vilaboense e goiana.

Todos os elementos citados, tanto os de caráter material como aqueles que se expressam simbolicamente dão forma à paisagem local e ordenam o território. A paisagem e o território, então, *“são dimensões marcadas por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade que ativam a memória e situam os grupos definindo suas identida-*

des” (ALMEIDA; VARGAS; MENDES, 2011, p. 33).

Para Castells (2006), a construção de identidades forma-se a partir do que é fornecido pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações religiosas. Entretanto, o autor ainda afirma que *“esses materiais são processados pelos indivíduos [...], que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua ótica de tempo/espço”* (CASTELLS, 2006, p.23).

Apreender essas relações e significações que os indivíduos estabelecem na construção de identidades implica em considerar o espaço em que vivem os mesmos e reconhecer que a construção material e a construção simbólica do espaço se articulam dialeticamente, resultando na formação de territórios.

Almeida (2008, p. 58-59), considera o território, antes de tudo, como *“uma convivência, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural”*. E na relação da identidade social com o território situa-se a territorialidade, que para a autora, remete tanto às questões de ordem simbólico-cultural como também ao sentimento de pertencimento a um determinado território. Nesse sentido, ela ressalta que *“a cultura, como dimensão de operações simbólicas, adere às paisagens e as constrói, conformando-as mediante vivências e significações”*.

É nas sociedades mais tradicionais que *“as ligações entre os grupos humanos e o espaço onde eles moram são mais diretas e mais fortes”*, conforme enfatiza Claval (2008, p. 17). Na medida em que as sociedades se modernizam, as formas de territorialidade, embora não desapareçam, tendem a sofrer mudanças, como demonstrado em estudos mais recentes. Isso ocorre também com a turistificação de lugares, como será apresentado mais adiante.

As festas, como a Procissão do Fogaréu, se constituem como um importante elemento na construção de identidades e de tradições manifestas em práticas culturais. Bezerra (2007a, p. 4), ao destacar a função da festa no processo de (re)afirmação das identidades locais, faz a seguinte consideração:

A festa, neste contexto das representações, assume um papel importante, pois seu caráter tanto material quanto simbólico contribui para que ela assuma a função de produtora de uma identidade da cidade.” [...] Neste cenário das imagens e das representações sobre a cidade, a festa, tem ganhado uma centralidade, pois seu poder de impressionar, seu caráter estético e ao mesmo tempo simbólico, tem contribuído para que ela assumisse o papel de representação da identidade local.

O destaque da Procissão do Fogaréu como referência identitária em Goiás se insere num contexto nacional. Na década de 1970 houve uma mudança na ideia que se tinha de Patrimônio, que deixou de ser apenas o material, agregando também o imaterial. Mariani (1999) afirma que a partir dessa década, as manifestações populares, culturais e artísticas, passam a figurar entre o conjunto de bens representativos da identidade nacio-

nal, e selecionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa ideia foi sendo cada vez mais arraigada nas populações das cidades históricas, fortalecendo seus laços identitários a partir de suas manifestações culturais.

No caso da Cidade de Goiás, a Procissão do Fogaréu, bem como seus símbolos e signos estão intimamente atrelados ao cotidiano dos moradores, como se já fizesse parte de suas vidas. A construção da identidade local, no uso dessa festa religiosa, ultrapassa a noção materializada da festa. Mas como a própria identidade está em constante processo de construção, a forma de apropriação e de sentidos atribuídos à festa também são múltiplos e relacionam-se ao espaço e ao tempo. Sobre isso, Almeida, Mendes e Vargas (2011, p.27), consideram que *“o espacial, ao ser permeado por distintas temporalidades, gera, ininterruptamente, novas configurações, que, certamente, desencadeiam persistências e/ou reconfigurações identitárias”*.

Procissão do Fogaréu: as partes da celebração

A Semana Santa da Cidade de Goiás é uma celebração religiosa tradicional que se assemelha a outras festas no Brasil, em termos de magnitude e repercussão midiática. A festa começa à meia noite da quarta-feira da semana santa, de acordo com o calendário católico, quando as encenações sobre a Paixão de Cristo movimentam a comunidade, os organizadores e os turistas, que acompanham o ritual com devoção e curiosidade. A celebração envolve a encenação das principais passagens bíblicas que antecedem a crucificação de Cristo pelas ruas da Cidade de Goiás.

De acordo com as informações disponibilizadas no portal da Cidade de Goiás¹, a Procissão do Fogaréu inicia-se com uma representação do caminho que os romanos percorreram na “caça inquisitorial” a Cristo. Quarenta homens encapuzados com indumentárias coloridas, denominados “farricocos”, que representam os mantenedores da ordem (perseguidores), carregam tochas acesas entre as ruas escuras ao som dos tambores da fanfarra. Habitualmente, eles partem da Igreja da Boa Morte e andam descalços pelas velhas ruas da antiga Vila Boa. Fazem sua primeira parada na porta da Igreja Nossa Senhora do Rosário, diante dos “restos da última ceia”. Neste momento, o rufar dos tambores diminui, sendo realizada a primeira pregação (homilia) religiosa. Em seguida, os farricocos acompanhados pela multidão, seguem para a Igreja de São Francisco de Paula, que representa o Monte das Oliveiras. Um dos farricocos, portando um estandarte de linho pintado em duas faces (obra do artista plástico Veiga Valle, atualmente substituído por outro, obra de Maria Veiga) que simboliza Jesus Cristo, anuncia a prisão do Salvador ao som de um clarinete executado por outro farricoco, quando então é feita a última pregação (homilia), único ato litúrgico realizado pelo Bispo Diocesano, no pátio da Igreja de São Francisco de Paula, contando a prisão de Jesus. Logo após a pregação, o povo acompanha os farricocos de volta à Igreja da Boa Morte, onde se encerra a procissão.

Durante a procissão, a companhia de energia suspende a iluminação pública. O percurso é iluminado pelas quarenta tochas levadas pelos farricocos e por outros archotes distribuídos entre o público que acompanha os mesmos.

Por muitos anos, o Coral Solo, criado na década de 1970 pelos irmãos Curado e considerado o principal conjunto vocal da cidade, entoava motetos em latim durante a procissão. São cantadas três peças dos Motetos dos Passos, no início (*Exeamus*), na parada do Rosário (*Domine*) e após a prisão de Cristo (*Pater*). A fanfarra, que consiste em tambores

tocando marchas rápidas, foi introduzida por volta de 1965, com fim de se fazer silêncio.

A figura dos farricocos retoma as cerimônias espanholas litúrgicas e paralitúrgicas da Semana Santa, como as de Toledo e Sevilha, e ao período da inquisição. Os trajes são de origem medieval, os quais eram comumente utilizados por penitentes, que podiam, dessa forma, expiar seus pecados sem terem que revelar publicamente sua identidade. Originalmente, nesta cerimônia só os homens tinham permissão para participar.

A Procissão do Fogaréu é repleta de detalhes e os elementos nela presentes, como a escuridão, as tochas acesas, os homens encapuzados, entre outros, criam um clima medieval assustador e excitante, onde a superstição também está presente. Existem crenças populares de que o demônio estaria solto pelas ruas da cidade nesta noite, aterrorizando a todos e, principalmente, as crianças que iam para a cama mais cedo. Há também outras crendices relacionadas à presença de personagens do folclore brasileiro, como lobisomem e mula-sem-cabeça, principalmente na zona rural.

Ainda segundo os dados disponíveis no *site* oficial da cidade, a procissão dura cerca de uma hora e meia e é acompanhada por cerca de 10 a 15 mil pessoas todos os anos, conforme a média divulgada pela Polícia Militar (PM). A preparação da festa começa um dia antes, com o reconhecimento do trecho a ser percorrido pelos integrantes, marcando o lugar de cada um no trajeto e nas paradas. No dia da procissão, às 15 horas, é realizado o preparo das tochas, e às 19 horas, o último ensaio antes do início da Procissão.

Os eventos que se seguem após a Procissão do Fogaréu, na quinta e na sexta-feira da Semana Santa são, respectivamente, a representação do Lava-pés e a Paixão de Cristo. Na Quinta-Feira Santa é celebrada a missa do Lava-pés e a Santa Ceia na Catedral, na Igreja Nossa Senhora do Rosário e na Igreja Santa Rita. Na Sexta-Feira Santa as atividades começam às 6 horas, com a realização da Via Sacra, da Catedral ao Morro do Cruzeiro e, às 15 horas, a comemoração da Cruz na Catedral. Na sexta-feira à noite são realizados o canto do perdão, na Igreja São Francisco de Paula e o Descendimento da Cruz, na Praça do Chafariz. O Sábado Santo é marcado por silêncio, retiro e orações, com penitência comunitária e individual, às 19 horas, na Catedral. No Domingo de Páscoa, as atividades se encerram com missas de manhã e à noite.

Outro exemplo de festividade que remonta a encenação da Paixão de Cristo na Sexta-Feira Santa, pertinente mencionar por sua contextualização, é realizado há onze anos pela comunidade de Quixaba, em Aracati, no litoral leste do Ceará, a 150 quilômetros de Fortaleza. De acordo com informações disponibilizadas no site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a dramatização reúne cerca de 300 atores, com elenco formado principalmente por moradores da localidade e todos os anos atrai um público médio de 7 mil pessoas, entre moradores da região, turistas estrangeiros e de vários estados do Brasil.

Na cidade-teatro Nova Jerusalém, no município de Brejo da Madre de Deus em Pernambuco, a Semana Santa com a encenação da Paixão de Cristo tem sido alvo das campanhas promocionais de agências turísticas. O elenco reúne atores regionais, mas também intérpretes de renome nacional nos principais personagens, o que reforça o sentido de espetáculo da festa.

Além de uma expressão de religiosidade e da cultura popular brasileira, as encenações da Semana Santa representam uma atração turística. Há muitos anos essas festas tradicionais atraem milhares de turistas do Brasil e do exterior. Em Goiás e no Ceará, o SEBRAE apoia espetáculos que fazem parte dessa tradição cristã, patrocinando confecção de camisetas, bonés, entre outros; disponibilizando ônibus para uso da organização; realizando filmagens a fim de divulgação; e fortalecendo o empreendedorismo em agências de viagens, hotéis, pousadas e comércio local (artesanato, alimentação).

Já consta na Cidade de Goiás a existência de políticas da administração local, bem como instituições de ensino e órgãos que se dedicam à divulgação e à publicização da Procissão do Fogaréu. Vale ressaltar que o Grupo Focal é formado por representantes da comunidade que apoiam a sua realização e a Organização Vilaboense de Arte e Tradição (OVAT) é a executora da festa religiosa.

Tendências do mercado: reinvenção e espetacularização

Alguns elementos importantes podem ser identificados a fim de compreender a dinâmica instalada na cidade por meio da Procissão do Fogaréu, a saber: a dimensão territorial e cultural da Procissão do Fogaréu e sua correlação com o espaço em que ocorre e com o contexto social, levando-se em conta aspectos da própria geografia local; as políticas culturais e o papel de órgãos e organizações na representação da cultura na cidade; a atuação local da mídia; e, principalmente, o desenvolvimento do turismo, que se estabelece como principal atividade econômica na cidade.

É importante ressaltar que vivemos em um tempo em que tudo é cultural e tudo pode se tornar patrimônio, muitas vezes, por razões políticas, particularistas e mercantis. Costa (2010) parte de uma concepção simbólica de cultura enquanto um padrão de significados incorporados nas formas simbólicas e materiais, para esclarecer como a indústria cultural, por meio dos processos contemporâneos de globalização econômica, se relaciona com as localidades e as formas culturais num processo que resulta em sua intensa mercantilização. Sobre essa cultura materializada ou não no território, surge *“a tendência dialética da construção e da desconstrução dos lugares, da revalorização da paisagem, na sociedade contemporânea permeada pela própria reprodução do dinheiro no território, produzindo o real espetáculo da sociedade”* (p. 88).

O turismo, então, se apresenta como uma nova tendência de apropriação do espaço estabelecendo-se nos lugares na busca por assegurar uma visibilidade e um conjunto de práticas que revalorizem esses lugares.

A atividade turística deve ser analisada como um fenômeno econômico-cultural moderno dinamizado por uma sociedade de consumo e, portanto, essa análise deve se estender para além da dimensão material do espaço. A produção, a reprodução, a fragmentação e a homogeneização do turismo no espaço por meio das novas espacialidades da vida social, material e simbólica, por vezes produzem lugares turísticos subordinados aos atores hegemônicos, gerando uma desordem desmedida na estrutura social.

O turismo surgiu na Cidade de Goiás como uma proposta econômica de inclusão social, contribuindo para novas perspectivas de valorização da vida, para o usufruto de produtos culturais e para uma melhor distribuição de renda. Contudo, o mesmo está associado a uma economia de mercado que exclui parcelas significativas da população de participarem do crescimento econômico e social, além disso, transforma as manifestações

culturais, as práticas de fé, crenças, saberes e outros elementos da cultura popular em mero espetáculo a ser assistido, filmado e levado como memorial de um lugar exótico visitado.

Serpa (2007), ao tratar sobre o conceito de “espetacularização”, analisa alguns casos no estado da Bahia que apontam para esse fenômeno, nos quais ocorre o nascimento da cidade da “festa-mercadoria”. Nela, a história e a tradição dos lugares são industrializados, há requalificações e revitalizações urbanas e, ainda, a inserção no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo.

Novas formas de ação na gestão de bens culturais surgem todos os dias na tentativa de se articular o patrimônio cultural, material ou imaterial, ao turismo. Infelizmente, nem todas essas ações favorecem a inclusão da comunidade local, que preservou e guardou o bem histórico. Um turismo responsável é aquele voltado primeiramente para a comunidade, gerando novas perspectivas de melhoria da qualidade de vida a partir da utilização comprometida desse bem patrimonial.

Em uma abordagem sobre a disputa do território do Cerrado, Chaveiro (2008b) sintetiza como alguns atores que participam dessa disputa transformam a cultura do cerrado e sua potencialidade em negócio para lazer e turismo. Em suas palavras: *“As festas, as temporadas e eventos criados, dessa maneira, se ajustam à criação de um desejo baseado na performance, no narcisismo, na corpolatria, na autoajuda, na institucionalidade religiosa e outros”* (p. 85-86). Assim, adequa-se a cultura local à demanda pelo consumo.

Ainda sobre essa atuação mercadológica, Santos (2008, p. 130) afirma que *“a identidade pode ser evocada como tradição”* e *“na perspectiva histórica, ela pode se manifestar como sendo enraizada no lugar, sendo entendida como pertencimento, e no conjunto pode ser uma reação às forças do mercado, mas pode ser também uma resposta a elas”*. Baseando-se nessa afirmação, há também a necessidade de se considerar a festa como é vista e sentida pela própria comunidade local, ou seja, sua percepção sobre a forma de conexão da festa com a história e com a construção identitária da cidade, e que tipos de impactos ou contribuições o turismo expressa para essa comunidade.

Faz-se necessário também uma investigação do papel que a mídia desempenha com relação à festa em questão. Nas palavras de Bezerra (2007b, p. 70), é preciso *“situar esses entrelaçamentos entre festa, cidade e identidade nesse momento histórico da dinâmica capitalista em que o uso da imagem tem assumido uma centralidade, resultando assim no processo de espetacularização da sociedade”*. Ainda segundo a autora, esse uso da imagem está relacionado ao consumo, pois a manipulação do gosto e da opinião faz acelerar o tempo de giro na produção da volatilidade. *“É a partir desse quadro [...] que a publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora uma importância muito maior na dinâmica de crescimento do capitalismo”* (2007b, p.70).

Em abordagem ao impacto cultural dos meios de comunicação no mundo moderno, Thompson (1998) defende que o aspecto identificador da tradição não foi eliminado pelo desenvolvimento das sociedades modernas. A exposição da mídia não provoca o abandono da tradição; quando muito, remodela a tradição, expandindo-a e consolidando-a. A formação e a transmissão das tradições tornam-se cada vez mais dependentes das formas de comunicação que perderam o caráter face-a-face, pelos variados meios de comunicação. Com isso,

algumas consequências são destacadas pelo autor: 1) A adoção de uma fixação do conteúdo simbólico nos produtos da mídia para garantir a permanência temporal, o que geralmente não existe nos intercâmbios de comunicação face-a-face. 2) A transmissão da tradição se separa dos indivíduos com quem se interage no cotidiano, adquirindo certa autonomia e autoridade própria que permitem que as crenças e valores implicados a essa tradição persistam independentemente deles. 3) A ocorrência do desenraizamento dos lugares espaciais dentro dos quais os indivíduos viviam, libertando as tradições dos limites impostos pela transmissão oral peculiar da interação face-a-face. Isso, porém, não significa que a mídia destrói a conexão entre tradições e unidades espaciais. Ao contrário, as tradições são deslocadas sem perderem sua territorialidade, ou seja, são remodeladas para serem ligadas a diversas unidades territoriais, cujos limites ultrapassam os da interação face a face.

A respeito da última consequência apontada por Thompson (1998), é evidente que a Procissão do Fogaréu, em todo seu conteúdo simbólico, não se desvinculou ou se desenraizou da Cidade de Goiás. Contudo, a ação da mídia produziu o efeito de tornar a festa algo não mais de participação particular da cidade, mas voltada principalmente para os turistas.

Almeida (2004) trata do contraste entre desenvolvimento turístico e desenvolvimento local, enfatizando que a construção do espaço turístico se dá com a desconstrução do lugar. Assim, as transformações do ambiente e das relações sociais, bem como do patrimônio cultural que antes permitiram a existência desse lugar são em “função do outro”, para a conservação do atrativo e não para a valorização local, sendo esses elementos desterritorializados para serem exclusivamente revalorizados pelo turista.

O lugar deve corresponder às imagens e ao imaginário daquele que é turista, o que supõe um desvio do uso tradicional do lugar. *“É o olhar extasiado, do “outro”, do forasteiro, admirando paisagens que atribuem valor, [...] parte de seu próprio conjunto de valores e que, associado aos interesses do lucro, pela mídia, postais e guias de viagens, inventam o lugar turístico”* (ALMEIDA, 1998, p.125).

É possível observar a supervalorização da Procissão do Fogaréu como espetáculo “chave” da Cidade de Goiás. A despeito disso, não há igualmente o reconhecimento de uma cultura popular local. Afinal, as pessoas que assistem às encenações, representações e missas desconhecem, em grande parte, a história de vida dos moradores, a história da festa como prática da cultura vilaboense. Assim, elas não compreendem o sentido dos rituais e os valores, consumindo apenas as imagens.

Além disso, a espetacularização que permeia a festa gera uma grande preocupação com a imagem e requer esforços cada vez maiores dos participantes e da comunidade em geral para atender um público exigente.

Ao longo dos anos o uso mercadológico das manifestações culturais na cidade tendem sempre a transformá-las gradativamente, seja aumentando componentes nas representações, seja incorporando novos elementos aos rituais, ou ainda modificando as indumentárias, os instrumentos, etc, dando aos mesmos, novos padrões de destaque. Primordialmente, na representação da paixão de Cristo da Procissão do Fogaréu, havia doze farricocos. Décadas mais tarde passou-se para vinte, atualmente são 40. Outro relevante aspecto observado *in loco* é a comercialização acentuada de *souvenir* e artesanato que representam a festa em vários comércios de artesanato.

Carneiro (2010) chega a afirmar que a festa foi (re)inventada pela OVAT, sob novos moldes, para atender a essa demanda turística. Ela cita que um dos principais fundadores da

Organização, Elder Camargo dos Passos, registrou em uma de suas obras o papel da OVAT, como uma organização que valoriza as tradições em função do turismo e da renda que gera. Com base nisso, Carneiro (2010) enquadra a Procissão do Fogaréu na teoria destacada na clássica obra de Eric Hobsbawm, como uma (re)invenção da tradição.

Segundo a referida autora, embora a Procissão do Fogaréu seja evocada conforme os moldes atuais como tradição de séculos, não se tem vestígio de sua continuidade após 1745, quando foi criada. Ela foi retomada apenas em 1967, no mesmo ano em que foi implantado o departamento de turismo no Estado de Goiás. Foi publicado nos diversos jornais do Estado, inclusive *O Popular* e *Folha de Goiás*, a seguinte divulgação: “Semana Santa em Goiás terá comemorações em novo estilo”; e em outro jornal a matéria intitulada: “Goiás prepara história ao vivo da Paixão para a Semana Santa”. As novidades, a partir daí, foram sendo incorporadas à tradição (re)inventada. O número de visitantes passou a aumentar consideravelmente a cada ano, atingindo seu auge no mesmo período em que o IPHAN introduziu a concepção de patrimônio imaterial.

Tanto a cultura turística como a cultura original da população local se metamorfoseiam durante o encontro entre elas: o turista, no desejo de realizar suas expectativas e fantasias de uma cultura turística, e a população local, que reduz sua visibilidade uma vez que o destaque são seus atrativos turísticos e suas representações. Por isso mesmo, mantém esses atrativos e representações e não medem esforços para que sejam apreciados nos seus aspectos de estética, distinção e singularidade. Acreditando ser uma boa oportunidade e aproveitando de alguns benefícios, essa população favorece o desvio da utilização tradicional do local, a recriação contínua e o embelezamento do local em prol da estética do olhar do turista. O lugar transforma-se para atender o desejo do turista.

Serpa (2007) explica que o turismo faz com que a população local reinvente seu cotidiano, e essa “reinvenção” faz com que as práticas turísticas sobreponham às tradições locais e à própria identidade dos lugares. Esses, por sua vez, recebem novos símbolos, referências, valores e expectativas.

Para os devotos e aqueles que participam, contudo, a fé cristã e suas crenças são o que move a realização da procissão. E talvez sejam os principais elementos responsáveis pela sua continuidade como prática sociocultural na cidade.

A festa, portanto, não perde seu sentido original, sua dinâmica é “reinventada” para atender a demanda que se modifica de forma rápida. De acordo com Menezes (2011), a modernidade teve que “reinventar” tradições e romper com a “tradição pura”, isto é, aqueles valores radicalmente vinculados ao passado pré-moderno. Neste sentido, a modernidade apresenta descontinuidade, que para Giddens (1991) seria aquela onde os elos sociais têm de ser efetivamente feitos, e não herdados do passado. Persistir, mesmo que se modificando, revela estratégias de sobrevivência da cultura diante de uma lógica capitalista que tudo quer homogeneizar.

Considerações finais

O mau uso e apropriação indevida dos elementos simbólicos e identitários das populações receptoras constituem em uma tentativa de gerar produtos comercializáveis que ressignificam a própria realidade vivida pelos atores sociais envolvidos, criando um novo valor, um novo olhar, tanto das populações locais sobre si mesmas como dos turistas sobre a cultura alheia. O legado cultural, assim transformado em produto para o consumo, perde seu significado autêntico. A cultura deixa de ser importante por si mesma e passa a ser importante por suas implicações econômicas.

Nessa lógica, as inovações, os eventos culturais e os espetáculos são latentes, muitas vezes resgatados ou recriados, tornando-se o “cartão postal”, o principal convite à visita. O encontro entre a cultura e a mercadoria constrói imaginários numa difusão de imagens superficiais que tentam reproduzir o real num processo mercantilizador das singularidades culturais.

Na lógica do turismo é aceitável e até necessário impor alguns atrativos, recriar ou transformar algo em espetáculo, fazer modificações no que é original para agregar valor, atribuir um sentido exótico ou que cause maior interesse. No entanto, quando a reinvenção da festa parte da imposição da atividade turística, essas ações resultam no estabelecimento de uma nova estrutura socioespacial e de uma ressignificação dos símbolos identitários, sem considerar que os mesmos têm um sentido próprio na memória coletiva local. Na Procissão do Fogaréu, o enfoque sempre é dado à exuberância cênica, e não ao que a representação de fato significa para os fiéis participantes.

Com a turistificação, o lugar assume novas formas e funções, afetando essencialmente as dimensões materiais e simbólicas da sociedade.

Apesar das tendências globais que exercem influência nas dinâmicas locais, as festas ainda manifestam resistência ao processo de globalização que procura homogeneizar todas as práticas socioculturais.

Entende-se que a festa é um importante mecanismo de resistência cultural, pois permite a recuperação da memória histórica, dos valores, das tradições e das formas de vida da comunidade. Mesmo que seja vulnerável à imposição da lógica capitalista, produz na comunidade o desejo de afirmação da própria identidade e, num ciclo de realimentação, estimula o conhecimento sobre seu patrimônio e a uma procura por recuperar cada vez mais seu próprio passado.

O turismo com base na valorização e preservação da cultura, e não na sua exploração comercial, permite que a comunidade se engaje no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história e de verificação das fontes, fortalecendo os seus sentidos e conexão com o espaço vivido, sua identidade cultural. Problematicar a festa religiosa da Procissão do Fogaréu, enquanto espetáculo, é favorecer a abertura de novas consciências que se contraponham às vertentes economicistas do turismo e reafirmem, nas palavras de Chaveiro (2008a, p.135), “a vida como patrimônio e a cultura como elemento central da vida humana”.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA. M.G.; VARGAS. M.A.M.; MENDES, G.F. Territórios, paisagens e representações: um diálogo em construção. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 22, p.23-35, mai./ago. 2011.
- ALMEIDA. M.G. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais do Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO E. F.; BRAGA, H. C. (orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. pp. 47 - 74.
- ALMEIDA. M.G. Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. In: ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local, 2004, Curitiba. **Anais...** 2004.
- ALMEIDA. M.G. Refletindo sobre o lugar turístico no global. In: *Turismo com ética*. CORIOLANO, L. N. M. T. (orgs.). Fortaleza: UECE, 1998. pp. 122 – 131.
- ANDRADE, R. B. Práticas sócio-culturais e religiosas: elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, M. G., CHAVEIRO, E. F., BRAGA, H. C. (orgs.). **Geografia e Cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Vieira, 2008. pp. 22 - 46.
- BEZERRA, A. C. A. Cidade, Cultura e Planejamento em Tempo de Espetáculo. In: ENCON-

TRO NACIONAL DA ANPEGE, 7, 2007a, Niterói. **Anais...** Niterói: 2007a. 1 CD-ROM.

--BEZERRA, A. C. A. Festa e Identidade: A busca da diferença para o mercado de cidades. *In*: ARAÚJO, F. G. B., HAESBAERT, R. (orgs.). **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. 1. ed. Rio de Janeiro: Access, 2007b. pp. 69 – 92.

CARNEIRO, K. C. A bola da vez. Estudo de caso: uma questão de patrimônio – O turismo e a Cidade de Goiás. **Revista Saber Eletrônico**, Jussara, ano 1, v. 2. pp. 53-65, setembro, 2010. Disponível em: <<http://www.unifaj.edu.br/NetManager/documentos/A%20Bola%20da%20Vez.pdf>>. Acesso em 16 dez. 2010.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, v. 2, p. 17-92.

CHAVEIRO, E. F. A cultura como patrimônio e a vida como cultura: disputas de sentidos na Cidade de Goiás – um patrimônio da humanidade. **Revista OLAM, Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 8, n. 1. pp. 122-136, jan/jun, 2008a. Disponível em:<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/viewArticle/1238>>. Acesso em 16 dez 2010.

CHAVEIRO, E. F. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. *In*: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO E. F.; BRAGA, H. C. (orgs.). **Geografia e Cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008b. pp. 75 - 97.

CLAVAL, P. Uma, ou algumas, abordagem (ns) cultural (is) na geografia humana. *In*: SERPA, A. (org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 15 – 29.

COSTA, C.L. As festas e o processo de modernização do território goiano. **R. RAÍGA**, Curitiba: Ed. UFPR, n. 16. pp. 65-71, 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/raega/article/view/12679/9917>>. Acesso em 22 dez. 2010.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

MARIANI, A. A Memória Popular no Registro do Patrimônio. *In*: TRAVASSOS, E. Arte e Cultura Popular. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 28, 1999.

MENEZES. P.D.L. A (re) invenção do cotidiano: a transformação de festas populares em evento turístico (Estudo de Caso do São João de Campina Grande). **CULTUR**, ano 06, n. 1, Fev/2012.

PORTAL DA CIDADE DE GOIÁS. Disponível em: <<http://www.vilaboadegoias.com.br>> Acesso em: 18 nov. 2009.

SANTOS, R. J. (Re) Ocupação do cerrado: novas gentes, outras identidades. *In*: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO E. F.; BRAGA, H. C. (orgS.). **Geografia e Cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. pp. 98 - 136.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em 20 jan 2011.

SILVA, A. M. **Dossiê de Goiás – Enciclopédia Regional**: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente. Goiânia: Master Publicidade, 2001.

SILVA, M. M. Identidades, culturas, representações festivas e a invenção do folclore em Goiás (1940-1980). **Revista Guanacuns**, Anicuns, n.2, p.195-210, 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

Notas

¹Disponível em : <http://www.vilaboadegoias.com.br>. Acesso em 18 nov. 2009.

Luana Nunes Martins de Lima: Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

Email: luanunes_7@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2105017701418889>

Data de submissão: 30 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 10 de dezembro de 2012

Data do aceite: 10 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

A conquista da metrópole profana: uma análise da territorialidade religiosa como instrumento da patrimonialização imaterial em Fortaleza (CE)

The conquest of the metropolis profane: an analysis of religious territoriality as an instrument of immaterial patrimonialization in Fortaleza (CE, Brazil)

Luiz Raphael Teixeira da Silva, Christian Dennys Monteiro de Oliveira

RESUMO

O estudo faz uma análise geográfica da efervescência inovadora da religiosidade contemporânea, a partir da perspectiva de territorialidades religiosas na escala da metrópole de Fortaleza. A pesquisa considera as estratégias e dinâmicas do Santuário de Nossa Senhora da Assunção que se apresenta em constante mudança e adequação às práticas sócio-espaciais modernas. Fato que tem provocado inúmeras reações na formação do campo religioso atual de Fortaleza, expressando o adensamento de espaços simbólicos; cada vez mais percebidos pelo grande número de templos religiosos na metrópole e o crescente número de festas religiosas em seu espaço público. A fundamentação teórica da Geografia Cultural e da Geografia da Religião contribuiu com o conceito de espaço sagrado e ajudou na demarcação de territórios simbólicos. E a investigação mostrou como seu entorno "profano" transforma-se em "sagrado" durante momentos passageiros, produzindo uma religiosidade móvel, característica da mudança do perfil religioso da população de Fortaleza. Elucidando o processo de ressignificação desse grupo religioso, que com suas estratégias espetaculares, festivas e promocionais, formam um espaço mediador de práticas sacroprofanas, capazes de influenciar diretamente o planejamento cultural e religioso de áreas metropolitanas como Fortaleza.

PALAVRAS-CHAVE: Religiosidade; Festa; Espetáculo; Territorialidade.

ABSTRACT

The study does a geographical comparative analysis of the groundbreaking excitement of contemporary religiosity from the religious perspective of territoriality in the scale of Fortaleza city. The research considers the strategies and dynamics of the Shrine of Our Queen of Assumption. Both are presented in constant change and adaptation to modern socio-spatial practices. Fact that has provoked many reactions in the formation of the religious field current to Fortaleza, expressing the density of symbolic spaces, increasingly perceived by many religious temples in the metropolis and the growing number of religious festivals in their public space. The theoretical framework of Cultural Geography and Geography of Religion has contributed to the concept of sacred space and helped in the demarcation of territories symbolic. And research has shown how its surroundings "profane" transforms into "sacred" moments for passengers, producing a mobile religiosity characteristic of changing religious profile of the population of Fortaleza. This well bring new meaning elucidating the process of the two religious groups, with strategies that spectacular, festive and promotional form a mediating practices sacred-profane, able to directly influence the religious and cultural planning in metropolitan areas like Fortaleza.

KEYWORDS: Religiosity; Party; Entertainment; Territoriality.

Introdução

A religiosidade apresenta notável dinamismo, forte influência e marcante presença na formação socioespacial do Brasil. Nas últimas décadas, temos assistido uma efervescência cada vez mais inovadora na religiosidade contemporânea, analisada aqui a partir da perspectiva metropolitana.

O adensamento de espaços simbólicos, que nos referimos anteriormente vem, primeiramente, pelo grande número de templos religiosos percebidos no espaço metropolitano. Estes abrigam paróquias, comunidades e outros grupos devotos extremamente atuantes na propagação da fé católica (OLIVEIRA, 2008). Esse adensamento pode ser também percebido pelo estabelecimento do grande número de santuários na escala metropolitana, sem precedentes na história do Ceará. Mas outra forma de percebermos, também, esse adensamento é o grande número de festas religiosas católicas ocorrendo no espaço público da metrópole, nos espaços privados das casas de show e nos templos religiosos espalhados por toda a cidade, bem como na sua difusão por espaços diversificados.

Sendo assim, temos que a Igreja Católica se refere a um desses espaços devocionais, o santuário, como propício ao processo de inculturação. A inculturação é um termo empregado com o sentido de tornar o discurso eclesialístico uma prática cultural da sociedade, ou seja, o santuário deve ser o lugar de desenvolvimento de uma catequese capaz de inculcar nas relações sociais o poder simbólico da igreja. O santuário é visto como o ponto inicial dos espetáculos e o lugar da exposição das “verdades” da fé, formando e fortalecendo o homem religioso para resistir às ações do processo de secularização e da avalanche de estratégias de sedução dos opositores do poder da Igreja.

Como a religiosidade contemporânea está, cada vez mais, ligada a ações espetaculares e ao poder de aglutinação de fiéis, os santuários católicos tornam-se espaços materiais da busca massiva pelo encontro do homem contemporâneo (religioso e secular, em um só tempo) com a divindade. Para que naquele lugar de encontro haja também a manifestação dos mais diversos fenômenos sobrenaturais, e a realização ou agradecimento dos “milagres” tão desejados.

Para isso ressaltam-se os aspectos memoriais do santuário, a fim de que seja dada ênfase à mensagem particular a ele atribuída; mensagem reconhecida em sua condição latente de “patrimônio imaterial”, cujo teor subjetivo e/ou espiritual encontra-se associado às tradições e aos costumes estabelecidos.

Os aspectos memoriais do santuário estão diretamente ligados e renovados pelo peregrino ao fazer dele uma vital lembrança de sua *divina* existência. Ora de maneira mais explícita; ora com relativa discrição, tal lembrança traduz empenho, admiração e gratidão. Pois, para os fiéis, o santuário testemunha a presença da divindade e a sua ação, no meio do seu povo, através da história.

Nessa perspectiva de ação é que o Catolicismo contemporâneo, especialmente na ação litúrgica da Renovação Carismática Católica - RCC, recorre aos espetáculos de fé, híbridos de dimensões massivas e artísticas. Seus encontros, seminários, exposições, conferências, concursos não deixam de promover shows, caminhadas e pere-

grinações, no intuito de unir afetivamente devoção e lazer.

Vale ressaltar que o ministério de sacerdotes, religiosos e comunidades é de suma importância na manutenção, estabelecimento e divulgação dos santuários e de seus espetáculos. Bem como o uso da mídia na propaganda da fé e divulgação das festas que territorializam essa fé de forma efêmera no espaço metropolitano.

A contribuição de leigos, também é valorizada por causa da necessidade do empenho da maior quantidade de força possível na catequese e evangelização, de maneira que os santuários tenham uma participação preponderante no cotidiano do homem religioso e na dinâmica territorial da metrópole.

Mas, em se tratando de uma metrópole, no contexto periférico brasileiro, como é o caso de Fortaleza, consideramos inviável fazer a análise a partir de uma concepção idealizada de “sagrado”. Antes o entendemos como uma concepção de espaço simbólico, condicionado como *lôcus* de ambiguidade: sacroprofano.

O foco deste estudo foi o Santuário de Nossa Senhora da Assunção, em sua dimensão espetacular de fé. Observou a dimensão festiva na *Caminhada com Maria*, evento realizado anualmente, desde 2001, no dia 15 de agosto. E trabalhou a dimensão argumentativa dos sujeitos desse catolicismo contemporâneo. Pois esses tentam – seja nas ações de mobilização social, dos grupos intraeclesiais, ligados à Catedral Metropolitana de Fortaleza, seja na paróquia de Nossa Senhora da Assunção – formar uma nova prática sócio-territorial que inclua, no roteiro massivo de fé mariano, esse “santuário” e a devoção que está ligada as raízes de fundação da metrópole fortalezense.

Examinamos o estabelecimento da dimensão espetacular do Santuário de Nossa Senhora da Assunção, repleto de símbolos e ritos cenográficos, que trazem ao palco das atenções metropolitanas, o mito e o dogma mariano da assunção aos céus (e, portanto, à condição simbólica de divindade). Fazendo com que em um dado período do ano, a festa à padroeira da cidade de Fortaleza se torne uma celebração única, extraordinária. Portanto, essencialmente espetacular, a festa, no cortejo da procissão, memoriza a fundação da cidade de forma divinal. Muito embora, não se possa ignorar que a mais de 40 anos, no mesmo dia, no litoral leste da cidade – Praia do Futuro – a Federação de Umbanda organiza um encontro dos terreiros do Estado do Ceará para homenagear Iemanjá. Apesar de não ser objeto dessa investigação, a lembrança da outra festividade, ajuda a observar os limites prévios do projeto de *unicidade* em curso.

A análise do caráter festivo e religioso da *Caminhada com Maria* articula o papel cívico que a data oficial de fundação da cidade – 13 de abril – não absorve. A religiosidade peregrina invoca uma participação corpórea nas estratégias de mobilização social, fazendo com que os velhos e novos fiéis representem uma força legitimadora dos territórios sagrados. Sejam eles “efêmeros” no estabelecimento de uma territorialidade duradoura; ou “promotores” de uma nova ordem sacroprofana.

O espaço urbano torna-se então, o espaço de *imbricação* do sagrado e do profano. Promovendo os encontros, as caminhadas, as peregrinações, os espetáculos,

em fim, toda uma gama de processos religiosos que o poder público absorve; mas paradoxalmente aparenta ignorar. Pois confluem neste espaço elementos de uma religiosidade tradicional e inovações seculares, que servem para atração de um maior contingente de fiéis e o desfrutar de uma sensação de prazer e liberdade típica das festas mundanas, comuns no espaço público.

Uma das bases conceituais dessa pesquisa encontra-se na perspectiva apresentada por Gil Filho (2001, p.4) que afirma:

O sagrado per se é exclusivamente explicado em sua própria escala, ou seja, a escala religiosa. Todavia, no plano fenomênico ele se apresenta em uma diversidade de relações que nos possibilita estudá-lo à escala das ciências humanas.

Outra base para nossa análise parte dos pressupostos teóricos e conceituais estabelecidos nos trabalhos do geógrafo Rogério Haesbaert. O autor analisa o território em diferentes abordagens capazes de aglutinar o enfoque “culturalista”, sem o qual o campo religioso perde representatividade. Uma leitura do território a ser concebido, a partir da associação de aspectos imateriais, tem como princípio básico a referência simbólica de sua gestão. Essa abordagem aproximativa do espectro subjetivo delimita um território “*fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço*”. (HAESBAERT *apud* FARIA, 2008, p.21). Assim, tratando-se de um fenômeno religioso, a materialidade dos fixos, ganha eficiência e difusão nos fluxos devocionais; e se (re) territorializa com base nas identidades compostas e demandadas por diferentes sujeitos metropolitanos.

Caminho patrimonial

Considerando os limites das tipologias, convencionadas pelos órgãos gestores (e formadores de opinião), sabe-se que muitos pesquisadores dividem os bens materiais e imateriais no que concerne às formas de patrimônio. O resultado imediato dessa cisão é o entendimento de que a cultura esteja restrita a sítio histórico, às igrejas seculares e a tudo aquilo que é visualmente percebido e tradicionalmente conservado. Forja-se na classificação distintiva uma espécie de cultura monumentalista (LÉVI-STRAUSS, 2003).

No que concerne à valorização do patrimônio cultural, entendemos se tratar de um fator primordial para o complexo desenvolvimento da sociedade atual em seus princípios de identificação com a diversidade das diferentes comunidades que a forjaram. Concebido como uma fonte que as remete a uma cultura partilhada e a experiências vividas na coletividade, o patrimônio como tal, deve ter seu sentido respeitado (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

O patrimônio cultural, durante grande parte do século XX foi concebido, quase exclusivamente, em seu conjunto material e monumental. No século XXI pode-se perceber um processo de mudança conceitual que desencadeou, a partir da Convenção

da UNESCO (Paris, 2003), a criação da “Lista de Patrimônio Cultural Mundial Oral”. Nesta se define o patrimônio imaterial como:

os usos, as representações, as expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes que as comunidades, os grupos e nalguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é recriado constantemente pelas comunidades e os grupos em função do seu entorno, a sua interação com a natureza e a sua história, infundindo neles um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para a promoção e o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana (UNESCO 2003, artigo 2).

O conceito de *paisagem cultural*, por exemplo, relaciona-se diretamente com o patrimônio imaterial devido à relação estreita com a denominação “intangível”, possibilitando a superação da dicotomia entre os aspectos material e imaterial, no trato do patrimônio cultural e no seu uso para atividade turística, como ato de intercâmbio e acesso (visita) aos bens culturais de uma comunidade. Vejamos como se dimensiona esse processo na atividade religiosa.

A primeira ideia que se tem, ao mencionar o termo *Turismo Religioso* é de que seu usuário pretenda tão somente fazer um trocadilho com duas noções que se defrontam; ou que se aproximam pelo choque de dois interesses sociais muito diversos. Afinal, de que maneira os aspectos ditos “profanos” do universo turístico – lazer, prazer, entretenimento e descontração – podem compor uma atividade cheia de obrigações espirituais ou “sacrifícios” como um fenômeno religioso?

Essa primeira impressão, para definir o tipo de viagem que nasce de diferentes motivações religiosas, reproduz-se limitada por tratamento “natural” da visão dicotômica ou dualista. Chamamos de “natural” o tratamento positivista, capaz de reconhecer nos fatos a associação imediata de conceitos como um mecanismo de sim/não; um sistema binário de relações. Por conseguinte, pode-se negar o turismo religioso com o simplório pré-conceito: quem vivencia o fenômeno religioso não pode estar fazendo turismo. Logo, se viajo por motivações turísticas, para lugares turísticos, usando serviços turísticos, não exerço compromissos religiosos.

Assim começamos a apresentar uma conceituação, de raízes históricas, capaz de representar dimensões múltiplas das culturas humanas contemporâneas. Temos um turismo religioso, a não ser que a própria realidade religiosa absorva bases e estruturas do fazer turístico. Chamamos isso de *Religiosidade Turística* (OLIVEIRA, 2001). Uma definição talvez mais incômoda para se popularizar, porém muito mais operacional para compreensão das características essenciais da formação e crescimento do turismo religioso, em tempos recentes.

O turismo religioso não é, necessariamente, um turismo feito por religiosos, místicos, santos populares, devotos e sacerdotes/profissionais de qualquer credo ou

confissão religiosa. O adjetivo religioso deve ser reconhecido em sua amplitude espiritual e metafísica, embora, nos limites específicos da cristandade, seja responsável pela sistematização desse significante, como herança irradiadora do poder imperial romano. Seu “fazer turístico” é capaz de manifestar algum dado de religiosidade; o atrativo, em espiritualidade, o atrativo é de certa forma, um pretexto.

Os lugares do turismo religioso tornam-se especiais, na capacidade de manter e, simultaneamente, renovar-se como “santuários”. Podem, além de tradicionais, serem, naturais, metropolitanos, ou rituais (sacroprofanos). No estudo que desenvolvemos aqui as duas tipologias últimas se encontram em um mesmo fenômeno. Mas refletem este especial – que chamamos de sagrados, de energia ou fé – que levamos como turistas e podemos, de repente, reencontrar.

Neste estudo estabelecemos recortes espaciais que acreditamos serem representativos dessas práticas culturais que influenciam a atividade turística na metrópole contemporânea, o santuário católico de Nossa Senhora da Assunção, localizado no bairro Vila Velha, em Fortaleza (CE).

Não limitamos nosso recorte espacial apenas ao espaço material do santuário construído por essa denominação religiosa. Levamos também em consideração os espaços onde há a dimensão festiva; e o ideal de sacralização dá-se através de ritos, oblações, caminhadas, forjando uma atualização dos sacrifícios. Essa religiosidade “atrativa” viabilizou a criação de uma proposta de *“Circuito de Turismo Religioso de Fortaleza”* (já em execução); um roteiro urbano desenvolvido para visitantes e moradores conhecerem a história dos templos e detalhes da arquitetura. Logo, calcado ainda em uma visão “material” do patrimônio religioso.

Quanto ao recorte temporal, a pesquisa utilizou como referência básica os anos de 2000 a 2010. Optamos por tal recorte ao constatar a contemporaneidade das expansões devocionais já citadas anteriormente. Nesse período temos uma grande intensificação das ações políticas da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção para mudar e consolidar sua classificação para Santuário de Nossa Senhora da Assunção. Além do início das políticas religiosas de implementação de ações espetaculares, festas grandiosas e a midiatização dos argumentos ideológicos no espaço da Metrópole.

Foi feita a opção de uma abordagem orientada pelo marco teórico da fenomenologia da percepção (MERLAU-PONTY, 1999), na qual a valorização das intenções e ações dos interlocutores, pela intersubjetividade como a manifestação estudada, possibilitaria descrever a religiosidade turística em formação. O alvo direcionou a investigação por parâmetros qualitativos, de uma interpretação geográfica capaz de apreender as intencionalidades do fenômeno religioso. Isto é, extrairmos os dados, as informações, os conceitos pessoais, as perspectivas e as interações, do sujeito da pesquisa e não de nossas teorias, pressuposições ou hipóteses explicativas (MOREIRA, 2002).

Por pesquisa qualitativa entendemos que os dados matemáticos e estatísticos não são levados em máxima consideração, mas que os dados coletados através de entrevistas e da observação participante são os que devem ter maior representatividade para análise do objeto empírico. Como diz Daniel Moreira, quanto a pesquisa qualitativa: *“Um foco na interpretação, em vez de na quantificação: geralmente o pesquisa-*

dor qualitativo está interessado na interpretação que os próprios participantes têm da situação sob estudo” (MOREIRA, 2002. p.57).

Sabe-se que para podermos alcançar os objetivos de uma pesquisa e ser capaz de analisar os fenômenos a ela concernentes, é imprescindível o estabelecimento de procedimentos metodológicos eficientes e que estejam em harmonia científica com a abordagem adotada. Assim, nosso procedimento metodológico, se organizou sobre três pilares: levantamento bibliográfico e documental, um banco de Informações socioculturais e Interpretação das informações colhidas a partir dos acompanhamentos.

Fizemos um minucioso levantamento de teses, livros, artigos. Materiais como censos, anuários, documentos eclesiais e públicos, periódicos científicos, jornais, panfletos, material de propaganda, fotografias, etc. também foram de suma importância nesses procedimentos. E o registro audiovisual (filmagens dos ritos e dos espetáculos religiosos de 1999 a 2009) não podia ser dispensado.

Já para a composição do banco de informações socioculturais nos dedicamos ao estudo de campo. Ali realizamos o acompanhamento da manifestação para apreende comportamentos as ações dos sujeitos envolvidos. Para tanto, vivenciamos os prós e contras da opção de método, pois uma imersão nas relações religiosas, sociais e políticas desses sujeitos desafiava o estreitamento de relações com os mesmos. O que abriu espaço para entrevistas abertas (e mais informais) e o acesso a documentos eclesiais e imagens dos grupos enfocados.

Esse acompanhamento processual deu-se nas cerimônias (missas), da VI e VII *Caminhada com Maria*, realizadas em agosto de 2008 e 2009. As entrevistas foram realizadas de três formas: entrevistas abertas, entrevistas semiestruturadas e estruturadas. Nas entrevistas abertas não seguimos um roteiro escrito de questões, antes tínhamos apenas uma orientação geral do tema da conversa e uma grande liberdade para seguirmos ou nos aprofundarmos em alguns questionamentos mais subjetivos ou organizacionais, essas foram aplicadas aos moradores do entorno do Santuário ou moradores das ruas onde a Caminhada com Maria passaria. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com questionários que continham algumas questões abrangentes que possibilitassem ao sujeito uma maior liberdade de expressar suas opiniões e percepções, esse tipo de entrevista foi feita com os líderes religiosos envolvidos na dinâmica de construção do Santuário e também aos líderes atuais. Já no caso das entrevistas estruturadas, que contém uma sequência de questões bem definidas, até mesmo opções de resposta pré-definidas e um único modelo para todos os entrevistados. Essa foi aplicada no momento em que as festas e a Caminhada com Maria estavam ocorrendo, enquanto as pessoas faziam penitência e oblações.

O segundo momento tratou-se da montagem do banco de informações que está baseada nas informações expressas de forma oral e escrita dos sujeitos do processo, que foram convidados ou motivados a compartilhar suas experiências, vivências e sentimentos em relação aos Santuários e seus espetáculos de fé.

Após a formação dos dois bancos de dados, nos dedicamos à interpretação das informações reunidas, por considerarmos que a interpretação dos processos só é possível a partir de um esforço metodológico. Indispensável articulador do referencial

teórico aos processos empíricos associados ao fenômeno religioso.

Caminhada com Maria: uma festa peregrina contextualizada

A *Caminhada com Maria* tem sido uma festividade religiosa de grande porte, pensada, planejada e implementada pela Arquidiocese de Fortaleza, sob a regência de Dom José Antonio Aparecido Tosi, atual arcebispo de Fortaleza. Sua inspiração geral adveio da publicação de uma “carta” do Papa João Paulo II, contendo algumas diretrizes religiosas que deveriam ser seguidas entre outubro de 2002 e outubro de 2003.

A carta do sumo pontífice, “Rosarium Virginis Mariae”, tratava sobre uma experiência espiritual que poderia ser encontrada ao se refazer o caminho de Jesus com Maria, conforme o itinerário do Rosário. Pois o Rosário tratar-se-ia de uma meditação rezada dos passos da vida de Jesus e de Maria, onde os fiéis poderiam contemplar “os mistérios da salvação”.

Com a adesão e divulgação desse discurso, a festa se instaurou; e após sua implementação pode-se observar a rápida expansão do evento que, a cada ano adquire, uma relevância ainda maior, mobilizando crescentemente milhares de pessoas. A primeira caminhada foi realizada em 2003, no ano do Jubileu de 150 anos da Arquidiocese de Fortaleza. Superou as expectativas de seus idealizadores, pois a festa contou com a participação de cerca de 30.000 pessoas.

Outro ponto importante na construção da festa é o fato da vinculação religiosa e devocional da Santa à questão histórico-cultural da cidade. Pois no trajeto da procissão, podemos rememorar alguns locais históricos importantes da capital, como a Barra do (rio) Ceará, bairro reconhecido como o “marco zero”, onde portugueses e holandeses, um século antes da futura “fortaleza” de Nossa Senhora da Assunção, disputavam a fixação de suas bases para a colonização das terras cearenses.

Podemos assim perceber que o evento denominado, *Caminhada com Maria*, desde sua origem tem sido uma forma clara de fortalecer as “festas marianas” na metrópole. E, por conseguinte, promover o Santuário de Nossa Senhora da Assunção, possibilitando uma projeção maior deste no espaço público da cidade.

Nesse catolicismo contemporâneo, as formas sagradas estão muito ligadas aos templos/igrejas, em que estes, são reconhecidos pelo homem religioso como o “centro do mundo” (ROSENDAHL, 1997). Nestes “espaços sagrados” acontecem às reuniões, as celebrações, as festas, e partem as procissões e romarias, enfim, o ponto de saída e de chegada das manifestações e dos símbolos religiosos.

Isso pode ser visto quando nos reportamos a esse ponto de partida, tanto no sentido material (fixo) como também no sentido ideológico (fluxo) que envolve esta festa. A ideia da caminhada nasce inspirada na carta do sumo pontífice, mas segue um padrão local de manifestação devocional. Assim temos que a festa configura-se em um tempo sagrado, sobre um espaço profano, formando um espaço de confluência sacroprofano.

O dia 15 de agosto é o tempo sagrado, o santuário de Nossa Senhora da As-

sunção é ponto de saída (fixo) e a Catedral da Metropolitana de Fortaleza é o ponto de chegada (fixo), ambos reconhecidamente, espaços sagrados.

Porém, no momento da caminhada (fluxo) pela Avenida Leste-Oeste temos um tempo sagrado (inter) agindo sobre espaços profanos, ou seja, uma constante imbricação entre sagrado/religioso e profano/secular.

A mobilização e os preparativos para a festa iniciam logo no fim primeiro semestre de cada ano, quando é convocada uma reunião com Dom José Antonio A. Tosi Marques e os padres Clairton Alexandrino (Vigário Episcopal – REM 1 e Pároco da Paróquia de São José – Catedral), Ivan de Souza, (Pároco do Santuário de Nossa Senhora de Fátima), Francisco Sales (Pároco do Santuário de Nossa Senhora da Assunção) e o advogado Afonso Ibiapina (coordenador de infraestrutura da *Caminhada com Maria*), para desenvolver a programação e escolher o tema da festa.

Logo após essa reunião, começam os trabalhos de mobilização na paróquia-santuário. É celebrada uma missa específica na praça, cujo marco monumental da imagem da Santa (construída pela Prefeitura Municipal de Fortaleza) traduz distante laicidade do poder público. Para esta missa, há uma convocação e efetiva participação de todas as comunidades daquela paróquia.

Na semana subsequente a missa chamada “de envio”, as comunidades da paróquia passam a realizar encontros consecutivos. Tais encontros ocorrem no centro paroquial e são denominados de convívio por tratar-se de manifestações culturais variadas, como danças, shows, cursos religiosos, dinâmicas de grupo, entre outras. Visando a integração dos paroquianos, principalmente, dos jovens e assim conseguirem o máximo de adesão destes a *Caminhada com Maria*.

No íterim entre o encerramento das manifestações de convívio e o início do período novenário, as comunidades fazem encontros entre si e manifestações públicas que atraiam o maior número de pessoas, a fim de integrarem nos preparativos da festa, mesmo de forma rápida ou efêmera.

Essa mobilização inicial, que estava restrita as dinâmicas eclesiais do Santuário, vão tomando vulto na metrópole a medida que a festa se aproxima. No final do mês de julho, a mídia local reforça seu apoio a *Caminhada com Maria* e passa a noticiar, quase que diariamente, os preparativos da festa e seus detalhes executivos. Entendemos que as estratégias midiáticas, vêm consolidando sua função “profana” no interior das igrejas. Sendo assim podemos afirmar que instituição eclesial se moderniza, na mesma proporção dos meios técnicos, a fim de conservar-se sólida em um mundo de “tempo real”.

Iniciado o mês de agosto, as dinâmicas de mobilização se intensificam e passam a ocorrer celebrações diárias no Santuário: é o novenário da festa de sua padroeira. Todas as noites, tanto a animação litúrgica como a animação social, que acontece após a missa está sob a responsabilidade das comunidades da paróquia previamente escolhidas.

Nesse momento de véspera é quando vemos maior empenho da Arquidiocese, através do envio de uma Carta Circular a todas as paróquias da diocese fortalezense,

informando os detalhes da festa. Nesta é divulgado o tema da festa, horário das concentrações, o trajeto a ser percorrido, uma convocação para que todos os fiéis da Arquidiocese, das comunidades paroquianas e Áreas Pastorais das Regiões Metropolitanas, se mobilizem, divulguem e participem da *Caminhada*.

Nesta Carta, ainda há informações dos detalhes litúrgicos a serem seguidos durante a procissão, bem como uma solicitação para que todos os sacerdotes participem vestidos de túnicas e estolas brancas para se diferenciarem do restante dos fiéis presentes na *Caminhada*.

Também o poder público entra em cena e anuncia toda a superestrutura pública que resguardará o sucesso da festa da padroeira, equipes da Polícia Militar do Ceará (PM), Corpo de Bombeiros e agentes da Autarquia Municipal de Trânsito (AMC) trabalharão no intuito de proporcionar segurança e tranquilidade aos fiéis presentes na *Caminhada com Maria*.

Uma parte de toda essa infraestrutura pode ser testada na realização de um evento preliminar à *Caminhada*, a Moto Romaria. Um evento realizado desde 2007, que faz o caminho inverso ao que os fiéis farão no dia 15 de agosto. A Moto Romaria se inicia com uma concentração de motoqueiros na Sé, na manhã do domingo que antecede o dia 15 de agosto. Para depois saírem em romaria até o Santuário de Nossa Senhora da Assunção.

A Moto Romaria é comandada por um carro que leva a imagem da Santa Padroeira, da Catedral até o Santuário. O percurso é feito sob o barulho de centenas de buzinas, partindo da Catedral ou unindo-se a Moto Romaria durante o trajeto. Enquanto a Moto Romaria passa, centenas de pessoas saem às ruas para contemplar o rito sacraliza aquele espaço, e em um efêmero instante anuncia, com seu caráter profano e mobilizador, grande festa da padroeira que está chegando. Algo que segue processos similares nas procissões do Círio de Nazaré, em Belém; e dos festejos de setembro/outubro no Santuário de São Francisco da Chagas de Canindé (pertencente à própria Arquidiocese de Fortaleza).

A chegada da Moto Romaria foi mais um momento festivo espetacular. Nele as pessoas ovacionaram a berlinda da santa que seria levada de volta à Catedral na *Caminhada com Maria*. Simultaneamente, os devotos davam as costas à imagem da mesma santa com 12 metros de altura construída neste mesmo espaço. Um momento onde o símbolo da peregrinação, a rememoração da inauguração do Santuário e o poder midiático falaram mais alto do que a portentosa construção.

No final de toda essa liturgia a imagem é recolhida ao interior do Santuário para receber as venerações dos fiéis durante o período do novenário preparativo para a festa. Até o dia da *Caminhada*, a comunidade continua atuante e mobilizada para o grande momento, capaz de compor em escala metropolitana, um cenário relativamente engajado na festividade espetacular. Assim, os caminhos cotidianamente laicos ficam abertos para o estabelecimento das territorialidades católicas e o fortalecimento de seu capital simbólico.

Toda essa mobilização e reunião de forças tem sentido, pois o dia da festa co-

meça com muitas atividades logo cedo da manhã, pois as celebrações eucarísticas se concentram pela manhã. As missas são celebradas num intervalo de duas horas, seguindo os seguintes horários: 6, 8, 10 e 12 horas, sendo que a missa de 8 horas é especial devido ser celebrada pelo Arcebispo de Fortaleza, dom José Antônio Tosi.

Há, ainda, outro serviço a disposição dos fiéis: as confissões auriculares que se iniciam a partir das 8 horas e podem ser realizadas durante toda a manhã do dia da festa. Além deste, a dedicação e colaboração das paróquias e comunidades em toda a Avenida Leste-Oeste, organizada por cores diferentes, providencia aos peregrinos oito pontos de apoio no decorrer do trajeto da *Caminhada*.

Mas é a concentração de pessoas nos dois pontos de apoio iniciais que dá o pontapé inicial a maior festa católica de Fortaleza. No Santuário essa concentração começa a partir de meio dia e parte dali rumo ao 2º Ponto às 14 horas, na ponte sobre o rio Ceará. Os fiéis são animados pela música que ressoa dos trios elétricos, e pela folia, entre parentes, amigos e comunidades católicas. Sem ignorar o comércio ambulante, reproduzindo ao longo da via a paisagem cultural da feira livre, uma das marcas sacroprofanas de qualquer festa da Padroeira.

Observa-se, contudo não se pode considerar esta como mais uma festa religiosa da cidade. Antes devemos reconhecer que por sua dimensão na escala metropolitana, estamos diante de uma manifestação monumental. Demonstrando um modelo religioso contemporâneo, cheio de dinamismo e mobilidade, mas completamente imbricado com contemporaneidade urbana. Sem perder suas intenções primordiais, a demarcação de novos territórios, adquire uma representação expansionista e conquistadora.

Entendemos que estabelecer novas territorialidades simbólicas não estão baseadas apenas no simples fato de caminhar pelas ruas da cidade, em nome de certa confissão religiosa. Mas o fato de tornar essa caminhada um espetáculo que “encham os olhos” dos sujeitos, os integre e promova o discurso religioso, visa uma mudança socioespacial (MAFRA, 2006). É neste momento, como indica Peirano (2003), que temos um ritual religioso, um sistema cultural de comunicação simbólica, caracterizado por seu dinamismo.

No caminho até a Catedral, ainda se vê muitas outras manifestações espetaculares. Sejam elas coletivas ou individuais; institucionais ou laicais. Além da multidão que acompanhava mais de perto a comitiva de sacerdotes, guardiões autorizados da Santa, havia a escolta pública da Polícia Rodoviária Federal - PRF, Exército; sem ignorar o “cordão humano” estabelecido por voluntários e organizadores.

No trajeto da Caminhada vemos uma infinidade de manifestações religiosas dos fiéis que moram na Avenida Leste-Oeste. As residências tornam-se verdadeiros altares sagrados em adoração e devoção mariana, fazendo com que a sacralização promovida pela *Caminhada com Maria* no espaço público invada os lares dos fiéis e, principalmente, domine suas práticas sócio-espaciais; e assim mobilize esses sujeitos a marcharem juntos. Como se a *conquista fundadora* de uma cidade sagrada agora tivesse que rememorar-se patrimonialmente na metrópole profana.

No decorrer da *Caminhada*, a animação é gerida vencer possíveis desânimos.

Quando o cansaço se acumula, os fiéis se deparam com mais um ponto de apoio e toda sua infraestrutura, trazendo algum tipo de manifestação espetacular; o que reanima e reconduz o nível de integração proposto pelos organizadores. Mesmo assim alguns participantes da última festa manifestaram, durante entrevistas, que estavam insatisfeitos com a pouca animação existente entre os grupos que se distanciam da imagem da Santa, dos trios, da comitiva. Para estes, o propósito da festa fica em parte ofuscado pela pressa. São as contradições de um evento monumental.

Contudo nesse ritmo, vez ou outra, harmônico e descompassado, a grande multidão vai se aglutinando durante o percurso e somando quantitativamente o número de adeptos da *Caminhada*. Enquanto outros vão deixando o percurso a medida que ele alcança as proximidades de suas residências ou paróquias.

A chegada da multidão peregrina na Catedral é considerada o ápice da festa, pois lá é celebrada a coroação de Maria, sendo este último ritual simbólico o espetáculo maior do evento. A Assunção e a Coroação de Maria são familiares para os católicos porque são mistérios do rosário, centro frequentemente de suas orações. A Assunção de Maria é a contemplação do 4º Mistério Glorioso do Rosário e a Coroação é o 5º Mistério Glorioso. O sentido teológico da Coroação, portanto, está baseado no mito de que Maria foi a única criatura que nasceu livre de qualquer espécie de pecado. A Assunção e a Coroação de Maria, denominada pela doutrina Católica como Rainha do Céu e da Terra, fundem-se nessa festa em um só mistério.

Enquanto os caminhantes ainda estão no percurso sagrado, o entorno da Catedral Metropolitana, onde termina o evento, já tem o acesso de veículos bloqueado desde o meio da tarde. O que facilita a concentração de fiéis que querem participar do encerramento da festa, mesmo sem terem participado da peregrinação com a Santa. A procissão chega a Sé por volta das 19 horas, perfazendo um total de 8 km de percurso quase todo pela Avenida Presidente Humberto Castelo Branco, conhecida por Leste-Oeste. Quando o povo caminhante chega à área externa da Catedral de Fortaleza, o local já está lotado de pessoas que não participaram da caminhada, mas que foram ao encerramento da festa.

Nesse instante a aglomeração é tamanha para a área do entorno da Catedral, que muitos fiéis decidem ir embora após a caminhada por se sentirem incomodados pela falta de espaço físico.

Em entrevista com um dos participantes da *Caminhada com Maria*, que é membro da RCC e integrante da Comunidade Católica Shalom, ele nos demonstrou sua total insatisfação em fazer todo o trajeto da caminhada, mas não poder assistir a Coroação de Maria. Já que a Coroação é celebrada em um altar montado em frente à Catedral e a distância entre a multidão e o altar impede a visualização dos principais ritos. Sua sugestão é a instalação de telões em pontos estratégicos dos arredores da Sé, a fim de corrigir esse problema de acesso visual ao espetáculo. O que nos leva a reconhecer que sem a visualidade interativa, todo o processo de mobilização social e de integração simbólica do homem religioso contemporâneo se desfaz; O que impõe novos desafios aos agentes organizadores para que não fragilizem o ideal de “conquista” religiosa na escala metropolitana.

Logo após o encerramento dos festejos, a imagem da Santa é recolhida a Catedral, onde permanecerá guardada até a próxima festa da padroeira. E os fiéis retornam para seus lares numa “outra peregrinação”, não mais sacroprofana; somente gestora das

condições disponíveis ao retorno ao seu lócus de reprodução existencial no tecido metropolitano.

Mas a multidão de cerca de um milhão de fiéis (dados da organização do evento e divulgados pela imprensa local, no ano de 2009), que acompanham a *Caminhada* durante os vários momentos do trajeto, levam consigo a ideia, ideologia e ideais do discurso religioso apregoados diversificadamente. Pois tanto o espetáculo, como a festa, como o discurso religioso vão ser as únicas ferramentas utilizadas por tal religiosidade para proteger seus territórios sagrados e apregoar suas territorialidades simbólicas dentro das fronteiras profanas do espaço público metropolitano.

Com relação ao conjunto de significados, os símbolos pertinentes aos santuários dão suporte e força a fé do povo e os “elevam”, “ascendem” ao divino. Há um grupo de símbolos que constituem a festa de Nossa Senhora da Assunção, como a imagem da Santa, o santuário dedicado a ela, a estátua erguida na praça que fica em frente ao Santuário, o momento da coroação na catedral e o restante da liturgia que compõe todo o evento.

Pois com os símbolos fixos demarca-se, no território, os distintivos identificadores dos sujeitos ocupantes. Tal grupo inscreve, com suas práticas, sua identidade e sua lógica de pertencimento, o livre trânsito desse “domínio” ainda que na efemeridade do rito e do dia sagrado pelo feriado civil.

Mas para Segato (2007), possuímos práticas sócio-espaciais na contemporaneidade que vão muito mais além dos territórios materiais e fixos. Podemos considerar que não são mais os fixos que compreendem o território, mas a territorialidade passa a agir como o *caminho efetivo* da delimitação do território. No qual o sujeito, vinculado a determinado grupo, é capaz de instituir territórios no espaço produzido pelo grupo que ele se insere. E a autora ainda fecha seu pensamento dizendo: “*Por exemplo, em uma igreja, hoje, o território são seus fiéis*” (SEGATO, 2007. p. 103).

Com essa “territorialidade móvel”, vemos o fortalecimento de um capital simbólico, fomentado através de práticas simbólicas e materializados em símbolos, a fim de unir os fiéis e assim fortalecer sua estrutura religiosa. Aumentando a cada ano o número de adeptos, conquistando uma territorialidade simbólica e concorrendo com o crescimento de outros segmentos (religiosos ou não). Com atesta a representação dos últimos censos do IBGE, demarcando a expressividade numérica dos não cristãos ou dos sem-religião. O que necessariamente aponta para outros caminhos investigativos sobre o papel das manifestações festivas.

Considerações finais

Este ponto seria um dos momentos mais difíceis do trabalho se não víssemos os fenômenos pelo prisma da interlocução acadêmica, o que torna tudo mais fluente. Usamos o termo *difícil* para manifestarmos nosso sentimento de, daqui por diante, escrevermos em poucas palavras nossas reflexões oriundas de muitos momentos de relação com o objeto empírico e com os sujeitos do processo abordado. Usamos, também, o termo *fluente*, para designar a força da metodologia utilizada e a forma de abordar o objeto nos proporcionaram, a fim de fazermos tais considerações, que só se chamam finais pelas características restritas do presente trabalho.

Vimos nas páginas anteriores de forma teórica e empírica que a religiosidade contemporânea se apresenta de forma muito atuante na produção e reprodução do espaço geográfico metropolitano brasileiro. Principalmente nas duas últimas décadas, houve uma significativa mudança no quadro religioso, com a ascensão de grupos religiosos e de práticas religiosas massivas, que até bem pouco tempo não apresentavam, em números, na paisagem, nas práticas sociais e nem nas territorialidades religiosas, grande representatividade.

Hoje, tais grupos e práticas religiosas já aparecem figurando como personagens principais de muitas cenas que dinamizam a sociedade e ressignificam espaços metropolitanos, mediante estratégias forjadas sobre três dimensões básicas de mobilização social: o espetáculo, a festa e o discurso.

Podemos afirmar, com base em nosso trabalho empírico e em nossas entrevistas, que esses grupos sacralizam os espaços profanos da metrópole durante os momentos festivos, mas que essa estratégia estando associada ao discurso religioso, aos espetáculos de fé nos seus fixos e à uma contribuição estrutural do poder público, produzem uma religiosidade permanentemente e atuante que organiza eficientemente o processo de mobilização social que já é percebido através do quadro de análise das mudanças no perfil religioso de Fortaleza.

Mesmo que essa mudança esteja ocorrendo, algumas vezes através de uma dualidade, em que por um lado ofende a constituição e por outro é respaldada por ela. Pois as estratégias contemporâneas da religiosidade estabelecem essas novas territorialidades, suplantando o princípio constitucional de laicidade, fazendo políticas de aproximação entre o Estado e a Religião, que legitimam e subsidiam suas práticas massivas.

Quando examinamos a dimensão espetacular que envolve o Santuário de Nossa Senhora da Assunção, vimos que o fato dele ter sido construído repleto de símbolos e ritos espetaculares, não foi por acaso. A nítida impressão que podemos obter no convívio com aqueles que participaram da construção deste, é que o alvo era uma capacidade maior de mobilização social dos paroquianos. Entretanto, essa dimensão espetacular foi algo propício às intenções políticas daqueles que querem manter sua instituição como hegemonicamente dominantes.

Daí, a associação entre a espetacularidade e a festividade à Nossa Senhora da Assunção, tida como rainha, fizeram com que o discurso religioso obtivesse um respaldo maior nas atenções metropolitanas pois o crescimento do Santuário e da Caminhada com Maria, seria o mesmo que o crescimento do reino dessa divindade na terra.

Assim encerramos essas considerações finais com a ideia de que os resultados qualitativos do presente trabalho são mais uma forma de contribuição, pontual, mas indispensável, no complexo desenho do fenômeno religioso em cidades brasileiras. E a relevância dos resultados obtidos (social e cientificamente), cumpre defender que a religiosidade contemporânea não poder ser reduzida a uma “geografia” sobrenatural da fé; nem mesmo é dirigida para aceitar o poder profético de uma governança iluminada! Antes o que interpretamos traduz uma série de estratégias e metodologias criteriosamente estudadas, que visam uma ampliação dos poderes simbólicos de diferentes níveis organizacionais dessa instituição Católica. Resta saber de que forma tal “ampliação” coordena os sujeitos sociais, na (re)construção Metrópole profana.

Referências bibliográficas

LÉVI-STRAUSS, L.. Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. Tradução: Jeanne Marie Claire Sawaya. *In*: SANT'ANNA, M.G. (Org.). **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho do patrimônio imaterial. Brasília: Minc/ Iphan, 2. ed, 2003.

MAFRA, R. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação**: mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

MERLAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo, Martins Fontes, 1999

MOREIRA, D. A.. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2002.

OLIVEIRA, C. D. M de. **Basílica de Aparecida: Um templo para Cidade-Mãe**. São Paulo: Olho D'água, 2001.

PEIRANO, M.. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ROSENDHAL, Z.. O sagrado e o espaço. *In*: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. (Org). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FARIA, A.H. ; SANTOS, R.J. Territórios de Direitos Culturais e Étnicos das religiões de Matriz Africana em Uberlândia, MG. **Mercator**, v. 7, p. 19-29, 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto . Por uma Geografia do Sagrado. **RA EGA (UFPR)**, Curitiba, v. 05, p. 67-78, 2001.

OLIVEIRA, C. D. M. de. **Turismo Religioso: uma Breve Apresentação**. **Revista turismo e Hospitalidade**, São Paulo, p. 1 - 3, 01 set. 2003.

OLIVEIRA, C. D. M. de. **Carnavalização e complexidade turística: Formação de paisagens rituais em Eventos no Estado do Ceará**. **RA'EGA (UFPR)**, v. 16, p. 1-17, 2008.

SEGATO, R. L.. A faccionalização da República e da paisagem religiosa como índice de uma nova territorialidade. **Horiz. antropol.** [online]. 2007, vol.13, n.27, pp. 99-143. ISSN 0104-7183. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832007000100006>.

Luiz Raphael Teixeira da Silva: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Email: rageografia@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7903277262558588>

Christian Dennys Monteiro de Oliveira: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Email: cdennys@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6672867433887720>

Data de submissão: 31 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 10 de dezembro de 2012

Data do aceite: 10 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

As relações sociais e simbólicas do sistema de viagem, turismo e lazer das periferias do Recife (PE)

Social relations and symbolic system of travel, tourism and leisure on the outskirts of Recife (PE, Brazil)

Rosana Eduardo da Silva Leal

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar as relações sociais e simbólicas do sistema de viagem, turismo e lazer existente nas periferias do Recife. Para tanto, considerará as especificidades que embasam os processos de produção, comercialização e consumo de deslocamentos, enfatizando a importância dos organizadores dos trajetos (provedores) e dos bairros para a manutenção de tais práticas. O estudo foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica, seguindo uma perspectiva socioantropológica, bem como pesquisa de campo, com o uso do método etnográfico e registro dos relatos dos provedores. Diante da pesquisa, foi observado que a singularidade deste sistema se dá pela contínua adequação às necessidades, gostos e estilos de vida dos usuários, gerando formas diferenciadas de promover, comercializar e realizar deslocamentos. Tal realidade se concretiza pelas mãos dos provedores, que atuam como mediadores entre os viajantes, os serviços utilizados e as localidades visitadas. As especificidades deste sistema podem ser percebidas desde as modalidades de viagens, passando pelas formas de pagamento, meios de deslocamento, bem como os modos de visitação e hospedagem em destinos turísticos e não turísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Viagens; Provedores; Bairros Populares; Recife.

ABSTRACT

This article aims to analyze social relations and symbolic system of travel, tourism and leisure existing on the outskirts of Recife. For that, consider the specific processes that underlie the production, marketing and consumption shifts, emphasizing the importance of the organizers of paths (ISPs) and neighborhoods for maintaining such practices. The study was developed through literature review, following a social anthropological perspective, as well as field research, using the ethnographic method and record the reports of providers. Given the research, it was observed that the uniqueness of this system is given by continuous adaptation to the needs, tastes and lifestyles of users, generating different ways to promote, market and perform displacements. This reality is realized by the hands of providers, who act as mediators between travelers, the services used and the locations visited. The specifics of this system can be perceived from the travel arrangements, through the forms of payment shift means and modes of visitation and accommodation in tourist and not tourist destinations.

KEYWORDS: Travel; Providers; Outskirts; Recife.

Introdução

A concepção clássica do viajante difundida nos séculos XVII e XVIII esteve intrinsecamente vinculada a uma experiência europeia, masculina, branca e burguesa, que denotava o sentido de aventura, cientificismo, heroísmo, educação e enobrecimento. Essa compreensão, mesmo nos dias atuais, traz em seu cerne uma ideologia elitista que enquadra nesta categoria algumas classes sociais e deixa de fora outras. Para os não brancos, os não ocidentais e os situados em camadas sociais mais pobres, as viagens têm sido consideradas como não voluntárias, desprovidas de aventura, heroísmo e conhecimento, muitas vezes sob intenso controle dos Estados Nacionais.

Entretanto, ao distanciarmos dessa concepção clássica, podemos perceber uma série de táticas e práticas cotidianas que agregam atores sociais, interesses e graus de liberdade, como acontece com o sistema de viagem, turismo e lazer presente nas periferias do Recife. Esse universo empírico envolve um conjunto de deslocamentos comercializados e consumidos por moradores dos bairros populares da cidade, sendo responsável por levar indivíduos e grupos para destinos turísticos e não turísticos. Trata-se de uma dinâmica socioeconômica que sobrevive sem a tutela do estado e/ou do mercado convencional, estando pautado em valores, regras e modos de pertencimento. A relevância desse sistema está em promover um processo de democratização silenciosa das viagens, do turismo e do lazer, possibilitando o deslocamento de diversos grupos durante todo o ano.

Para analisar tal contexto, o presente artigo tem por finalidade tratar das relações sociais e simbólicas presentes neste sistema. A finalidade do estudo é abordar as especificidades que embasam os processos de produção, comercialização e consumo, considerando ainda a importância dos organizadores dos trajetos (provedores) e dos bairros na manutenção de tais práticas.

A temática será analisada por meio de uma perspectiva socioantropológica, envolvendo discussão teórica e apresentação de dados empíricos. Como recursos metodológicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica, bem como pesquisa de campo, com o uso do método etnográfico, que foi responsável por trazer à tona os relatos dos provedores e seus respectivos modos de empreender viagens. Tal conteúdo apresentado é parte do estudo que foi desenvolvido durante o doutoramento no Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, que foi apresentado durante o XII Encontro Nacional de Turismo de Base Comunitária, que ocorreu em novembro de 2012 em São Paulo.

No artigo buscaremos primeiramente analisar teoricamente a relação entre viagem, turismo e lazer na sociedade moderna, por meio do aporte conceitual de autores das ciências sociais que se debruçaram sobre os respectivos temas. Depois faremos uma reflexão sobre a relação dos bairros com a dinâmica do sistema pesquisado. E posteriormente apresentaremos como ocorre o trabalho dos organizadores dos trajetos (provedores), considerando as especificidades deste ofício. No referido artigo, optou-se pela utilização de nomes fictícios para garantir o anonimato dos envolvidos.

Viagem, turismo e lazer

“As viagens sempre estiveram presentes na vida das sociedades e em quase todas as agrupações humanas” (QUINTANA, 2006, p.03). Esses deslocamentos foram motivados por fatores que incluíam saúde, desporto, educação, comércio, religião, diversão, entre outros aspectos, estando vinculado a fatores como: necessidade de trabalho, interação social, descoberta, curiosidade, prestígio, conhecimento, aventura ou fruição (ANDRADE, 1993, p.51).

Entretanto, quando considerarmos a relação entre ócio, trabalho e viagem podemos perceber que os privilégios e restrições entre os grupos sociais estavam presentes ainda nas

sociedades pré-capitalistas ocidentais e não ocidentais, como resultado do contexto estrutural que alicerçou os deslocamentos humanos em cada período correspondente. No caso das sociedades ocidentais, as viagens como meio de conhecimento e/ou prazer estiveram em grande medida vinculadas a um *habitus*¹ das classes dominantes, acessíveis a uma reduzida camada da população. Porém, a partir do século XX, as viagens de recreio deixam de ser privilégio das elites e se estendem às classes trabalhadoras, sobretudo na Europa e América do Norte, como reflexo da sociedade moderna urbano-industrial. Neste período, a viagem turística tornou-se o “[...] maior fenômeno de deslocamento voluntário da história da humanidade”, compreendido como forma de lazer universalmente aspirada pelos que participam da sociedade de consumo (BANDUCCI JR; BARRETTO, 2006, p.08) e transformada em fenômeno massivo e “[...] negócio capitalista de envergadura colossal” (CORDERO ULATE, 2006, p.65).

Desde então o turismo, prática social encontrada em grande parte das sociedades e culturas, tem estado cada vez mais presente na agenda de indivíduos das diversas classes sociais, adquirindo características e significados distintos. Isso porque, o deslocamento turístico faz parte da compulsão pela mobilidade experimentada pela sociedade moderna, iniciada ainda no século XIX e ampliada substancialmente no século XX e XXI. Por isso, apresenta-se “[...] como uma forma de movimento humano dentro de um espectro muito mais amplo de mobilidades sociais e físicas” (COLES; DUVAL; HALL, 2005, p.85), promovendo um fluxo massivo de pessoas, imagens, informações, tecnologias, objetos, culturas e recursos financeiros. Sendo assim, inclui-se num quadro de culturas móveis que abarcam migrações, diásporas e movimentos de segunda residência.

Entretanto, conforme salienta Andrade (1993, p.02-03), mesmo o turismo apresentando-se como modelo dominante de viagem na contemporaneidade, não engloba nem inspira todas as demais formas de deslocamento. O autor deixa claro que a viagem é antes de tudo um paradigma atual que espelha a vida social, e que tem em seu interior o trajeto turístico como um modo particular de deslocar-se por prazer. Para ele, é possível identificarmos uma pluralidade de formas e modos de viajar, que absorvem conflitos e desequilíbrios de liberdade e poder que são determinantes para tais movimentos sócio-espaciais.

Para Krippendorf (2001, p. 36) “o lazer e, sobretudo, as viagens pintam manchas coloridas na tela cinzenta da nossa existência. Elas devem reconstituir, recriar o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais e trazer um sentido à vida”. Essa experiência é vivida durante todo o ano entre fins de semana, feriados e férias, fazendo parte do que o autor chamou de “ciclo de reconstituição do ser humano na sociedade industrial”, em que se tem a moradia, o trabalho e o lazer no âmbito do cotidiano e a viagem turística como um elemento do anticitidiano. Ambos estão inseridos numa rede de interações mais ampla, sofrendo influência de aspectos como a estrutura econômica (subsistema econômico); a sociedade e seus sistemas de valores (subsistema sociocultural); a política e os Estados Nacionais (subsistema político) e o meio ambiente e seus recursos (subsistema ecológico).

Nessa perspectiva, o turismo aparece como prática de lazer que promove encontros, experiência e comportamentos, bem como efeitos e consequência nos destinos e comunidades locais.

Tais práticas envolvem o conceito de ‘afastamento’, de uma ruptura limitada com rotinas e práticas bem estabelecidas da vida de todos os dias, permitindo que nossos sentidos se abram para um conjunto de estímulos que contrastam com o cotidiano e o mundano (URRY, 2001, p.17).

Mas esse afastamento da rotina é sempre temporário, pois, como pontua Krippendorf, viajamos para voltar. Nesse sentido, trata-se de uma

ruptura da monotonia entediante da vida urbana, tecida pela rotina do tra-

balho e pela repetitividade de ritmos padronizados. Ruptura de um dia-a-dia temperado pela mesmice da paisagem física e humana e pelos estímulos amortecidos que a indústria cultural a cada noite tenta em vão reavivar. Ruptura, finalmente, do impacto opressivo de obrigações que se multiplicam, acalentadas pela modulação rebarbativa de solicitações atiradas de todos os lados (MIRANDA, 2001, p.11).

Conforme salienta Coriolano (2006, p.42), “em sua essência, turismo é lazer, mas lazer com viagem. Nem todo lazer é turismo, assim como nem toda viagem é turística”. Trata-se de um “[...] *um ato praticado por pessoas que realizam uma atividade específica de lazer, fora das suas respectivas cidades, e se utilizam, para atingir seus objetivos, de equipamentos e serviços cuja prestação constitui um negócio*” (BARRETTO, 2003, p.21).

O bairro e sua gramática social

O sistema de viagem, turismo e lazer desempenha importante papel no cotidiano de seus produtores e usuários. Para os primeiros apresenta-se como fonte de trabalho, renda e diversão. E para os últimos serve como veículo de convívio social, diversão, aprendizagem e exercício da religiosidade. Este conjunto de práticas resulta de soluções cotidianas que estão em constante diálogo com os lugares e agentes sociais que o produzem e o utilizam, sendo constituídos por um repertório de valores, regras e procedimentos.

Trata-se de um campo de produção, troca e consumo gerador de produções individuais, familiares e associativas, pelo qual circulam bens, pessoas e recursos. Grande parte das redes sociais que o sustenta é proveniente de contextos como a família, a escola, o bairro, a vizinhança e o ambiente de trabalho. Por isso, mesmo estando embasado em efemeridades temporais e espaciais próprias das experiências de deslocamento, consegue proporcionar laços duradouros com seus integrantes. É o que podemos observar no relato de Laerte Batista (Julho/2008) sobre seu trabalho num bairro recifense e sua relação com os moradores.

Eu cheguei no conjunto Muribeca em 1984, quer dizer, estava recém inaugurado. Até o presente momento eu efetuo tudo ali dentro. Têm meninas que viaja comigo que às vezes eu nem sei quem é, e quando chegam, dizem: tu não me conhece mais não é? [...] Porque às vezes eram solteiras, já casaram, hoje já são mães e as filhas já estão viajando comigo. Gerações e gerações. E realmente, me dou muito bem com elas .

Portanto, está embasado no que Caillé (2002, p.65) define como “[...] *o conjunto das pessoas com quem o ato de manter relações de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade*”. Onde residem, os organizadores são legitimados como promotores de viagens e acionados no decorrer do ano conforme as necessidades individuais e coletivas dos moradores. Isso fica claro nas falas de duas organizadoras:

Eu acho que aqui em Paratibe e Arthur Lundgren todo mundo sabe que eu faço viagem. Todo mundo sabe (Dona Ednéia, abril/2008).

Minha casa não tem errada não. Quando chega na rua do Hiper, é só perguntar onde é que mora Rosalva que faz viagem e todo mundo ensina. Eu

sou muito conhecida (Dona Rosalva, maio/2008).

É o bairro que funda a gramática social deste sistema. É dele que provém grande número de consumidores que viaja e contribui para a divulgação dos trajetos comercializados. Nesta organização coletiva, seus moradores aprendem a conviver pela força da presença cotidiana.

O bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição (MAYOL, 1996, p.39).

Este elo de vizinhança retira de seus habitantes o anonimato, estimulando o aprendizado da convivência e o ajustamento individual ao meio social, uma vez que, “[...] *a coletividade é um lugar social que induz um comportamento prático mediante o qual todo usuário se ajusta ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si mesmo à jurisdição do outro*” (MAYOL, 1996, p. 47).

No bairro o acesso ao vizinho se dá pelo elo da proximidade. Trata-se de uma relação que não envolve nem a intimidade nem o anonimato, mas que possibilita o reconhecimento e a identificação dos seus usuários. Entretanto, para que isso aconteça, é preciso que seus habitantes passem por um processo de aprendizagem dos lugares, das pessoas e dos códigos sociais implícitos para que a convivência coletiva seja possível e que a proximidade se concretize.

O bairro é também uma unidade da cidade atravessado pelo sentido do público e do privado. Nele, tais dimensões não estão situadas opostamente, posto que coexistem, tornando-se uma dependente da outra. Tal diálogo remete a categoria *pedaço* (MAGNANI, 1984), que representa uma terceira dimensão inscrita entre o bairro e a moradia.

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mas ampla que é fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 1984, p. 138).

Trata-se de uma categoria êmica identificada por Magnani (1984) durante sua pesquisa nos bairros populares de São Paulo, que abarca tanto o âmbito espacial quanto relacional. Considerado enquanto “espaço” o *pedaço* denomina os territórios reconhecidos como lugares de encontro e trocas de informações, como o bar, a padaria, o telefone público, o templo religioso. Já enquanto rede de relações, o termo indica os vínculos sociais baseados em laços de vizinhança, procedência e parentesco que promovem proximidade, formas de lealdade e sentimento de pertencimento. Tal categoria não depende diretamente do território, pois pode mover-se de acordo com os interesses do grupo, que também negocia continuamente as fronteiras de quem participa ou não dele, como acontece com os grupos pesquisados.

O *pedaço* representa esta terceira dimensão que é constituído pelo agrupamento de indivíduos semelhantes, que compartilham estilos de vida, costumes, crenças e hábitos comuns, tendo a capacidade de promover formas de solidariedade, sistema de trocas e redes de sociabilidade, posto que,

essa malha de relações assegura aquele mínimo vital e cultural que assegura a sobrevivência, e é no espaço regido por tais relações onde se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção – onde se tece, enfim, a trama do cotidiano (MAGNANI, 1984, p. 140).

De acordo com Magnani (1884, p.140), o pedaço atua como “*uma referência concreta, visível e estável*” capaz de conferir identidade ao indivíduo. Por isso, sobretudo para os moradores das periferias dos grandes centros urbanos, que sofrem cotidianamente com a falta de serviços básicos, empregos e equipamentos de lazer, pertencer ao pedaço possibilita acolhimento e reconhecimento social.

No caso do sistema de viagem, turismo e lazer, mesmo havendo uma constante inserção de novos integrantes é o pedaço que constrói a base de sustentação e manutenção desta rede. É ele que garante a permanência e inserção de viajantes, a lealdade aos organizadores e a manutenção das regras implícitas.

Para tanto, absorve muitos dos códigos sociais compartilhados por seus habitantes, tornando-se um reflexo do bairro e de suas redes de relações, já que,

a prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não inscrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos ‘excêntricos’, as pessoas que ‘não são/fazem como todos nós’ (MAYOL, 1996, p.47).

Para participar dos trajetos, é necessário estar em conformidade com o contrato tácito postulado pelos organizadores. Assim, é preciso ter aderência ao sistema de valores, comportamentos, códigos de linguagem e posturas corporais considerados adequados para viajar em grupo. É o que Mayol (1996, p. 49) conceitua de *conveniência*, considerado como “[...] o gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achamos na rua”.

A conveniência promove o reconhecimento e a identificação dos indivíduos perante seus pares, promovendo benefícios simbólicos no âmbito coletivo. Para tanto, proíbe, reprime e inibe comportamentos destoantes, a partir da organização de um repertório de regras e juízos de valor que possibilitam a heterogeneidade social, garantindo a qualidade das relações sociais. Trata-se de um mecanismo de regulação interna, simbólica e não quantificada, que se traduz como um rito dos bairros, fazendo-se presente também entre os grupos que viajam.

A conveniência é grosso modo comparável ao sistema de ‘caixinha’ (ou ‘vaquinha’): representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse ‘preço a pagar’ (saber ‘comportar-se’, ser ‘conveniente’), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana (MAYOL, 1996, p.39).

O conceito de conveniência foi observado no relato de Irma, uma das organizadoras.

ras entrevistadas, quando explicou um incidente com uma passageira que se comportou fora dos padrões aceitos em seu grupo. Conforme Mayol (1996), tal desvio é visto como um atentado contra a integridade social do grupo, reduzindo à qualidade moral do infrator que se torna alvo de punições sociais nem sempre explícitas, como conta a interlocutora:

No carnaval levamos uma pessoa pra viajar: uma juíza. Ela se comportou péssima. E eu faço questão de não convidar ela novamente para meu trabalho, porque ela quis queimar meu filme. Ela bebia e cresceu porque tinha uma certa posição. E achou que tinha o direito de tirar a tranquilidade dos outros, porque estava pagando dentro de uma excursão e achava que podia ser importuna, cantando umas músicas desagradáveis, tirando onda com a cara de todo mundo (Irma, novembro/2008).

Conforme a organizadora, depois deste episódio não “houve mais vaga” no ônibus para a referida viajante, que tentou várias vezes se encaixar nas viagens posteriores sem obter sucesso.

Já Dona Edilma conta que passou por maus bocados com um policial civil que viajava com a família e que depois do ocorrido não mais o recebeu como passageiro de suas viagens:

Ele veio através de uma vizinha de Laura. Um policial que veio com a mulher e o filho. Pense no homem safado. [...] Cheio de safadeza, um vocabulário horrível. [...] Na outra viagem ele ligou e eu disse: não estou fazendo e acabou-se. Ele ligou, a mulher dele ainda ligou. Eu disse: Deus me livre. [...]. A mulher era da mesma qualidade, filho e tudo. Tudo uma raça só. Ele era horrível, horrível. Porque era da polícia e achava que era o máximo. Quando viu uma mulher tomando conta...ele homem, policial, aí ficou cheio de direito. E eu não engrossei com ele porque eu não quis engrossar mesmo. Eu prefiro tirar por menos. Eu digo: há de terminar. Terminou e comigo ele não viaja mais. Ainda mais que ele não mora nem aqui, mora lá pro lado do Janga. Aí quando ligou eu disse: tô fazendo viagem mais não. Pronto e acabou-se (Dona Edilma, outubro/2008).

Esse contrato tácito mantido pelos organizadores promove o compartilhamento de um conjunto de normas e códigos de reconhecimento que contribui para a manutenção das redes sociais implícitas, trazendo benefícios simbólicos aos que agem em conformidade e prejuízos aos que não se submetem.

Os provedores e o exercício do ofício

As práticas de viagem, turismo e lazer nas periferias recifenses têm como principais responsáveis os provedores, também conhecidos como fretantes. Tais trabalhadores normalmente são moradores dos bairros populares da cidade, que atuam durante todo o ano no processo de organização, busca de novos participantes, venda e acompanhamento dos deslocamentos. Eles têm como principal função realizar viagens de maneira planejada, segura e agradável direcionadas a espaços naturais, históricos e turísticos, eventos culturais e religiosos, além de centros de compras e diversão (Figura 1). A clientela é formada por grupos de donas de casa, estudantes, trabalhadores, membros de associações de bairro e sindicatos, bem como grupos de igrejas, amigos e/ou parentes.

Figura 1: Anúncio em via pública do Recife. Fonte: acervo da autora.
Figure 1: Advertisement on the public roads of Recife. Source: author's collection.

A singularidade na adequação às necessidades de seus usuários, geradas de promover e realizar um dos organizadores *em empresa realmente é micamente, financeiramente. No meu caso é para têm menos oportunidade* (março/2008).

Os respectivos promotores servem como mediadores entre os viajantes e as localidades, sobretudo devido ao conhecimento que possuem sobre lugares, eventos, empresas e serviços, desempenhando importante papel social em seus bairros.

Em todas as etapas das viagens é possível identificar o controle pessoal de quem está à frente da empreitada, pois são eles que decidem as modalidades de viagens, os destinos ofertados, os lugares a serem visitados, os meios de hospedagem utilizados, os preços e formas de pagamento, bem como a orientação e condução dos viajantes antes e durante o trajeto, tendo todo o controle sobre as etapas da viagem. Para isso, costumam contratar tanto serviços de empresas turísticas convencionais (que dão suporte nos serviços de transportes, meios de hospedagens ou guiamento) como também de cooperativas, profissionais autônomos e microempresas locais.

Organizar viagem representa um ofício que pode significar um meio de complementação de renda ou principal fonte financeira. Para muitas mulheres, poder trabalhar com viagens representa uma atividade econômica capaz de garantir a manutenção de suas responsabilidades domésticas, servindo ainda como forma de diversão fora do cotidiano. *“É um trabalho misturado com lazer e muita responsabilidade”*, disse Dona Celeste (setembro/2008).

Como se trata de formas artesanais de produção e comercialização, não há uma padronização na condução do negócio. As decisões são tomadas dependendo do perfil do grupo, bem como da biografia e experiência de cada um dos condutores, variando conforme a autoria de quem produz. Por isso, trata-se de uma atividade que permite aos seus produtores utilizarem suas próprias tecnologias e conhecimentos no exercício do ofício.

Ao ser perguntado sobre como costuma guardar as informações dos passageiros, Seu José Carlos (março/2008) explicou: *“deveria já estar guardando num computador. Eu não tenho computador. Mas eu guardo numa pasta. [...] Você foi uma primeira vez e se foi uma segunda não precisa mais me dar seus dados pessoais. Eu guardo numa pasta que é o que eu chamo de pasta de viagem”*.

Grande parte do planejamento das viagens é feito no ambiente doméstico. É no lar



desse ofício está na contidas, gostos e estilos de rando formas diferencia- viagens, como defende trevistados: *“[...] o turismo um turismo voltado econo- te para favorecer a empre- favorecer as pessoas que de”* (Seu José Carlos,

motores servem como jantes e as localidades,

que são confeccionadas as programações, sendo o local em que os primeiros contatos começam a ser feitos com os participantes. Além disso, a residência é o lugar onde boa parte das trocas financeiras costuma acontecer, servindo também como ponto de partida e chegada dos ônibus, bem como local de apoio aos viajantes na saída e no retorno da viagem.

Os fretantes contam com a colaboração dos familiares, que, com maior ou menor grau de envolvimento, atuam no processo da organização e concretização dos deslocamentos, dando suporte ao planejamento, divulgação, trocas financeiras, atendimento telefônico, contabilidade e recebimento de parcelas na residência ou no trabalho dos participantes.

Em muitos casos, os filhos começam a participar das viagens desde a infância, tornando-se paulatinamente o braço direito de seus pais, como nos esclarece Seu José Carlos:

A família ajuda. [...] Eles ajudam no seguinte aspecto de, por exemplo, pessoas lá em casa ligam pra mim e diz: têm três pessoas ou quatro querendo ir. Aí eu mando levar o roteiro lá, mando pegar a importância pra pagar ônibus e hotel, ele manda uma parte, aí eu já aproveito e mando o roteiro. Nessa ida que meu filho vai, já pega uma parte, leva o roteiro, a programação e pega os dados da pessoa, tipo assim, identidade, nome completo e tudo, porque tem que fazer seguro na empresa e o ônibus tem que ser assegurado. Aí eles me ajudam neste aspecto. Às vezes eu não estou em casa, atendem o telefone. Uma pessoa que está querendo ir, eles passam as informações. E no dia da viagem é festa pra todo mundo. Eles colaboram também no aspecto de ajudar as pessoas. Já que eu tenho, como você vê, a dificuldade física, que eu sou deficiente físico, eu tenho uma certa dificuldade. Eles ajudam na questão de organizar bagagem..., descer, subir, etc. (Março/2008).

No caso de Dona Celeste, o marido e o filho ajudam da seguinte forma:

[Meu marido] ajuda os idosos do ônibus a descender e pega no braço. Quando a gente tá pra ir embora, ele começa a juntar o povo tudinho, tá entendendo? Dentro do ônibus ele confere se está todo mundo certo. Eu também confiro. Aí quando tá todo mundo certinho aí ele diz: pode ir motor. E vem embora. Meu filho também, quando ele tá folgando ele também trabalha (Setembro/2008).

Na casa de Laerte Batista, toda a família se envolve nas tarefas cotidianas ligadas ao ofício. *“Quando eu estou na rua, minha esposa está em casa anotando os telefonemas. Eu tenho uma menina com nove anos que sai anotando todos os recados. Quando eu chego, ela já tem tudo anotadinho”* (Julho/2008).

Os fretantes têm a seu favor algo cada vez mais difícil no mundo moderno dos negócios: a fidelidade dos participantes. Alguns viajam há mais de 10 anos com o mesmo organizador, explicando que se trata de uma grande família. *“É um grande encontro, pois todos se conhecem. É um momento de confraternização. É o Turismo de Amigos”*, como definiu um viajante em conversa informal.

Cada organizador possui suas próprias estratégias para incluir novos integrantes, não havendo regras fixas quanto a esse procedimento. A inserção dos novatos dependerá em grande parte da maneira como as viagens são divulgadas.

Os fretantes que não promovem as viagens através de cartazes e jornais só recebem novos viajantes sob a indicação de pessoas conhecidas. Esta é uma forma de proteção quanto a problemas financeiros e comportamentais antes e durante os percursos, como relatou Dona Edilma (outubro/2008): *“Se você, que eu não lhe conheço, chegasse aqui pra viajar comigo, era preciso que você me dissesse quem lhe trouxe, senão, não ia não. Eu não levo não. Se eu não souber quem foi que trouxe, eu não levo não. Eu tenho é medo. Eu morro de medo*

de assalto, de tudo”. Nestes casos, é preciso ter certas qualidades pessoais compatíveis com as exigências dos responsáveis para poder tornar-se parte da rede de clientes, como declarou Irma (novembro/2008):

Depende de teus modos, de tua educação, da tua recepção. Da maneira que você vai conversar comigo. Eu digo: eu vou fechar uma viagem e vou ver se consigo uma vaga. Vou ver se realmente tem uma vaga. Isso se chama seleção. É necessário porque eu não posso botar qualquer pessoa dentro de um ônibus para desfazer de ninguém. [...]. O seu comportamento é que vai me dizer. No dia-a-dia eu procuro saber quem te indicou e como é seu comportamento. A questão é você ir e trazer outras pessoas e não você ir e queimar meu filme e acabar com meu trabalho. É necessário fazer essa seleção porque senão o turismo não é o mesmo.

Para os fretantes que optam por divulgar suas viagens em anúncios em jornais ou locais públicos, a incorporação de participantes acontece mediante o contato pessoal prévio, em que se decidirá a possibilidade ou não de integração ao grupo.

Considerações finais

Ainda que haja atualmente uma relativa facilidade promovida pelo mercado, as viagens e o turismo continuam sendo experimentados, sobretudo, por aqueles que têm a possibilidade de suplantarem as necessidades cotidianas latentes e que podem liberar-se do trabalho para visitar lugares fora do local de residência. *“Como o turismo interno a preços de mercado restringe-se aos que podem pagá-lo, isto é, os que têm renda suficiente para gastar o excedente em consumo de serviços de recreação e turismo, grande parte da população fica fora dessas possibilidades”* (BOULLÓN, 2004, p. 88).

Entretanto, a preocupação com a necessidade de sobrevivência não implica dizer que as classes populares estejam à margem do campo das viagens e turismo em seu dia-a-dia, já que mesmo deixando muitas vezes de ser contempladas pelo mercado ou pelo Estado, tais grupos seguem protagonizando práticas entre suas redes sociais² que respondem às necessidades de deslocamento como meio de complementação de renda, forma de lazer, sociabilidade, consumo ou exercício da religiosidade.

Por isso, não é preciso muito esforço para percebermos a não obediência dos mais fracos diante dos padrões hegemônicos da sociedade capitalista, pois, como pontua Nicolas, *“[...] os atores individuais da base social edificaram também, de maneira espontânea, contrapoderes com o objetivo de consolidarem sua margem de iniciativa”* (NICOLAS, 2002, p. 38). Estes geram uma série de produções sem o domínio estatal ou mercantil que crescem e se ramificam no tecido social com suas próprias lógicas, tecnologias e modos de fazer, mobilizando minúsculos procedimentos cotidianos que indicam o poder das ações anônimas em ressignificar o que está posto pelos padrões dominantes.

Por isso, consideramos que o sistema de viagem, turismo e lazer nas periferias do Recife está pautado em outras lógicas socioeconômicas diferenciadas, estando embasado em uma economia de trocas simbólicas de base comunitária, que garante a vitalidade e a manutenção dos empreendimentos. Trata-se de um universo socioeconômico gestado na base da pirâmide, que envolve relações de amizade, confiança e lealdade, cuja dinâmica não reflete um todo coerente, pois absorve maneiras de fazer e modalidades de viagem, resultando, portanto, da *“[...] criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou indivíduos”* (CERTEAU, 2007, p.41).

Esse universo de trocas, que ultrapassa o sentido de compra e venda mercantil, é resultante da fala e das práticas do homem comum, que transforma o cotidiano em ambiente

propício para o desenvolvimento dos seus saberes.

Diante da pesquisa desenvolvida, foi possível observar que enquanto objeto de estudo, a contribuição deste sistema se dá pelas especificidades com que empreendem as viagens, pelas formas de pagamento, modos e meios de deslocamento, bem como as formas de visitação e hospedagem. Tal realidade se concretiza pelas mãos dos provedores, que atuam como mediadores entre os viajantes, os serviços utilizados e as localidades visitadas, tornando-se um importante campo de estudos multidisciplinares. Tal contexto empírico é capaz de contribuir para a relativização dos estudos sobre viagem, turismo e lazer, na medida em que dar a ver indivíduos, práticas e relações sociais ainda pouco estudadas pela academia.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, P. de. Sociologia da Viagem: o cotidiano e os seus inter-trajectos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n.37, p. 51-77, jun.1993.
- BANDUCCI JR, Á.; BARRETTO, M. (Orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.
- BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 09, n.20, p.15-29, out.2003.
- BOULLÓN, R. **Atividades turísticas e recreativas**: o homem como protagonista. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.
- CAILLÉ, A. **Antropologia do Dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- COLES, T.; DUVAL, D.T.; HALL, C. M. Sobre el turismo y la movilidad en tiempos de movimiento y conjetura posdisciplinar. **Política y Sociedad**, Madri, v.42, n.1, p.85-99, 2005.
- CORDERO ULATE, A. **Nuevos ejes de acumulación y naturaleza**. El caso del turismo. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Anablumme, 2006.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.
- MAGNANI, J. G. **Festa no Pedaco**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1984.
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa, n. 73, p. 45-66, dez.2005.
- MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996, pp.35-185.
- MIRANDA, D. S. Apresentação. In: URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001, p.09-11.
- NICOLAS, G. O dom ritual, face velada da modernidade. In: MARTINS, P. H. (Orgs.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002. p.33-62.
- QUINTANA, V. M. **Ocio y turismo en la sociedad atual**: los viajes, el tempo libre y el entretenimiento en el mundo globalizado. Madrid: Mc Graw-Hill/Interamericana de España, 2006.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

Notas

¹ Para Bourdieu (1983), o *habitus* é concebido como a dimensão de um aprendizado passado, que cria uma segunda dimensão do homem e tende a conformar e orientar a ação através da interiorização das normas e dos valores, incluindo o sistema de classificações que preexiste às representações sociais. Nesse sentido, as ações individuais são concretamente realizadas, porém as chances de efetiva-las encontram-se objetivamente estruturadas no interior da sociedade. Conforme o autor, o gosto não é uma simples subjetividade, mas algo objetivamente interiorizado.

² “A rede é o conjunto das pessoas com quem o ato de manter relações de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade” (CAILLÉ, 2002, p.65).

Rosana Eduardo da Silva Leal: Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil.

Email: rosanaeduardo@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5977858829825216>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 20 de novembro de 2012

Data do aceite: 20 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente



Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC)

Community-based tourism in rural areas: the case of the Associação de Agroturismo Acolhida in Colônia (SC, Brazil)

***Thaise Costa Guzzatti, Carlos Alberto Cioce Sampaio,
Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano***

RESUMO

Discussões sobre temáticas do turismo e agricultura são bastante amplas e abrangem considerável conjunto de perspectivas teóricas. Aborda-se alguns elementos destas temáticas, especialmente aqueles que no seu conjunto contestam a tipologia predominante de turismo, o de massa, e discute a emergência de alternativas, tal como turismo de base comunitária. Frente à urgência de fomento de iniciativas que possibilitem diversificação das atividades nas propriedades familiares de produção, o agroturismo desponta como estratégia de geração de trabalho e renda. A atividade potencializa ainda ganhos sociais e ambientais, permitindo o enfrentamento do avanço da produção industrial (ou agricultura patronal, como mais frequentemente é conhecida) no campo e dizimação do modo de vida, produção e conhecimento tradicional dos agricultores familiares. Toma-se como referencia o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, com sede em Santa Rosa de Lima (SC). Objetivo do trabalho é discutir benefícios gerados pelo agroturismo para fortalecimento da agricultura familiar, além de identificar fatores limitantes para seu desenvolvimento. Pode-se observar, após análise do caso da Acolhida na Colônia, que agroturismo gera oportunidades aos agricultores e municípios onde a atividade é desenvolvida, encontrando, no entanto, fatores limitantes para seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária; Agricultura Familiar; Agroturismo.

ABSTRACT

Discussions with tourism and agricultural themes are very wide and comprehend a considerable group of theoretical perspectives. Some elements of these themes are approached here, especially those that, in their group, question the predominant typology of tourism, the one of the masses, and discusses the emergence of alternatives such as the community-based tourism. With the urgency to have fomentation for the initiatives that make the diversification of activities in family producing properties possible, the agrotourism rises as a strategy for generating employment and income as well as potentializing social and environmental gain to the agriculturists and their families, enabling the confrontation to the stride of the industrial production (more commonly known as patronal agriculture) in the fields and decimation of their lifestyle, production and traditional knowledge of the family-based agriculturists. The Agrotourism Association Acolhida da Colônia with its headquarters in Santa Rosa de Lima (SC) is taken as a reference case. The objective of this study is to discuss the benefits generated by the agrotourism for the strengthening of the family-based agriculture and also identify limiting factors for its development. It is possible to observe, after the analysis of the Acolhida da Colônia case that the agrotourism generates opportunities for the agriculturists and the towns where the activities take place, nonetheless existing limiting factors for its development have been observed.

KEYWORDS: Community-Based Tourism; Family-Agriculture; Agrotourism.

Introdução

Existem fortes indicativos de que modelos predominantes de agricultura e turismo, tais como agricultura patronal e turismo de massa, tem sido incapazes de responder à problemas brasileiros contemporâneos, sejam eles fome e pobreza, vulnerabilidade social, insustentabilidade ambiental, direito a terra, direito das mulheres, dentre tantos outros desafios ecosocioeconômicos.

No que tange à agricultura, estudo realizado pela FAO/INCRA em 1994 aponta para a existência, no Brasil, de dois modelos: patronal e familiar. Na agricultura familiar, segundo referido estudo, existe íntimo relacionamento entre gestão e trabalho, sendo o processo produtivo dirigido pelo agricultor e havendo ênfase na diversificação da produção. Trabalho assalariado é apenas complementar. Decisões são imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade e especificidades do processo produtivo e tomadas *in loco*, priorizando-se o uso de insumos internos. Outra característica do modelo familiar é aliar qualidade de vida e conservação dos recursos naturais.

No caso da agricultura patronal, acontece total separação dos fatores gestão e trabalho, sendo a organização do processo produtivo centralizada; produção baseada na especialização e em práticas agrícolas padronizáveis, havendo predomínio do trabalho assalariado; saberes são desvalorizados frente as tecnificações; práticas empregadas buscam principalmente reduzir mão de obra e ao mesmo tempo criam de-

pendência no uso de insumos mercantilizados (FAO/INCRA, 1994).

Segundo análises feitas pela FAO/INCRA (1994 e 1996), a agricultura patronal contrata número limitado de trabalhadores residentes e fomenta forte concentração de renda e exclusão social. Em contrapartida, agricultura familiar apresenta perfil essencialmente distributivo e possibilita maior equidade sociocultural. Este modelo apresenta vantagens com relação à estabilidade e à capacidade de adaptação, devido à ênfase na diversificação e maior maleabilidade do seu processo decisório.

No entanto, apesar dos argumentos favoráveis ao fomento da agricultura familiar e sua representatividade em número de propriedades rurais no Brasil¹, na maioria das vezes as políticas públicas do país privilegiam a agricultura patronal, sob o pretexto do crescimento econômico, se contrapondo aos impactos sociais e ambientais da atividade.

Veiga (2002), baseando-se na análise dos impactos da estratégia de desenvolvimento agrícola adotada pelos Estados Unidos, afirma que espaços que foram dominados pela agricultura mais tecnificada são os que menos favorecem ao dinamismo regional, mesmo exibindo altos níveis de eficiência. Para ele,

(...) são paisagens tão monótonas, com águas e solos tão contaminados por agroquímicos que não podem aproveitar uma das principais vantagens comparativas das zonas rurais do século 21: a atração de residentes temporários, aposentados, famílias em férias, turistas, esportistas, congressistas, sem falar nas empresas que a revolução telemática está libertando dos grilhões urbanos. No limite, deve-se até admitir o inverso do senso comum, pois a agricultura de ponta pode se transformar no maior vilão do desenvolvimento rural (VEIGA, 2002, p.72).

Pode-se recordar o alerta de Brose (1999), na ocasião que comenta sobre consequências do abandono do campo pelos agricultores familiares devido às condições de vida cada vez mais precárias nas zonas rurais. Afirma o autor que

o fechamento e o abandono de uma unidade familiar de produção constitui uma catástrofe cultural, social e econômica para a referida família. Ele acarreta a perda (muitas vezes de forma irreversível) da autonomia, do modo de vida, da autoestima da família, para o subemprego e a insegurança alimentar. Constitui na verdade uma perda para toda a sociedade, e muitas vezes é o caminho certo para a cesta básica e para chagas sociais como a prostituição infantil (BROSE, 1999, p. 14-15).

Dentro das estratégias traçadas pela agricultura familiar para garantir sua manutenção e reprodução surge discussão sobre novos papéis do meio rural e, consequentemente, dos agricultores, no qual o turismo encontra espaço para se desenvolver. Neste contexto, o objetivo do trabalho é discutir benefícios gerados pelo agroturismo para fortalecimento da agricultura familiar, além de identificar fatores limitantes para o desenvolvimento.

Turismo comunitário e superação do turismo de massa

Turismo conhecido é o de turismo de massa, com deslocamento de grande número de pessoas, em mesmo período do ano, para destinos consagrados. Turismo de massa é criticado no que se refere às consequências da dinâmica socioecológica (TRIGO, 1993; URRY, 1996; SAMPAIO, 2004; CORIOLANO; SILVA, 2005; CORIOLANO, 2006; BURSZTYN *et al.*, 2009; ZAQUAL, 2009). Para Bursztyn *et al.* (2009, p.77), turismo de massa “*compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais de comunidades tradicionais*”.

Em contraposição ao turismo de massa, emerge a prática de turismo sustentável, fruto da mobilização de comunidades rurais, pesqueiras, indígenas, quilombolas, conhecido como turismo solidário, turismo comunitário e ainda turismo responsável.

Para Silveira (2001), o turismo sustentável é aquele que atende as necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem por em risco a capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades. Ele deve ter como principais objetivos a sustentabilidade ecológica, a equidade social e a eficácia econômica.

Experiências de turismo comunitário no Nordeste e Norte do país são realizadas de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca, o artesanato, dentre outras atividades, prioriza geração de trabalho para dinamização do capital local, garantindo oportunidade de participação comunitária nas decisões sobre políticas públicas (CORIOLANO, 2006). Mais do que planejamento descentralizado e associativo, busca contribuir para que reivindicações sociais das comunidades ganhem pauta e visibilidade como temas de interesse, tais como luta pela regulamentação fundiária e posse da terra.

Se por um lado, o turismo comunitário surge como reivindicação das comunidades para que estejam inseridas na cadeia produtiva do turismo, podendo participar e se beneficiar da atividade, por outro lado, turismo comunitário encontra espaço de expansão pela tomada de consciência de que lazer e turismo podem ser associados a prática de responsabilidade social.

Brandão (2011), analisando esse turismo, admite que é o interesse pelo outro, sem o fetiche da mercantilização que é essencial. O autor diz que

(...) a ideia de que viajamos não apenas para ver (fotografar), mas para perceber e vivenciar. E não apenas para perceber, mas para compreender. Compreender o outro através de mim mesmo; compreender a si mesmo através do outro. Compreender a vida e os mistérios no essencial encontro humano: o entre nós (p. 32).

Sampaio (2010), ao escrever sobre turismo comunitário, conclui que neste tipo de iniciativa

(...) não se busca somente equidade na distribuição dos ingressos econômicos. Tudo está condicionado ao desejo e à capacidade de acolher visitantes (turistas) – e não o inverso – com resguardo cultural,

possibilitando conhecer um outro modo de vida, com os conhecimentos tradicionais que lhe são inerentes, distanciando do padrão urbano-consumista. De qualquer maneira, não existe o aprimoramento econômico tantas outras vezes apresentado pelo princípio – a satisfação do cliente é nosso maior desejo -, e sim a busca da convivialidade, a primazia da troca solidária distanciada do interesse calculado (p. 109).

Alemberg Quindins, criador da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri (CE) considera que este aspecto essencial do turismo de base comunitária, trocas entre visitantes e visitados, promove um turismo de conteúdo, pelo crescimento humano que a atividade proporciona. Seria, segundo ele, uma contraposição ao turismo de puro consumo, chamado de turismo vazio, por pouco contribuir para o crescimento pessoal e para o desenvolvimento local. Neste sentido, Guzzatti (2010) relata o surgimento do movimento *slow travel*, o qual critica os pacotes turísticos tradicionais que oferecem roteiros com muitos destinos num período curto de tempo. Geralmente, nestes casos, os turistas voltam para casa com muitas fotos e poucas informações dos lugares visitados. Na concepção do *slow travel*, um dos elementos definidores da viagem é a oportunidade de tornar-se parte da vida local e se conectar ao lugar e ao povo.

Para melhor compreensão deste tipo de turismo classificado como comunitário, a próxima seção apresenta a experiência da Associação Acolhida na Colônia.

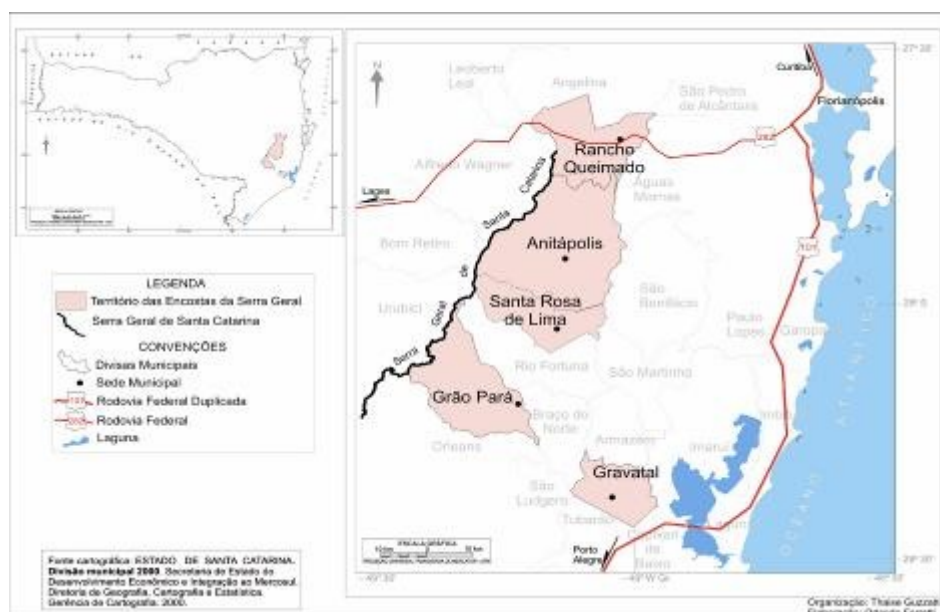
Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia

Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia foi fundada, no Brasil, em 1999, no território das Encostas da Serra Geral, no Estado de Santa Catarina (Figura 1).

A Acolhida na Colônia é ligada a associação *Accueil Paysan*, criada na França em 1987 e atualmente presente em 33 países de 4 continentes.

Na França, a entidade surge como fruto da reflexão de um grupo de agricultores, apoiados por pesquisadores ligados a questão da educação popular e sociólogos, sobre rumos da agricultura e possibilidades de desenvolvimento do agroturismo naquele país. A agricultura francesa, naquele período, atravessava momento de forte adaptação. Ganhos de produtividade e a eficácia de técnicas modernas conduziram a uma superprodução dentro da maioria das atividades classificadas como pilares da agricultura, gerando excedentes agrícolas. O preço mundial destes produtos estava frágil e a Comunidade Econômica Europeia possuía programas para sustentá-los. Esta prática garantia renda aos agricultores e os induzia a produzir sempre mais. Isso gerou um déficit de muitos milhões de dólares. Apesar das soluções traçadas para tentar limitar a produção (cotas, pousio de terras, etc.), os preços continuaram baixos, ocasionando a eliminação dos agricultores mais fracos ou moradores de zonas rurais difíceis. Muitos dos que permaneceram tiveram que buscar atividades alternativas.

Figura 1:
das encos-
Serra Ge-
do a Asso-
Acolhida na
Fonte:
(2010).
Figure 1:
from the
the Serra
according



Território
tas da
ral, segun-
ciação
Colônia.
Guzzatti

Territory
slopes of
Geral,
to the As-

sociação Acolhida na Colônia. Source: Guzzatti (2010).

É neste contexto que os fundadores da *Accueil Paysan*, originários dos Alpes Franceses (topografia e clima que limitam a expansão agrícola), colocam a questão da (re)apropriação de seu futuro por meio do controle da produção, no ganho nos circuitos curtos de distribuição e por uma autonomia mais completa do trabalho pelos serviços, especialmente o agroturismo. Esta atividade permitia combinar o trabalho da terra, a utilização do espaço e do ambiente natural e proporcionava a recuperação da autoestima; a geração de trabalho e renda; a dinamização das comunidades rurais, levando ao estabelecimento de novo laços sociais, especialmente entre campo e cidade.

No Brasil, os municípios que compõem o território das Encostas da Serra Geral, berço da Acolhida na Colônia - extensão brasileira da *Accueil Paysan*, são marcados pela presença da agricultura familiar como base de sua vida econômica e social. Deve-se destacar que, embora com menos intensidade devido às limitações físicas impostas pela declividade do solo, também neste território percebe-se os impactos ocasionados pela modernização da agricultura (GUZZATTI, 2003; 2010). Com relação a estes impactos, Guzzatti destaca que

(...) a modernização a que foi submetida a agricultura brasileira resultou (e ainda resulta) no acúmulo de capital por parte das grandes empresas integradoras e dos grandes proprietários rurais; ocasionou (e

ocasiona) prejuízos ambientais; provocou (e provoca) a contaminação dos alimentos (com prejuízos para a saúde de quem produz e de quem consome) e, principalmente, levou (e leva) ao empobrecimento e à exclusão social pessoas que historicamente foram responsáveis pela alimentação da população brasileira (GUZZATTI, 2010, p. 55)

Neste contexto, os municípios das Encostas da Serra Geral enfrentam uma série de dificuldades relacionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar. Não raro, nestes municípios, a venda de terras para sitiantes, a exploração da mata nativa para a fabricação de carvão vegetal ou o reflorestamento tem sido a alternativa encontrada por muitos de seus agricultores para suprirem suas necessidades básicas (mesmo que na maioria das vezes essa escolha acabe piorando suas condições de vida e saúde). As dificuldades encontradas pelos agricultores têm provocado um forte processo de esvaziamento populacional e de empobrecimento no meio rural, com claros reflexos negativos sobre o seu patrimônio cultural e ambiental (GUZZATTI, 2003).

Diante da degradação econômico e social vivida pelo território das Encostas da Serra Geral, em 1996, um grupo de pessoas, na maioria filhos da terra que haviam migrado para núcleos urbanos maiores e seguido profissões não relacionadas a agricultura, iniciam reflexão sobre alternativas viáveis para a melhoria da qualidade de vida das famílias que permanecem nas Encostas da Serra Geral.

A primeira proposta foi a da implantação da produção de alimentos orgânicos, com venda garantida em rede de supermercados de proprietários oriundos de Santa Rosa de Lima, município da Encostas da Serra Geral. Assim, em 1996, doze famílias começaram o cultivo de alimentos sem uso de agrotóxico e outros insumos químicos, fundando a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agrego).

Este foi o deslanchar de um processo de desenvolvimento territorial, com papel central desempenhado pela Agrego. Como decorrência do processo, inicia-se a expansão do número de produtores orgânicos; a implantação de pequenas agroindústrias rurais para o beneficiamento da produção; a implantação da cooperativa de crédito rural; a criação do centro de formação para jovens, dentre outras iniciativas.

Uma das consequências foi o interesse de agricultores, técnicos e consumidores de outras localidades para conhecer as atividades produtivas e as ações implementadas nas Encostas da Serra Geral. Desta forma, vislumbrou-se nova oportunidade para agricultores da região com oferta de serviços turísticos nas propriedades.

Neste caso, a atividade proposta foi o agroturismo. Desde o início a opção foi de utilizar um conceito que demarcasse de forma clara o segmento turístico trabalhado, evitando confusões entre agricultores e/ou turistas que poderiam achar que se tratava da proposição de atividades de turismo rural, este segmento relacionado com hotéis fazenda, principalmente em Santa Catarina. Assim, o agroturismo defendido pela Acolhida na Colônia é definido como:

Um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas,

oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem-estar aos envolvidos (GUZZATTI, 2003, p. 53).

As constatações iniciais do processo de implantação da atividade nas Encostas da Serra Geral, são:

a baixa autoestima dos agricultores com relação a sua profissão e ao seu território. Muitos diziam: “o que os turistas viriam fazer aqui neste meio do mato”? Ou então: “aqui ninguém vem, só vai”, numa referência ao processo do êxodo rural vivenciado na região;

problemas de infraestrutura, especialmente no que diz respeito à péssima condição das estradas; à falta de sinalização e problemas relacionados à qualidade da energia elétrica e graves problemas ambientais, sobretudo com relação à derrubada da mata nativa para a fabricação do carvão vegetal ou implantação de reflorestamento; à utilização excessiva de agrotóxicos e à falta de saneamento básico das propriedades rurais (GUZZATTI, 2010, p. 123).

A opção em integrar a rede francesa *Accueil Paysan* ocorre em função de que os objetivos propostos no Estatuto da Acolhida na Colônia estarem próximos daqueles defendidos pela organização francesa. Além disso, a *Accueil Paysan* possuía grande experiência na atividade, possibilitando à Acolhida na Colônia uma forma de adaptação da metodologia e das estratégias de ações.

Dentre os principais objetivos estabelecidos no Estatuto da Acolhida na Colônia, destaca-se:

contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e ela associados, pela organização de atividades de agroturismo enquanto fonte complementar de renda;

valorizar as atividades dos agricultores familiares associados, oferecendo alternativas para que permaneçam no meio rural, resgatando sua história e sua cultura e fortalecendo uma prática produtiva dentro dos princípios da agroecologia, de proteção e de recuperação do ambiente natural;

promover a integração entre campo e cidade através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos agricultores familiares com os habitantes de centros urbanos;

organizar, em parcerias, no âmbito desta Associação, o desenvolvimento de produtos agroturísticos baseados em circuitos locais e regionais;

resgatar a identidade cultural dos agricultores familiares, enquanto forte ingrediente de cidadania, propiciando-lhes um clima favorável para exposição de seus valores de cultura para a sociedade em geral;

possibilitar aos agricultores familiares associados a sua capacitação, formação e profissionalização nas atividades de agroturismo, ecologia e outros campos de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento

rural sustentável (ACOLHIDA NA COLÔNIA, 1999. p. 01-02).

Para o desenvolvimento do agroturismo nos municípios das Encostas da Serra Geral, a Acolhida na Colônia desenvolveu uma metodologia própria, composta por sete etapas principais. São elas: a) diagnóstico das características territoriais e estabelecimento de compromisso com o projeto; b) sensibilização dos agricultores do território sobre o agroturismo; c) diagnóstico participativo das propriedades rurais; d) fortalecimento do associativismo; e) implantação dos negócios (elaboração de projetos individuais e coletivos; realização de investimentos); f) capacitação e assistência técnica e g) promoção.

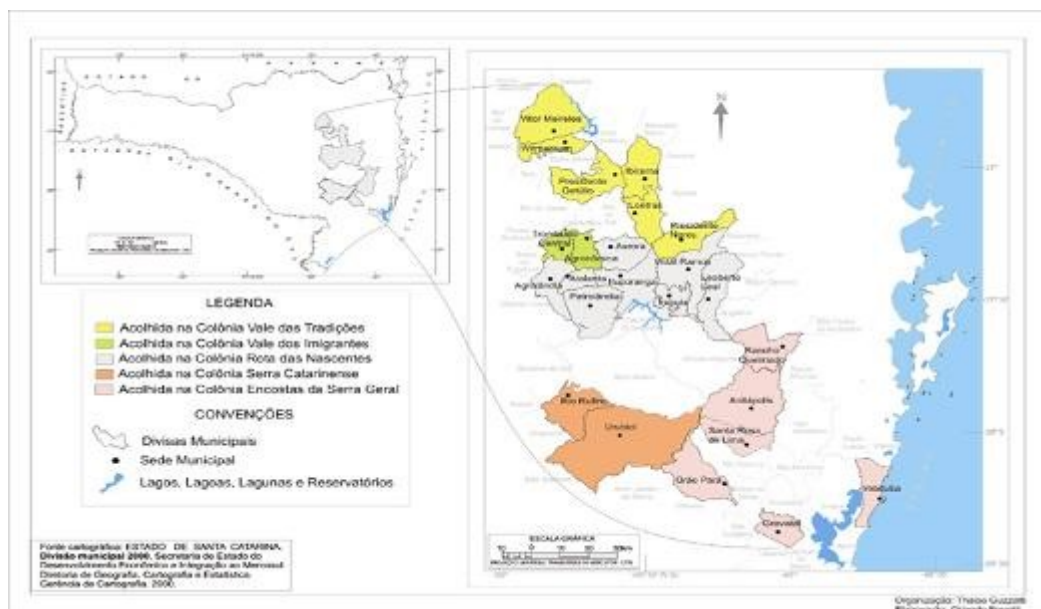
Cabe destacar que, antes da propriedade fazer a promoção usando a logomarca da Acolhida na Colônia, ela passa por uma certificação a partir da avaliação do cumprimento das regras previstas no Caderno de Normas da entidade (documento elaborado pela Acolhida na Colônia que define as regras mínimas para serviços de hospedagem; de alimentação; atividades de lazer; venda de produtos, dentre outros). Algumas regras são obrigatórias, não havendo tempo de adaptação a partir da adesão e em outros casos o agricultor tem um tempo para realizar as adaptações necessárias. A certificação é participativa, sendo que uma comissão de três pessoas (um técnico e dois agricultores) é organizada em cada região, formando o comitê de verificação. No período de certificação, o comitê de uma região vistoria a região vizinha e assim sucessivamente, sendo o processo repetido a cada dois anos. Somente depois de certificados os agricultores podem entrar no site e participar das ações promocionais.

Um dos principais pontos defendidos pela Acolhida na Colônia é a preservação do meio ambiente e da cultura local. Por conta disso, os agricultores que fazem parte da entidade optam pela produção orgânica dos alimentos.

Além disso, a entidade possui um projeto apoiado pela Bovespa Social & Ambiental para implantação de tecnologias de energia renovável nas propriedades rurais (Projeto Roda d'água). A proposta é que as propriedades possam ser mais autônomas no que concerne a energia.

A entidade agrega vinte e quatro municípios, incluindo a iniciativa de expansão no município de Imbituba, junto a pescadores artesanais (Figura 2). Fazem parte da Acolhida na Colônia cento e setenta famílias associadas no conjunto dos municípios, os quais se encontram em momentos diferentes em termos de desenvolvimento turístico nas propriedades.

Figura
Área
abran-
gência
Associ-
Acolhi-
Colô-
Fonte:



2:
de
da
ação
da na
nia.

Guzzatti (2010).

Figure 2: Area covered by the Associação Acolhida na Colônia. Source: Guzzatti (2010).

Como principais resultados do trabalho desenvolvido pela entidade, Guzzatti (2010) destaca os benefícios do agroturismo:

- mostra-se como uma importante opção de geração de trabalho e renda dentro das propriedades rurais;
- tem impacto na autoestima dos agricultores familiares;
- proporciona uma valorização das atividades rurais cotidianas;
- enaltece o lugar e o modo de vida dos agricultores;
- cria novas utilidades para instalações ociosas nas propriedades rurais, viabilizando a diversificação das atividades rurais;
- possibilita a troca de conhecimentos (viajar sem sair do lugar) para os agricultores;
- estimula o conhecimento de outras regiões do mundo, através de viagens de intercâmbio;
- atrai de forma expressiva o interesse de pessoas mais jovens;
- tem proporcionado o aumento da divulgação do território no estado e no país;
- facilita a captação de recursos públicos e privados por parte do Poder Público e da própria Acolhida;
- valoriza as atividades ligadas à agricultura e à cultura local;

- contribui para o aumento da arrecadação de impostos municipais, graças ao melhor desempenho do comércio local.

Uma forma de reconhecimento da contribuição da iniciativa para a dinamização da agricultura familiar é demonstrada por meio dos prêmios recebidos pela Acolhida na Colônia durante sua existência. Destacam-se, neste contexto o Prêmio Destaque do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2002, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; Prêmio ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) em 2005, promovido pela Organização das Nações Unidas – ONU; Prêmio Top de Agrobusiness 2006, promovido pelo IPEQ – Instituto de Pesquisas da Qualidade e Ministério do Turismo; Destino Referência Nacional em turismo rural, Ministério do Turismo em 2007; Prêmio Generosidade da Editora Globo, em 2008.

No entanto, apesar dos resultados positivos identificados, o desenvolvimento do agroturismo acarretar problemas nos municípios e território em que é desenvolvido. Alguns destes problemas são identificados por Guzzatti (2010), sendo:

- a renda gerada na atividade agroturística provoca a redução da importância das atividades agropecuárias;
- a incompatibilidade entre o agroturismo e outras atividades da região vem acarretando conflitos de interesse. Em vários casos, os próprios visitantes denunciam habitantes locais que realizam atividades consideradas ilegais;
- a presença de pessoas mal intencionadas pode provocar transtornos aos agricultores;
- a carência de infraestrutura no município e em parte significativa do território prejudica a imagem divulgada externamente.

Conclusões

Após doze anos de existência da Acolhida na Colônia, registra-se rica experiência em vinte e quatro municípios catarinenses, beneficiando mais de 170 famílias de agricultores associados.

A Instituição foi criada para desenvolver o agroturismo, segmento de turismo no espaço rural, onde famílias de agricultores se organizam e estão dispostas a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo as atividades econômicas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando ambiente e cultura local e proporcionando bem-estar aos envolvidos.

Para atingir este propósito a Acolhida criou uma carta de princípios, os quais devem ser seguidos por todos os associados. Entre os princípios orientadores, está a necessidade da produção orgânica, da ação cooperada e solidária entre os associados, o resgate e preservação cultural e ambiental. Também se desenvolvem estratégias e ações para que os princípios sejam respeitados pelos associados. Dentre as principais ações estão a formação e o intercâmbio realizado em cursos, palestras, seminários, visitas técnicas nacionais e internacionais direcionadas aos agricultores, assessoria técnica nas propriedades rurais, desenvolvimento de projetos especiais como o Roda d'Água (resgate e implantação de tecnologias de energia renovável),

desenvolvimento de roteiros de turismo pedagógico para promover a educação ambiental e o desenvolvimento de circuitos de cicloturismo, dentre outras ações.

No campo das estratégias focadas na garantia dos princípios, destaca-se a existência de um referencial interno chamado de Caderno de Normas. Este documento apresenta as regras visando garantir qualidade e segurança para quem oferece o serviço e também para o cliente, além de assegurar o respeito aos princípios. Para garantir que as normas sejam seguidas pelos associados, todos assinam o termo de responsabilidade. Se, por um lado, o trabalho desenvolvido é sinônimo de resultados positivos, com geração de trabalho e renda nas propriedades e comunidades rurais, melhoria das condições ambientais e da imagem dos municípios, que de isolados passam a ser conhecidos regional e nacionalmente, por outro, há dificuldades internas entre associados e em relação aos municípios onde está inserida. No que diz respeito à relação entre associados, existe diferença de compreensão e adoção dos princípios. Isso tem sido gerado por visão oportunista e utilitarista da entidade, visto o espaço e reconhecimento conquistados pela instituição nos últimos anos, especialmente após 2007. A Acolhida é referência nacional no segmento turismo rural pelo Ministério do Turismo e tem sido objeto de diversas reportagens exibidas na mídia nacional, o que influencia sobremaneira na atração de visitantes para os municípios rurais. Além disso, a entidade disponibiliza uma série de produtos e serviços aos associados (central de reservas; *web site*; assistência técnica, etc). No que tange à relação da Acolhida com os municípios onde está inserida, se evidenciam conflitos. Isso acontece principalmente porque a entidade está pautada na conservação ambiental e os conflitos são relacionados a posição contrária sobre utilização de agrotóxicos, reflorestamento com espécies exóticas e desmatamento, exploração do subsolo para extração de argila e fosfato e construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas, o que leva agricultores associados e turistas conscientes se indisporem com a comunidade local.

Pode-se concluir que a complexidade que permeia os processos que objetivam promover o desenvolvimento territorial na perspectiva da sustentabilidade, privilegiam o turismo de base comunitária como um dos vetores, e isso tem significado ganhos reais para a experiência da Acolhida. Isso confirma que outra economia é possível, embora essa ainda seja conectada a economia de mercado.

Referências bibliográficas

ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Estatuto da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia**. Santa Rosa de Lima, 1999.

BRANDÃO, C. R. **A procura do Outro**. Cadernos SESC de Cidadania, 2011. Disponível em http://sescsp.org.br/sesc/download/cadernos/turismo_social_2011.pdf Acesso em: 15 de junho de 2012.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 347p.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R.;

- SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.76 - 91.
- CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006. 238 p.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília: FAO, 1994.
- FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossier estatístico. Brasília, 1996. 24p.
- GUZZATTI, C. T. O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral. **Dissertação (Mestrado)** - Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- GUZZATTI, C. T. O agroturismo elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). **Tese (Doutorado)** - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- IBGE, **Censo Agropecuário**. 2006.
- SAMPAIO, C. A. C. **Desenvolvimento sustentável e turismo**: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística: uma introdução. Blumenau, SC: Edifurb; Florianópolis: Bernúncia, 2004. 132 p.
- SAMPAIO, C.A.C. **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: EDIFURB, 2010.
- SILVEIRA, Marcos T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001. p. 133-150.
- TRIGO, L. G. G. **Turismo e Qualidade**: Tendências contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 1993 (Coleção Turismo).
- URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Trad.: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996. (Coleção Megalópolis).
- VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem,

2009, parte I, p.55-75.

Nota:

¹Os dados do censo agropecuário realizado em 2006 mostram a importância da agricultura familiar no Brasil e ajudam a justificar a necessidade de ações adequadas para a sua manutenção e o seu fortalecimento. Dos 5.175.489 estabelecimentos rurais existentes no País, 84%, ou seja, 4.367.902 estabelecimentos eram classificados como familiares e ocupavam 24% da área de terras (80.250.453 hectares de um total de 329.941.393 hectares) (IBGE, 2006).

Thaise Costa Guzzatti: Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.

Email: thaise.acolhida@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3969366822285939>

Carlos Alberto Cioce Sampaio: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

Email: carlos.cioce@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9034603212802471>

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano: Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Email: luzianeidecoriolano@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4477795642535596>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 10 de dezembro de 2012

Data do aceite: 10 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

Indicadores para a identidade do turismo de base comunitária no território da Serra do Brigadeiro (MG)

Indicators for the identity of the community-based tourism on Serra do Brigadeiro territory (MG, Brazil)

Werter Valentim Moraes, Guido Assunção Ribeiro

RESUMO

O presente trabalho é fruto do desenvolvimento de parte do Projeto Boas Práticas do Território da Serra do Brigadeiro, apoiado pelo Ministério do Turismo cujo objetivo foi ordenar os atrativos enquanto produto turístico de base comunitária. As Boas Práticas referem-se à concretização de núcleos de turismo de base comunitária estabelecidos em 5 regiões do entorno do Território da Serra do Brigadeiro, onde se insere o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB, estado de Minas Gerais. O Núcleo do Boné, por ser o único limítrofe à unidade de conservação, vem se destacando na gestão do turismo de base comunitária. O Núcleo é organizado por quatro famílias parentes que desenvolvem: a hospedagem domiciliar de montanha, uma área de camping, a guiagem e a utilização de um pequeno restaurante rural. Os parâmetros pesquisados como atrativos foram: unidade de conservação, água, mata, cultura, espaço de convivência, produção associada ao turismo e hospitalidade. Seus principais indicadores foram: potencial de atratividade, grau de uso atual, representatividade, apoio comunitário local, estado de conservação da paisagem, infraestrutura e acesso. A identidade reconhecida no núcleo de turismo de base comunitária do Boné foi a produção associada ao turismo com os saberes e fazeres da família agricultora, a hospitalidade retratando a ruralidade, a cultura das festas fomentando grupos folclóricos, a mata e água com suas paisagens ainda selvagem e os espaços de convivência possibilitando uma interação entre turistas e anfitriões. Estas atividades propiciam uma experiência enriquecedora com o turismo de base comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária; Atrativos; Identidade.

ABSTRACT

This work is the result of the development of the Project Planning Practice Sierra Brigadier, supported by Ministry of Tourism, whose objective was to order the appeal as community-based tourism product. The Good Practice relate to the achievement of core community-based tourism established in five regions around the territory of Sierra Brigadier, which includes the State Park of Sierra Brigadier - PESB, state of Minas Gerais. The Core Boné, as the only country bordering the conservation area, has been highlighted in the management of community-based tourism. The Center is organized by four families who develop relatives: a mountain home hosting, the camping area, the guidance and use of a small rural restaurant. The parameters studied were as attractive: the conservation area, water, forest, culture, living space, production linked to the tourism and hospitality. Its main indicators were potential attractiveness, level of current use, representation, support the local community, state of conservation of landscape, infrastructure and access. The identity were recognized in the core activities that are associated with the production of tourism with the knowledge and practices of the farm family, depicting the rural hospitality, festivals promoting the culture of folk groups, the forest and water depicting a still wild scenic beauty, the living space allowing coexistence between tourists and hosts. These activities provide an enriching experience with community-based tourism. The production associated with tourism was the identity recognized in the core of the community-based tourism Boné, including the knowledge and practices of the farm family, hospitality that showing rurality, the cultural festivals that foster folk groups, the woods and water with its landscapes still wild and living spaces allowing for interaction between tourists and hosts.

KEYWORDS: Community-Based Tourism; Attractions; Identity.

Introdução

O turismo na agricultura familiar pode complementar a renda com a comercialização de produtos e serviços diretamente ao visitante dentro da propriedade rural. Diante desse cenário, o turismo possibilita a valorização da família agricultora, uma vez que a sua cultura torna-se o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da auto-estima da população.

O turismo no meio rural da agricultura familiar propõe o uso racional dos recursos naturais, sua preservação, conservação e recuperação, visto que estes recursos passam a serem atrativos turísticos (BRASIL, 2003).

Segundo o plano de desenvolvimento territorial da Serra do Brigadeiro (CTA-ZM, (Centro de Tecnologias Alternativas – Zona da Mata, 2004), o turismo rural foi definido como um dos eixos estratégicos de ação nas comunidades do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que pretende explorar o potencial turístico da referida unidade de conservação e do território de maneira a promover a qualidade de vida das comunidades, sem, no entanto, descaracterizá-las e/ou desrespeitá-las.

O objetivo do presente trabalho foi identificar por meio de indicadores, as atividades turísticas desenvolvidas no núcleo do Boné, com o intuito de reconhecer os atrativos de turismo de base comunitária que são a identidade turística do Território da Serra do Brigadeiro.

Uma nova ordem para o turismo

A idéia de potencialidade se apresenta comumente na bibliografia turística. Tem-se, que a popularização do termo “potencial turístico” ocorre pela falta de conceitos mais precisos dessa expressão e da pouca possibilidade de se avaliar de forma clara esse “potencial” com os métodos e instrumentos até agora criados para tal finalidade.

Nesse sentido, Matheus (2003) e Almeida (2006), citam a importância de se conhecer a realidade quanto ao potencial turístico, ao detectar que a ótica errada deste potencial pode resultar em impactos negativos para o meio ambiente.

Com esta ótica, estudos sobre indicadores são utilizados como uma das técnicas para se conhecer, de fato, o estágio em que se encontram os produtos e serviços turísticos. Filetto (2009) e Costa (2010) em estudos recentes sobre indicadores constatam o seu poder de sintetizar conjuntos complexos de informações turísticas, e, apresentar significados relevantes dos aspectos analisados.

O Programa de Redução da Pobreza pela Exportação – PRPE (Export-Led Poverty Reduction Programme – EPRP), do International Trade Center – ITC (Centro de Comércio Internacional) também utiliza indicadores na perspectiva de monitorar a capacidade empreendedora de produtores e prestadores de serviços nas comunidades (UNCTAD/WTO, 2005). O objetivo final do PRPE é aumentar o nível de vida das comunidades tradicionais desfavorecidas, tendo por objetivo o aumento da qualidade e da quantidade da produção e dos serviços oferecidos pelas mesmas, ao passo que responde às necessidades dos principais mercados internacionais e nacionais.

Segundo Maldonado (2009), a finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, por meio do investimento em projetos de caráter social ou de produção.

Com base nessas premissas e com o intuito de responder a questionamentos, as Entidades do CEPEC (Centro de Pesquisa e promoção Cultural) e da Associação dos Amigos de Iracambi tomaram a iniciativa de associarem-se para desenvolver uma proposta de turismo responsável para aproveitar o potencial turístico do Território da Serra do Brigadeiro buscando apoio à REDE TRAF – Turismo Rural na Agricultura familiar e à REDE TURISOL – Turismo Solidário. De acordo com a realidade desta iniciativa turística, a proposta leva a um planejamento e gestão comprometidos com trabalhos em rede.

Para Benevides (2002), a viabilidade de realizar o desenvolvimento local por meio do turismo dependeria da equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; manutenção da identidade cultural; geração de ocupações produtivas de renda; desenvolvimento participativo; e, qualidade de vida. Assim, a identificação de atrativos e seus indicadores compatíveis com estes objetivos subsidia o planejamento para a valorização a

identidade turística do Território da Serra do Brigadeiro.

Na atualidade o turismo “responsável-sustentável” vem se tornando um termo usual, no entanto, sua prática ainda não está sendo perfeitamente realizada pelos consumidores e fornecedores da atividade. Com o intuito de implementar melhor consciência sobre a atividade, perante à sociedade, o turismo responsável é apresentado como: não massificado; respeita a cultura local e patrimonial; gerenciado pela própria comunidade local para garantir desenvolvimento socioeconômico; baseia-se na aprendizagem intercultural entre turistas e população local (ALTER NATIVAS, 2009).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, define turismo rural na agricultura familiar, entendido como “a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos” (Brasil, 2003).

A realidade turística da Serra do Brigadeiro, muito se assemelha com o Turismo Baseado na Comunidade – TBC apresentado pelo UNCTAD/WTO (2005) reconhecido em Catmandu, no Nepal, como uma oportunidade de interação entre anfitriões e hóspedes trazendo benefícios diretos para ambos e indiretos para o meio ambiente local. Esta semelhança se justifica na Serra do Brigadeiro com as várias ações locais na busca de uma organização da atividade, por iniciativas protagonizadas dos empreendedores agricultores familiares em oferecer vivências das práticas rurais em suas lavouras de café.

A definição do TBC pelo WWF (2001) complementa a anterior no sentido de reforçar que este envolvimento deve resultar em melhorias de qualidade de vida destes envolvidos por meio do controle efetivo sobre o desenvolvimento e gestão desta nova atividade turística. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.

A Rede TURISOL, define turismo comunitário como “a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza” (PROJETO BAGAGEM, 2010, p.36).

O turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização, frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista (SAMPAIO, 2005). Essas comunidades são definidas por critérios geográficos, como um território isolado; culturais, compartilhando costumes, usos e tradições; ou por funções socioeconômicas, variando por modos de produção e distribuição (BARRETO, 2004). Tais comunidades, mesmo que ainda possuam grau de descaracterização, permite encontrar no seu âmbito o principal atrativo do turismo comunitário que é o compartilhamento solidário do dia a dia. A convivência é uma relação social de interesse mútuo, prima pelo diferente, pela autenticidade no seu jeito de falar,

cantar, dançar, comer, entre outros, respeita a simplicidade existente nas comunidades tradicionais.

Indicadores com a aplicabilidade no turismo

Os indicadores de sustentabilidade começaram a serem desenvolvidos a partir dos anos 1980, de acordo com a definição de desenvolvimento sustentável existente no relatório Brundtland. Atualmente, inúmeros organismos governamentais, não-governamentais, institutos de pesquisa e universidades fazem uso de indicadores de sustentabilidade. Em nível internacional podem-se citar órgãos que fazem uso de indicadores de sustentabilidade, entre outros, a *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o governo francês (MAGALHÃES, 2007).

De acordo com Cerro (1993), a natureza diversa e com frequência intangível dos recursos turísticos, unida à inevitável carga de subjetividade que é tolerada em toda valoração estética, tem dificultado enormemente a elaboração de uma metodologia de aplicação universal que permita uma valoração racional e sistemática destes tipos de recursos.

Segundo o IBGE (2008) indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem. As medidas devem evidenciar mudanças que ocorrem em uma dada realidade, principalmente pela ação do homem.

Os indicadores devem nortear as decisões do poder público, bem como da iniciativa privada, no planejamento das ações, assim como no monitoramento das transformações territoriais que serão impingidas no espaço (COSTA, 2010).

Encontradas na literatura científica, duas citações que merecem destaque, a de Marzall e Almeida (2005, p.48) apresentando o indicador como: “*uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade*”; e a de MITCHELL (1995) apresentando como sua principal característica a de “poder sintetizar um conjunto complexo de informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados”.

Os indicadores podem ser tão variados quanto os fenômenos considerados, provêm de diferentes fontes e possuem três funções básicas – quantificação, simplificação da informação e comunicação. Desta forma, são capazes de contribuir à percepção dos progressos alcançados e despertar a consciência da população (PERH, 2005).

Caracterização da Área de Estudo

A área geográfica da pesquisa compreende o município de Araponga, inserido no Território da Serra do Brigadeiro estabelecido dentro dos princípios da política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no qual o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro está localizado.

No Território da Serra do Brigadeiro predominam pequenas propriedades agrícolas, com produção familiar com reduzida assistência técnica e baixo acesso à tecnologia. O relevo da região, com declives acentuados, é impróprio para a pecuária, resultando em baixa produtividade. A pequena oferta de atividades industriais e serviços e a dificuldade para absorver o excedente de mão-de-obra agrícola, gera um intenso fluxo migratório, em especial no meio rural, tanto interno como externo à região. A atuação de diferentes instituições educacionais no Território é marcante. Dentre as federais, destaca-se a UFV (Universidade Federal de Viçosa), que ali promove atividades de ensino, pesquisa e extensão. Destacam-se ações pontuais da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente), especialmente quanto a processos de licenciamento de atividades mineradoras, além da presença da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais), por intermédio da Fundação FA-FILE (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) de Carangola.

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – PESB, criado em 27 de setembro de 1996 pelo decreto número 38.319; localiza-se na Zona da Mata Mineira a 290 km de distância de Belo Horizonte e ocupa parte dos municípios de Ervália, Fervedouro, Sericita, Araponga, Miradouro, Pedra Bonita, Muriaé e Divino.. Está situado entre as divisas das microrregiões de Viçosa, Muriaé, Manhuaçu e Ponte Nova, entre os meridianos 42° 40' e 40° 20' Oeste e os paralelos 20° 33' e 21° 00' Sul, (PINTO, 2005) (Figura 1)

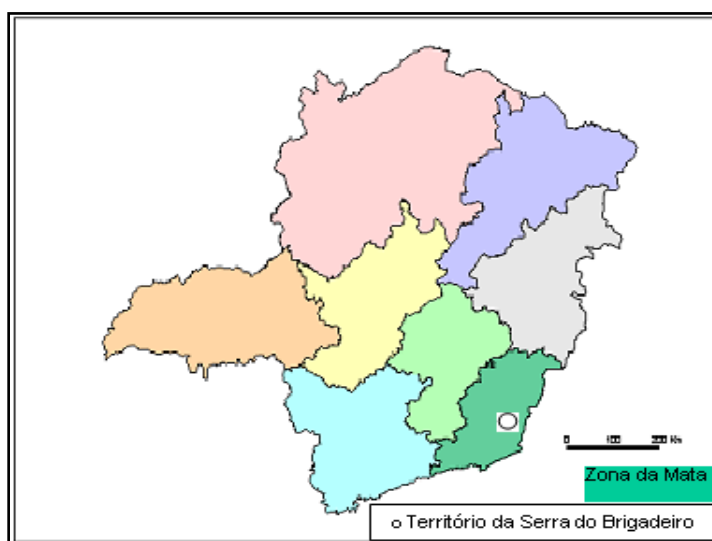


Figura 1: Localização da Serra do Brigadeiro no Estado de Minas Gerais. Fonte: autores.
Figure 1: Location of the Serra do Brigadeiro State of Minas Gerais. Source: authors.

Com uma área total de 13.210 ha, o PESB representa um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica com grande extensão de florestas contínuas do Estado de Minas Gerais. Situa-se entre os picos rochosos de um prolongamento das Serras da Mantiqueira e Caparaó, abrigando espécies endêmicas. O acesso mais utilizado para a sede do Parque é pela cidade de Araponga. Saindo de Belo Horizonte o visitante deve seguir pela BR 040, no sentido do Rio de Janeiro, até a BR 356. Seguir pela MG 262 até Ponte Nova, pegar a BR 120, sentido Viçosa. De Viçosa, até Araponga pela MG. 482 e mais 11 km da Estrada Parque até a sua portaria. As distâncias da sede do Par-

que até as capitais do sudeste brasileiro são mostradas na Tabela 1, (PINTO, 2005).

Tabela 1: Relação das distâncias entre a sede do PESB em Araponga e as capitais do sudeste brasileiro.
Table 1: List of distances between headquarters of PESB in Araponga in the capital of southeastern Brazil.

Fon-

te:

Origem	Destino	Distancia
Araponga	Belo Horizonte	193 km
Araponga	São Paulo	680 km
Araponga	Rio de Janeiro	293 km
Araponga	Vitória	373 km

www.abcr.org.br, acesso em agosto de 2010.
Source: www.abcr.org.br, access in August 2010.

Araponga teve o primeiro nome de São Miguel das Almas dos Arrepiados que surgiu no Ciclo do Ouro, em 1781, quando D. Rodrigo José de Menezes, governador da Capitania de Minas, visitou a região e distribuiu sesmarias e áreas de mineração. Com o tempo, os veios auríferos se esgotaram e o crescimento do povoado tornou-se mais lento. Mas, em 1826, foi criada a freguesia de São Miguel e Almas dos Arrepiados, tornando-se São Miguel do Araponga, em 1857, quando foi elevado a distrito. Em 1938, com o Estado Novo, seu nome foi simplificado, para em 1962 tornar-se cidade. Em Araponga encontram-se a Pedra Redonda, patrimônio ecológico, a imagem do Bom Jesus e a igreja matriz de São Miguel Arcanjo, patrimônios históricos do município. Atualmente o município vem se destacando como pólo turístico regional com alguns empreendimentos de hospedagem como mostra a tabela 2.

Tabela 2 - Empreendimentos turísticos do entorno do PESB no município de Araponga (MG).

Table 2: Enterprise Touristic around of PESB in Araponga City (MG, Brazil).

Fonte: Pinto (2005).

Empreendimento	Leitos	Lixo	Localização
Pousada Serra D'água	30	Compostagem, fossa séptica com filtro	Zona rural de Araponga
Pensão e Restaurante Santa Maria	18	-	Zona urbana de Araponga
Pousada Vale da Lua	35	Fossas com caixa séptica. Lixo sólido vai para o lixão.	Zona rural de Araponga, Serra do Boné
Pousada do Remanso	20	-	Zona rural de Araponga, Sítio Córrego do Boné

Sopurce: Pinto (2005).

O Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária

Os dados necessários sobre os atrativos de turismo de base comunitária foram obtidos a partir do Projeto Boas Práticas de turismo de base comunitária, que desenvolveu as seguintes ações:

1. Seleção das famílias a serem envolvidas no Programa.

As famílias foram escolhidas a partir de questionários e entrevistas. Um banco de dados foi criado para monitorar as informações obtidas sobre as famílias, permitindo uma intervenção mais realista e com foco nos princípios do turismo de base comunitária.

2. Desenvolvimento do plano de ação de turismo para cada família.

O plano de ação, construído por meio do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, utilizando as técnicas de calendário sazonal, o mapa e o diagrama de fluxo, possibilitou visualizar as ações a serem implementadas para se diversificar a renda familiar. Neste plano, discutiram-se como os recursos existentes em cada propriedade rural, poderiam ser transformados em produtos turísticos, os possíveis riscos que a atividade poderá trazer e as estratégias de ação para minimizá-los. Nesta etapa reconheceram-se as necessidades de capacitação em gerenciamento de empreendimentos de turismo rural e ecoturismo. Foi realizado quatro oficinas de 16 horas cada, nos municípios abrangidos pelo projeto abordando os temas sobre artesanato, bioconstrução (2) e condução ambiental.

3. Visitas técnicas.

Foram realizadas visitas às experiências do turismo solidário existente no Vale do Jequitinhonha (Estado de Minas Gerais) e de turismo rural na agricultura familiar, do Projeto Acolhida na Colônia (Estado de Santa Catarina). O objetivo foi fortalecer os laços do turismo de base comunitária aumentando a área de abrangência deste turismo responsável.

4. Produção de um catálogo de produtos e serviços.

Foi elaborado o catálogo dos produtos e serviços turísticos dentro dos princípios do Turismo de Base Comunitária servindo como ferramenta de comercialização e divulgação.

5. Realização de encontros de Turismo com Base Comunitária.

Os encontros serviram para buscar uma integração na operacionalização das ações de forma coletiva, possibilitando uma interação entre as lideranças comunitárias e as instituições parceiras.

6. Elaboração e implantação da sinalização turística para o Projeto.

Foram sinalizados os pontos de: comercialização, como: entreposto; produção; atividade de lazer e recreação, com ícones personalizados do programa, indicando distancias, direção e nome do empreendimento rural, com base na sinalização turística do Ministério do Turismo.

7. Elaboração de estratégias de comercialização.

A realização de um pequeno fantur ocorreu para os membros da REDE TRAF e da REDE TURISOL conhecem o projeto e um site foi desenvolvido para divulgar as informações sobre o turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

Metodologia

Foram acompanhadas as seis ações citadas anteriormente, com base na pesquisa ação (HAGUETE, 2003), do projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária com o intuito de agrupar as propriedades rurais em núcleos para identificar os atrativos passíveis de serem transformados em produtos turísticos. Este acompanhamento permitiu elaborar um banco de dados que subsidiou a utilização de indicadores como ferramenta para identificar a identidade turística local.

Para a identificação dos atrativos de turismo de base comunitária, seguiu-se o mapeamento de Sansolo e Bursztyn (2009). Tais atrativos foram conceituados e ajustados conforme realidade diagnosticada no Território da Serra do Brigadeiro, sendo:

- Unidade de Conservação: expressa a existência de áreas protegidas, neste caso o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e suas relações com as comunidades envolvidas com o turismo de base comunitária;
- Água: expressa a presença do referido recurso natural disponível para atividades interativas de lazer e recreação voltados para o turismo de base comunitária onde acontecem relações ambientais, sociais e culturais;
- Mata: expressa a presença do referido recurso natural em condições de ser utilizado pela comunidade por meio de atividades interativas de lazer e recreação voltadas para o turismo de base comunitária, onde acontecem relações ambientais, sociais e culturais;
- Cultura: expressa a presença de bens localizados nos sítios turísticos que contem determinadas características peculiares relacionadas a aspectos arquitetônico, histórico, cultural, folclórico e sócio-econômico, em condições de serem utilizados por meio de atividades de lazer e recreação voltados para o turismo de base comunitária;
- Espaço de convivência: são locais peculiares que a comunidade compartilha suas experiências diárias no meio rural como a venda, o bar, a praça, a sombra da árvore, a varanda da casa, entre outros, na mesma região frequentada conjuntamente por turistas e residentes onde pode haver recreação e lazer com a comunidade e os turistas;
- Produção associada ao turismo: é toda e qualquer produção artesanal e agropecuária que detém atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor turístico aos sítios turísticos por meio de trocas de saberes e fazeres, com a participação na rotina da propriedade em sua lida no meio rural.
- Hospitalidade: refere-se a relação peculiar entre hospedeiro e hóspede por meio de vivências compartilhadas, sendo manifestada a dinâmica do dom na convivência entre indivíduos que pertencem a sociedades e culturas diferen-

tes.

Para a avaliação dos atrativos, segundo a metodologia de hierarquização de atrativos turísticos do Programa de Regionalização Turística do Brasil, (CICATUR - Brasil, 2005), foram considerados os seguintes indicadores, que também foram ajustados de acordo com a realidade da região objeto de estudo:

- Grau de uso atual: permite analisar o atual volume de fluxo turístico efetivo e sua importância para o município. Difere do grau de interesse por representar a situação atual, em vez da potencial. Um alto grau de uso indica que o atrativo apresenta uma utilização turística efetiva.
- Representatividade: fundamenta-se na singularidade ou raridade do atrativo. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos, menos interessante ou prioritário.
- Apoio local e comunitário: a partir da opinião dos líderes comunitários, deve-se analisar o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público.
- Estado de conservação da paisagem circundante: verificar, por observação in loco, o estado de conservação da paisagem que circunda o atrativo. Neste item é analisada a ambiência do atrativo.
- Infraestrutura: verificar, in loco, se existe infra-estrutura disponível no atrativo e o seu estado.
- Acesso: verificar as vias de acesso existentes e suas condições de uso.

Cada atrativo foi analisado pelo conjunto dos indicadores. Estes indicadores permitiram reconhecer em cada atrativo a relação do mesmo com a comunidade local. Esta relação foi entendida como a gestão da atividade de turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro, passível de ser transformado em produto turístico.

Principais resultados e discussão

As famílias selecionadas para participarem do projeto apresentaram duas características básicas, que foram os requisitos que as credenciaram. A primeira foi ter produtos a serem comercializados com base na proposta da economia solidária. A segunda característica foi ter estrutura para alguma vivência com a atividade.

No núcleo de turismo de base comunitária do Boné estão envolvidas 4 famílias de agricultores que também são parentes entre si. Cultivam o café, com uma estrutura com máquina de limpar café, armazém e trator. Na estrutura turística apresentam um restaurante familiar, dois módulos de hospedagem com 3 quartos com 2 camas em cada quarto, oferecendo 12 leitos. Oferecem área de camping com sanitários e banheiros. No núcleo se localiza a caminhada até o Pico do Boné com 1635 metros de altitude, sendo a mais pitoresca do interior do Parque, além da trilha do carvão de maior tamanho. Como atrativos existe várias cachoeiras, além de poder ser vivenciados as atividades realizadas na casa de forno, onde se produz os quitutes e quitandas, um curral com leite ao pé da vaca, uma pescaria tradicional noturna de cambeva com

parão e um passeio de trator pela comunidade e a apresentação da folia de reis do Boné. Este núcleo credenciado também no programa de economia solidária fica no município de Araponga, a 15 km da sede.

No núcleo do Boné localiza-se na região onde ocorre considerável fluxo de visitação por causa da trilha que dá acesso ao pico do Boné, atrativo que se encontra no interior do PESB. Este fato estabelece ao parâmetro “unidade de conservação” o reconhecimento do potencial de atratividade devido aos recursos hídricos, faunísticos e florísticos lá existentes.

A “água” é um atrativo bastante requisitado pelos turistas em geral. Neste núcleo existem cachoeiras com piscinas naturais que podem ser aproveitadas, tanto no interior do PESB como no núcleo.

A “mata” é outro parâmetro que agrega valor à atividade turística enquanto atrativo, mas ainda pode ser melhor aproveitada pelos integrantes do núcleo. As trilhas exploradas na região limitam-se à do Pico do Boné e à Gruta do Ouro, sendo que existem várias outras que podem ser exploradas, enquanto atividade ecoturística, pela comunidade e turistas.

A “cultura” pode ser considerada como produto turístico de base comunitária devido a existência do grupo folia de reis do Boné, que vem se apresentando para visitantes e turistas do núcleo. Esta experiência de mostrar a cultura local enquanto atrativo é representativa e com o apoio comunitário vem obtendo interação dos visitantes nos saberes e fazeres locais.

Um dos casos mais conhecidos e estudados de turismo comunitário brasileiro é o da Prainha de Canto Verde, no litoral do Ceará. Neste local, o planejamento da atividade teve início em 1994, por meio da construção do Projeto Turístico Socialmente Responsável, valendo-se do planejamento participativo e descentralizado (ZECHNER, *et al.* 2008). Esta proposta de planejamento é a que se pretende desenvolver neste núcleo.

Para caracterizar o “espaço de convivência”, existe um restaurante familiar, com bar em anexo, onde ocorrem confraternizações apoiadas pela comunidade local. No ambiente pode-se jogar sinuca, baralho e ouvir “causos” da região, contados pelos moradores locais.

A “produção associada ao turismo” mostrou que a alimentação servida na pousada e no restaurante deve utilizar melhor os produtos dos próprios quintais, inclusive a carne. O artesanato de palha de café, estimulado pelo CEPEC, vem sendo comercializado, sensibilizando os turistas e a comunidade como consumidores, incentivando mais uma fonte de renda.

A experiência do núcleo com o artesanato da palha de café é promissora, mas, ainda incipiente. Ela é similar às experiências do projeto Ação Comunitária do Brasil que existe há 40 anos. Neste sentido, a gama de possibilidades, para trocar experiências desta natureza, pode levar o núcleo a uma melhor visibilidade fora da região. Este tipo de troca pode ser realizada com o projeto Ação Comunitária, que trabalha o intercâmbio com artistas africanos a fim de enriquecer os processos e produtos desenvolvidos nas favelas do Rio de Janeiro, nas áreas de moda, gastronomia e apresentações artísticas (BRASIL, 2010). Este projeto está entre os que o Ministério do

Turismo apóia, assim como o Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

A “hospitalidade” da Pousada Remanso, inaugurada em 1996, é pitoresca e caracterizada como empreendimento turístico pioneiro no entorno do PESB. A decoração simples reforçando a ruralidade nas hospedagens torna os ambientes mais acolhedores agrega valor ao potencial de atratividade, o que acontece na Pousada Remanso no núcleo Boné.

Conforme interpretado, uma estratégia de aproveitamento dos atrativos, sob a ótica turística, pode ser melhor aproveitada para se obter êxito com a atividade turística neste núcleo, como ocorre na Fundação Casa Grande (Olinda – Pernambuco). A Fundação Casa Grande desenvolve um trabalho exemplar com jovens em Nova Olinda, com ênfase no turismo cultural, como uma escola de referência em gestão cultural com atividades formadoras em: comunicação social, artes cênicas, música e educação patrimonial. Estas atividades vêm estimulando um fluxo de visitantes para a hospedagem nas casas dos jovens que atuam na Fundação (BRASIL, 2010).

Segundo Marzall e Almeida (2005), os indicadores devem se relacionar entre si de modo a permitir uma análise destas relações para que seja representativo o resultado, por meio de um enfoque integrado. Esta característica está sendo bem retratada neste núcleo, com a cultura e o espaço de convivência.

A experiência turística deste núcleo é também muito semelhante ao Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional – COOPRENA, na Costa Rica. Zechner et al. (2010) relatam a existência de uma comunidade, que tomou posse de mais de 500 hectares de uma multinacional e fundou a COPESILENCIO. As principais atividades realizadas foram a capacitação de famílias de agricultores, trabalho em rede e implantação do ecoturismo comunitário. A COPESILENCIO destacou-se na organização social, inserção das mulheres e jovens nos projetos desenvolvidos, preservação dos recursos naturais e resgate cultural. Como resultado na qualidade de vida, percebeu-se melhora da auto-estima das pessoas, participação ativa da comunidade na preservação dos recursos naturais e a articulação comunitária em redes de trabalho que primam pelas técnicas de produção tradicional. Este é um exemplo que pode ser seguido para que a experiência deste núcleo do Boné se estenda aos demais núcleos de turismo de base comunitária do Território da Serra do Brigadeiro, enquanto resultado do trabalho cooperativo.

Conclusões

Nesta pesquisa, a identidade turística do núcleo do Boné foi demonstrada pelo atrativo da hospitalidade da família rural, quando é vivenciada sua cultura por meio de fazeres e saberes folclóricos, culinários e ecológico.

As famílias envolvidas neste núcleo conseguiram ser um catalisador da atividade turística para o Território da Serra do Brigadeiro, pois demonstraram ações articuladas ao projeto e deste com as redes TRAF e TURISOL. Esta relação foi a mola propulsora para a organização dos empreendedores familiares.

O trabalho familiar com a atividade turística demonstra peculiaridades envolvidas na gestão do empreendimento rural de base familiar resultando visibilidade local e regional, facilitando assim sua promoção e divulgação.

O núcleo estabelecido proporciona vários tipos de vivências relacionadas com os atrativos pesquisados. Para o visitante turista, estas relações comuns no meio rural, é trabalhado de forma inovadora e atraente para aqueles que procuram uma experiência enriquecedora de viagem.

Foi perceptível que os atrativos (parâmetros) e os indicadores estão em consonância com os preceitos da atividade de turismo de base comunitária, os quais vêm sendo trabalhados pela Rede Brasileira de Turismo Solidário – TURISOL e pela Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF. Esta constatação ratifica a utilização de metodologias com indicadores para avaliar e monitorar também as atividades de turismo de base comunitária.

Referências bibliográficas

ALTERNATIVAS, Iniciativas Interculturales. Disponível em: <http://www.reasnet.com/nativas>. Acessado em novembro de 2009:

ALMEIDA, M. Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras. **Tese de doutorado**. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 234p.

BARRETTO, M.. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Ministério do Turismo. Brasília. 2010. 88p.

BRASIL. Ministério do Turismo.. **Programa de regionalização do turismo; roteiros do Brasil; roteirização turística; módulo operacional 7**. Brasília, 2005. 43p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. 2003, 89p.

BENEVIDES, I.P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

COSTA, N. M. C. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6, 2010, SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2, **Anais**, 2010. Universidade de Coimbra.

COSTA, N. M. C. *et al.* **Indicadores físico-bióticos de desenvolvimento sustentável do ecoturismo em áreas protegidas brasileiras**. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema5/nadja>. Acesso em: dez 2010.

CTA - ZM. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. **Plano Territorial**

Rural de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS Serra do Brigadeiro, 2004. Ministério do desenvolvimento Agrário, 2004, 81 p.

CERRO, F. L. **Técnicas de evaluación del potencial turístico.** Madrid: Ministério de Industria, Comercio y Turismo, 1993. 261p.

FILETTO, F. Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação. **Tese de doutorado.** Universidade Federal de lavras – UFLA. 2009. 143p.

HAGUETTE, M. T. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis (RJ):Vozes; 2003. 92 p.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável:** Brasil 2008. IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. 479 p.

MALDONADO, C. O Turismo rural comunitário na América latina. *In:* BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.25-44.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Indicadores de Sustentabilidade para Agroecossistemas - Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.41- 59, jan./abr. 2000.

MAGALHÃES JR., Antônio Pereira. **Indicadores ambientais e recursos hídricos:** Realidade e perspectiva para o Brasil a partir da experiência francesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MATHEUS, Z. M. A. Gestão e avaliação de programas – Estudo de Caso: Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT. **Tese (Doutorado)** – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP 2003. 134p.

MITCHELL, G.; MAY, A.; McDONALD, A.P. A Matthodological Framework for the Development of indicators. **International Journal of Sustainable of development and word Ecology**, 2, 104-123. 1995.

PROJETO BAGAGEM. **Série TURISOL de Metodologias: Parte 2 – Projeto Bagagem.** 42p. 2010. Disponível em: http://www.turisol.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/02/Livreto-p_bagagem-09-parte2-2.pdf. Acessado em janeiro de 2011.

PINTO, F. Q. B. Avaliação do Ecoturismo em três municípios do entorno do parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) - MG. 2005. 125p. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2005.

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídrico, 2004-2007 (2005). Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, Departamento de Águas e Energia Elétrica. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br>> Acesso em: nov. 2009.

SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. *In:* BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo**

de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.142-161.

SAMPAIO, C. A. C. *et al.* Análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. **Revista de Negócios**, v.10, p. 288-301, 2005.

Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/mapa/986-circuito-turistico-serras-de-minas>. Acessado em dezembro de 2011.

UNCTAD/WTO. **Módulo de Treinamento para o Sucesso do Turismo Baseado na Comunidade - TBC no Âmbito do PRPE – Programa de Redução da pobreza através da Exportação.** Internacional Trade Center - ITC. 96p. 2005.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo: Lições mundiais e recomendações para o Brasil.** SALAZAR, Sergio (Coord.). Brasília: WWF Brasil, 2001.141p.

ZECHNER, T. C. *In:* II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, **Anais**, 5, 2008, Fortaleza - CE.

ZECHNER, T. C. et al. **Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenhas.** Disponível em: <http://www.cdvh.org.br/sispub/image-data/1893/sits/files/PENSANDO%20O%20CONCEITO%20DE%20TURISMO%20COMUNITARIO.pdf>. Acesso em dezembro de 2010.

Agradecimentos:

À Universidade Federal de Viçosa por me propiciar este estudo de doutorado, ao CNPq por me fornecer a bolsa de pesquisa e ao Ministério do Turismo por possibilitar acontecer o Projeto Boas Práticas do Turismo de Base Comunitária.

Werter Valentim Moraes: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Email: wvmoraes@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9223383660522009>

Guido Assunção Ribeiro: Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

Email: gribeiro@ufv.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9849187635825179>

Data de submissão: 28 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de setembro de 2012

Data do aceite: 19 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE)

The conflicts regarding community-based tourism in Prainha do Canto Verde (CE, Brazil)

Rafael Ângelo Fortunato, Lucas Siqueira Silva

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar como o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE) produz conflitos internos gerados pela atividade. Entrevistaram-se os atores sociais envolvidos na atividade utilizando-se a seguinte questão norteadora: como é o turismo na Prainha? Ao analisar as respostas obtidas, observa-se que a visão sobre qual tipo de turismo deve ser realizado, não é algo homogêneo, ocorrendo divergências entre seus membros. Situação que se torna mais evidente com a criação de uma nova associação de moradores contrária à manutenção do modelo comunitário, com a justificativa de possibilitar maior inserção dos habitantes, tendo como exemplo o destino de Canoa Quebrada. Conclui-se que o caso é um exemplo para pensar a complexidade que o turismo comunitário está inserido e os campos de disputas que perpassam sua configuração.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Comunitário; Conflitos; Organização Social.

ABSTRACT

This papers aims to demonstrate how community-based tourism in Prainha do Canto Verde, in the state of Ceará produces internal conflicts generated by the activity. The social actors involved in the activity were interviewed using the following question: How is the tourism in Prainha? By analyzing the responses, it is observed that the view on which type of tourism should be done, is not homogeneous, occurring differences among its members. This situation becomes more evident with the creation of a new residents' association, contrary to maintaining the base-community model, with the justification to allow greater integration of people, taking as example the destination of Canoa Quebrada. It is concluded that the case is an example to think about the complexity that community based tourism is inserted and the fields of disputes that go through your configuration.

KEYWORDS: Community Tourism; Conflicts; Social Organization.

Introdução

As discussões em torno do turismo comunitário ganham evidência em âmbito nacional e internacional, pois se acredita que este pode ser um importante instrumento de inclusão das populações receptoras. Tais iniciativas surgiram como resposta à lógica de massificação e “elitização” do turismo em nível mundial e também como uma forma das comunidades enfrentarem os problemas socioambientais ocorridos em função desse modelo.

O turismo desenvolvido na Prainha do Canto Verde - CE tornou-se um caso “bem sucedido” para o que se convencionou chamar de turismo comunitário. Na dissertação de mestrado elaborada por Mendonça (2004), a Prainha é apresentada como “a Canoa que não quebrou e a fonte que não secou”.

Esta referência sinaliza para perspectivas de sustentabilidade no turismo, em comparação as localidades do estado do Ceará que se desenvolveram turisticamente, mas não foram capazes de evitar problemas socioambientais, a saber, Canoa Quebrada e a Praia do Fontes.

Neste artigo, apresenta-se uma Prainha prestes a “quebrar”, pelo menos no que tange a sólida e pioneira Associação de Moradores. Pretende-se mostrar como os sujeitos, que criaram uma nova associação enquadram seus discursos em relação ao turismo desenvolvido na Prainha, visto que, se apresentam de alguma forma, em oposição ao trabalho que vinha sendo realizado. Apresenta-se, dessa forma, certa ambivalência no campo do turismo comunitário.

Acredita-se que esta investigação é importante para relativizar posições que procuram marcar o turismo comunitário como um ideal de turismo a ser atingido e muitas vezes apresentado de uma maneira “romantizada” e sem conflitos. Parte-se do pressuposto de que a dialética e os conflitos são parte dos processos que envolvem indivíduos e suas organizações, pois existe sempre uma fronteira bem tênue entre os interesses particulares e coletivos.

Para coleta de dados trabalhou-se com a observação participante, em alguns casos, optou-se por conversas e participação em reuniões. Trabalhou-se também com entrevistas semiestruturadas, tendo como base a seguinte questão norteadora: como é o turismo na Prainha?

Na segunda parte do artigo se discute o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde. Na terceira parte, apresentam-se os conflitos em torno do turismo na Prainha e os modos como o mesmo vem sendo apropriado por um determinado grupo que percebe no turismo uma oportunidade para melhoria da qualidade de vida, mas tem dificuldades de se inserir na atividade, e por fim, apresentam-se as considerações finais.

Aspectos conceituais do turismo comunitário

A Organização Mundial do Turismo (OMT), em seu Código Mundial de Ética para o Turismo, afirma em seu Art. 5º, item 1: “*As populações e comunidades locais se associarão às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais que referem, especialmente na criação direta e*

indireta de emprego que ocasionem" (OMT, 1999, p.6).

Uma alternativa capaz de proporcionar a possibilidade de inclusão das populações receptoras é o chamado turismo comunitário, surgido como resposta à lógica de massificação e elitização turismo em nível mundial.

De acordo com o exposto por Maldonado (2009), o turismo comunitário é resultado direto da necessidade de diversificação dos destinos turísticos em face a exigência de uma demanda a procura por novas modalidades de turismo, dentre as quais se destacam o turismo cultural e o turismo de natureza, que ganhou força a partir da década de 1980.

Para atender essa nova demanda, o mercado turístico internacional pressionou diversas comunidades residentes em locais com rico patrimônio natural e que possuem manifestações culturais únicas, no sentido de transformá-las em produtos viáveis. ONGs e instituições internacionais atuaram no sentido de convencer um grande número de comunidades a receberem turistas em seus territórios, pois se tratava de uma nova alternativa de geração de renda e capaz de conservar os recursos naturais e a biodiversidade local.

Irving (2009) afirma que, em âmbito global, as novas preferências e exigências da demanda turística, cada vez mais incorporam temas como a responsabilidade social e ambiental, e provocam uma "resignificação" da atividade turística, resultando em uma nova postura por parte das operadoras e agências turísticas.

Estas por sua vez, voltam sua atenção para localidades até então esquecidas no mercado global, mas que possuem imenso potencial de proporcionar experiências diferenciadas para os turistas através de vivências mais autênticas e novas aprendizagens, características que os principais destinos consolidados internacionalmente já não são capazes de promover.

No entendimento de Zaoual (2009), a necessidade de ter contato direto com a diversidade, em um mundo onde é cada vez mais difícil encontrar referências, pertencimento e intercâmbios culturais, exigem a procura de sentido por parte dos atores envolvidos. Em relação ao turismo, isso não é diferente, pois aqueles que se deslocam atualmente abandonam a passividade e desejam atuar responsável e solidariamente, quando estão em contato com mundos diferentes dos seus.

A mesma tendência se verifica quando a análise é realizada com os atores locais. Pois a partir da mudança do paradigma turístico, tem como objetivo maior participação nos processos de desenvolvimento turístico, no sentido de evitar os efeitos já experimentados e sofridos no modelo anterior de turismo massificado, dentre os principais a marginalização econômica e social, perda da identidade cultural, esgotamento dos ecossistemas.

Para Coriolano (2006), ao contrário do modelo hegemônico e centralizador dos grandes empreendimentos internacionais, em que o lucro é o principal objetivo a ser alcançado e a qualquer custo, o novo modelo tem como característica a priorização dos interesses das comunidades locais, a valorização de sua identidade e a conservação do ambiente em que vivem.

Tal como salienta Irving (2009), a constatação de que o turismo planejado e

realizado nos moldes anteriores não foi capaz de evitar a inclusão marginal das populações locais, opera uma mudança em relação aos planos elaborados. Pois a irreversibilidade do fenômeno turístico e do processo de globalizante implica na necessidade de que o planejamento de tais iniciativas considerem aspectos como a valorização do local e de suas identidades culturais, contudo para que isso ocorra é necessário conceber e desenvolver alternativas criativas e que superem os métodos tradicionais.

Outro aspecto importante do turismo comunitário é a sua capacidade de integração com as atividades econômicas preexistentes nas comunidades. Como exposto anteriormente, no turismo globalizado as comunidades são convencidas a abandonar suas atividades tradicionais para trabalharem em subempregos, porém no turismo comunitário atividades como a agricultura, pesca e artesanato são fortalecidas e valorizadas, o que resulta na geração de trabalho para a população local, inserção dos pequenos empreendimentos da comunidade e inclusão de mulheres e jovens nas (CORIOLANO, 2009).

A partir do envolvimento comunitário segmentos como o ecoturismo e o turismo rural¹ possuem grande potencial de nutrir uma lógica diferente da capitalista, devido as suas características intrínsecas de respeito às populações receptoras, sua cultura e o ambiente em que vivem.

De acordo com o cenário exposto, as discussões sobre o turismo passam a incluir aspectos como a conservação do patrimônio natural e cultural, geração de benefícios para as comunidades, inclusão de seus membros durante todas as etapas da atividade e autonomia no processo decisório (IRVING, 2002).

As atividades turísticas realizadas em áreas que possuem patrimônios naturais e culturais significativos, porém com um nível de fragilidade bastante elevado, devem ser rigorosamente monitoradas, no sentido de maximizar as oportunidades de visitação e recreação, e minimizar os impactos negativos, considerando todas as dimensões de sustentabilidade das localidades definidas como destinos turísticos, pois a grande maioria dos locais não está preparada para receber um grande fluxo turístico.

É importante ressaltar que turismo comunitário surge como um método de desenvolvimento baseado numa aproximação participativa, que possui metodologias diversas e que tem em comum sua ligação com a conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, pois tais iniciativas ocorrem principalmente no entorno e dentro de áreas protegidas, tendo como premissa a participação das comunidades e a geração de benefícios para as mesmas. (GOODWIN; SANTILLI, 2009).

Ao garantir a oportunidade dos atores locais atuarem como protagonistas da atividade durante as etapas de planejamento, organização, gestão e operação, o turismo de base comunitária é capaz proporcionar um compartilhamento equânime dos benefícios gerados pelo aproveitamento das diversas atividades produtivas existentes em determinada localidade. Pois, surge como uma solução viável e de estímulo do desenvolvimento local e a inclusão das comunidades através da participação democrática.

A implantação adequada do turismo comunitário deve pressupor o envolvimento da comunidade receptora em seu planejamento durante todas as etapas. Oferecendo-lhes a possibilidade de decisão no que tange ao nível de desenvolvimento que de-

sejam. É imprescindível que o *trade* turístico, poder público e organizações do terceiro setor, os auxiliem a atingir os objetivos propostos.

Nesse sentido, para que sejam alcançados é fundamental que tais iniciativas tenham como premissa básica a participação local. Faz-se necessário envolver a comunidade, não somente em relação aos possíveis empregos, mas também no processo de planejamento e de tomada de decisão, algo que deve ser sempre estimulado pelos gestores através de *workshops*, oficinas e cursos de capacitação.

O que resulta na maximização das habilidades e saberes que existem dentro da própria comunidade, o que além de proporcionar maior autenticidade ao produto turístico, garante um alto nível de satisfação em relação à experiência realizada pelo visitante.

Diversos autores salientam que a participação comunitária é um elemento chave para o sucesso de empreendimentos com as características citadas. Sendo o grau de comprometimento fator determinante para a sua continuidade.

Contudo, para que esse modelo de atividade se realize de maneira plena é necessário que as instituições governamentais, cooperação pública e a sociedade civil organizada auxiliem os empreendimentos comunitários a superar suas limitações de ordem histórica, que os impossibilitam de alcançar seu pleno potencial como indivíduos e como comunidade, para atingir o bem-estar que tanto almejam.

A formação de diversos tipos de parcerias entre as organizações direta e indiretamente envolvidas na realização da atividade sejam particulares, governamentais e aquelas que representam a sociedade civil. É de vital importância que todos os atores sociais estejam envolvidos no processo.

Não se trata de reduzir o debate entre dois modelos localizados em polos opostos, visto que os modelos de desenvolvimento turístico apresentam enorme variedade. Contudo, o fortalecimento de atividades comunitárias é capaz de valorizar aspectos singulares e promover um número iniciativas comunitárias locais, que devido às práticas hegemônicas não ocorrem.

A reutilização de metodologias de comunitário bem sucedidas é recomendável, porém aplicá-las sem as adaptações necessárias em relação às especificidades de cada localidade, é algo contraditório, pois esse novo paradigma surge em contraposição a reprodução em série dos antigos modelos elaborados que não consideravam as características intrínsecas das localidades.

Um de seus aspectos fundamentais é sua elevada capacidade de proporcionar as comunidades receptoras a ampliação de sua participação democrática e melhoria da qualidade de vida, independente do tipo de organização que as comunidades escolham. A realização de parcerias é condição essencial para democracia participativa e a sustentabilidade.

Tal como salienta Brohman (1996, p.60)²:

O desenvolvimento do turismo de base comunitária deve buscar o fortalecimento das instituições destinadas a melhorar a participação local e promover o bem estar econômico, social e cultural da maioria popular. Também deve buscar uma aproximação harmônica e balanceada para o desenvolvimento que enfatize considerações como a compatibilidade de várias formas de desenvolvimento com outros componentes da economia local, a qualidade do desenvolvimento tanto cultural como ambiental, e as necessidades divergentes, interesses e potencialidade da comunidade e de seus habitantes.

A análise da produção acadêmica, internacional e nacional sobre o turismo de base comunitária aponta para uma grande diversidade no que tange aos elementos chave do tema. Em função da diversidade de casos e experiências, que possuem características diferenciadas, não existe um conceito único e fechado de turismo de base comunitária, pois esse apresentando de diferentes maneiras, devido a cada realidade analisada.

Goodwin e Santilli (2009) salientam que, apesar de ser difundido a mais de 30 anos como um tipo de desenvolvimento em que as necessidades sociais, ambientais e econômicas das comunidades locais são satisfeitas através da oferta de um produto turístico, muitos dos projetos que foram implantados em países em desenvolvimento não foram devidamente monitorados, tanto em relação ao seu êxito quanto ao seu fracasso, o que impossibilitou a quantificação dos benefícios reais para as comunidades.

Esse cenário ocorre em função do apelo que o turismo de base comunitária e o ecoturismo possuem, principalmente em relação ao turismo de massa, o que impede sua submissão a análises críticas e na ausência de estudos sobre a geração de benefícios para as comunidades.

Apesar de uma demonstração mínima dos benefícios ter sido realizada, as ideias permanecem atrativas principalmente porque muito pouco é feito para mensurar a real capacidade dessas modalidades de turismo para proporcionar a conservação dos territórios e os benefícios para as comunidades locais.

Na mesma pesquisa os autores indicam que existe uma disparidade entre as visões dos especialistas em denominar projetos bem-sucedidos e aqueles que gerenciam os que são identificados como bem sucedidos. Ainda existe pouco consenso entre os especialistas sobre o significado do conceito e devido ao fato de que estes são utilizados de maneira bastante flexível, e seu rigor é insuficiente. Portanto recomendam que os conceitos não sejam utilizados indefinidamente.

Sobre o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE)

Durante a década de 1990, o litoral nordestino e o principalmente o do estado do Ceará passou por grandes transformações espaciais. Esse processo teve sua intensificação após a publicação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR-NE e as ações dos governos estaduais, que tinham uma política agressiva de captação de grandes complexos hoteleiros internacionais.

O resultado foi uma intensiva ocupação de todo o litoral da região, gerando

uma nova divisão territorial entre os empreendimentos e as comunidades locais. Na maioria dos casos a relação entre os complexos hoteleiros e as comunidades era praticamente inexistente. Em função do modelo internacional a prioridade era em relação aquilo que os turistas desejam em detrimento aos habitantes das áreas do entorno desses espaços.

O caso cearense apresentou em sua maioria, situações arbitrárias em que os interesses externos ditaram as ações. Coriolano (2009) cita que em Jericoacoara e Canoa Quebrada, a presença excessiva de investidores estrangeiros sufocou o mercado local. Além disso, ambas as comunidades foram expropriadas de suas terras e sendo estas profundamente alteradas em função dos complexos turísticos que foram construídos.

A recente valorização do litoral nordestino para fins turísticos e de lazer resultou em grande especulação imobiliária. Esse processo teve como consequência à “expulsão” das comunidades oriundas desses territórios em função da necessidade de reorganização do espaço para que a infraestrutura turística fosse capaz de se apropriar dos locais (CORIOLANO, 2009).

A instalação de grandes empreendimentos turísticos que não tinham comprometimento com o desenvolvimento local³ provocou um processo que intensificou a centralização do poder, dependência econômica e agressões à base de recursos naturais. A mesma autora afirma que:

A necessidade de as comunidades passarem a interferir em seu próprio crescimento, em busca de maior dinamismo nas atividades econômicas locais, e a lutar por uma melhor distribuição de riqueza e renda impuseram-se, sobretudo, desde que os efeitos da globalização se fizeram sentir. (CORIOLANO, 1998, p.135).

Cada vez mais surgem movimentos de resistência nas comunidades, com o objetivo de valorizar a diversidade existente e proteger as características únicas encontradas nos mais variados territórios. Nesse contexto, o turismo comunitário propõe uma mudança de paradigma, em que o turismo passa a ter como objetivo, maior participação das populações nos planos de desenvolvimento turístico.

Portanto, o turismo comunitário é um contraponto ao turismo de resorts e de megaempreendimentos implantado no estado do Ceará, sendo uma alternativa de desenvolvimento local por meio da participação comunitária, pois o controle das atividades fica a cargo da população receptora, e é nesse contexto que a proposta da Prainha do Canto Verde – CE se insere.

A Prainha localiza-se no litoral cearense, distante 126 km de Fortaleza, no município de Beberibe e é integrante da Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM, que envolve além da Prainha, mais 11 comunidades do litoral do Estado em suas atividades. A Rede TUCUM consiste em *“uma articulação de comunidades que se propõe a realizar o turismo comunitário no Ceará, integrado a perspectiva de fortalecer a relação entre sociedade, cultura e natureza, com justiça ambiental”* (TUCUM, 2010, p.8).

A função da rede TUCUM, segundo seu fundador, é reunir as experiências de diversas localidades para capacitar pessoas e fazer a promoção do turismo, pois segundo ele “o mesmo esforço para promover um atrativo promove dez”. E na visão da rede o turismo comunitário é “aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária e familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização cultural local e na economia solidária”.

De acordo com o exposto por Mendonça (2009, p. 289), “o turismo na Prainha do Canto Verde representa um modelo inovador, tendo como premissa a construção de um projeto de base comunitária, no qual os moradores têm participação efetiva em sua concepção, desenvolvimento, implantação e gestão”.

O turismo comunitário na Prainha do Canto Verde é considerado uma das experiências pioneiras e mais bem sucedidas dessa modalidade no país, tendo recebido o prêmio *TODO!99*⁴ para o Turismo Socialmente Responsável da ONG alemã *The Studienkreis für Tourismus und Entwicklung*.

Para conter o avanço da especulação imobiliária na localidade, foi criada através do decreto s/nº de 05 de junho de 2009 a Reserva Extrativista (RESEX)⁵ da Prainha do Canto Verde consolidando o direito à posse e a propriedade aos moradores da Prainha do Canto Verde. A criação da RESEX em âmbito federal vai de encontro com a necessidade de luta pela garantia de posse de terra das comunidades frente ao processo de especulação imobiliária ocorrido em todo litoral cearense.

Para o coordenador de turismo da Prainha, o turismo no local começou a se organizar por meio de conselhos de pesca, de saúde, de educação, do turismo e da terra. Nas palavras do coordenador, “a gente foi arrumando a casa por prioridades”.

A seguir, o coordenador de turismo da Prainha explica o início do turismo no local:

A ideia do turismo foi consolidada em 1994 para saber que tipo de turismo a gente queria para a comunidade, na época me lembro que a gente começou a chamar as pessoas para discutir o turismo, desse encontro saímos com uma proposta de levar a ideia do turismo comunitário a um seminário, chamar ONGs, representantes da prefeitura, criamos o primeiro seminário de ecoturismo de base comunitária de lá saíram várias propostas, decidimos trabalhar como o turismo de base comunitária para gerar renda para comunidade complementando a pesca... O turismo já é considerado hoje como aumento na qualidade de vida.

Outro ator envolvido na questão do turismo ressaltou que a comunidade local realizou pesquisas de campo em localidades vizinhas que já trabalhavam com o turismo há mais tempo. O resultado desse diagnóstico apontava para o trabalho com o turismo comunitário. Seria um turismo desenvolvido pela própria comunidade e em 1998 foi lançado o atual projeto de turismo comunitário.

Segundo os atores locais, a decisão de trabalhar com o turismo partiu da própria comunidade e logo se fizeram o seguinte questionamento: que tipo de turismo

queremos? *“A resposta a esta questão foi o turismo do tipo comunitário”* explica o morador.

Tal como enfatiza Ribeiro (2009, p.108) o turismo comunitário consiste em uma:

Forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, como o arranjo das práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos, com vista a fomentar encontros interculturais de qualidade com os visitantes.

No local existem pousadas domiciliares geridas por famílias da comunidade e de acordo com morador local *“as pessoas se juntam no conselho de turismo para trabalhar junto com uma economia mista, parcialmente é propriedade individual, mas parcialmente é uma gestão comunitária”*.

Rodrigues (2007) salienta que apesar de modestos, as principais características desses empreendimentos, são a criatividade e inovação. Tais iniciativas são elaboradas através de sinergias estabelecidas nos próprios locais, o que permite o envolvimento da população e resultando na geração e distribuição igualitária dos benefícios oriundos da atividade.

Para alguns moradores que trabalham com o turismo a atividade é considerada de alta qualidade, pois é possível ouvir que *“nós não temos turista sexual”*, ou seja, um cenário bastante comum no estado do Ceará, especialmente na capital Fortaleza.

Existem muitos turistas que buscam a Prainha para questões relacionadas a estudos, em visita ao local, havia um grupo de pesquisadores espanhóis interessados no modo de organização social da Prainha e outros representando uma instituição de ensino colhiam dados para registrar o aumento dos ganhos econômicos em um determinado período de tempo. Já outros, buscam o convívio com a comunidade e *“o clima de paz”*.

Ao serem questionados sobre como se sentiam com a presença do turista, o morador responde que é muito bom saber que as pessoas procuraram a Prainha e procura justificar dizendo *“a gente começa a perceber que as pessoas estão fugindo daquele caos de cidade grande, praias badaladas”*.

Devido a esse novo enfoque, visitantes e turistas são capazes de interagir de uma forma mais dinâmica, uma vez que as tradições, impressões, necessidades e desejos de ambos são compartilhados.

O coordenador de turismo ao ser questionado sobre o perfil do turista que frequenta o local disse as seguintes palavras: *“é muito de convívio, elas querem saber muito como é a comunidade, como é a pesca, como as pessoas desenvolvem este turismo dentro da comunidade, como é um dia de pesca no mar, o que os pescadores pescam”*.

A principal motivação do turista que visita a Prainha está ligada a tranquilidade do local, as belezas naturais e as histórias de lutas dos moradores, na maioria das

vezes este turista promete voltar visto a relação de proximidade estabelecida com a população local, para uma dessas turistas “*é uma experiência realmente humana*”. Outra disse: “*eu quero que a civilização jamais chegue aqui. Eu sou cearense e já vi praias que perderam sua beleza*”.

Dentre todas estas questões o turismo na Prainha mostra-se capaz de envolver aspectos emocionais, pois segundo uma moradora que recepciona os turistas, “*teve um rapaz que me abraçou e disse coisas tão lindas para mim que eu cresci naquele momento, eu me fortalecia, aquele cansaço que eu estava aquilo acabou ai eu disse para ele meu filho eu estava precisando ouvir isso de você*”. Percebe-se nesses casos a multidimensionalidade do turismo realizado em proximidade com um modo de vida local e organizado por ele.

Para o coordenador do turismo,

Interagir com o turista, foi um obstáculo que apareceu... Os turistas vão vir a aqui e agente vai ter que ficar perguntando o que eles querem o que não querem isso foi um obstáculo por que todo mundo já estava acostumado com a pesca mesmo, mas isso está mudando (ressignificação da identidade) procuram curso de capacitação, recepção, atendimento, hoje todos os jovens da comunidade são abertos perguntam, falam, sai para fazer uma trilha, topando seu próprio desafio de conhecer outras culturas.

Em muitos casos os turistas voltam para ficar no mesmo lugar e enviam cartões postais e presentes para as pessoas da comunidade. O fundador da rede se refere a uma relação não só de turista com os donos de pousada, mas uma relação humana acima de tudo.

A busca de vínculos entre os hóspedes e os anfitriões, surge como uma das principais características diferenciais do turismo comunitário, se configurando como relações que ultrapassam a dimensão econômica existente nas relações de hospitalidade das práticas comuns da atividade turística (BURTZYN; SANSOLO, 2009).

Todos os atores entrevistados foram unânimes em suas respostas sobre a principal característica do turismo por ora apresentado “*é um turismo organizado pelas pessoas do local*” e no caso da Prainha, a criação da Reserva Extrativista restringe a especulação imobiliária e cria um cenário propício para o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Porém, atualmente existem conflitos em torno do turismo realizado no local, visto que uma parcela da população não conseguiu obter benefícios por meio do turismo e sente-se “injustificada” com a concentração da atividade “nas mãos” de algumas famílias.

Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde

Alguns moradores que tem em sua principal atividade a pesca começaram a perceber que uma parte das pessoas do local estava conseguindo maiores benefícios

através da atividade turística, e deste modo, pensavam em se inserir na atividade e auferir maiores ganhos, mas sem sucesso.

Segundo envolvido com o turismo na localidade, *“hoje a gente tem 45 pessoas que vivem diretamente do turismo, mais indiretamente o turismo abrange mais de 100 pessoas”*. O coordenador de turismo mostra-se disposto a tentar envolver um maior número de pessoas na atividade. A seguir ele explica como funciona o processo de inserção da comunidade em relação ao turismo na localidade:

A gente tem uma preocupação, desde quando montamos uma cooperativa informal como é que a gente ia abranger todas as pessoas das comunidades com relação a fatia da economia do turismo, assim, a gente está sempre destinando as sobras da cooperativa...criamos um fundo social para investimento na comunidade. 20% da renda é destinada a educação, a pesca, as festas, o que gera de recursos com o turismo beneficia de uma certa forma a todas as pessoas da comunidade. Ficamos nove anos como cooperativa informal de turismo, mas agora voltamos a ser conselho a gente começou a perceber que a cooperativa estava afastando as pessoas por que ela é formada... No conselho cada um paga uma taxa por empreendimento ou por serviços prestados cada equipamento tem um certo valor eles funcionam como se fosse uma cooperativa, eles pagam cotas. O conselho faz a promoção da atividade

No entanto, para uma parcela da população a pesca é ainda a atividade principal da Prainha, sendo o turismo, para alguns deles seu complemento e, apesar dos contratempos, é neste sentido que o turismo ocorre na localidade, apesar de alguns pescadores ainda residirem em casa de palha de coqueiro e sonhar com uma casa de tijolos.

A RESEX tão almejada pela maior parte da população, agora apresenta uma força ambivalente, pois por um lado protege o ambiente natural e regulariza os imóveis dos moradores, e por outro lado, provoca uma retração no fluxo de turistas que dificulta a inserção de outros atores sociais, já impregnados pela ideia do “dinheiro fácil”, que pelo menos segundo os pescadores “mais fácil e garantindo que no mar”.

Devido a tal impasse criou-se uma segunda associação de moradores que defende interesses opostos em relação à criação da RESEX e que tem financiamento de agentes externos com interesse na “belíssima” praia da localidade. Percebe-se, que a tentativa de seguir o padrão de desenvolvimento turístico da Praia das Fontes e de Canos Quebrada persiste, pois segundo alguns moradores a localidade precisa de investimentos.

Desse modo, percebe-se que o modelo de desenvolvimento turístico arbitrário e centralizador apresentado por Coriolano (2009) ainda encontra força no imaginário de alguns atores sociais da Prainha, tendo em vista que vários empresários da região influenciam e investem dinheiro na nova associação.

No caminho para amenizar estas questões o coordenador do conselho de turis-

mo da Prainha disse que estão trabalhando com um fundo para poder beneficiar a comunidade não inserida na atividade turística e segundo um dos expoentes do turismo na comunidade a atividade ainda não atingiu todo seu potencial.

Os atores sociais na Prainha faziam referência à vizinha “Canoa Quebrada” como um local que não gostariam de ser, mas por outro lado, ouve-se dos partidários da nova Associação de moradores, que deveria ser igual à Canoa argumentando que “pelo menos lá tem emprego e aqui?”.

Diante deste cenário, visitou-se Canoa Quebrada, e em conversas com os pescadores percebeu-se que eles preferiam trabalhar com o turismo referindo-se “a pesca do turista” como sendo mais fácil e garantida em relação às incertezas da pesca artesanal, mas relatam que na baixa temporada, ou quando não tem turista, ainda vão para o mar, aonde chegam a ficar cinco noites dormindo nas pequenas jangadas.

Nesta experiência ficaram nítidas as diferenças do turismo comunitário da Prainha e do turismo realizado em Canoa Quebrada, denotando novamente as ambivalências presentes, pois o pescador estava “feliz” trabalhando com o passeio de jangada, no entanto, era “explorado” pelo restante da cadeia do turismo (operadores, hotéis e agências de viagem) que organizavam o passeio e repassavam uma pequena quantia ao pescador, agora condutor de passeios na jangada.

Na prainha do Canto Verde isso se dá de outra forma, sendo todo o montante do dinheiro passado para as mãos dos pescadores, no entanto, com um fluxo reduzido de turistas, ainda anseiam por melhores condições de vida.

A fala de uma moradora local que trabalha com o turismo define bem esta situação: “turismo comunitário para mim é essa distribuição na comunidade que ajuda não todo mundo, porque nem todo mundo é envolvido no turismo, mas a maioria das pessoas”. Para reforçar essa ideia, outro morador disse:

Quem não teve a ideia de construir algo que pudesse se beneficiar através do turismo, hoje se sente fora como se não fizesse parte deste mundo e nosso intuito não é este, nosso intuito é trazer para que ele possa assumir alguma parte, para que ele possa ser beneficiado com seu próprio trabalho... Eu sinto que fica constrangedor por que quem ganha dinheiro é fulano, porque tem uma pousada (é o caso dele), uma mercearia e nós, principalmente pescadores, o mar não está bom para peixe e então depende de outra atividade... Nos momentos que eles não estão no mar que possam ter outros benefícios através do turismo para essas famílias.

Portanto, ao analisar a atual situação da Prainha do Canto Verde, em que grupos de posições antagônicas disputam a preferência por um determinado modelo de turismo, seria um equívoco afirmar que o turismo comunitário não acarreta tensões e conflitos internos e continuar difundindo uma ideologia “romantizada” do ideal comunitário.

Torna-se relevante pensar nos conflitos e nas ambivalências para que ocorram avanços conceituais, sem desconsiderar seu aspecto fundamental que proporciona as

comunidades receptoras a ampliação de sua participação democrática e melhoria da qualidade de vida por meio do desenvolvimento local.

Considerações finais

Ao garantir a oportunidade dos atores locais atuarem como protagonistas da atividade durante as etapas de planejamento, organização, gestão e operação, o turismo comunitário é capaz de proporcionar um compartilhamento equânime dos benefícios gerados pelo aproveitamento das diversas práticas produtivas existentes em determinada localidade, e estimular o desenvolvimento local e a inclusão das comunidades através da participação democrática.

Diversos autores salientam que a participação e envolvimento da população receptora é um elemento chave para o sucesso de empreendimentos no campo do turismo comunitário, sendo o grau de comprometimento fator determinante para a sua continuidade.

No entanto, mesmo com todas essas potencialidades, que sinalizam para a sustentabilidade da atividade, observa-se que posições simplistas podem “pintar” um tipo de “turismo ideal” sem considerar uma série de conflitos tendo em vista as dificuldades de inclusão de uma parcela das pessoas das comunidades nas atividades produtivas. Nesse caso, em um contexto micro, mesmo o turismo comunitário pode reproduzir a lógica de “exclusão” no campo do turismo, contra a qual o movimento marca seu contraponto e se fortalece.

Neste sentido, o artigo sinaliza para a importância de abordagens mais complexas e relativizadoras, que podem contribuir para o estudo do turismo comunitário, pois mesmo em localidades onde o modelo comunitário é apontado como um caso de sucesso, em algumas delas os interesses das comunidades em relação ao turismo estão longe de ser homogêneos.

Referências bibliográficas

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.985/00**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília. 2000.

BROHMAN, J. New Directions in Tourism for the Third World. **Annals of Tourism Research**, 1996, 23(1):48-70.

BURSZTYN, I. BARTHOLO, R., DELAMARO, M. Turismo Para Quem? Sobre Caminhos de Desenvolvimento e Alternativas Para o Turismo no Brasil *In*: CORIOLANO, L.N.M.T. **Do Local Ao Global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas. Papirus, 1998. 160.p

CORIOLOANO, L.N.M.T. (org.). **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza. EdUECE, 2009.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. Community-Based Tourism: A Success? **ICRT Occasional Paper** No. 11. Leeds: ICRT & GTZI, 2009.

IRVING, M.A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARTINS, J. S. A **sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 2003.

MENDONÇA, T.C.M. Turismo e participação comunitária: “Prainha do Canto Verde, a ‘canoa’ que não quebrou e a ‘fonte’ que não secou?”. **Dissertação de mestrado**. Rio de Janeiro: EICOS/UFRJ, 2004.

MENDONÇA, T.C.M.. Turismo Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde: Uma Solução em Defesa do Local Herdado. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO. **Série Turisol de Metodologias: Turismo Comunitário** – Turismo e Resistência na Zona Costeira Cearense – Rede Turisol, 2010. Disponível em: <http://www.turisol.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/02/Livreto-Tucum.pdf>. Acesso em: 29 maio de 2012

RIBEIRO, M. Turismo comunitário: relações entre anfitriões e convidados. In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. (Orgs.). **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. São Paulo: Manole, 2009.

RODRIGUES, A. B. Território, patrimônio e turismo com base local – uma relação inelutável. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de Base Local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2007.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Ijuí, 2007.

ZAOUAL, H. Do Turismo de massa ao turismo situado – quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

Notas:

¹O Ministério do Turismo conceitua o turismo rural como um “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. (MTUR, 2007, p. 7)

²Community-based tourism development would seek to strengthen institutions designed to enhance local participation and promote the economic, social and cultural well-being of the popular majority. It would also seek to strike a balanced and harmonious approach to development that would stress considerations such as the compatibility of various forms of development with other components of the local economy; the quality of development, both culturally and environmentally; and the divergent needs, interests and potentials of the community and its inhabitants.

³Para Tenório (2007) o *desenvolvimento local* procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores: sociedade civil, poder público e mercado.

⁴<http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/linktdetc.html>

⁵O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em seu Art. 20 define a Reserva de Desenvolvimento Sustentável como uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Rafael Ângelo Fortunato: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: fortrafa@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8616988019237581>

Lucas Siqueira Silva: Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Email: lucas.siqueira@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6889374519983521>

Data de submissão: 26 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 29 de novembro de 2012

Data do aceite: 29 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

,

Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território

Possibilities for a community-based tourism in Camaquã River Basin (RS, Brazil): a dialogue with development based on territory

**Taís da Silva Garcia, Adriano Severo Figueiró,
Simone Marafiga Degrandi**

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade discutir sobre turismo sustentável e suas contribuições para o desenvolvimento local da Bacia do Rio Camaquã/RS. Dentro deste contexto, o Turismo de Base Comunitária apresenta grandes contribuições para o desenvolvimento local, pois tem como principais objetivos trabalhar com a inclusão e equidade da comunidade receptora, a valorização e resgate da cultura e dos saberes tradicionais, a troca de experiências e o contato com a natureza trabalhando o respeito e a importância dos bens naturais. O Alto Camaquã está localizado na metade sul do Rio Grande do Sul, possui uma beleza natural ímpar, com fortes traços do Bioma Pampa e da tradição e cultura gaúcha. As atividades econômicas desenvolvidas na região são consideradas de fraco rendimento se comparada à porção centro-norte do Estado. Neste contexto, surgiu no ano de 2010 a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), que vem discutindo o desenvolvimento local através de projetos e trabalhos que potencializem os aspectos únicos e essenciais do Alto Camaquã, realçando suas principais características como: os sistemas de produção tradicionais, a diversidade biológica e a paisagem. A ADAC busca reconhecer as potencialidades do território juntamente com os seus atores. Além de agregar movimentação econômica, as práticas do desenvolvimento local buscam valorizar a cultura e retomar as relações homem-natureza visando à conservação do ambiente e da cultura regional. Sendo assim, discutir o Turismo de Base Comunitária como uma ferramenta para o desenvolvimento local do Alto Camaquã irá contribuir para a conservação da identidade local e de toda a geo-bio-sociodiversidade que se faz presente nesta porção do Bioma Pampa.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local; Turismo de Base Comunitária; Alto Camaquã; Bioma Pampa.

ABSTRACT

This paper aims to discuss sustainable tourism and its contribution to local development of Camaquã watershed (RS). Within this context, the Community-based Tourism has major contributions to local development, as its main objectives include working with the host community and equity, recovery and appreciation of culture and traditional knowledge, exchange experiences and contact with nature working the respect and the importance of natural resources. The Alto Camaquã is located in the southern half of Rio Grande do Sul, has a unique natural beauty, with strong traces of the Pampa Biome and the regional tradition and culture. The economic activities in the region are considered poor compared to the north central portion of the state. In this context, emerged in 2010 the “Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã” (ADAC), which has been discussing local development through projects and assignments that enhance the unique and essential aspects of the Alto Camaquã, highlighting its key features as: traditional production systems, biodiversity and landscape. The ADAC seeks to recognize the potential of the territory along with his actors. Besides adding the economic activity, local development practices seek to value the culture and to resume the relationship man-nature for conservation of the environment and regional culture. Thus, to discuss the Community-based Tourism as a tool for local development of the Alto Camaquã will contribute to the preservation of local identities and all the geo-bio-social diversity that is present in this portion of the Pampa Biome.

KEYWORDS: Local Development; Community-Based Tourism; Alto Camaquã; Pampa Biome.

Introdução

Diante da busca de alternativas econômicas mais sustentáveis, o turismo é uma das atividades mais importantes em nível mundial. Além de auxiliar na geração de divisas, tem grande influência no desenvolvimento dos países e regiões, especialmente daquelas regiões que ficaram alijadas do modelo clássico de desenvolvimento baseado no uso intensivo de recursos naturais (AGUIAR, 2007). Assim, o turismo, impulsionado pela procura de lazer, de conhecer novos lugares e culturas, pode representar uma alternativa sustentável de desenvolvimento local.

Grande parte das atividades turísticas está ligada à busca dos turistas por lugares que proporcionem contato com a natureza (BRUHNS, 2009). No entanto, muitas vezes o crescimento desordenado destas atividades dentro da lógica de mercado, tem desenvolvido um modelo de turismo insustentável, com diferentes níveis de degradação ambiental e de perda das identidades culturais.

Para se contrapor a este turismo massivo, surgem novas tipologias de turismo que buscam o desenvolvimento sustentável local, a partir do contato e respeito com a natureza, com a preservação da biodiversidade e com a inserção da comunidade.

Desenvolvimento local

A palavra desenvolvimento é compreendida por muitos como sinônimo de progresso, bem-estar e crescimento econômico. Segundo SATO (2001, p. 22) a palavra tem uma conotação estritamente econômica, porém pode ser compreendida como tirar o envoltório, romper com o entorno no dicionário de língua portuguesa.

Assim como uma semente que ‘livra-se’ de sua casca, o homem/sociedade para evoluir precisa livrar-se da sua. A casca que envolve o homem, no entanto, não é nada menos que a sua cultura, os seus saberes tradicionais – estes, considerados os impedimentos para a evolução e os quais devem ser rompidos em favor de processos de capitalização dos lugares, aceleração dos processos, produtivismo, tecnologia da vida e consumo massificado (SELL, 2011, p. 12).

Sendo assim, potencializar o desenvolvimento local é proporcionar crescimento a uma comunidade sem que a mesma precise “livrar-se” da sua cultura e dos seus saberes tradicionais. O desenvolvimento local busca a subsistência da população justamente com o que ela tem de essencial, de único. Além disso, busca preservar os aspectos socioculturais e ambientais que servem de base para o desenvolvimento local a partir da valorização e aproveitamento do seu patrimônio.

O desenvolvimento local baseia-se, acima de tudo, no desenvolvimento humano que fortalece a capacidade de organização e inclusão social através das potencialidades e particularidades que se encontram presentes nas localidades e que fazem parte do capital social destas (DEGRANDI, 2011, p. 26).

Tendo como objetivos a melhoria da qualidade de vida, a equidade social e também a movimentação econômica de uma localidade, o desenvolvimento local é hoje uma alternativa de grande importância, pois ao pensar numa escala local ele dá maior autonomia à comunidade, ela se torna diferenciada pelos seus aspectos singulares evidenciados, fugindo dos padrões globalizados de desenvolvimento e consumo.

LEROY (*apud* SATO, 2005, p. 43) afirma que “a perda das raízes e da identidade está muito ligada à perda de uma relação com o meio ambiente”.

Turismo de base comunitária e o desenvolvimento local

A cada dia que passa, aumentam as perdas dos nossos recursos naturais causadas por degradação ao meio ambiente; essas perdas são muitas vezes incalculáveis e irreversíveis. As cidades crescem de maneira desordenada, e com a falta de planejamento sustentável aumentam os problemas sociais e ambientais.

Hoje em dia buscam-se alternativas para reduzir os impactos ambientais e alterar o atual modelo de desenvolvimento em diversas áreas, incluindo o turismo como alternativa de menor impacto. A busca pelo turismo sustentável, que se contrapõe ao turismo massivo e exploratório que se desenvolve em muitos lugares, abre caminhos para novas possibilidades dentro de um planejamento turístico sustentável. Para IRVING (2009, p. 110):

as discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre turismo e sustentabilidade passaram a recomendar para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão.

É crescente o número de pessoas que buscam espaços de descanso e fuga dos grandes centros urbanos, deslocando-se para áreas mais tranquilas que proporcionam um contato diferenciado com a natureza e a cultura. Para que elas possam desfrutar destes momentos, com o mínimo impacto e maior contato e troca de experiências, faz-se necessário o planejamento responsável e sustentável do turismo, garantindo que as atuais e as futuras gerações possam desfrutar destas mesmas paisagens e culturas, sem que sejam produzidas significativas transformações.

O planejamento de um turismo sustentável envolve harmonicamente a comunidade e o meio-ambiente trazendo benefícios para ambos, e visa principalmente atender as necessidades econômicas e socioambientais da atual geração sem prejudicar a geração futura. Para a Organização Mundial do Turismo (BRASIL, 2008, p. 48):

Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro.

Assim como os destinos turísticos desenvolvem novas e necessárias tendências, os turistas também estão com perfil diferenciado. Irving (2009, p. 109) afirma que há *“uma mudança sutil no perfil de turistas, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental”*. Eles buscam novas experiências, descobertas e oportunidade de vivências e aprendizagens.

Uma possibilidade que vem sendo discutida dentro dos princípios do turismo sustentável é o Turismo de Base Comunitária (TBC).

O TBC busca ressaltar o sentido coletivo de vida em sociedade, promover a qualidade de vida e valorizar o local. Além disso, os turistas e a comunidade receptora interagem trocando experiências. Tal comunidade recebe os turistas e os insere na realidade local, onde são hospedados nas casas ou pousadas locais, os alimentos são produzidos no local, e realizam passeios e visitas.

O TBC agrega à comunidade receptora preservação ambiental, sustentabilidade, preservação dos saberes tradicionais e educação ambiental. Assim, ao oferecer a possibilidade de contato com a natureza, com tradições e valores socioculturais singulares e diversos, o turismo pode ser uma das mais ricas e transformadoras experiências humanas, tanto para o turista como para a comunidade que o recebe.

Para Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p.86) o TBC *“busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar”*. Os autores (*op.cit*, p.86) também afirmam que o TBC

respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação o estabelecimento de uma relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados. Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista.

É importante salientar que, para desenvolver o TBC, cabe a comunidade escolher o tipo de turismo que deseja desenvolver e quais os caminhos que deve seguir para tal atividade acontecer. Irving (2009) afirma que atores externos a comunidade podem funcionar como “indutores” do turismo de base comunitária.

O TBC pode ser uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento local, para isso precisam estar articulados com o mesmo objetivo a comunidade local, o setor público e o setor privado. A partir do momento em que os agentes locais mantêm ou reconstroem seus laços com as raízes e identidades locais conseguem alcançar uma relação harmônica e respeitosa com o meio ambiente.

Princípios para uma abordagem “território-projeto”

Atualmente são crescentes as formas de abordagem que buscam articular parcerias entre as populações e o meio ambiente na construção de um projeto de desenvolvimento amparado na preservação do patrimônio local. Uma dessas iniciativas, estruturada pela Rede Portuguesa Leader (2005), é a abordagem “território-projeto” que tem como principais características:

- recusar as intervenções isoladas e inscrever a sua ação a favor do ambiente numa estratégia territorial de conjunto;
- apoiar-se para tanto numa parceria que reúne os setores público e privado;
- acordar aos recursos naturais um valor econômico, mas também cultural, social e humano, preferindo o conceito de “bem comum” ao de “reserva protegida”;
- conseguir conciliar a exploração e a preservação dos recursos;
- inscrever-se num projeto de conjunto coerente que garanta à longo prazo a preservação do ambiente e necessite de menos estratégias de compensação;
- apoiar-se num trabalho de consolidação das relações de identidade da população com o seu ambiente. (FARRELL; LUKESCH, 2000, p. 37)

Essa abordagem prioriza a relação entre a comunidade e seu território para tratar a questão ambiental como uma relação patrimonial; o ambiente passa a ser visto como um bem comum e não apenas como uma reserva de recursos naturais à serviço de um processo de desenvolvimento exógeno. O ambiente e as relações que a comunidade tem com ele passam a ser um elemento-chave para manter a integridade das estruturas e processos que compõe o cenário biofísico onde se instalam os processos

produtivos da comunidade.

Alguns fatores que são vistos como negativos no mundo capitalista, na perspectiva do desenvolvimento local são considerados primordiais, pois devido a eles é possível manter essas características específicas como a tradição, os saberes tradicionais, as relações com a paisagem e a cultura.

A abordagem “território-projeto” busca elaborar uma estratégia local em conjunto com os agentes locais, onde eles identificarão os elementos específicos e característicos da região a partir de uma reflexão aprofundada sobre o ambiente, saindo da visão rotineira e imaginando novas soluções. Acima de tudo, esta abordagem propõe uma nova forma de gestão territorial, baseada em um processo participativo e dinâmico, envolvendo o Estado, os técnicos e a população discutindo a partir de grupos de trabalho e construindo, ao final, um instrumento acordado entre os diferentes atores, que serve como referência ao estabelecimento de políticas e ações de ordenamento territorial. A comparação entre o modelo clássico de gestão e o modelo baseado na abordagem Leader pode ser visualizado na Figura 1 (próxima página).

Seguem dois exemplos aplicados da abordagem “território-projeto”:

Exemplo 01: No Vale do *Minho* (Portugal), o grupo Leader apoiou a iniciativa do Presidente da Câmara de uma pequena autarquia de renovar, para fins turísticos, as casas tradicionais utilizadas para a transumância de verão. Graças ao fato de se tratar de um elemento forte da identidade local, ligado a tradições ainda vivas na memória dos proprietários, a negociação avançou rapidamente e a ação foi implementada em dois anos. A arquitetura de origem das casas foi respeitada, dispondo hoje de elementos de conforto moderno e uma delas possui um espaço consagrado à gastronomia e à venda de produtos locais. Paralelamente, foi organizada uma animação local em torno das atividades tradicionais ligadas à transumância e foi criada uma empresa de exploração turística agrupando os proprietários. Esta iniciativa serve atualmente como alavanca ao grupo Leader para outras ações de valorização do ambiente (Figura 2), principalmente nas zonas de montanha abandonadas pelas últimas gerações.

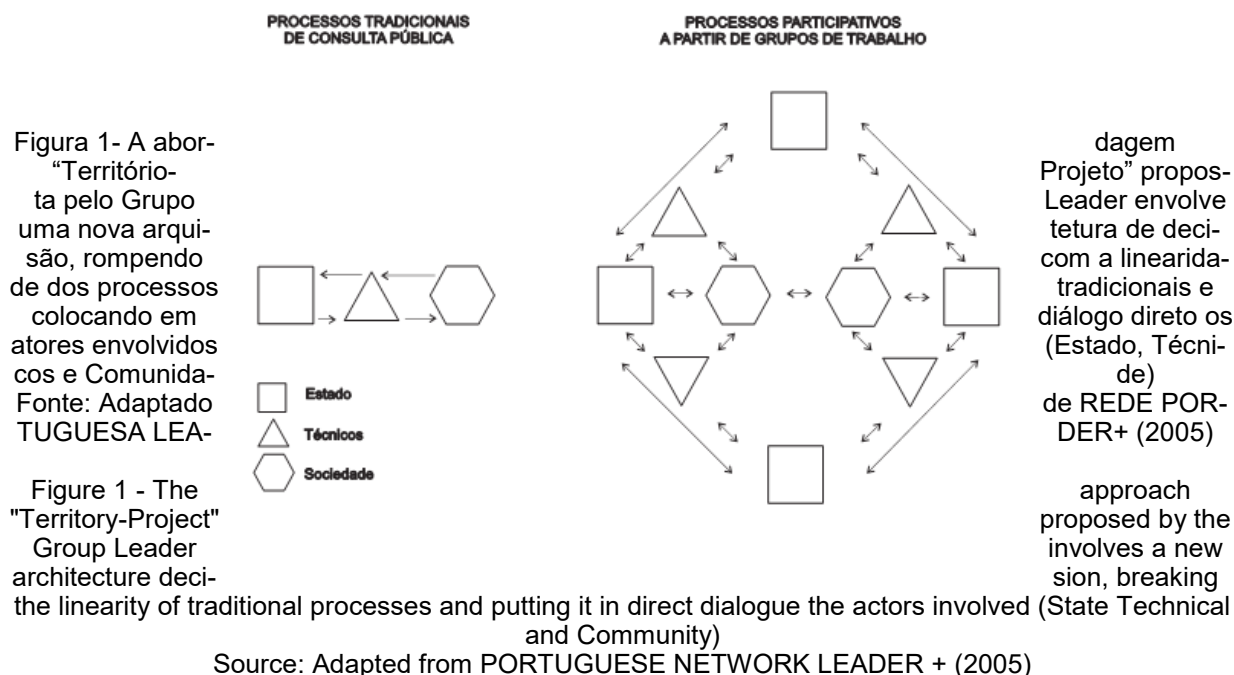


Figura 2- A partir da revitalização das casas utilizadas pelos séculos, várias outras atividades ligadas ao turismo, como o festival realizado anualmente no município (Portugal), vêm revitalizando a economia e a cultura de áreas social e economicamente deprimidas. Fonte: <http://www.gaitadefoles.net/noticias/chocalhos2004.htm>

talização arquitetônica pastores ao longo dos séculos, várias outras atividades ligadas ao turismo, como o festival realizado anualmente no município (Portugal), vêm revitalizando a economia e a cultura de áreas social e economicamente deprimidas.

Figure 2 - From the architectural revitalization of the houses used by the shepherds of long centuries, several other activities related to tourism, such as transhumance festival, held annually in the city of Fundão (Portugal), are revitalizing the economy and culture of the social and economically depressed.

Source: <http://www.gaitadefoles.net/noticias/chocalhos2004.htm>

Exemplo 02: Os habitantes do *Pembrokeshire do Sul*, no País de Gales (Reino Unido), aprofundaram, com a ajuda de historiadores e antropólogos e do grupo Leader, o conhecimento do patrimônio natural e arquitetônico da sua região, antes da or-

ganização de atividades turísticas. A conscientização do valor do patrimônio constituiu uma das chaves do sucesso, permitindo assim desenvolver-se um turismo que respeita o ambiente e fundado no orgulho reencontrado dos habitantes. Progressivamente, outros elementos de identidade foram integrados à iniciativa, como o tradicional sentido de acolhimento das populações ou a gastronomia regional.

Importância da conservação dos serviços ambientais para o desenvolvimento local por meio do turismo de base comunitária

O turismo massivo realizado em diversos locais, que busca resultados lucrativos em curto prazo, sem preocupações com a manutenção da integridade biofísica do território, com a população local e com a equidade social, tende a desenvolver, em longo prazo, uma degradação tanto dos ecossistemas como da sociedade (suas tradições, seus saberes, sua forma de organização e sua cultura), colocando em risco não apenas a preservação local, como também a manutenção desta atividade em longo prazo.

A equidade no setor do turismo de massa é um ponto fraco, dominado pelas grandes cadeias hoteleiras, linhas de cruzeiros, agências de viagens e linhas aéreas européias e norte-americanas que controlam os preços. Esta estrutura fomenta um modelo de negócio de alto volume e baixa margem, reduzindo os custos operacionais para maximizar os lucros por meio de um monopólio territorial dos destinos ofertados.

Todas as atividades turísticas que envolvem a natureza dependem do acesso a ela e da manutenção dos Serviços Ecossistêmicos (SE). Dentre estes Serviços, podemos citar: manutenção da biodiversidade, suprimento de água doce, proteção costeira e de frutos do mar, controle de desastres naturais, manutenção da fertilidade dos solos, lazer, dentre outros (BOVARNICK *et al*, 2010, p. 194). Muitos destinos hoje atraem turistas que buscam e apreciam a natureza e a biodiversidade. Porém, se o turismo de natureza não for desenvolvido baseado no modelo de gestão sustentável dos ecossistemas e das culturas envolvidas, será um instrumento de degradação e de perda patrimonial.

Grande parte das atividades turísticas desenvolvidas atualmente está baseada no modelo *Business As Usual* (BAU), que representa a busca da eficiência da atividade turística na perspectiva de uma intensificação da produtividade, tendo como parâmetro central a economia. Este modelo de gestão objetiva maximizar os lucros em curto prazo sem preocupar-se com os custos externos, o impacto causado a terceiros, a sustentabilidade em longo prazo da base de recursos, os serviços dos ecossistemas e as cadeias de produção econômica (BOVARNICK *et al*, 2010, p. 196).

Em resposta ao modelo BAU, têm-se discutido a construção do modelo denominado *Sustainable Ecosystem Management* (SEM), que busca minimizar as externalidades negativas por meio de um turismo de baixo impacto, onde o parâmetro central de referência passa a ser o respeito à capacidade de resiliência do sistema biofísico e sócio-cultural dos territórios. Entre as opções de turismo de natureza na perspectiva do modelo SEM, encontra-se o ecoturismo e o turismo comunitário. Segundo CORIO-LANO (2006, p. 39) o ecoturismo pode ser definido como:

um tipo de turismo desenvolvido em localidades de grande potencial

ecológico, de forma preservacionista, procurando conciliar a exploração do turismo com o meio ambiente ou harmonizar as atividades de lazer com a natureza. É o lazer que oferece aos visitantes um contato direto com os recursos naturais e as culturas das regiões visitadas, buscando, sobretudo uma consciência ecológica.

As comunidades que desenvolvem o ecoturismo e/ou o turismo comunitário acabam realizando um grande esforço para preservação da biodiversidade local, pois para realizarem as atividades turísticas elas precisam das áreas naturais. Elas desenvolvem a atividade de modo a garantir a qualidade dos ecossistemas que são os atrativos principais para os visitantes. (BOVARNICK *et al*, 2010, p. 215). Muitos são os benefícios do modelo SEM; dentre eles, Bovarnick *et al*, (2010) destacam:

Em longo prazo o turismo sustentável de natureza tem o potencial de proporcionar experiências e intuições únicas com a natureza e as sociedades locais que, por sua vez, nutrem e facilitam um maior apreço pela conservação da biodiversidade e da cultura. O enfoque SEM pode gerar recursos financeiros indispensáveis para fomentar os esforços de conservação, da mesma forma que benefícios econômicos para as pessoas locais.

O modelo SEM também beneficia a equidade, há uma melhoria na distribuição de benefícios, a família trabalha para desenvolver o turismo e a mulher também está inclusa neste processo numa perspectiva mais ativa e protagonista. Outro ponto importante é que no modelo SEM os visitantes tem um compromisso e devem se comportar de forma responsável contribuindo para a conservação da biodiversidade e da cultura local.

Possibilidades a partir da realidade da metade sul do Rio Grande do Sul: a experiência da Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã- ADAC

O Alto Camaquã está localizado na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, englobando o território dos municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini, Lavras do Sul, Bagé e Pinheiro Machado, conforme mostra a figura 03. Também ajuda a compor a área uma pequena parcela dos municípios de Dom Pedrito e Hulha Negra, totalizando 8.300 km².

Devido às limitações do quadro físico, as principais atividades econômicas desenvolvidas nesta região são atividades de baixo insumo tecnológico e fraco rendimento econômico, se comparadas aos processos produtivos desencadeados na porção centro-norte do estado pela lavoura mecanizada. Destacam-se especialmente a agropecuária no município de Bagé e a mineração nos municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul e Hulha Negra.

Buscando discutir alternativas endógenas para o desenvolvimento territorial do Alto Camaquã, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) de Bagé têm desenvolvido projetos inseridos dentro do “Programa de Desenvolvimento Territorial do Alto Camaquã”. Este Programa tem o objetivo de pro-

mover o desenvolvimento territorial endógeno por meio do re-conhecimento das potencialidades do território, articulando diferentes grupos de atores entorno de uma identidade territorial. Para reunir os atores envolvidos e discutir estratégias para a construção deste modelo de desenvolvimento, foi criado o “Fórum Alto Camaquã” (FAC), onde se encontram os representantes de Bagé, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Piratini, Santana da Boa Vista e Pinheiro Machado (Figura 04).

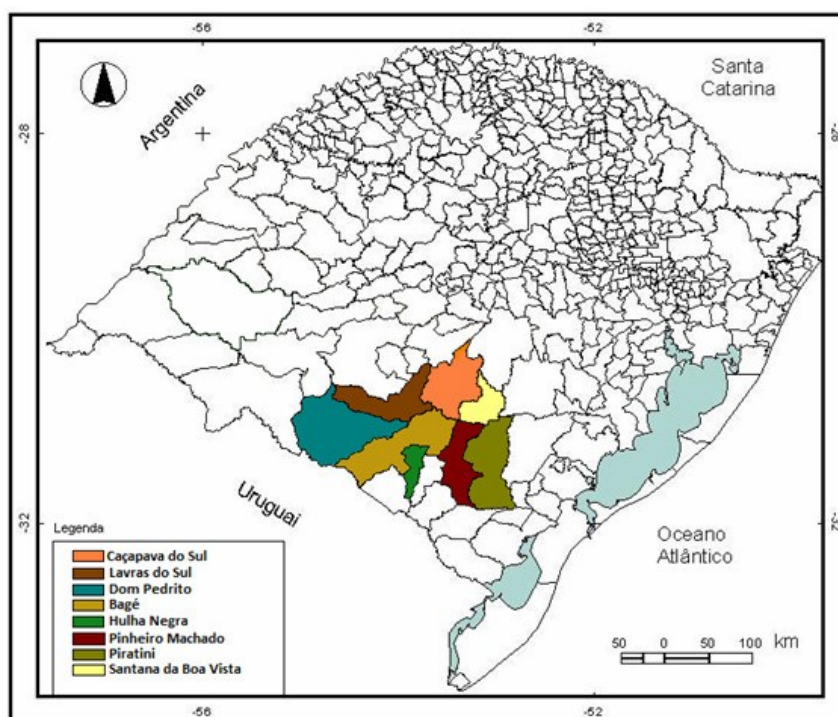


Figura 03: Mapa de localização dos municípios que compõem o Alto Camaquã/RS.
Fonte: Degrandi (2011).

Figure 03: Location map of the municipalities that make up the Alto Camaquã (RS, Brazil).
Source: Degrandi (2011).

Das reuniões do FAC surgiu, em 2010, a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), que emerge da necessidade de projetos que realcem as características do Alto Camaquã, destacando os sistemas de produção tradicionais, a diversidade biológica, a paisagem, o turismo sustentável e a conservação do ambiente e da cultura regional.

Figura 4: Encontro do V
quã, realizado no dia
na Câmara Municipal
Caçapava do Sul/RS.
turismodela-

Figure 4: Meeting of V
held on May 28, 2010,
Chamber of the Caça-
Source: <http://>



Fórum do Alto Cama-
28 de maio de 2010,
de Vereadores de
Fonte: <http://>
vras.blogspot.com.br

Alto Camaquã Forum,
in the City Council
pava do Sul/RS.
turis-

modelavras.blogspot.com.br

Portanto, para quebrar o ciclo caracterizado por economias deprimidas, pelo despovoamento do campo, pela falta de perspectivas e pela perda da auto-estima das comunidades locais, estigmas dos quais o Alto Camaquã é “prisioneiro”, é preciso investimentos e políticas públicas que garantam o acesso a melhores condições de vida a estas populações, promovendo um desenvolvimento territorial que esteja em consonância com a conservação da paisagem do Pampa e com a valorização e recuperação dos recursos endógenos do território. (DEGRANDI, 2011, p. 102)

A metade sul do Estado do RS é rotulada por muitos como a região atrasada, não desenvolvida por não estar adequada ao desenvolvimento dos agronegócios. Porém esta região possui um potencial social, cultural e ambiental que são primordiais para planejar o turismo de base comunitária impulsionando o desenvolvimento local.

As manifestações culturais do Alto Camaquã, inserido no Pampa gaúcho, estão intimamente influenciadas pela paisagem, pelas atividades econômicas desenvolvidas como a pecuária, a agricultura, pelo saber fazer local e pela influencia advinda de diferentes etnias, a partir do processo de colonização. A partir dessas características, os municípios que compõem o Alto Camaquã possuem uma riqueza cultural manifestada tanto em bens materiais como imateriais, que demonstram características sociais e traços da memória coletiva, que fazem parte da identidade cultural do povo gaúcho.

Culinária típica, arquitetura colonial, festas folclóricas, paisagens únicas, tradições e artesanato baseado em produtos locais, são algumas das características com potencial para impulsionar o turismo de base comunitária no território do Alto Camaquã. Dentre os aspectos de artesanato, por exemplo, destaca-se o Grupo de Artesanato em Lã Ovina da Tecelagem Lavrense, que existe há quinze anos no município de Lavras do Sul e que conta atualmente com a participação de trinta e duas mulheres e dois homens, de oito comunidades rurais para a confecção de peças em lã crua, tramadas em tricô ou crochê.

As peças são confeccionadas artesanalmente, através de um processo que inicia com a esquilagem da ovelha, lavagem, cardamento, tingimento com chás e ervas, fiação e tecelagem da lã. A lã, obtida nas propriedades rurais dos próprios artesões é tingida com produtos naturais obtidos no campo como a carqueja (*Baccharis trimera*), a macella

(*Achyrocline satureioides*), a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), entre outras variedades de chás naturais, para depois se transformarem em peças bastante autênticas do vestuário rústico campeiro (Figura 5).



Figura
jeto
deria

5: Pro-
Lavan-
de Lã

(Disponível em: <<http://turismodelavras.blogspot.com/>>). Exemplos de peças confeccionadas em lã, pelo Grupo de Artesanato em Lã Ovina da Tecelagem Lavrense, expostos na Expolavras 2010. Fonte: Degrandi (2011).

Figure 5: Project Lavanderia de Lã (Available at: <<http://turismodelavras.blogspot.com/>>). Examples of pieces made of wool, the Grupo de Artesanato em Lã Ovina da Tecelagem Lavrense, exposed in Expolavras 2010. Source: Degrandi (2011).

Conclusão

A discussão de um novo modelo de gestão territorial do turismo (modelo SEM) que garanta a preservação do patrimônio natural e cultural dos territórios é uma necessidade que se impõe hoje, tanto para o setor público como para o privado. Algumas décadas de um turismo de massa, baseado no uso intensivo de recursos paisagísticos e culturais (modelo BAU), fez com que alguns países já estejam sofrendo com os resultados negativos das práticas insustentáveis. Diversos locais de destino já apresentam uma diminuição no potencial turístico devido ao impacto ambiental e o desgaste do capital natural.

O modelo SEM já foi inserido em muitos lugares, apresentando importantes vantagens em termos da recomposição das paisagens e das culturas; porém o modelo BAU ainda prevalece. Acredita-se que a competitividade a longo prazo dos produtos e serviços

do turismo de natureza deverá fazer com que haja uma transição do modelo BAU para o modelo SEM. O turismo insustentável, que provoca degradação dos ecossistemas e dos sistemas sociais locais compromete os retornos econômicos para o setor e para o país.

Dentro desta perspectiva, o Ecoturismo e, dentro dele, o Turismo de Base Comunitária, sinaliza positivamente no processo de mudança de atitudes e dos valores humanos de posse e consumo, através da tomada de consciência dos visitantes ao estabelecerem um contato mais direto com a natureza e com as populações tradicionais por meio da percepção e interpretação da paisagem.

Com base neste modelo sustentável de gestão do turismo, o território do Alto Camaquã apresenta particularidades ambientais, históricas e culturais que podem se constituir em importantes elementos para o desenvolvimento local, através de um turismo de baixo impacto. Nesse sentido, a discussão sobre as alternativas de Ecoturismo e turismo comunitário pode atuar como uma importante ferramenta no processo de desenvolvimento endógeno desse território, contribuindo para a manutenção da identidade local e de toda a geo-bio-sociodiversidade que se faz presente nesta porção do Bioma Pampa.

Referências bibliográficas

AGUIAR, G.M. Turismo, desenvolvimento local e integração regional. *In*: SEABRA, G. (Org.) **Turismo de Base Local: Identidade cultural e desenvolvimento regional**. João pessoa: Editora universitária- UFPB, 2007.

BOVARNICK, A., ALPIZAR, F.; SCHNELL, C. (Eds). **The Importance of Biodiversity and Ecosystems in Economic Growth and Equity in Latin America and the Caribbean: An economic valuation of ecosystems**. New York: United Nations Development Programme, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do Turismo. **Turismo e sustentação: formação de redes de ação municipal para a regionalização do turismo**. Ministério do Turismo. Coord. Tânia Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima, Brasília: Ministério: FLN: SEaD/UFSC, 2008.

BRUNHS, H.T. **A Busca pela Natureza: turismo e aventura**. Barueri: Manole, 2009.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R.; SANSELO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CORIOLO, L. N. M. T. Bases Conceituais do Desenvolvimento e do Ecoturismo. *In*: QUEIROZ, O.T.M.M. (org). **Turismo e ambiente: temas emergentes**. Campinas: Alínea, 2006.

DEGRANDI, S.M. Ecoturismo e interpretação da paisagem no Alto Camaquã/RS: uma alternativa para o (des)envolvimento local? **Dissertação de Mestrado** (Mestrado em Geografia). Santa Maria: UFSM, 2011.

FARRELL, G.; LUKESCH, R. A competitividade ambiental. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. **Inovação em Meio Rural**, Caderno 6, Fascículo 3. Lisboa: LEADER, 2000.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

REDE PORTUGUESA LEADER+. **Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural**. Lisboa: LEADER+, 2005.

SATO, M. Debatendo os desafios da Educação Ambiental. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**: Fundação Universidade Federal de Rio Grande – FURG, 2001.

SELL, J.C. Diferentes modelos, diferentes caminhos: problematizando a sustentabilidade ambiental no município de Piratini, RS. **Dissertação de Mestrado** (Mestrado em Geografia). Santa Maria: UFSM, 2011.

Taís da Silva Garcia: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Email: tatasg@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2231653731023828>

Adriano Severo Figueiró: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Email: adri.geo.ufsm@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0669013150421592>

Simone Marafiga Degrandi: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Email: simone5z@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8716980240343740>

Data de submissão: 29 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 20 de novembro de 2012

Data do aceite: 20 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

A atuação das Organizações Não-Governamentais ambientalistas no turismo em ilhas: o caso de Fernando de Noronha (PE)

The performance of environmental Non-Governmental Organizations on island tourism: the case of Fernando de Noronha (PE, Brazil)

**Deborah da Cunha Estima, Filomena Maria Cardoso Pedrosa
Ferreira Martins, Andrea Rabinovici,
Maria da Anunciação Mateus Ventura**

RESUMO

Cada vez mais as ONGs ambientalistas estão desenvolvendo ações ligadas ao turismo. Essas ações têm possibilitado um aprendizado para as ONGs, para a comunidade local e pesquisadores. Contudo, verifica-se pouca profissionalização no que refere-se ao planejamento, implementação e monitoramento destas ações. Em se tratando de territórios insulares, esta relação possui características próprias, com potenciais e limitações ainda pouco explorados. Assim, a ideia de desenvolvimento sustentável, que dá base à investigação, integra as diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, cultural e ambiental), transformando toda a discussão sobre o desenvolvimento do turismo. Neste artigo, derivado de dados iniciais da tese de doutorado da autora, discute-se e reflete-se as possibilidades de atuação das ONGs ambientalistas no turismo na ilha de Fernando de Noronha. Buscou-se inicialmente identificar quais as ONGs ambientalistas que atuam na ilha e seus objetivos estatutários, para proceder ao levantamento de dados que levou a caracterização sobre a atuação, as ações ligadas ao turismo, como também as potencialidades e limitações. Dessa forma, verifica-se que existe uma atuação muito forte por parte destas ONGs no turismo na Ilha e que, embora não haja ainda um controle sistemático dos resultados alcançados por estas ações, pode-se concluir que estas organizações possuem um importante papel no planejamento e desenvolvimento do turismo em Fernando de Noronha, participando desde as discussões sobre as medidas de ordenamento, até a capacitação da comunidade local e o monitoramento da atividade.

PALAVRAS-CHAVE: ONGs Ambientalistas; Turismo; Fernando de Noronha.

ABSTRACT

Environmental NGOs are increasingly involved in actions linked to tourism. These actions are a two-way knowledge transfer between NGOs, local community and researchers. But the planning, implementation and monitoring of these actions, still lacks professionalization. In what concerns insular territories, this relationship has its own characteristics, with potential and limitations still unexplored. The all idea of a sustainable development underlying the research, includes the economic, social, cultural and environmental dimensions, and shapes the discussion on the course of tourism development. Here we analyze and discuss the initial data, concerning the possible interventions of environmental NGOs on tourism activity in Fernando de Noronha Island. Firstly we identified which NGOs are active on the island and what are their statutory goals, in order to characterize their actions linked to tourism, as well as their potentialities and limitations. Preliminary results show a strong role of environmental NGOs on the tourism practiced on the island, and although there is not yet a systematic control of the results achieved through these actions, they point to the existence of an important role played by these organizations on the planning and development of the tourism in Fernando de Noronha, that goes from tourism planning and monitoring to the capacity of local community.

KEYWORDS: Environmental NGO; Tourism; Fernando de Noronha.

Introdução

Cada vez mais o turismo vem-se configurando como fenômeno global fomentando transformações a nível social, ambiental e econômico. Considerado como um vetor de crescimento econômico, o turismo pode também ser visto como um indutor do desenvolvimento sustentável (SAMPAIO, 2000; PIRES *et al* 2002; MAZARO, 2007). Mesmo com toda a importância que possui é imprescindível adotar formas de gerir adequadamente a atividade turística para evitar ou minimizar os efeitos negativos no ambiente natural, particularmente em contextos de áreas protegidas que possuem fragilidades acrescidas, como também nos elementos referenciais e identitários das populações locais. E em se tratando de contexto insular, estes fatores, naturais e culturais, possuem maior relevância pois são considerados atrativos turísticos por excelência (BRITO, 2010). Devido ao seu grande impacto nas sociedades contemporâneas, estudos e pesquisas vêm sendo desenvolvidos com o intuito de conhecer e gerir melhor essa atividade de forma sustentável, destacando-se assim a necessidade do envolvimento dos setores público, privado e sociedade civil.

Como parte integrante da sociedade civil, as Organizações Não Governamentais (ONGs) Ambientalistas desempenham um papel de grande relevância na conservação e gestão do ambiente, atuando como facilitadores entre os governos e as comunidades locais (CALADO, 2012). Muitas destas organizações executam ações ligadas à atividade turística. Isso acontece porque o turismo desenvolve-se fundamentalmente em ambientes naturais, onde estas atuam diretamente, podendo contribuir de forma significativa para a sustentabilidade da atividade. A atuação das ONGs ambientalistas relacionadas ao turismo se dá pela

potencialidade que esta atividade possui na conservação do ambiente e no desenvolvimento das comunidades locais. Assim, desenvolver o turismo de forma planejada e responsável é vital para os objetivos estatutários destas organizações, tornando-se um de seus mais significativos instrumentos de ação (RABINOVICI; LAVINI, 2005). Esta contribuição é realizada de várias formas: formulação de diretrizes e estratégias, monitoramento, implementação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável alicerçados no turismo, entre outros.

A atuação das ONGs ambientalistas no desenvolvimento do turismo em destinos não é recente. Por serem consideradas guardiões da sustentabilidade nos *habitats* alvo das atividades turísticas, desde os anos de 1990 que elas vêm participando ativamente nas discussões relacionadas ao setor. O debate e incentivo a parcerias do setor turístico com as ONGs ambientalistas para um desenvolvimento sustentável da atividade, podem ser comprovados na Conferência de Lanzarote sobre Turismo Sustentável, em 1995, na Declaração do Quebec, em 2002, nos Acordos de Mohonk em 2000, entre outros. Por serem organizações sem fins lucrativos, estas ONGs podem utilizar o turismo como uma ferramenta de viabilização financeira para os projetos de conservação do ambiente, onde as componentes de educação e desenvolvimento local são contempladas (BRITO, 2010).

Tendo em conta a importância e o crescimento desta relação, é fundamental identificar a atuação das ONGs ambientalistas relacionadas com o desenvolvimento do turismo sustentável. Mesmo sendo consideradas autônomas, estas organizações devem ser avaliadas e obrigadas a prestarem contas, nas quais a transparência nas ações e nos resultados são exigidos pelos seus financiadores, parceiros, e pela sociedade. Esta exigência faz com que as ONGs ambientalistas possam atingir assim novos patamares de eficiência organizacional, como também de responsabilidade pública (RABINOVICI; LAVINI, 2005).

Em se tratando de territórios insulares, Amaro (2010) afirma que só a partir dos anos de 1980 é que estes territórios se tornaram focos de interesse entre os investigadores fazendo surgir um campo específico de análise, particularmente no que se refere aos constrangimentos e potencialidades de desenvolvimento. Dessa forma, não é viável nem estratégico importar os modelos e propostas de desenvolvimento focadas em países continentais, sendo necessário criar quadros teóricos próprios para estes ambientes insulares. Segundo Ferreira (2008), é imprescindível haver a preocupação sobre as modalidades de desenvolvimento do turismo que contribuam de fato para o desenvolvimento sustentável, prevenindo o avolumar de efeitos negativos desta atividade nos Arquipélagos.

As ilhas oceânicas são mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, sobretudo ilhas pequenas (CALADO *et al.*, 2011). Contudo, a comunidade científica está buscando estratégias coerentes com os objetivos de desenvolvimento do milênio, como a Declaração de Davos, visto que estas mudanças climáticas foram reconhecidas como um dos maiores desafios para o desenvolvimento sustentável do turismo (OMT, 2009). Assim, a importância de um estudo como este tem origem na necessidade de se conhecer melhor e trazer à discussão, a efetividade destas ONGs para a melhoria do planejamento e gestão do turismo sustentável em contextos territoriais insulares. Conhecer estas realidades é imprescindível para a análise da

atuação das ONGs ambientalistas, que são influenciadas diretamente pelo contexto social, político e ambiental no qual atuam, e sobretudo para partilhar informações que possibilitarão soluções mais viáveis para o planejamento e a gestão do turismo.

Ressalta-se também que a Ilha em estudo faz parte da Rede Mundial de Reserva da Biosfera e dos Sítios de Patrimônio Mundial classificados pela UNESCO, enfatizando assim a importância da investigação. Assim, as questões de estudo propostas são de inquestionável relevância e merecem um tratamento sério, na busca de uma nova contextualização do trabalho desenvolvido pelas ONGs ambientalistas, no âmbito do turismo.

A relevância deste tema pode ser comprovada nos diversos grupos de investigação que estão sendo criados em todo o mundo, como: United Nations Environment Programme Island (SIDS); UNESCO; IUCT World Commission on Protected Areas – Task Force on Island Conservation and Protected Areas; World Tourism Organization Network; Global Islands Network; International Small Islands Studies Association; The South Pacific Forum and the Alliance of Small Island States, Observatório Mundial das Ilhas, entre outros. O tema também enquadra-se nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, nos quais garantir a sustentabilidade ambiental faz parte dos objetivos acordados (ONU, 2000). Dessa forma, conhecer a realidade das ONGs ambientalistas em ilhas, especificamente na Ilha de Fernando de Noronha, possibilitará compreender as práticas atuais e identificar as potencialidades e limitações vivenciadas por elas, que afetam diretamente as competências e contribuições para a sustentabilidade do turismo.

Sustentabilidade no turismo em ilhas

Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (1999), o turismo sustentável é definido como ecologicamente sustentável, economicamente viável, de longo prazo, ética e socialmente equitativo para as comunidades locais envolvidas, onde deve existir uma integração equilibrada do meio ambiente natural, cultural e humano. Embora existam muitas definições para turismo sustentável (e.g. BUTLER, 1993; CLARKE, 1997; COLLINS, 1999; JOHNSTON AND TYRELL, 2005; OMT, 2009), para a UNEP (2005) este não representa uma forma particular de turismo. Na verdade, todas as formas de turismo deveriam ser sustentáveis, sendo responsabilidade de todos os segmentos envolvidos na atividade.

Segundo Rabinovici (2010), os conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento e participação, devem estar presentes para os que atuam com o turismo, pois os impactos decorrentes desta atividade requerem reflexões permanentes que possam originar aprimoramentos do setor relacionados aos benefícios sociais, culturais, ambientais, e econômicos. Assim, segundo a autora, para que o turismo seja considerado sustentável deve manter a *“integridade dos processos ecológicos, biológicos, ambientais além de satisfazer as necessidades econômicas, culturais, éticas, estéticas das pessoas e dos ambientes envolvidos”* (p.5).

Para Irving e colaboradores (2005), a sustentabilidade do turismo é visto como um fenômeno complexo na sua perspectiva global. Sendo o turismo a atividade econômica que mais cresce no mundo, seu potencial como gerador de renda,

benefícios econômicos, sociais e ambientais e como mecanismo para a inclusão e transformação social, faz emergir novas reflexões sobre o seu planejamento. Contudo, o turismo traz também resultados contraditórios e polêmicos onde é fundamental refletir os caminhos que o desenvolvimento desta atividade devem seguir, para delinear estratégias futuras que possam, de fato, promover o seu potencial positivo e minimizar seus impactos negativos. Dessa forma, as políticas e as ações para o planejamento do turismo devem ser delineadas numa perspectiva conjunta com a proteção do meio ambiente, sendo necessário um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural e a dinâmica ambiental dos destinos turísticos. Esta sustentabilidade provém assim de uma compreensão estratégica e duradoura de desenvolvimento, com base numa interpretação interdisciplinar e completa da dinâmica regional.

Neste contexto, o turismo emerge como uma das vias possíveis para o desenvolvimento local, reivindicando políticas públicas adequadas para o setor através de um planejamento integrado às políticas sociais e econômicas. A distribuição de bens figura-se como uma questão fulcral na ética da sustentabilidade do turismo (IRVING *et al*, 2005). Para que um projeto de desenvolvimento seja bem-sucedido deve envolver a sociedade civil na elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras, e possuir um enfoque local no processo de desenvolvimento (PETERSEN, ROMANO, 1999).

De acordo com Irving e colaboradores (2010), para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento turístico sustentável é importante sensibilizar as comunidades locais, para que estas possam organizar-se e qualificar-se para a gestão sustentável desta atividade. Para isso, é necessário capacitar e investir nas potencialidades da região, discutir os riscos e benefícios que o turismo pode trazer, fomentar a identidade local e a organização social. Petersen (1999) enfatiza que um dos grandes problemas dos programas de desenvolvimento turístico está em focar no meio e não no ator social, sendo necessário conceber este ator como agente ativo em todo o processo do desenvolvimento turístico, desde o planejamento, a implementação até ao monitoramento e avaliação contínua. Nesta perspectiva, Irving (2002) afirma que o desenvolvimento sustentável do turismo impõe a inclusão de princípios e valores éticos, a democratização de oportunidades e benefícios, parcerias, co-responsabilidades e participação.

Em se tratando de contexto insular, estes destinos turísticos são vistos como símbolo de *status*, onde a crescente tendência à ocupação pode representar um perigo para os seus frágeis ecossistemas. As complexidades das características dos destinos insulares dão origem a uma infinidade de questões, especialmente relacionadas com o potencial de sucesso do desenvolvimento sustentável do turismo (GRACI; DODDS, 2010). Mas esta ameaça é ainda mais grave quando há um desconhecimento sobre a dinâmica sociocultural e biofísica destes territórios, onde existem poucas pesquisas sobre o tema. Contudo, observa-se um crescente interesse por estes territórios insulares em todo o mundo, onde tem-se realizado estudos sobre a redescoberta dos ilhéus por si próprios, resultando na afirmação de suas identidades culturais através da valorização do estilo de vida muitas vezes decorrentes da invasão turística. Esta tomada de consciência de um modo de vida particular está associada a um conjunto de representações e imagens que estes

ilhéus têm sobre o seu espaço geográfico-cultural, que antropólogos e geógrafos definem como “ilheidade”. A ilheidade difere da insularidade, visto que este conceito respeita ao que é vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza própria do espaço insular, algo que é diferente do isolamento, pois as ilhas não se desenvolvem em sistemas fechados, vivendo em ritmos alternados de abertura e fechamento em relação à sociedade continental (DIEGUES, 1999).

Assim, para estudar as ilhas é necessário existir um caráter interdisciplinar enfatizando as especificidades destas sociedades e territórios insulares, sendo necessário pesquisar as práticas sociais e simbólicas, as concepções de espaço, território e tempo insular (DIEGUES, 1999)¹. Assim, a ilha é sempre um território particular, produzido socialmente segundo ciclos e práticas econômicas em contínua mudança, sendo um grande atrativo para o desenvolvimento do turismo, como também um grande potencial para a atuação das ONGs ambientalistas.

Neste contexto, devido as condicionantes associadas à geografia insular, às suas vulnerabilidades ambientais e aos obstáculos para alcançarem economias de escala, estas regiões têm obtido uma focalização teórica particular em várias áreas do conhecimento (AMARO, 2010). Assim, o planejamento estratégico do turismo, com o intuito de alcançar o desejado desenvolvimento sustentável, contribui significativamente para a mudança de base comunitária (FERREIRA, 2008). Com isso, espera-se que o turismo contribua de fato para a redução das vulnerabilidades tradicionalmente sentidas nestes espaços, indo ao encontro de necessidades socioambientais, culturais e econômicas singulares, implicando um envolvimento participativo de toda a comunidade local (BRITO, 2010).

Dessa forma, o turismo pode promover e valorizar as características e as potencialidades dos destinos turísticos do ponto de vista natural, sociocultural e econômico, compondo-se como um excelente mecanismo para minimizar os efeitos negativos à situação insular. Para além disso, reforça as identidades locais, proporcionando o surgimento e estímulo de sistemas participativos de desenvolvimento, como também o aparecimento de novos protagonistas. Neste contexto, é importante identificar quais as estratégias mais adequadas para a promoção do desenvolvimento a longo prazo, face à vulnerabilidade permanente com que se confrontam, originada em grande parte pelas características insulares. Assim, a estratégia do turismo alicerçado na abordagem do desenvolvimento local e participativa concilia os objetivos da sustentabilidade, contribuindo dessa forma para a inovação com mudança qualitativa das condições de vida e auxiliando o equilíbrio entre as diferentes dimensões do processo (BRITO, 2010; GRACI; DODDS, 2010).

As ONGs ambientalistas e a sustentabilidade no turismo

Para identificar as características e os funcionamentos das ONGs ambientalistas é necessário conhecer os tipos de formas jurídicas delas. No Brasil, de acordo com o Código Civil, as ONGs ambientalistas estão enquadradas como pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por iniciativa de particulares e têm como objetivo principal o estudo ou a defesa do meio ambiente. Estas podem ser associações ou fundações. As associações constituem-se pela união de pessoas com finalidade comum e sem fins econômicos. Já as fundações constituem-se numa universalidade de bens e direitos destinados a uma determinada finalidade social

estabelecida pelo seu instituidor (BRASIL, 2002).

Existem algumas diferenças entre associação e fundação. Uma delas é que, nas associações, o núcleo central é o indivíduo, onde um grupo de pessoas se une para um determinado fim. Já nas fundações, o núcleo central é o patrimônio, onde organiza-se um conjunto de bens destinado a um objetivo determinado. Assim, para constituir uma fundação, a existência de patrimônio é uma necessidade. Outra distinção é o fim a que se destinam onde, no caso da fundação, a finalidade é permanente. Existem atualmente várias denominações que remetem a entidades de natureza privada sem fins lucrativos, mas que juridicamente são associações ou fundações. A ONG é uma destas denominações, que têm como objetivo comum lutar e apoiar causas coletivas. Contudo, é necessário haver uma ressalva, pois tais organizações podem ser utilizadas para fins de minorias privilegiadas (INSTITUTO PRO BONO, 2005).

No Brasil, a importância das ONGs ambientalistas e a ideia de desenvolvimento sustentável propagaram-se de forma mais visível após a II Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio-92), na qual o discurso sobre negócios sustentáveis foi bastante difundido. Este discurso fez com que os ambientalistas vissem no turismo um instrumento de conservação da natureza, através de ações estratégicas que valorizam o patrimônio natural, reconhecem os limites do seu crescimento e procuram a participação social. Para além disso, o turismo é uma excelente ferramenta de educação ambiental alcançando mudanças de valores, comportamentos e atitudes dos atores envolvidos na atividade. Esta ênfase é observada no aumento de projetos propostos por instituições, empresas, e também pelas ONGs (BRITO, 2010; RABINOVICI, 2010).

Vários documentos oficiais nacionais e internacionais validam a importância e o papel das ONGs no desenvolvimento do turismo sustentável. Devido a pouca influência de políticas públicas e iniciativas privadas, como também a forma descontínua das ações ligadas ao turismo, as ONGs passam a ter uma participação mais efetiva nesta área, onde possuem uma importância decisiva para a sustentabilidade da atividade turística (LAVINI, 2002; SERRANO, 2005, GRACI; DODDS, 2010). Assim, as ONGs passam a ser aceitas como participantes e interlocutoras na gestão do turismo legitimando as ações como democráticas e participativas (RABINOVICI; FERREIRA, 2008).

O turismo e as ONGs são usualmente vistos pela sociedade em geral como salvadores, pois prometem alternativas de mudanças, sejam elas sociais e/ou ambientais. Contudo, existem vários exemplos que contradizem esta visão, tornando-se necessário repensar as concepções e estratégias dos projetos de turismo propostos pelas ONGs. Assim, os métodos e as ferramentas participativas utilizados por estas organizações devem ser revistos no intuito de contribuir para a sustentabilidade das ações de turismo, legitimando assim suas iniciativas (RABINOVICI, 2009). Consideradas atores do desenvolvimento do turismo, é necessário que as ONGs se posicionem de maneira eficiente e suficiente no que diz respeito à proteção e à valorização do patrimônio turístico das ilhas, à sensibilização sobre as práticas responsáveis de turismo, à medição e avaliação dos impactos da atividade, à certificação do turismo, entre outros (BRITO, 2010).

A participação da comunidade local é um consenso para a sustentabilidade do turismo, mas muito limitada pelas dificuldades prática, operacional e metodológica. Embora as ONGs busquem esta sustentabilidade, existem algumas limitações que restringem, em grande parte, o alcance dos resultados participativos. Sendo as ONGs consideradas agentes catalisadoras de ações de conservação ambiental, podem desmobilizar as iniciativas locais, onde a comunidade passa a depender da sua proteção, e que muitas vezes não fazem sentido para elas. A base desta proteção pode ser real, mas pode ser uma atitude preconceituosa ou estar ligada a interesses das ONGs. Assim, a realidade demonstra que o turismo e o mau uso dos processos participativos podem configurar-se como ameaça e risco, sendo necessário investigar e acompanhar o poder que as ONGs possuem no debate sobre a sustentabilidade socioambiental, que pode gerar novas desigualdades e conflitos, mas também novos graus de participação e empoderamento dos atores envolvidos com a gestão dos recursos naturais (RABINOVICI, 2010).

Assim, mesmo com todas as diferenças, é necessário que as ONGs, ao decidirem trabalhar com o turismo, estejam cientes dos limites existentes ao proporem ligações entre realidades distintas, como também a fomentarem sonhos e projetos complexos às comunidades envolvidas. Neste sentido, já existe um certo volume de história das trajetórias percorridas pelas ONGs e comunidades na tentativa de desenvolverem o turismo sustentável, que é importante ser avaliado, repensado e reorientado. Dessa forma, é necessário analisar estas mudanças na intenção de melhorar as práticas e concepções, criando diferentes instrumentos e ferramentas de monitoramento e avaliação das mudanças sociais, ambientais e de participação, capazes de conduzir à sustentabilidade do turismo. Assim, o turismo e as ONGs são dotados de potencial para desenvolver novas dinâmicas e projetos, mas ainda têm muito a aprender, pois o caminho ideal decorre de uma contínua prática reflexiva que assimile todos os conhecimentos e contribuições (RABINOVICI, 2010).

Atuação das ONGs ambientalistas no turismo sustentável em Fernando de Noronha (PE)

O Arquipélago de Fernando de Noronha (FN) é formado por 21 ilhas, ilhotas e rochedos, ocupando uma área de 26km² no Oceano Atlântico. Constitui-se como o Distrito Estadual de Pernambuco desde 1988, quando deixou de ser um território Federal do Brasil. A única ilha habitada, FN, é gerida por um administrador-geral designado pelo Governo de Pernambuco, e tem 17km², ficando a 545 km de Recife, capital do Estado (ADM&TEC, 2000; CARVALHO, 1999).

A Administração da Ilha é da responsabilidade do Estado de Pernambuco, mas outros atores são corresponsáveis pela gestão do espaço, como os gestores das duas áreas protegidas: o Parque Nacional Marinho (PARNAMAR) e a Área de Proteção Ambiental (APA) de FN (BRASIL, 2000). O turismo em FN iniciou por volta de 1959 e em 2001 a Ilha foi reconhecida como de importância mundial para a preservação dos patrimônios históricos e naturais pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2012; MMA, 2005; ADM&TEC, 2000).

Atualmente, o turismo é a principal atividade econômica da Ilha, sendo por isso necessário compreender, planejar e monitorar os impactos, positivos e negativos,

desta atividade, para controlar o desenvolvimento de FN. Em 2012 existem três ONGs ambientalistas atuando na Ilha: a Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Fundação Pro-Tamar); o Centro Golfinho Rotador; e o Instituto Ambiental de FN (IAFENO).

Como o objetivo da investigação é identificar as características e a atuação das ONGs ambientalistas na sustentabilidade do turismo em FN, a população estudada é composta por todas as ONGs ambientalistas existentes na Ilha. Neste caso, o objetivo é atingir toda a população, não delimitando uma amostra, que possibilitará uma análise mais detalhada da realidade local, permitindo identificar o porquê delas optarem ou não por desenvolver ações ligadas ao turismo e como contribuem para a sustentabilidade desta atividade.

Para o alcance dos objetivos referenciados, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental no sentido de explorar o eixo temático central e conhecer a literatura existente sobre o tema investigado. Para complementar a investigação, procedeu-se a pesquisa empírica, por meio de entrevistas estruturadas com os responsáveis legais pelas ONGs, como também entrevistas abertas com funcionários e/ou estagiários destas organizações que desenvolvem diretamente atividades ligadas ao turismo².

Atuação das ONGs ambientalistas em Fernando de Noronha

Sobre a atuação da Fundação Pro-Tamar em FN, Robles (em entrevista à autora em 19/01/2012)³ diz que para chegar ao objetivo geral, esta tem passado por várias atividades, desde a sua fundação até hoje. Informa que na base de FN as ações da ONG estão distribuídas em três vertentes: pesquisa e conservação; trabalho de inclusão social; e educação ambiental. Sobre estas atividades, ele explica que a pesquisa e conservação resumem-se ao trabalho de campo e científico. O de trabalho e inclusão social diz respeito aos grupos produtivos formados pela comunidade local onde o Tamar apoia, às capacitações e cursos que a ONG disponibiliza, e também ao apoio à cultura local. Já a educação ambiental tem como público-alvo a comunidade local e os turistas, onde destacam-se as atividades de turismo participativo. Justificando o porquê da atuação da ONG na Ilha, refere que o Tamar iniciou suas atividades em FN em 1984 devido a esta ser uma das poucas áreas onde a tartaruga verde desova. Por ser uma espécie ameaçada de extinção, é de suma importância proteger estas áreas e conseqüentemente a espécie.

Em relação a atuação do Centro Golfinho Rotador em FN, Medeiros (em entrevista à autora em 23/01/2012)⁴ informa que existem várias etapas. A primeira, que é a mais antiga, é a pesquisa científica através do monitoramento dos golfinhos rotadores na Ilha. Afirma ainda que, os resultados destes estudos podem auxiliar os órgãos ambientais no planejamento e gestão das áreas protegidas. A segunda é a educação ambiental, onde desenvolve trabalhos com as crianças sobre a importância da conservação de FN como um todo. A terceira parte é o desenvolvimento comunitário, no qual existe uma relação mais próxima com o turismo através das capacitações, palestras, entre outras ações. Sobre esta capacitação, diz que o foco está nos moradores, pois o objetivo é capacitar a população local para suprir uma necessidade que o turismo exige na Ilha. Ela enfatiza que um dos grandes problemas

da Ilha é o crescimento populacional, que é limitado principalmente por estar dentro de duas áreas protegidas. Ainda sobre esta questão, como a ONG necessita de pessoas capacitadas para desenvolver as suas ações, o fato de trazer pessoas de fora agrava ainda mais esta situação. Assim, a ONG tem uma ação que é a capacitação dos moradores para ocuparem postos de trabalho na área do turismo e do ambiente. Explicando a atuação da ONG na Ilha, informa que tudo iniciou com a grande concentração de golfinhos rotadores e o crescente aumento do número de turistas, que levou a uma grande preocupação de preservar esta espécie e o meio ambiente.

Atuação das ONGs ambientalistas no turismo

Ao questionar sobre se a Fundação Pro-Tamar atua com o turismo em algum dos seus projetos, verificou-se que sim, onde Robles (em entrevista à autora em 19/01/2012) afirma que os motivos que levam esta ONG a exercer ações ligadas ao turismo têm como base fazer com que as pessoas conheçam a importância de preservar as tartarugas e, sensibilizadas, ajudarem na sua conservação. A ONG não possui nenhum projeto específico de turismo. Contudo existem os centros de visitantes, que são considerados também como os museus, e que podem ser classificados como um programa dentro da Fundação. O funcionamento dos centros de visitantes possui uma gestão específica, com centros de custos próprio, e é tido como um programa contínuo com ligação às atividades de educação ambiental. Para além dos centros de visitantes, também existem os programas de turismo participativo, ou atividades abertas. Uma dessas atividades é o acompanhamento das aberturas de ninho que é bastante procurada pelos turistas, e que a ONG já desenvolve há mais de 10 anos.

Ainda sobre esta atuação ligada ao turismo, Robles (em entrevista à autora em 19/01/2012) realça que a base de Noronha foi a pioneira na realização de parcerias com universidades de turismo no Brasil, e afirma que foi uma novidade para o setor jurídico da Fundação, que geralmente só realiza convênios com estudantes de biologia. Essa parceria funciona da seguinte forma: como parte da formação acadêmica, os alunos vão estagiar durante três meses na base do Tamar em FN. Durante este período é obrigatório, para além das atividades executadas diariamente na base, desenvolver um artigo sobre as ações da ONG e a atividade turística. Enfatiza que esta ação está sendo muito proveitosa para a ONG devido a oportunidade da partilha de experiências entre os funcionários e estagiários.

Sobre a atuação do Centro Golfinho Rotador em projetos ligados ao turismo em FN, Medeiros (em entrevista à autora em 23/01/2012) declara que não desenvolve nenhuma atividade específica para o turista, mas salienta que a ONG tem uma relação direta através das suas ações com a intenção de disponibilizar informações aos turistas, durante as ações de pesquisa realizadas pela equipe. Um exemplo ocorre durante o monitoramento dos golfinhos rotadores na Bahia dos Golfinhos. Outra ação ligada ao turismo são as palestras gratuitas disponibilizadas todas as segundas-feiras no auditório da Fundação Pro-Tamar, que é uma das formas de mostrar os resultados alcançados ao longo dos 21 anos que a ONG atua na Ilha. Identificando os motivos que levam a ONG a desenvolver ações com o turismo, salienta que a informação tem que ser difundida e que no Mirante dos Golfinhos

passam muitas pessoas interessadas em conhecer mais sobre a espécie golfinho rotador. Para ela, é de suma importância esse contato com os visitantes para difundir todo o trabalho realizado. Explica que a ONG atua muito mais na medida de conservação através dos estudos, contribuindo assim para o planejamento e a gestão do turismo na Ilha.

Ênfase das propostas dos projetos turísticos desenvolvidos

Foram questionados aos responsáveis legais das ONGs investigadas quais ênfases são dadas aos projetos/ações turísticos desenvolvidos pelas ONGs ambientalistas em FN. Foi solicitado identificar o grau de cada uma como de máxima, considerável e mínima, importância. Para isso, foram pré-elencados alguns tópicos. Em relação à Fundação Pro-Tamar, verifica-se que ter uma ação nacional, como o Título de Capitalização Tamar do Banco Bradesco, como também ter ações locais, como os projetos locais, possuem grau de importância máxima. Da mesma forma, no que diz respeito a contribuir para as políticas públicas, promover o aumento quantitativo e qualitativo no debate das questões ambientais, a preservação e a conservação do ambiente e a sustentabilidade do turismo na Ilha, salienta que é de máxima importância para o Tamar.

Para Robles (em entrevista à autora em 19/01/2012), possuem relevância intermediária os seguintes tópicos: promover a integração entre comunidade local e turistas; o desenvolvimento econômico e social da comunidade; a cultura e manifestações artísticas locais; e o comprometimento político da sociedade de maneira integrada. Destacou também que promover a integração entre comunidade local e turistas ainda é considerada intermediária, mas que estão buscando implementar ações para que possa vir a ter máxima importância.

Para o Centro Golfinho Rotador, verifica-se que ter uma ação pontual possui um grau de importância máxima. Medeiros (em entrevista à autora em 23/01/2012) explica que por ser uma ONG local, e devido às particularidades da Ilha, principalmente por ser o único lugar do Atlântico Sul em que aparece a espécie golfinho rotador, e ainda pelo grande volume de turistas (70 mil por ano), existe uma grande preocupação em afetar o ambiente o menos possível. Também possui máxima importância contribuir para as políticas públicas, pois a ONG é membro dos Conselhos existentes na Ilha (APA, PARNAMAR e de Turismo), nos quais são discutidos os assuntos relacionados às políticas públicas locais. Promover o aumento quantitativo e qualitativo no debate das questões ambientais também possui máxima importância, e é enfatizado que estão implantando na Ilha um programa de gestão sustentável para as pousadas, sendo também desenvolvido nas instalações da ONG. Promover a preservação e a conservação do ambiente, também possui máxima importância, sendo esta uma das principais atuações da ONG. Também como máxima importância estão a promoção da sustentabilidade do turismo na Ilha, do desenvolvimento econômico e social da comunidade e da cultura e manifestações artísticas locais.

Sobre o grau de importância em ter uma ação nacional, Medeiros (em entrevista à autora em 23/01/2012) afirma que é de considerável importância, pois a ONG participa em fóruns nacionais onde são discutidas medidas de regulamentação

que interferem diretamente nas ações de preservação realizadas pelo Centro na Ilha. A promoção da integração entre a comunidade local e os turistas, e o comprometimento político da sociedade de maneira integrada, também são percebidos como de considerável importância.

Vantagens e limitações em desenvolver ações ligadas ao turismo

Segundo Robles (em entrevista à autora em 19/01/2012), uma das vantagens em desenvolver ações ligadas ao turismo para a Fundação Pro-Tamar é: *“das pessoas conhecerem o nosso trabalho. Não é nem o nosso trabalho, é a tartaruga né. O animal e a importância dele”*. Quanto a limitações, esclarece que a falta de conhecimento técnico ligado ao turismo é um grande entrave, mas que a ONG já está minimizando esta questão com convênios com estudantes de turismo.

Para o Centro Golfinho Rotador, Medeiros (em entrevista à autora em 23/01/2012) afirma que uma das vantagens é que: *“de certa forma a gente consegue controlar o turismo que seria a atividade mais impactante da Ilha. A gente vai estar diretamente relacionada com a conservação”*. E explica que a grande limitação está relacionada com a necessidade de ter pessoas qualificadas para trabalhar no Centro, sendo este um agravante para o crescimento populacional da Ilha, que a ONG tenta minimizar através da capacitação profissional disponibilizando estágios para alunos das escolas locais. Outra limitação colocada é a questão da necessidade de sempre estar buscando recurso financeiro para desenvolver as atividades da ONG.

Como auxiliar no planejamento e gestão da atividade turística

Em relação à Fundação Pro-Tamar, Robles (em entrevista à autora em 19/01/2012), diz que as ONGs ambientalistas podem auxiliar no processo de planejamento e gestão da atividade turística na Ilha. E informa que, para além de dever ajudar, elas já auxiliam. Quando questionado sobre a forma como são realizados esses auxílios, o mesmo informou que ajudam nas discussões sobre o planejamento e a gestão do turismo, possuem voz ativa nos conselhos e nos grupos de discussão. Para além disso, também contribui realizando atividades turísticas gratuitas.

Para o Centro Golfinho Rotador, Medeiros (em entrevista à autora em 23/01/2012), informa que as ONGs ambientalistas podem sim auxiliar no processo de planejamento e gestão da atividade turística na Ilha. Para ela as ONGs em FN estão bastante envolvidas no turismo, principalmente fornecendo informações adequadas através das pesquisas.

Percepção e desafios para a sustentabilidade do turismo

Para a Fundação Pro-Tamar, Robles (em entrevista à autora em 19/01/2012) afirma que o turismo ainda está em equilíbrio, mas acredita que poderia ser melhorado através de um planejamento mais participativo da atividade turística, como também de uma sensibilização sobre o que é de fato a sustentabilidade.

Para o Centro Golfinho Rotador, Medeiros (em entrevista à autora em 23/01/2012) diz que a sustentabilidade ainda é recente na Ilha, mas que já existem ações pontuais como a feira de sustentabilidade.

Equilíbrio entre a atividade turística e a preservação ambiental

Para a Fundação Pro-Tamar, Robles (em entrevista à autora em 19/01/2012) declara que existe equilíbrio entre a atividade turística e a preservação ambiental em FN. Para justificar esta afirmativa, ele explica que o melhor exemplo é o título que a Ilha ganhou como Patrimônio Mundial da Natureza.

Para o Centro Golfinho Rotador, Medeiros (em entrevista à autora em 23/01/2012) afirma que existe sim equilíbrio entre a atividade turística e a preservação ambiental na Ilha. Ela explica que a ONG sempre acreditou que o turismo pode estar voltado para a preservação do ambiente, como por exemplo através da observação de cetáceos.

Contribuição das ONGs para a sustentabilidade do turismo

Segundo Robles (em entrevista à autora em 19/01/2012), a Fundação Pro-Tamar pode trazer contribuições para a sustentabilidade associada à atividade turística em FN através das atividades gratuitas que geram renda e sensibilizam a comunidade local e os turistas.

Para Medeiros (em entrevista à autora em 23/01/2012), a contribuição que o Centro Golfinho Rotador traz está relacionada com a ação de sustentabilidade junto às pousadas na Ilha, através da certificação ambiental, a qual irá diminuir o impacto causado pelo turismo.

Considerações finais

Verifica-se que a atuação das ONGs ambientalistas investigadas possui relação direta e indireta com o turismo em FN, seja através de ações que envolvam a comunidade local como o apoio e valorização da cultura local, apoio a grupos produtivos, educação ambiental (sensibilização), capacitação, contratação de mão-de-obra, qualificação dos empreendimentos (certificação), seja através do contato direto com o turista. Em relação às ações ligadas diretamente ao turismo destacam-se os programas de turismo participativo, as palestras e as informações disponibilizadas aos turistas durante as ações de preservação das ONGs. Embora as ações sejam disponibilizadas gratuitamente, apenas uma ONG agencia serviços turísticos (Tartarugadas). As ONGs investigadas também contribuem para as políticas públicas do ambiente, do turismo e de desenvolvimento da Ilha. Contudo, não existem projetos específicos de turismo e sim ações.

Em relação às ênfases dadas aos projetos turísticos desenvolvidos pelas ONGs ambientalistas na Ilha, verifica-se que o turismo possui uma elevada importância, fato que corrobora para as ações que as mesmas vêm desenvolvendo. Consequência disso é a percepção dos responsáveis destas ONGs que acreditam que uma das vantagens em desenvolver ações ligadas ao turismo é a possibilidade dos turistas conhecerem os trabalhos realizados por elas e assim poderem estar mais sensibilizados e contribuir para a valorização e a preservação do meio ambiente, especificamente das espécies golfinho rotador e tartaruga. Também é considerada uma vantagem poder contribuir para o controle da atividade turística através das pesquisas realizadas, auxiliando assim no processo de planejamento e gestão da

atividade.

Em relação à percepção dos responsáveis pelas ONGs investigadas sobre a sustentabilidade associada à atividade turística na Ilha, verifica-se que eles acreditam que está em equilíbrio, embora seja necessário fazer muito mais, como é o caso da destinação dos resíduos produzidos. Afirmam que essa é uma questão que ainda é inicial e que é imprescindível um planejamento mais bem elaborado do turismo onde haja de fato uma participação mais engajada de todos os setores. Quanto ao equilíbrio entre a atividade turística e a preservação ambiental na Ilha, todos concordam que é possível e que existe este equilíbrio, validando a importância do turismo para o destino e para as ONGs investigadas. Neste contexto, eles acreditam que, por serem ONGs ambientalistas, podem trazer contribuições para a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo através da disponibilização de atividades e sensibilização voltadas aos turistas de forma gratuita, geração de emprego e renda, qualificação dos setores envolvidos na atividade, como também auxiliando na regulamentação do setor através das investigações.

Dessa forma, verifica-se que existe uma atuação muito forte por parte destas ONGs ambientalistas no turismo na Ilha e que, embora não haja ainda um controle sistemático dos resultados alcançados por estas ações, pode-se concluir que os resultados iniciais alcançados indicam que estas organizações possuem um importante papel no planejamento e desenvolvimento do turismo em FN, participando desde as discussões sobre as medidas de ordenamento do turismo, até à capacitação da comunidade local e ao monitoramento da atividade. Contudo, é necessário realizar estudos mais aprofundados para identificar o nível de participação da comunidade local nestas ações desenvolvidas pelas ONGs ambientalistas, como também a inclusão e transformação social local.

Dessa forma, estes dados iniciais incidem sobre questões científicas originais e relevantes que contribuirão para a promoção do avanço do conhecimento científico e para o desenvolvimento de políticas públicas do turismo em contextos insulares. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável do turismo em ilhas é um processo complexo e de longa duração que requer o apoio de vários atores, onde a atuação das ONGs ambientalistas possui um relevante papel para atingir esta sustentabilidade. Observa-se que estas organizações possuem cada vez mais poder na sociedade e, embora seja do conhecimento geral o envolvimento das ONGs ambientalistas em ações ligadas ao turismo, há ainda um relativo desconhecimento sobre o modo como é realizada esta atuação e até que ponto elas estão contribuindo para o desenvolvimento sustentável do turismo nos destinos insulares nos quais estão inseridos. Assim, conhecer esta realidade será fundamental para elaborar estratégias de atuação que respeitem a diversidade cultural e necessidades específicas das ilhas, destacando as iniciativas positivas emergentes e fornecendo um recurso valioso que irá aumentar a conscientização da importância da atuação das ONGs ambientalistas para a sustentabilidade da atividade turística.

Referências bibliográficas

ADM&TEC. **Plano de Gestão do Arquipélago de Fernando de Noronha, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável.** Fase I: Capacidade de suporte.

Etapa: Relatório Final. Recife, 2000.

AMARO, R. Prefácio. In: BRITO, B. **Turismo em Meio Insular Africano**: Potencialidades, constrangimentos e impactos. Série Estudos. Lisboa: Gerpress, 2010.

BLUTLER, R. Tourism: an Evolutionary Perspective. In: NELSON, J. G., BUTLER, R. and WALL, G. (eds) **Tourism and Sustainable Development**: Monitoring, Planning and Managing. Department of Geography Publication Series n.37. Waterloo: University of Waterloo, 1993

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**. Presidência da República, 2002.

BRITO, B. R. **Turismo em Meio Insular Africano**. Potencialidades, constrangimentos e impactos. Lisboa: Gerpress, 2010.

CALADO, H., BENTZ, J., NG, K., ZIVIAN, A., Schaefer, N., Pringle, C., Johnson, D., Phillips, M. NGO involvement in marine spatial planning: A way forward? Elsevier Ltd. **Marine Policy**, n36, p.382-388, 2012.

CARVALHO, L. F. A. Impactos do Turismo no Arquipélago de Fernando de Noronha: um estudo no caminho do desenvolvimento sustentável. **Monografia** do Curso de Turismo, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, 1999.

CLARKE, H. Australian tourism industry policy: a new view. **Tourism Economics**, 3(4): 361-77, 1997.

COLLINS, A. Tourism development and natural capital. **Annals of Tourism Research**, 26 (1): 98-109, 1999.

DIEGUES, A. C. **Sociedades Insulares e Biodiversidade**. NUPAUB-USP, 1999.

FERREIRA, E. M. **O turismo sustentável como factor de desenvolvimento das pequenas economias insulares**: o caso de Cabo Verde. Lisboa: Lusófonas, 2008.

GRACI, S. e DODDS, R. **Sustainable Tourism in Island Destinations**. Tourism, Environment and Development Series. London: Earthscan, 2010.

INSTITUTO PRO BONO. **Manual do Terceiro Setor**. São Paulo, 2005.

IRVING, M. A. Turismo, ética e educação ambiental - novos paradigmas em planejamento *In*: IRVING, M. A. e AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 5, núm. 4, 2005, pp. 1-7, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2005.

JONSTON, R. J. and TYRELL, T. J. A dynamic model of sustainable tourism. **Journal of Travel Research**, 2(44): 124-34, 2005.

LAVINI, C. Ecoturismo e Terceiro Setor: atuação de ONGs ambientalistas do Estado de São Paulo. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** (Graduação em Turismo). Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes - USP, São Paulo, 2002.

MAZARO, R. A sustentável leveza do visitar: modelo de avaliação de competitividade e sustentabilidade estratégica dos destinos turísticos. **Revista Turismo: Visão e Ação**, 9 (3), 2007.

MMA. **Plano de Manejo da APA Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo**. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis, 2005.

OMT. **Código Mundial de Ética para o Turismo**. Madrid, 1999.

OMT. **From Davos to Copenhagen and Beyond** - advancing tourism's response to climate change. 2009.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2000.

PETERSEN, P. Participação e desenvolvimento agrícola participativo: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico. In: PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. (Orgs.) **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: ASPTA/ Actionaid Brasil, 1999.

PETERSEN, P. e ROMANO, J. O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999.

PIRES, P., GUEDES, L., EXEQUIEL, L., GERHARDT, R. Turismo sustentável: Planejamento turístico e atividades acadêmicas na região sul do município de Balneário Camboriú, **Revista Turismo: Visão e Ação**, 4(9), pp.93-99, 2002.

RABINOVICI, A., 2010. Organizações Não Governamentais e a Sustentabilidade do Turismo. **V Encontro Nacional da ANPPAS**, 4 a 7 de outubro de 2010, Florianópolis - SC – Brasil.

RABINOVICI, A., LAVINI, C., 2005. ONGs – Ecos de um Turismo Sustentável. In: NEIMAN, Z. e MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri- SP, Ed. Manole, pp.1-18, 2005.

RABINOVICI, A; FERREIRA, L. C. Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: participação e conflitos. **Anais IVº ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**, Brasília, junho de 2008.

RABINOVICI, A. Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos. 2009. 340 p. **Tese** (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - NEPAM – UNICAMP, Campinas, SP.

SAMPAIO, C., 2000. Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável: Uma metodologia alternativa para o planejamento turístico sustentável. **Revista Turismo: Visão e Ação**, 2(6), pp.97-118, 2000.

SERRANO, C. M. T. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente e a vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em Unidades de Conservação. In: SERRANO, C.M.T.; BRUHS, H.T. (Org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 7 ed. Campinas: Papirus, pp. 11-26 e pp. 103-124, 2005.

UNEP. **Making Tourism Sustainable: a guide for policy makers**. Paris: UNEP, 2005.

UNESCO. Disponível em: (<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>) Acesso: 29 Abr. 2012.

Agradecimentos

Agradecemos todo o apoio disponibilizado pela Administração da Ilha de Fernando de Noronha para a realização desta investigação, como também às ONGs ambientalistas investigadas, ao Instituto Recifes Costeiros, ao ICMBio, ao PARNAMAR e à APA de Fernando de Noronha.

Esta investigação faz parte da tese de Doutorado financiado pelo Fundo Regional de Ciência e Tecnologia – FRCT (Governo dos Açores) M3.1.2/f/042/2011.

Notas:

¹Embora de inquestionável valor, não será detalhado o estudo das sociedades insulares no que se refere aos aspectos simbólicos e suas representações neste artigo, visto ser uma abordagem diferenciada da que é proposta na investigação. Mas é necessário mencionar a importância desta linha de pesquisa, como também o caráter interdisciplinar quando se estuda ambientes insulares.

² No período de aplicação da investigação, fevereiro de 2012, não foi possível obter dados sobre a ONG IAFENO, pois não foi identificada nenhuma estrutura física, e existe um certo desconhecimento sobre esta ONG pela comunidade, para além de que o responsável legal estava fora da Ilha.

³ Rafael Robles é o Coordenador da Base da Fundação Pró-Tamar em Fernando de Noronha.

⁴ Priscila Izabel de Medeiros é Coordenadora Executiva do Centro Golfinho Rotador em Fernando de Noronha.

Deborah da Cunha Estima: Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Email: deborahestima@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4668908614613394>

Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins: Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Email: filomena@ua.pt

Link para o currículo: <http://www.cesam.ua.pt/index.php?tabela=pessoaldetail&menu=81&user=53>

Andrea Rabinovici: Universidade Federal de São Paulo, Diadema, SP, Brasil.

Email: andrearabinovici@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4506171831521594>

Maria da Anunciação Mateus Ventura: Universidade dos Açores, Açores, Portugal.

Email: mateus@uac.pt

Link para o currículo: <http://www.cibio.inazores.me/index.php/effective-members/14-em-mariaanunciacaoventura>

Data de submissão: 28 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 19 de novembro de 2012

Data do aceite: 19 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

Introdução

Os estudos de capacidade de suporte turísticos vêm ao longo do tempo colecionando muitos defensores e incrédulos. Os adeptos alegam que os estudos de capacidade de suporte turísticos são ferramentas incontestes no planejamento sustentável do turismo, na melhoria da qualidade de vida das populações receptoras e na proteção dos recursos naturais. A afirmativa daqueles que defendem os estudos de capacidade de suporte turísticos no planejamento é simples: todos os lugares têm um limite quanto ao número de visitantes. Embora simples, esta afirmativa vem sendo perseguida por um problema de difícil equação: como estipular o número de visitantes para que seja garantida a integridade física, sociocultural e econômica das áreas visitadas? Tal dificuldade é assumida, inclusive, pelos defensores, que vêm, ao longo do tempo, investindo na aplicação e/ou criação de novas metodologias que possam contemplar tal intento; daí, a grande quantidade de metodologias que vêm surgindo nas últimas décadas, objetivando buscar o quantitativo de visitantes que possam atender às exigências do turismo com sustentabilidade. Para os incrédulos, os estudos de capacidade de suporte turísticos são ineficientes, independente da metodologia adotada, apesar dos mesmos reconhecerem que muitos impactos socioambientais estão associados, também, ao número exagerado de visitantes.

Este trabalho está inserido no grupo daqueles que, apesar de defenderem a importância dos estudos de capacidade de suporte turísticos, admitem suas dificuldades, investem na aplicação de metodologias consagradas, apontando as limitações e potencialidade das mesmas. Criam e experimentam novos caminhos metodológicos.

Os novos caminhos metodológicos, para os estudos de capacidade de suporte turísticos, devem, entretanto, estar atentos, em primeiro plano, à necessidade de adaptação à realidade brasileira que, na grande maioria das vezes, diverge considera-

Educação Ambiental na visão ecoturística: turismo e desenvolvimento local no município de Rio das Ostras (RJ)

Environmental Education in the ecotouristic vision: tourism and local development in municipality of Rio das Ostras (RJ, Brazil)

Bruna Cirino Carvalho, Vivian Castilho da Costa

RESUMO

O Turismo se releva como uma atividade de um intenso consumo da paisagem, transformador e modificador dos espaços, principalmente das áreas naturais que hoje se tornaram o foco para a prática turística. Neste contexto, a inserção da educação ambiental nas atividades ecoturísticas, preocupa-se em integrar os diferentes sujeitos envolvidos nestas atividades. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as relações entre o ecoturismo e a educação ambiental, além de identificar suas possibilidades e potencialidades na conservação da natureza, tendo como área de estudo o município de Rio das Ostras (RJ). Assim analisam-se as atividades de ecoturismo na cidade com respeito a Educação Ambiental (EA), e se esta conduz à práticas eficazes com ações e estratégias, que além de desenvolver uma percepção em todos os sujeitos envolvidos, precisa ressaltar e orientar propostas de conscientização tendo como principal objetivo divulgar aos visitantes atividades que orientem formas de uso e preservação da natureza. No caso do município de Rio das Ostras, a área analisada foi o Parque dos Pássaros, que é uma Unidade de Conservação de proteção Integral, e se organiza de forma a orientar programas de ecoturismo, além de abrigar o Núcleo de EA da cidade. A ideia destas atividades é fazer com que a comunidade local perceba a importância da preservação do meio ambiente, para que posteriormente consiga passar aos visitantes e turistas os princípios básicos da EA, além de ser uma forma de conservação do produto turístico do município. No presente trabalho percebeu-se que as ações ainda estão restritas aos seus moradores e ainda não há uma disseminação do conhecimento de EA aplicado ao ecoturismo, sem destacar assim a Educação Ambiental como ferramenta de envolvimento socioambiental e construção de atividades para a preservação do meio ambiente, onde a inclusão das comunidades locais assuma importante papel para o desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Ecoturismo; Conscientização Ambiental; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

Tourism is an activity falls like a heavy demand on landscape, transforming and modifying spaces, especially of natural areas which today has become the focus for tourist practice. In this context, the inclusion of environmental education in ecotourism activities, is concerned with integrating the different subjects involved in these activities. This research aims to analyze the relationship between ecotourism and environmental education, and to identify possibilities and potentialities in nature conservation, with the study area of the municipality of Rio das Ostras (RJ, Brazil). So we analyze the ecotourism activities in the city under the guidance of Environmental Education (EE), which leads the practices effectively with actions and strategies that besides developing a perception in all subjects involved, need to emphasize and guide proposals awareness with the primary objective to disclose activities that guide visitors ways to use and conserve nature. In the case of Rio das Ostras, the analyzed area was the Park of the Birds, which is a conservation protection Integral, and is organized for development activities of ecotourism, besides housing the EE Center of the town. The idea of these activities is to make the local community realize the importance of preserving the environment, that can later pass on to visitors and tourists the basic principles of EE as well as being a form of conservation in tourism for the municipality. In this study it was found that the actions are still restricted to residents and there is still no knowledge dissemination of EE applied to ecotourism, not just highlight environmental education as a tool for engagement and environmental construction activities for the preservation of the environment where the inclusion of local communities plays an important role for sustainable development.

KEYWORDS: Environmental Education; Ecotourism; Environmental Awareness; Local Development.

Introdução

O turismo é um fenômeno em expansão no mundo, movimentando cada vez mais pessoas e em crescente volume de capital. Para a OMT (2003, p. 5) “o turismo compreende atividades realizadas por pessoas durante as viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual por um período de tempo e consecutivo inferior a um ano, por motivo de férias, negócios e outros”.

O turismo assim como outras atividades pode ser considerado um fenômeno social. Sendo este de grande interação com as diferentes camadas sociais, de forma que interfere, por exemplo, na economia e infraestrutura. A atividade turística pode ser ainda, um grande poluidor, responsável por exclusão social, concentração de renda, modificador dos espaços e que se apropria das paisagens para suas práticas. Podemos destacar alguns outros reflexos, pouco percebidos, gerados pela intensificação desta atividade, principalmente quando realizado de forma não e/ou mal planejada. Efeitos como a valorização do solo urbano, a valorização estética de paisagem, mercado de trabalho sazonal, alto custo de vida, crescimento demográfico acelerado (escala espaço-temporal) e espaços de consumo diferenciados, às vezes segregados

são constantes aliados de impactos ambientais negativos na natureza e na sociedade que podem ser promovidos sem um turismo sustentável.

A cultura de consumo, na qual nossa sociedade esta inserida tem a produção de mercadorias como premissa, onde tudo pode ser transformado em produto desde que tenha mercado interessado.

Com o aumento da importância da venda do produto turístico “meio ambiente” e do mercado consumidor, o turismo tradicional se torna mais popular, não há preocupação com o uso consciente ou a preservação, somente valorizasse o uso presente, sem se importar com as consequências futuras do uso não planejado.

Assim a natureza tem, recentemente, conseguido cada vez mais espaço nas discussões nas diferentes esferas do cenário mundial e, cada vez mais, a Educação Ambiental tem sido uma importante ferramenta na implementação de ações complementares para o uso consciente das áreas naturais. A inserção da educação ambiental nas atividades ecoturísticas, preocupa-se em integrar os diferentes sujeitos envolvidos nestas atividades. As mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente somente ocorrerão quando a sociedade em geral tiver assimilado, conscientemente, a ideia de harmonizar as preocupações e valores dos indivíduos com os problemas concretos da proteção à natureza, num contexto integrado e associativo entre sujeito e objeto (homem-natureza) (COSTA; COSTA, 2005).

Nesse contexto, a educação ambiental se configura como uma ferramenta que contribui para a mudança de mentalidades e de atitudes na relação homem - ambiente. Para realizar um trabalho de educação ambiental se faz necessário um levantamento das diversas percepções do ambiente para obter a visão que o outro tem do seu lugar e do seu espaço (BEZERRA; FELICIANO; ALVES, 2008).

Reigota (2007) defende que para que possamos realizar a educação ambiental é necessário obter o conhecimento das visões do meio ambiente pelas pessoas envolvidas na atividade, ou seja, identificar as percepções dos atores sociais envolvidos no contexto do meio ambiente.

Pretende-se objetivamente com este trabalho avaliar a importância da Educação Ambiental (EA) em área protegida e identificar a relação da EA nas atividades ecoturísticas a partir do contexto da Educação Ambiental informal, que se caracteriza por práticas educativas realizadas fora do ambiente escolar com flexibilidade de métodos e conteúdos que buscam a sensibilização da coletividade sobre as diferentes questões ambientais, utilizando como exemplo as práticas do município de Rio das Ostras (RJ).

No caso da atividade turística, que produz e se apropria dos espaços além de valorar determinadas paisagens, a conscientização ambiental torna-se necessária para que os diferentes sujeitos sociais envolvidos nestas práticas percebam suas ações diretas e indiretas no meio em perspectivas futuras. *“O espaço do/ou para o turismo constitui uma mercadoria complexa, pois ele mesmo é uma mercadoria. Trata-se da natureza, ou da produção social, incorporada em outra mercadoria, mas como parte do mesmo consumo/produção do espaço”* (RODRIGUES, 1999, p. 56).

Relações entre a geografia do turismo e o meio ambiente

A atividade turística se utiliza do espaço para seu desenvolvimento, de forma a consumi-los, valorizando-os e assim definindo-os como produtivos, podendo ainda adaptar para o que serão destinados. De forma que isso cria dentro de um espaço "turistificado" dicotomias, onde localidades passam a ser muito valorizadas e outras pouco. Segundo Cruz (2007), se partirmos da premissa de que o principal objeto de consumo do turismo é o espaço e que esta atividade acaba por transformá-lo em mercadoria, uma forma efetiva de criar, tornar público e fazer com que o lugar turístico seja reconhecido é o marketing. Este se utiliza dos aspectos característicos que podem ser atrativos e os levam ao conhecimento, a forma mais utilizada de propagação destas informações que é a mídia. Neste caso a mídia se torna um importante influenciador na construção imaginária de um bom lugar para a prática do turismo.

Segundo Becker (1996), o marketing e as redes de informação e de circulação são capazes de atrair um crescente número de consumidores, e inseri-los num circuito de consumo através de pacotes e similares, que caracterizam o comportamento da sociedade contemporânea que prima pelo consumo.

Com o marketing turístico inicia-se de forma maciça a exploração do espaço, concomitante a venda da natureza, a partir do turismo natural. Neste contexto podemos destacar a existência de uma infinidade de modalidades do turismo, por exemplo, os conceitos de turismo de aventura, de sol e mar, entre outros, onde o trabalho de readequação espacial será feito de forma intensa. Além da criação de pontos focais, o marketing se ocupa em destacar pontos que serão, em dado momento, as principais atrações, criando no consumidor o desejo do consumo pela lógica da oferta. Milton Santos (2001, p.48) compartilha do mesmo entendimento a cerca das mudanças do sentido do consumo ao longo do tempo, enfatizando que se antes as indústrias preocupavam-se com autonomia de produção, *"atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos"*.

O turismo pode ser visto como uma atividade dicotômica no mundo contemporâneo, porque se por um lado é gerador de grandes transformações econômicas e riquezas por outro pode ser um grande contribuinte para uma crise ambiental, quando identificamos a intensificação da relação homem – natureza.

Esta relação pode surgir e se intensificar quando o homem sente a necessidade de usufruir do espaço natural para atender as suas necessidades. Podemos observar que o turismo está inserido nesta relação, onde os recursos ambientais para o turismo supõem o significado de conotação econômica. A atividade em si perpassa qualquer ética de relacionamento integrado e de preservação quando se trata de atender as necessidades humanas. Ruschmann (1997) considera o turismo como um intenso consumidor da natureza, o mesmo ainda afirma que nos últimos decênios, sua evolução ocorreu como resultado da "busca do verde" e da "fuga" dos tumultos da urbanização pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicológico e físico em contato com a natureza em seu tempo de lazer.

A Natureza é o continente e o conteúdo do homem, incluindo os objetos, as ações, as crenças, os desejos, a realidade esmagadora e as perspectivas. Com a presença do homem sobre a Terra a natureza está sendo sempre redescoberta, desde o fim de sua história Natural e

a criação da Natureza Social, ao desencantamento do Mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional (SANTOS, 1992, p. 4).

O primeiro aspecto destacável nesta relação seria a atribuição de valor, comercial em sua maioria, à natureza pelo homem. No ambiente turístico o meio natural tem importante destaque, principalmente quando é um lugar ainda nativo, que representa no imaginário do turista, um lugar exótico, diferente, que pode ser explorado pelo homem.

Para Cruz (2003), não há atividade humana que não interfira nos ambientes, de alguma forma, é impossível o homem viver sobre este planeta sem transformá-lo. E diz também que em alguns casos há algum erro estratégico de planejamento subjacente ao processo de apropriação dos lugares pela atividade ou simplesmente, o planejamento jamais existiu.

O turismo praticado neste meio não somente gera impactos diretos, como a relação intensificada do homem com o meio, mas também de forma indireta, porque em função deste há a necessidade da criação de um aparato mínimo para dar suporte às práticas. Assim, instalam-se novos empreendimentos (moradias, alimentação etc.), a criação de infraestrutura sanitária (para o destino e tratamento de esgoto e resíduos produzidos), a coleta de lixo, entre outras necessidades básicas para a manutenção do ambiente desejável para a prática turística. As localidades receptoras sofrem diferentes impactos assim como descreve Ruschmann (1997):

Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural (RUSCHMANN, 1997, p.34).

O turismo atribui valor aos espaços, transformando-os em mercadorias, estabelecendo à sua maneira, formas de uso. Estes “novos espaços” são criados eminentemente turísticos com pouca ou muitas vezes nenhuma interação com as comunidades nativas, que acabam marginalizadas com relação ao uso dos recursos. A Natureza, espaço público e de uso comum, é transformada em espaço privado, os lugares e até mesmo a população, a cultura local e tudo mais que for de interesse econômico são comercializados e expostos como atrativos turísticos, que podem e devem ser consumidos. Esta intensificação na exploração, em sua maioria, compromete a qualidade de vida local a curto, médio e longo prazo.

A educação para o turismo: teoria e prática

Neste aspecto podemos destacar o turismo de natureza, onde a mesma sai do patamar de recurso, e assume o papel de capital, ou seja, como esta pode se tornar fonte de (re) produção do capital. Com este novo significado o mercado turístico se apropria do espaço e da natureza, onde o marketing consegue lançar no mercado

mundial o chamado ecoturismo, que segundo a sua política de uso, consegue usar, conservar e preservar o meio natural. Na verdade nesta lógica este tipo de turismo serviria como conscientização do turismo de massa, chamado a atenção para a importância da preservação pensando nos benefícios a curto, médio e longo prazo.

A Organização Mundial do Turismo (2003) assim define o ecoturismo:

O ecoturismo é uma forma de turismo baseada na natureza, com grande ênfase na conservação do meio ambiente, incluindo a diversidade biológica, os sistemas de vida selvagem e ecológicos, ressaltando a importância da educação do turista quanto ao meio ambiente e ao modo de conservá-lo. E ainda considera que o ecoturismo abrange também as comunidades, especialmente de povos tradicionais, que estejam diretamente envolvidas na atividade (OMT, 2003).

O turismo tem uma capacidade incontestável de modificar os espaços, em relação aos ambientes naturais, podemos ressaltar algumas práticas que atingem diretamente estes espaços, principalmente quando se trata de uma nova tendência de turismo - o turismo ambiental ou “ecoturismo”. Esta nova tendência “busca”, a utilização harmônica do meio natural pelo homem. Assim a Empresa Brasileira do Turismo (EMBRATUR) define o ecoturismo:

Ecoturismo é uma tendência em termos de turismo mundial que aponta para o uso sustentável de atrativos no meio ambiente e nas manifestações culturais, devemos ter em conta que somente teremos condições de sustentabilidade caso haja harmonia e equilíbrio no ‘diálogo’ entre os seguintes fatores: resultado econômico, mínimos impactos ambientais e culturais, satisfação do ecoturista (visitante, cliente, usuários) e da comunidade (visitada) (EMBRATUR, 1995).

O ecoturismo é caracterizado por ser um termo polissêmico, sendo assim, recebe inúmeros tratamentos teóricos para traduzir suas propostas. Como contribuição, Costa (2008) afirma que o ecoturismo, a partir da década de 70, passa a ser rotulado por diversas designações, que aparentemente possuem o mesmo significado, sendo estes: turismo de natureza, turismo ambiental, turismo ecológico, turismo de aventura, turismo verde, dentre outras. Concluindo que independente destas, o importante é que as práticas ecoturísticas tenham como base o tripé composto pela paisagem, a educação para a conservação da natureza e a inclusão social.

No Brasil as discussões sobre ecoturismo foram iniciadas na década de 80 com a criação do Projeto de Turismo Ecológico, com objetivo de ordenar e compreender o segmento e atividades desta nova ramificação turística. Fato que marca o contexto histórico do Ecoturismo no Brasil foi a elaboração da Política Nacional de Ecoturismo, que foi realizada com a organização do Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo e do Ministério do Meio Ambiente, em Goiás (1994), sendo composto por membros desses ministérios e também do IBAMA e EMBRATUR. Pires (1998, p. 75), explicita que o ecoturismo surge e adquire uma “rotulação” que é utilizada de forma

amplificada, para expressar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no ramo de viagens que se posicionam na interface turismo e ambiente, sendo o segundo compreendido de forma geral (ambientes naturais), ou seja, pouco alterados.

O ecoturismo surge não para ser tratado como uma nova tendência industrial a ser praticada na natureza, mas uma ferramenta a mais para contribuir com o envolvimento do turista a compreender a dinâmica da localidade a ser visitada. Com isso, despertar um olhar mais interessado sobre os biomas, ecossistemas, relevo, dinâmica geomorfológica entre outros aspectos, fazendo com que estes visitantes consigam despertar em sua subjetividade a importância da preservação para objetivar a conservação tanto do espaço visitado quanto do seu entorno.

Em se tratando de ecoturismo, Ruschmann considera como sendo estruturais para o desenvolvimento sustentável dos recursos ou localidades turísticas, as seguintes medidas, "[...] *determinar restrições de acesso e desenvolvimento; impor cotas ou custos extras que limitem a instalação de equipamentos receptivos; delegar poder de decisão às autoridades competentes, responsabilizando-as [...] pelas decisões que envolvem o desenvolvimento*" (1994, p. 35).

Sendo assim se faz necessário, como em qualquer outra atividade turística, visar o planejamento, onde seria possível separar o ecoturismo do turismo de massa. Desta forma, esta prática deve vir acompanhada de um conhecimento prévio dos atributos naturais, a exemplo da fauna e flora locais. Identificando ainda as potencialidades e limitações na localidade, e, para tais identificações "*todas as atividades devem fazer parte do processo de planejamento e manejo das atividades ecoturísticas*" (COSTA, 2008, p. 60).

São nítidas algumas características que deveriam ser consideradas no planejamento destas atividades com visão de conservação, sendo destacável: o envolvimento da comunidade local, a conservação ambiental e a educação. O que não poderíamos deixar de considerar nestas premissas que a lógica de mercado, que busca suprir as demandas do modismo ambiental, vem utilizando-se da prática ecoturística de forma errônea. De forma cotidiana, o que acontece nas atividades turísticas é que o turista é levado a conhecer a área de forma superficial, sem que lhe seja explicado os processos formativos e nem mesmo a forma de preservação do ambiente. Muitas vezes isso ocorre pelo despreparo dos guias, o não envolvimento das comunidades locais ou até mesmo a falta do planejamento e monitoração para a identificação das limitações e possibilidades na localidade.

[...] é essencial no desenvolvimento de ecoturismo em qualquer região: a implementação do manejo e o monitoramento das ações e dos impactos devem ter a participação das comunidades locais, que muitas vezes se sentem alijadas do processo, inclusive, do próprio uso de atrativos ecoturísticos, em função do valor de acesso ao local (COSTA, 2008, p. 28).

Esta questão torna-se importante, pois como expõe Pires (1998) uma experiência verdadeiramente ecoturística além de precisar do meio natural como cenário, dos atrativos naturais e culturais, depende ainda do comprometimento com o manejo, a

conservação e a sustentabilidade dos espaços através da participação efetiva das comunidades locais, por meio da difusão de uma consciência ecológica proporcionada pela Educação Ambiental.

O Brasil, dispõe de uma política nacional específica de educação ambiental (PNEA), elaborada em 1999 pelo ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, que tem como principal intenção de “[...] *promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais [...]* (Brasil, 2003)”. Essa política entende a educação ambiental como:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, s.n.).

Assim, compreende-se que o ecoturismo seria uma atividade turística interpretativa, de mínimo impacto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas, incentivando a educação e a consciência ambiental, social e cultural por meio de visita e vivência da área como explícita Wearing e Neil (2001).

De forma que, a Educação Ambiental imbuída no Ecoturismo, deve orientar de maneira eficaz ações e estratégias, que além de desenvolver uma percepção em todos os sujeitos envolvidos, deve ainda ressaltar e orientar propostas de conscientização tendo como principal objetivo divulgar aos visitantes atividades inerentes a localidade, além de orientar de que forma ele pode não só usar como também preservar a natureza, participar dela (vivenciar ou experiência), com poder crítico e imbuído de ações positivas, além de entender melhor qual seria a importância disso.

Porém, pode-se ressaltar que o ecoturismo é desenvolvido em áreas, inicialmente, naturais, que compreendem espaços diferenciados ao de educação escolar (formal), sendo assim a importância do desenvolvimento de uma educação ambiental não formal, que prima pelos estudos das relações socioambientais levando em consideração a diversidade e as relações interpessoais, em busca de uma construção coletiva. Sendo de extrema importância o desenvolvimento de uma EA como forma de potencializar a conservação, incorporando a estas práticas ações de planejamento para elucidar atitudes comportamentais coletivas e comprometidas com o meio ambiente. A educação ambiental não formal é definida na Lei 9795/99 como “*as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente*” (BRASIL, 1999, s.n.).

Entre estes princípios da Lei 9795/99 no que tange a EA não formal, valem citar - O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: (1) a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; (3) a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade-

de e as organizações não-governamentais; (4) a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; (5) a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas as unidades de conservação; (7) o ecoturismo.

Assim a EA no âmbito do ecoturismo deveria ultrapassar a ideia de resultados imediatistas e individualistas, passando a ser um processo contínuo de conscientização dos visitantes e também da comunidade local, tendo como objetivo diário a preservação ambiental através de ações concretas que visem sempre transformações benéficas para a sociedade, mesmo que locais.

As práticas de EA não formal devem incentivar momentos de contato do visitante com os ambientes naturais, com o objetivo de sensibilizá-los a compreensão das relações ali existentes, de forma que a percepção deve ser incentivada a partir do lúdico que deve ser utilizado para possibilitar uma consciência conservacionista através, sempre, do envolvimento afetivo e real das pessoas com a natureza e as culturas locais, numa tentativa de apropriação desse território natural, como seu. (NEIMAN; RABINOVICI, 2008).

A educação deve promover o conhecimento para a melhor compreensão e posterior manejo do meio ambiente em favor da humanidade, esta seria uma fonte de criação de informações, conhecimento, conscientização e posterior ação em favor do meio ambiente por parte de todos os envolvidos. Contribuindo para a valorização, proteção e uso sustentável da biodiversidade e meio ambiente, articulando estes a qualidade de vida dos seres humanos (SORRENTINO, TRAJBER, RAYMUNDO, 2007).

Assim não ficando somente no campo das ideias ou na construção teórica, podendo então, a partir destes, criar ações coletivas que construam coletivamente o conhecimento e o compromisso com a real conscientização, como descreve Loureiro (2009):

A Educação Ambiental não atua somente no plano das ideias e no da transmissão de informações, mas no da existência, em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação com conhecimentos, pela capacidade de fazermos opções, por se ter compromisso com o outro e com a vida (LOUREIRO, 2009, p. 28).

Corroborando ao exposto, Mendonça (2000, p.138) destaca que não há possibilidades de construção de uma *“[...] consciência conservacionista da natureza se a relação afetiva com ela não estiver impregnada na cultura de um povo [...]”*. Desta forma, se o ecoturismo tem como base ser um caminho para a conservação da natureza e também das culturas locais, este precisa facilitar a interação e o diálogo entre os sujeitos envolvidos nestas práticas, para que estes possam contribuir dentro de suas experiências e subjetividades para uma ação efetivamente ecoturística.

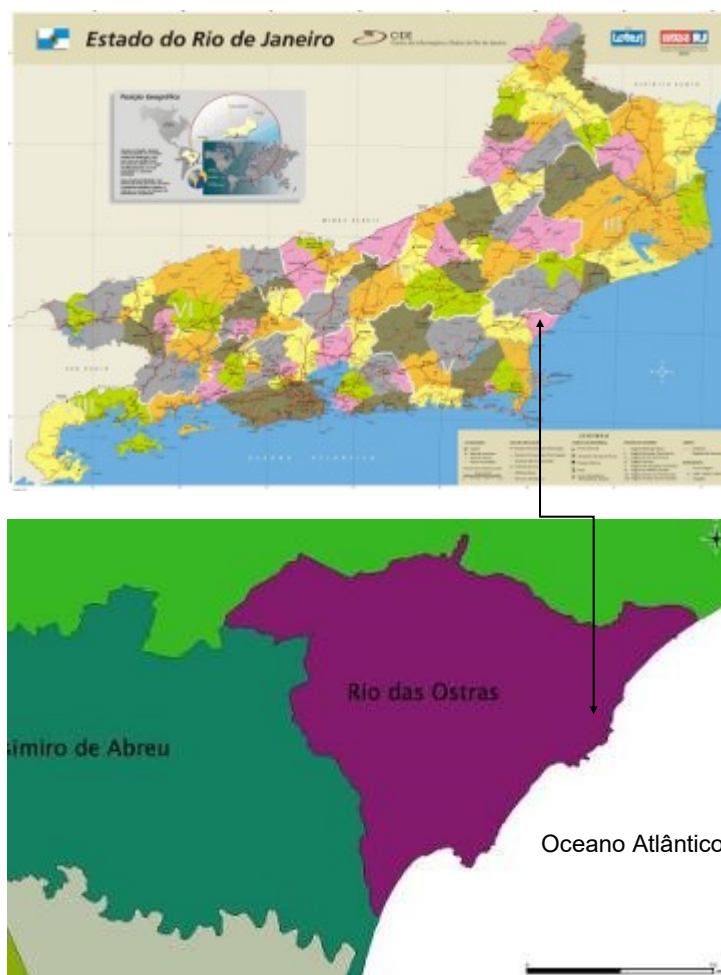
Aplicações no município de Rio das Ostras (RJ): Educação Ambiental com participação local

Rio das Ostras é um município localizado no Estado do Rio de Janeiro e pertence a Região das Baixadas Litorâneas ou Região dos Lagos, conforme TCE-RJ (2008) (Figura 1).

Figura 1: Localização do Município de Rio das Ostras disponível em Divisão municipal realizada no Quantum, 2011.

Figure 1: Location of Rio das Ostras available at Municipal division by formed in Quantum, 2011.

O município tem um único distrito-ocupando uma de 230,4 km², a 4,2% da área Litorânea, está no sentido horário, por Macaé, Oceano Atlântico e Casimiro de Abreu. O município tem passado por profundas transformações devido à intensificação da atividade turística. Em sua urbanização, intensamente financiada pelos *royalties* do petróleo recebidos da Petrobras e pelos impactos ambientais pela utilização do município como grande pólo turístico do Estado.



do Município de (CIDE, 2008), disponível em www.cide.com.br, pelo IBGE (2005) produzido em GIS por Vivian

Costa, 2011. the Municipality of (CIDE, 2008), disponível em www.cide.com.br, pelo IBGE (2005) produzido em GIS por Vivian Cos-

ta, 2011. município tem sede, área total correspondente das Baixadas delimitado, no

Devido a esta intervenção do petróleo na economia local, o município recebeu para o seu desenvolvimento um projeto que busca trabalhar com o licenciamento ambiental em áreas com atividades de produção, tratamento e escoamento da produção petrolífera. Em definição ampla, o Projeto Pólen é um projeto de Educação Ambiental (Pólos Educativos do Norte-Fluminense e Região) que tem por objetivo principal promover condições para que os diferentes representantes da sociedade (organizações e poder público) além de grupos diretamente ligados a esta atividade, a desenvolva plenamente. Sendo, a partir deste envolvimento através de discussões e encaminhamento da gestão e avaliação de impactos, capazes de compreender a diversidade e complexidade das questões ambientais, desenvolvendo ações que possam contribuir para a diminuição dos impactos socioambientais. Para contribuir, o autor Quintas (2004) descreve que a leitura da problemática ambiental se realiza sob a ótica da complexidade do meio social e o processo educativo sendo pautados por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com as transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório.

O projeto foi elaborado e também executado pelo NUPEM/UFRJ e fiscalizado pelo IBAMA, que também é responsável pelo licenciamento ambiental. Assim o documento “Conhecimento de aspectos socioambientais e de iniciativas de educação ambiental existentes em municípios da bacia de Campos - RJ - Projeto Polén” (2009), objetiva:

[...] promover condições para que diferentes pessoas representantes da sociedade civil ou da esfera estatal dos municípios construam e resgatem saberes significativos, metodologias e valores necessários numa prática dialógica para: i. fortalecimento da autonomia individual e coletiva necessárias à organização e ao progresso e controle social; ii. compreensão da diversidade e complexidade das questões ambientais, suas causas, seus efeitos e suas inter-relações; iii. o desenvolvimento de ações mobilizadoras junto às comunidades que contribuam para o encaminhamento de questões ambientais.

Além do município de Rio das Ostras o projeto trabalha com outros 12 municípios, sendo estes: Araruama, Arraial do Cabo, Saquarema, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Macaé, Carapebus, Quissamã, São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Tendo como primeiros estudos, para posterior diagnóstico, as seguintes etapas: 1) Visitas a ecossistemas e unidades de conservação (UC); 2) Visitas a escolas; 3) Visitas a organizações da sociedade civil (OSCs); 4) Levantamento de Políticas Públicas e Instrumentos da Gestão; 5) Levantamento dos impactos da Petrobras percebidos por grupos sociais. Assim foram desenvolvidos e pensados processos para a formação de cursos para educadores ambientais e de princípios em gestão ambiental voltados para professores e técnicos, representantes das secretarias de Meio Ambiente e de Educação e também lideranças locais da sociedade organizada de municípios da região dos lagos e norte-fluminense participantes do projeto, e a implantação de pólos de Educação Ambiental nos municípios.

Em Rio das Ostras, o pólo do projeto esta localizado no Parque dos Pássaros e tem contribuição do Núcleo de Educação Ambiental de Rio das Ostras que foi inaugurado em 2005. Além do trabalho do núcleo de EA e do projeto pólen, a secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca no ano de 2007 se unificou aos já citados, fisicamente na sede do Parque, também para desenvolverem atividades de EA voltadas para os impactos da produção do petróleo.

Como exemplo do que vem sendo desenvolvido no município de Rio das Ostras, em trabalho de campo realizado em junho de 2011, foi possível participar do III Fórum do Projeto Pólen – Gestão Participativa do Petróleo, cujo tema foi Participação e Controle Social, que aconteceu no dia 04/06/11. A palestra foi ministrada pelo Prof. José Quintas, na Secretaria de Educação do próprio município. Estiveram presentes representantes do Núcleo de EA, da Petrobras e também da comunidade composto por um grupo de jovens que já estão imbuídos neste projeto e estão recebendo qualificação para atuarem como cidadãos ativos não só no processo de licenciamento como também em todo processo de EA da cidade. Desta forma, durante a palestra, dentre muitos temas citados, foram abordadas diferentes concepções de participação (políticas públicas, participação de grupos das sociedades, orçamento participativo, criação de conselho, etc.) e sobre democracia (cidadania, igualdade de oportunidades, pluralidade, diversidade etc.). Na tentativa de trazer os diferentes grupos envolvidos à discussão participativa, a percepção de meio ambiente de forma coletiva foi a tônica da palestra, para que assim houvesse uma aproximação do debate nos diferentes âmbitos de formação e prática social para a EA. Assim Quintas (1995), afirma:

o esforço da Educação Ambiental deveria ser direcionado para a compreensão e busca da superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada. [...] a leitura da problemática ambiental se realiza sob a ótica da complexidade do meio social e o processo educativo deve pautar-se por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório. Aqui acredita-se que, ao participar do processo coletivo de transformação da sociedade, a pessoa, também, estará se transformando (QUINTAS, 1995, s.n.).

O grupo atua não somente dentro do projeto com o licenciamento ambiental, mas também com a conscientização da população na preservação do meio ambiente. São programados eventos, principalmente em conjunto com as escolas municipais e a secretaria de meio ambiente, onde os voluntários visitam os bairros levando informações, além de projetos que focam em ações que visam à limpeza das praias, lagoas e seu entorno, sendo estes os principais destinos turísticos da região. A ideia destas atividades é fazer com que a comunidade local perceba a importância da preservação do meio ambiente, para que posteriormente consiga passar aos visitantes e turistas os princípios básicos da EA, além de ser uma forma de conservação do produto turístico do município.

Parque dos Pássaros - Rio das Ostras (RJ)

O Parque dos Pássaros hoje é considerado como referência em EA no município de Rio das Ostras por abrigar a sede do Núcleo de Educação Ambiental. Localiza-se na Rua Petrópolis, s/n, no bairro Jardim Mariléa, em Rio das Ostras (Figura 2). Possui 8,13 hectares de superfície e 1,36km de perímetro. Abrange 0,035% do total do município de Rio das Ostras e possui visitação, estudos e pesquisas como atividades de uso público (PMRO, 2005).



Figura 2: Entrada do Parque dos Pássaros. Foto: Bruna Cirino Carvalho, 2011.

Figure 2: Entering of the Parque dos Pássaros (Bird Park). Photo: Bruna Cirino Carvalho, 2011.

A área do parque faz parte da região do Jardim Mariléia e Mariléia Chácaras, que anteriormente fazia parte de uma antiga fazenda que foi dividida em lotes de terreno e chácaras.

Inicialmente esta ocupação ocorreu de forma desordenada e com ações danificadoras ao ambiente. Com a II Conferência Municipal de Meio Ambiente, realizada em 2000, foi reivindicada a proteção desta área verde através da criação de uma Unidade de Conservação (UC) (PMRO, 2005).

O projeto de Plano de Manejo do Parque foi elaborado no período de outubro de 2003 a novembro de 2004, resultante do seu decreto municipal de criação nº 091/2002, em 29 de novembro de 2002. A Zona de Amortecimento desta UC é constituída, em sua maioria, por propriedades privadas, com pequeno comércio local, instituições religiosas e algumas indústrias consideradas de baixo potencial poluidor, algumas creches, escolas de nível fundamental, ginásio poliesportivo, órgãos públicos municipais, estação de tratamento de esgoto, entre outros itens urbanos (OLIVEIRA; PRIOSTE; SOUZA, 1999)

(...) o parque dos pássaros, tendo como objetivo central a preservação ambiental e o desenvolvimento de práticas tecnicamente, socialmente e ambientalmente sustentáveis, agregará riqueza e status ao município onde estará sediado e aos municípios vizinhos, pela criação de novas possibilidades de trabalho, lazer e de uma nova forma de ocupação que respeita e acrescenta muito ao ecossistema silvestre da região (PLANO DE MANEJO, p. 16)

Este projeto de grande significado social e ecológico só foi idealizado a partir do medo de que Rio das Ostras fosse depredado pela urbanização desenfreada, em conjunto com um Turismo mal administrado. Ele tem, portanto, premissas de proteção e recuperação ambiental equiparadas ao bem estar e conforto humanos, aproximando o homem da natureza (JARDIM; PINTO, 2008).

O Parque dos Pássaros é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Sendo permitida somente a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos

naturais - que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (SNUC, 2000).

Inaugurado em 20 de Dezembro de 2004 e mantido pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, com intuito de preservar as áreas de brejo e matas ciliares, tem a missão de, além de incentivar a visitação e o desenvolvimento de atividades dentro do Parque, avenha a promover a EA aos moradores e turistas, e que estes tenham mais uma opção de lazer, já que a cidade é conhecida pela massificação do turismo de sol e mar.

(...) projeto onde a preservação ambiental está sendo aliada ao desenvolvimento sustentável tanto social quanto do meio ambiente, trazendo mais uma opção de lazer ecológico ao riostrense e ao turista em geral. O trabalho que o Programa de Educação e Comunicação Ambiental do Projeto Parque dos Pássaros vem desenvolvendo junto às escolas do município e as comunidades, em especial a do bairro Jardim Mariléa, vai proporcionar uma análise e avaliação da visão da população de Rio das Ostras sobre esta Unidade de Conservação (PLANO DE MANEJO, p. 89).

O parque como unidade de conservação ambiental, atende aos seguintes objetivos:

- ✦ Preservar as áreas com matas ciliares e as áreas de brejos e alagados que são sítios de abrigo e reprodução de espécies migratórias e ameaçadas de extinção;
- ✦ Preservar e conservar os remanescentes florestais e de vegetação específica da restinga;
- ✦ Assegurar a continuidade de corredores biológicos da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro;
- ✦ Garantir a diversidade e o endemismo de flora e fauna pela ampliação de nichos ecológicos;
- ✦ Propiciar campo permanente para a pesquisa científica orientada ao reconhecimento e sobrevivência da biodiversidade e dos demais elementos;
- ✦ Oferecer bases para a educação e interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza;

O parque conta com duas trilhas, que recebem visitas guiadas, estas são cimentadas e planas com percursos somados superiores a um quilômetro (Figuras 3 e 4). Uma das trilhas está distribuída pela mata com variação de fauna e flora e também com uma porção arenosa de restinga. A outra trilha está direcionada ao viveiro de pássaros de onde se pode observar as espécies com informações, em placas explicativas, sobre a vida destas espécies. As atividades desenvolvidas são de interpretação, com pontos de observação e descanso.



Figuras 3 e 4: Parte das trilhas com placas interpretativas e percurso cimentado.
Foto: Bruna Cirino Carvalho, 2011.

Figures 3 and 4: Part of the trails with interpretive signs and cemented pathway.
Photo: Bruna Cirino Carvalho, 2011.

O parque conta ainda com: um centro de visitantes, um viveiro de pássaros, uma biblioteca e videoteca, o centro de estudos da flora / herbário, o centro de estudos da fauna e o núcleo de educação ambiental.

O centro de visitantes, logo na entrada, serve para atender e orientar os visitantes, conta ainda com um espaço de exposições (Figuras 5 e 6).



Figuras 5 e 6: Entrada da Recepção e espaço de exposição. Foto: Bruna Cirino Carvalho, 2011.

Figures 5 and 6: - Entering of the reception and exhibition space. Photo: Bruna Cirino Carvalho, 2011.

O viveiro dos pássaros abriga elementos da avifauna brasileira (Figuras 7 e 8).



Figuras 7 e 8: Viveiro dos pássaros. Foto: Bruna Cirino Carvalho, 2011.

Figures 7 and 8: Nursery birds. Photo: Bruna Cirino Carvalho, 2011.

1. A biblioteca/videoteca foi planejada para atender grupos escolares e pessoas com interesses sobre o bioma Mata Atlântica.
2. O centro estudos da flora disponibiliza dados e técnicas de conservação, recuperação e preservação ambiental.
3. O centro de estudos da fauna disponibiliza informações a quem deseja se aprofundar no conhecimento dos animais existentes na área do parque.

O núcleo de educação ambiental atua no desenvolvimento de programas e atividades educativas, no aperfeiçoamento de técnicos, alunos e professores, e na capacitação de monitores, guias mirins e educadores ambientais, por meio de oficinas preparatórias e de reciclagem. Atua ainda como núcleo de geração de materiais educativos, didáticos e técnicos, para divulgar o parque e ressaltar a importância da conservação desta representação de mata Atlântica.

Durante os dias úteis, quando o parque recebe a visita de alunos das escolas locais, são desenvolvidas atividades lúdicas e de noções de EA. Estes podem conhecer as trilhas ecológicas, que contam com plantas variadas (medicinais, ornamentais, frutíferas), e receber informações sobre conservação e replantio de espécies nativas.

O Parque dos Pássaros torna-se referência de ecoturismo e práticas de EA no município, tendo como principal objetivo a inserção da população local nos programas desenvolvidos. Para Ruschmann (1997) a educação para o turismo ambiental deverá ser desenvolvida por meio de programas informais, inserindo o “cidadão-turista” a participar de forma consciente visando proteção do meio ambiente. Sendo isso não somente durante as férias, mas também no cotidiano e no local de residência permanente.

Assim a EA tem por objetivo o desenvolvimento sustentável, incluindo práticas

de turismo sustentável, a melhoria da qualidade de vida (da população local e dos visitantes) e a contribuição do sentimento de pertencimento dos sujeitos com a natureza, para que assim possam se ver como parte integrante destes espaços passando a preservá-los.

Para tal, as atividades desenvolvidas visam oferecer aos visitantes experiências com a fauna e a flora locais, além de indicar formas de manter a qualidade do meio ambiente. Para que ocorra a sustentabilidade, é necessário que todos se envolvam nos programas de preservação e educação ambiental tomando consciência da importância do local não só para o turismo e atividades de lazer, mas para manter o equilíbrio natural. Para contribuir a reflexão da EA para a atividade turística Xavier (2002) afirma:

O conhecimento do problema consiste em tratar a Educação Ambiental, não para o turismo, mas sim, pelo turismo. Assim, pode ser apontada como alternativa, talvez para a solução de diversos problemas, sobretudo na busca de melhoria da qualidade de vida do homem que incorpora a dimensão do turismo. Referimo-nos a tudo isso, por acreditar na importância da educação para o meio ambiente em áreas turísticas, pois, turismo e meio ambiente constituem um todo, indivisível (XAVIER, 2002, p. 82).

Conclusão

No contexto ecoturístico, nota-se a humanização dos espaços, com o desenvolvimento de atividades que primem pela percepção ambiental, desta forma a escolha das atividades a serem realizadas, além das técnicas e procedimentos que devem ser voltados aos parâmetros da EA. A EA atua na construção de uma conscientização ambiental, para que assim os sujeitos consigam se “ver” enquanto componente do meio ambiente e não como dominadora da natureza.

Deve-se levar em consideração, a dinâmica ecossistêmica, que muitas vezes independem das ações humanas, apesar de sua interação. Assim a importância da experiência de estar na natureza, pode ser um importante laboratório de auto questionamento. Destaca-se a necessidade e importância de cuidar do lugar para as gerações futuras. A interação entre o homem e o meio ambiente, não pode ser conflituosa, sendo assim a possibilidade e aumento das visitas pode ser possível, mas estando ciente da preservação para as gerações futuras.

No caso do município de Rio das Ostras com o Parque dos Pássaros, o ambiente foi preparado para receber a visita de forma guiada e explicativa. A intenção inicial foi a criação de mais um ponto turístico para a cidade que se destaca como ponto de turismo de “sol e mar”, tratando de transformar o turismo como uma atividade para o ano todo e não só sazonal.

A ampliação do trabalho do Núcleo de Educação Ambiental, principalmente com a instalação de suas dependências no parque, tornou o espaço uma referência das atividades Ecoturísticas e desenvolvida da EA informal. Trazendo não só alunos de escolas regulares, mas na tentativa de divulgar os trabalhos para toda a comunidade local assim como para os turistas que visitam a cidade.

Assim o processo educativo ambiental tem de ser composto por contato, refle-

xão e ação. Onde no primeiro momento o contato com a natureza gera reflexões e percepções, e por fim o sujeito se sensibiliza com as questões ambientais e se conscientiza de seus atos, assumindo um papel de responsabilidade social e ambiental.

Portanto o ecoturismo não pode ser visto e/ou desenvolvido unicamente como um segmento turístico, mas sim como uma atividade que se compromete com as questões ambientais, com programas de curta, media e longa duração que ainda não vem ocorrendo com o apoio aos projetos de EA fomentados pela Petrobras em Rio das Ostras. No caso do Parque dos Pássaros, observa-se que o Projeto Pólen vem se restringindo apenas ao segmento educacional, separado do segmento turístico. Os projetos vem abarcando apenas a comunidade escolar e a sociedade organizada (seus moradores), sem se preocupar em como haverá o incentivo da transmissão desse conhecimento (EA) para os visitantes/turistas (que se restringem apenas em continuar com o turismo “sol e mar”), não mostrando a importância de se conservar/preservar o ambiente (turismo na natureza). A promoção e incentivo de atitudes de conservação e conscientização do comportamento social mediante a natureza devem ser priorizados e a EA é um dos segmentos que não podem faltar neste processo.

Referências bibliográficas

- BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (org.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BEZERRA, T. M. O.; FELICIANO, A. L. P.; ALVES, A. G. C. Percepção ambiental de alunos e professores do entorno da estação ecológica de caetés – região metropolitana do Recife -PE. **Revista Biotemas**, v. 21, n.1, p. 147-160, 2008.
- COSTA, V. C. da; COSTA, N. M. C. da. Educação Ambiental pelo Ecoturismo, em Unidades de conservação: uma proposta efetiva para o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)-RJ. In: PEDRINI, A. G. (Org.) **Repensando o Ecoturismo a luz da Educação**, 2005.
- COSTA, N. M. C. Ecoturismo: Abordagens e Perspectivas Geográficas. In.: COSTA, N. M. C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V. C. (orgs.) **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Carlos: RiMa, 2008.
- CRUZ, R.C.A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2003. 2ª Ed.
- CRUZ, R.C.A. **Geografia do Turismo de Lugares a Pseudo-Lugares**. São Paulo: Roca, 2007.
- JARDIM, M. E.; PINTO, S. **Interpretação da trilha ecológica do Parque Natural Municipal dos Pássaros**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2008.
- OLIVEIRA, A. C.; PRIOSTE, M. A. O; SOUZA, T. C. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 3 n. 1, p. 135-148, jan. / jun. 2009.
- OLIVEIRA, L.; MACHADO, L. M. C. P. Percepção, Cognição, Dimensão Ambiental e Desenvolvimento com Sustentabilidade. In: Reflexões **sobre a geografia física no Brasil**. VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ORGANIZACAO MUNDIAL DE TURISMO-OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE DOS PÁSSAROS. **Projeto de Consolidação do Parque dos Pássaros**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2004.

QUINTAS, J. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Revista Brasília: Ibama, 2ª ed. 2006.

QUINTAS, J.; GUALDA, M. J. **A Formação do Educador para Atuar no Processo de Gestão Ambiental**. Brasília: Ed. IBAMA, 1995.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez: 1997.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In.: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (org.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. 3ed. São Paulo: Papius, 1997.

RUSCHMANN, D. **O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente**. São Paulo: ECA/USP, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. **A redescoberta da Natureza**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (aula inaugural da FFLCH/USP, proferida em 13/3/1992). Disponível em www.usp.br

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; RAYMUNDO, M. H. A.; Biodiversidade e Educação Ambiental. In.: NEIMAN, Z.; JUNQUEIRA, V. (org). **Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade**. São Paulo: Ed. Manole, 2007.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Ministério do Meio Ambiente. <disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>

XAVIER, H. Educação Ambiental: caminho para a sustentabilidade ecológica no turismo. In.: BARRETO, M.; TAMANINI, E. (Orgs.). **Redescobrimos a Ecologia no Turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001.

Bruna Cirino Carvalho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: brunacirino@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6402574720152630>

Vivian Castilho da Costa: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: vivianuerj@gmail.com

Link para o currículo: <http://lattes.cnpq.br/3181407490194397>

Data de submissão: 01 de julho de 2012

Data de recebimento de correções: 20 de novembro de 2012

Data do aceite: 20 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

Introdução

O ambiente é o pano de fundo, o palco de sobrevivência da vida sobre o qual se mantém e se estabelecem as relações socioambientais e sobre ele sempre repousaram preocupações diversas, porém, desarticuladas e não sistematizadas. Este quadro somente foi revertido nos anos de 1960, quando o debate científico aliado aos instrumentos tecnológicos impulsionou as pesquisas ambientais.

Educação Ambiental e Ecoturismo: uma proposta para Nova Iguaçu (RJ)

Environmental Education and Ecotourism: a proposal for Nova Iguaçu (RJ)

Marcia Luiza Figueiredo Machado, Nadja Maria Castilho da Costa

RESUMO

A construção de uma proposta integradora para as ações de Educação Ambiental e Ecoturismo têm grande fonte de contribuição na Geografia. O objetivo desta pesquisa centra-se na produção de proposições para as escolas da Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu (RJ), situadas na área de influência direta do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. A metodologia constituiu-se de levantamento bibliográfico, acompanhamento de atividades pedagógicas, trabalho de campo, entrevista e aplicação de questionários. O prognóstico realizado será um novo referencial para o tema transversal Meio Ambiente. Inserir o ecoturismo, a partir das ações de Educação Ambiental, e como ele pode ser veículo da conservação ambiental, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida das populações locais, ainda é um desafio que será enfrentado por cidades como Nova Iguaçu, com forte potencial e vocação para atividade ecoturística.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Ecoturismo; Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

ABSTRAT

The construction of an integrated proposal for the actions of environmental education and ecotourism are great source of contribution to geography. This research focuses on the production of proposals for the schools of the Municipal Education Nova Iguaçu (RJ, Brazil), located in the area of direct influence of the Municipal Natural Park of Nova Iguaçu. The methodology consisted of literature review, monitoring of educational activities, field work, interviews and questionnaires. The prognosis subsidize a new benchmark for cross-cutting issue Environment. Insert ecotourism, from the actions of environmental education, and how it can be a vehicle for environmental conservation, social inclusion and improving the quality of life of local populations, is still a challenge that we face in cities like Nova Iguaçu, with strong potential and vocation for ecotourism activity.

KEYWORDS: Environmental Education; Ecotourism; Municipal Natural Park Nova Iguaçu.

Detectada e propagada a urgência do tratamento da temática, uma verdadeira crise socioambiental se instaurou em âmbito mundial, e no Brasil, o movimento ecológico emergiu na década de 1970 (DIAS, 2000).

Em 1999, a educação formal foi chamada a se integrar às preocupações acerca do ambiente, proporcionando aos indivíduos a construção de valores e a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades voltadas para participação responsável na gestão ambiental. Neste contexto, reconhece-se no campo da educação ambiental, a potencialidade de promover a reflexão e a problematização das relações entre a sociedade e o ambiente e de influir sobre a sensibilidade e a consciência dos indivíduos e coletividades para as mudanças necessárias.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) tornaram a temática ambiental transdisciplinar, o que significou colocá-la à disposição de todas as disciplinas que integram o currículo, para que cada uma pudesse fornecer a sua contribuição científica. Neste sentido, algumas questões que trazem no seu bojo a preocupação com o meio ambiente passaram a ser importantes e passíveis de serem abordadas em sala de aula, a exemplo da análise das principais ações transformadoras do ambiente, dentre elas o turismo.

Em estados como o Rio de Janeiro, que apresenta um quadro natural exuberante, grande parte da visita e do lazer é efetuada na natureza, principalmente no interior de Unidades de Conservação. Foi desta forma que, alicerçada em experiência pessoal, procurou-se trabalhar, na presente investigação, na compreensão da educação ambiental associada ao ecoturismo, tomando como base a realidade específica do Município de Nova Iguaçu, com riquíssimo Patrimônio Ambiental e, por conseguinte, com elevado potencial para as práticas de turismo na natureza, particularmente o ecoturismo. O trabalho tem como foco principal as escolas do entorno do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Inserir nas escolas o conhecimento sobre o ecoturismo, a partir das ações de educação ambiental, e como ele pode ser veículo de conservação ambiental, de inclusão social e da melhoria da qualidade de vida das populações locais ainda é um desafio que os empreendedores e educadores deverão enfrentar nos próximos anos, em cidades como Nova Iguaçu, com poucas opções de lazer e forte potencial para o desenvolvimento dessa atividade, na natureza.

Educação Ambiental e Ecoturismo: uma interação viável no ensino formal

Diante de inúmeros problemas ambientais (desmatamento, poluição, escassez de água, etc.), consequentes do modelo de desenvolvimento econômico adotado por vários países, pessoas e instituições começaram a perceber que o ambiente não suportaria a intensidade da agressão humana. Iniciou-se, então, um processo de mobilização em torno da questão ambiental, o qual se expandiu e se consolidou por meio da divulgação de estudos científicos, da publicação de livros sobre o tema e da reali-

zação de conferências que, entre outras questões, alertaram a humanidade de que a degradação do ambiente comprometeria a manutenção da vida na Terra.

Dessa forma, este cenário também ficou marcado pelos grandes debates em torno das estratégias para ampliar e consolidar os espaços institucionais em favor da educação ambiental: dever-se-ia inserir ou não a educação ambiental como disciplina singular dentro do currículo escolar de ensino fundamental? Algumas experiências nesse sentido foram vividas em diferentes pontos do Brasil. Apesar disso, as discussões apontavam para a necessidade de enfatizar o caráter interdisciplinar da temática ambiental, não sendo muito favoráveis à criação da educação ambiental como disciplina específica.

Na década de 1990, o discurso sobre a disciplinarização da educação ambiental ganha um desfecho final, consolidando a posição do Conselho Federal de Educação de 1987, de não constituir a educação ambiental como disciplina específica, tendo adquirido, em sua formulação final, o caráter de Tema Transversal, apresentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Os PCNs são documentos elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) que servem como referencial e apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de cada escola brasileira, à reflexão sobre a prática pedagógica coerente, ao planejamento das aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos, na formação e atualização do profissional da Educação. É importante ressaltar ainda que eles foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo ensino aprendizagem em todas as regiões brasileiras.

Em vários e importantes documentos enfatiza-se a importância da educação ambiental, entre outros motivos, pela sua relação como exercício da cidadania, o que demonstra o seu compromisso original com a formação da cultura democrática; e pelo aguçar do sentimento de pertencimento a uma coletividade, como algo que perpassa e ultrapassa o universo individual (LEONARDI, 1997).

Com o referencial dos PCNs, em especial, do tema transversal Meio Ambiente, a escola, os conteúdos e o papel do professor e dos alunos são colocados em uma nova situação, não apenas relacionada com o conhecimento, mas sim com o uso que fazemos dele e sua importância para a nossa participação política cotidiana.

A temática ambiental envolve questões relacionadas tanto à proteção e conservação do ambiente natural, quanto à melhoria da qualidade de vida das comunidades. Nesta perspectiva, são estudados os aspectos físicos, biológicos, geográficos, as diversas interações do homem com a natureza através das relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte, da tecnologia, etc. O estudo de tais questões exige o conhecimento dos conteúdos das disciplinas do currículo escolar, como também, as discussões dos valores existentes na interação homem e natureza. A temática ambiental está desta forma impregnada no conjunto de disciplinas curriculares, ocupando assim uma posição de transversalidade (BRASIL, 1998)

Dentro dessa proposta, cada acontecimento do cotidiano estará relacionado à nova mentalidade de consciência ambiental, pois a complexidade ambiental emerge

do diálogo entre saberes e conhecimentos. Este fato nos leva a uma reflexão, por exemplo, de como o professor de Geografia conduzirá o seu planejamento, tornando-o flexível às situações existentes na própria comunidade: os resíduos sólidos, o esgoto, o abastecimento de água, o deslocamento de um lugar para o outro, o papel das tecnologias na construção do espaço, dentre outras questões deverão estar relacionadas, com a forma de interpretar, analisar, calcular, dissertar e refletir sobre o ambiente. Um problema individual passa a ser um problema coletivo, e o cidadão passa a exercer a função de um agente ambiental, tornando-se responsável pelas transformações do espaço e dos lugares, e exigindo que, tanto as pequenas infrações quanto as grandes catástrofes sejam evitadas.

A intenção dos professores de Geografia engajados nas ações de Educação Ambiental é, sem dúvida, buscar fazer da Geografia uma disciplina interessante, contextualizada às questões ambientais, à vida, na qual se possa compreender o espaço construído pela sociedade, como o resultado da adesão entre o espaço natural e o espaço transformado efetivamente pelo homem e, não somente aos dados e informações dos livros didáticos que pareçam distantes da realidade.

O professor de Geografia, ao incluir no planejamento a questão ambiental, não pode se omitir da discussão sobre a participação coletiva nas ações de Educação Ambiental, tendo em vista o panorama claro dos problemas, à princípio de ordem local e, posteriormente, de ordem regional e global. A compreensão e explicação desses problemas são de fundamental importância na construção da prática pedagógica desses profissionais, pois partindo do lugar em que se vive é mais fácil compreender os fenômenos ocorridos e, assim, tomar decisões e intervir criticamente no ambiente.

Vale à pena destacar a importância do ensino da Geografia para as práticas ecoturísticas, pois através da construção dos conceitos de espaço e de paisagem, por exemplo, é permitido que o aluno tenha outro olhar para a natureza contemplada e uma sensível/consciente postura durante essas práticas, além de aguçar *“sua percepção sensorial sobre os recursos ambientais (o meio biótico e os componentes do meio físico) existentes”* (COSTA; COSTA, 2008, p.111).

A propósito, a Educação Ambiental e o ecoturismo envolvem forte relação entre paisagem e lugar, que são, por natureza, objetos de estudo da Geografia. Ainda, *“a paisagem é um recurso para a economia do turismo, sendo a imagem que dela criam a mercadoria vendida para o visitante”* (COSTA; COSTA, 2008, p.121).

Cabe ressaltar também que o conceito de paisagem, como categoria de análise geográfica nas ações de EA e ecoturismo, tem um caráter específico, distinto do utilizado pelo senso comum ou por outros campos do conhecimento.

Pois, segundo os PCN (BRASIL, 1998, p.112):

é na paisagem que estão manifestadas e inscritas uma reunião de tempos desiguais, uma combinação de espaços geográficos. (...) Ela é definida como uma unidade visível que possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contendo espaços e tempos distintos; o passado e o presente. A paisagem é o velho no novo e o novo no velho.

Na realidade, é importante considerar o ecoturismo, segmento do turismo que cresce cada vez mais, como uma alternativa aos problemas ambientais, pois busca agregar valores à prática do turismo; proporciona ampla oportunidade sociocultural e econômica para as classes menos favorecidas; é uma das melhores alternativas para a conservação ambiental e para a inclusão das populações que se encontram em ambientes e ecossistemas frágeis, como as áreas naturais protegidas e seu entorno. Nesta perspectiva, quando é praticado corretamente, gera oportunidades de emprego, renda, sustentabilidade e consciência ambiental.

Coriolano (2003, p.124) afirma que *“o ecoturismo é uma modalidade de turismo dirigido a grupos especiais, evitando grandes concentrações e, sobretudo, integrando o turismo como atividade econômico-social ao meio ambiente natural”*.

Confirmando essa tendência, uma das causas dos sérios danos ao ambiente, depredação do Patrimônio Histórico e Cultural ao redor de uma Unidade de Conservação é o fato de que, normalmente, o visitante e/ou morador do entorno não está preocupado com a conservação do bem natural e/ ou cultural por não obter conhecimento suficiente para compreender a sua relevância. Isto o que destaca a importância da Educação Ambiental aliada ao Ecoturismo como uma ferramenta essencial para a garantia da sustentabilidade e gestão de uma Unidade de Conservação. De acordo com Geerdink e Neiman (2010, p. 79):

o ecoturismo parece ser uma ótima oportunidade de discussão dos valores da sociedade para o meio ambiente, uma vez que, se bem trabalhadas as percepções e construídas novas representações, tendo a natureza como inspiradora, a educação ambiental pode ser transformadora no sentido da sustentabilidade.

Portanto, propomo-nos a construção de proposições integradoras de Educação Ambiental e Ecoturismo, e escolhemos o exemplo das escolas da Rede Municipal de Nova Iguaçu, localizadas na área de influência do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - PNMNI para ilustrar esta prerrogativa.

Propostas Integradoras entre Ecoturismo e Educação Ambiental nas Escolas da Área de Influência do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI)

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI)

O PNMNI (Figuras 1 e 2) faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó-Mendanha, considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO, em 1996. Em 5 de junho de 1998, o PNMNI passou a ser considerado uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, pelo Decreto nº 6001, numa área de 10.500 hectares entre as coordenadas 7485/7477 km e 650/658 km. Sua altitude oscila entre 150 metros na entrada da unidade e 956 metros no marco sudoeste, próximo ao Pico do Gericinó (MELLO, 2008).

Está localizado na área conhecida como Gleba Modesto Leal, inserida na parte ocidental da Serra do Madureira, outrora denominada Engenho da Cachoeira, formada pelas antigas Fazendas Dona Eugênia e Fazenda São Felipe, em 1885. É o primeiro Geoparque do Estado do Rio de Janeiro com atributos que contemplam valores

ecológicos, culturais e históricos, como o “Casarão” (Figuras 3 e 4), conhecido, outrora, como a sede da Fazenda Dona Eugênia. Essa construção é de valiosa relevância, pois data do século XIX sendo a mais antiga edificação do município. Outros exemplos são as ruínas do clube Dom Felipe, que funcionou até meados da década de 1960, indicando a vocação da área, para o lazer na natureza; e o Quilombo, área de ocupação quilombola perto da pedra da Contenda (NOVA IGUAÇU, 2001).

Cabe destacar ainda os inúmeros locais representativos da história geológica da região que motivaram a descoberta do vulcão de Nova Iguaçu, que se estima estar inativo há 38 milhões de anos, e a inclusão do PNMNI no projeto “Caminhos Geológicos” idealizado pelo Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM-RJ, com o propósito de trazer a cultura da Geologia para o Estado. Embora a existência do único vulcão brasileiro seja contestada por inúmeros pesquisadores, é



Figura 1: Entrada do PNMNI.
Fonte: MACHADO, 2010.

Figure 1: Input to PNMNI.
Source: MACHADO, 2010.



Figura 2: Cachoeira, PNMNI.
Fonte: SEMED, 2008.

Figure 2: Rapids, PNMNI.
Source: SEMED, 2008.

consenso que o Parque apresenta feições geológicas de especial importância científica e beleza cênica, que representam uma singularidade na geologia da região.

Atualmente, a região da Serra de Madureira destaca-se por ser uma das poucas áreas da Baixada Fluminense que sobrevive à degradação ambiental. Ali se abrigam ainda florestas constituídas com ambientes de diferentes fisionomias vegetais: florestas regeneradas, em ótimo estado de conservação; florestas secundárias em estágio avançado de regeneração; florestas secundárias em estágio médio de regeneração; florestas secundárias em estágio inicial de regeneração; matas ciliares; brejos e capinzais. O PNMNI vem sendo objeto de estudos científicos, o que permite um conhecimento razoável da biodiversidade local.

No Parque se desenvolvem atividades esportivas ligadas à natureza como a prática de rapel, escaladas nos paredões rochosos, e caminhadas por trilhas. Com belas cachoeiras abertas ao público, o parque se configura como ótima opção de lazer na região chegando a receber um efetivo de 3000 visitantes nos finais de semana ensolarados de verão. É também uma ótima opção para trabalhar a consciência ecológica nos alunos da rede de ensino de Nova Iguaçu e municípios vizinhos, com o

propósito, conforme destacamos nesta pesquisa, de construir e integrar toda uma rede de apoio ecoturístico ao PNMNI, nele atuando direta ou indiretamente.

Vale à pena ressaltar que é estabelecida uma parceria entre os Municípios de Nova Iguaçu e Mesquita, para uma gestão compartilhada e alternada do Parque. Na



Figura 3: Casarão, PNMNI.
Fonte: SEMED, 2008.

Figure 3: Home, PNMNI.
Source: SEMED, 2008.



Figura 4: Poço do Casarão, PNMNI.
Fonte: MACHADO, 2009.

Figure 4: Well to home, PNMNI.
Source: MACHADO, 2009.

verdade, ele atualmente é administrado pelo Município de Nova Iguaçu, mas com a emancipação de Mesquita, a estrada da Cachoeira, a estrada de acesso e a entrada ficaram situadas no novo município.

O propósito de uma gestão compartilhada e alternada após o processo de emancipação garantiu à cidade de Nova Iguaçu, dentro do plano regional, um modelo de administração moderna e profissional em contraponto com os personalismos encontrados em outros municípios da Baixada Fluminense. A ideia era a de passar uma imagem da conciliação e agregação sem subordinação das cidades vizinhas, respeitando a autonomia destas e convocando-as a serem parceiras (SIMÕES, 2007).

As escolas contempladas

Em números absolutos, Nova Iguaçu é a cidade da Baixada Fluminense que possui a maior concentração de escolas públicas, reunindo o mais alto percentual de escolas de Ensino Fundamental (NOVA IGUAÇU, 2004). Atualmente, o município apresenta um índice de alfabetização de 80% da população urbana; a cidade dispõe de 126 escolas municipais. Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (SEMED – Nova Iguaçu), na Unidade Regional de Governo Centro há 21 escolas.

As escolas que integraram a pesquisa são mostradas na tabela 1 e na figura 2. Elas estão localizadas na Unidade Regional de Governo (URG) Centro, área de influência do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Este recorte espacial é determi-

nante para a escolha de cada Unidade Escolar como objeto deste estudo.

Tabela 1: Endereço das Escolas.
Tabela 1: Address of schools.

Fonte: MACHADO, 2011.
Source: MACHADO, 2011.

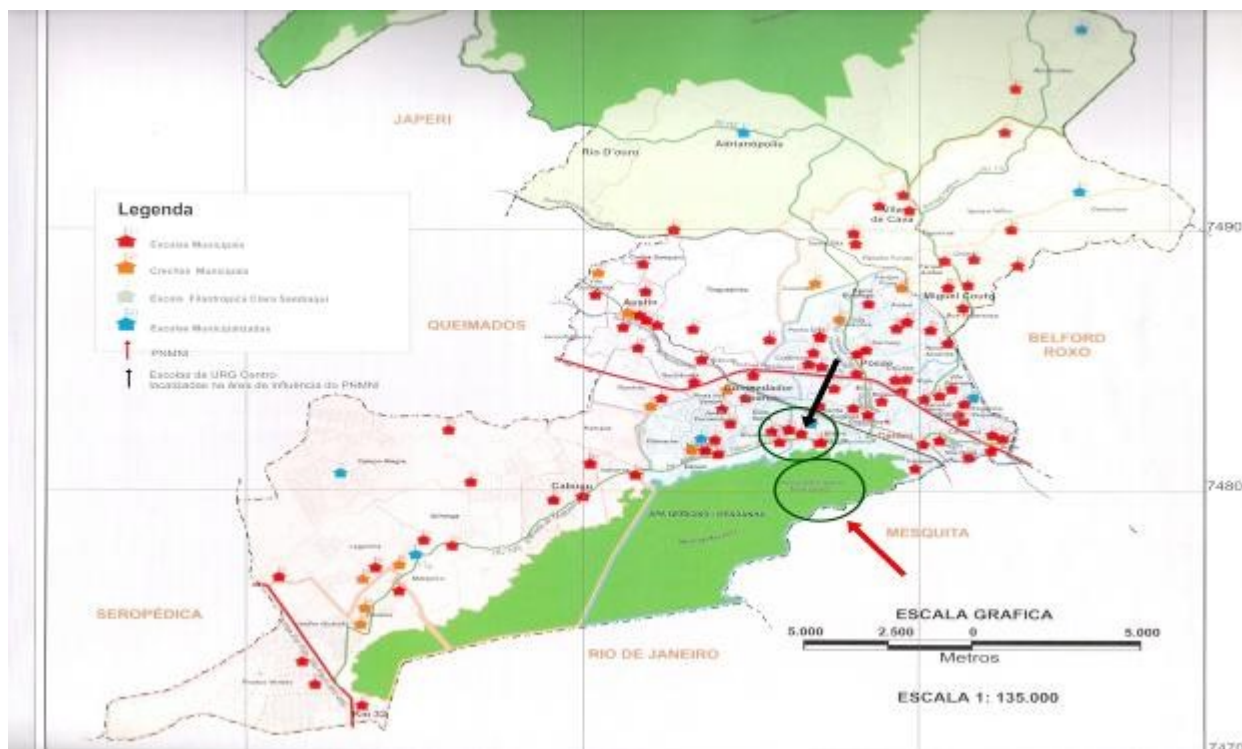
E.M. Monteiro Lobato	Rua Professor Paris s/nº - Centro CEP 26221 – 150
E.M. Julio Rabelo Guimarães	Rua Dom Henrique nº 230 - Dom Rodrigo CEP 26260 – 200
E.M.Prof. ^a Izabel dos S. Soares Mello	Rua Capitão Edmundo Soares nº 184 - K11 CEP 26250-440
E.M. Prof. ^a Venina Corrêa Torres	Rua João Batista Rodrigues nº 182 – Califórnia CEP 26220 – 470
E.M. Dr Thibau	Avenida Abílio Augusto Távora nº 1334 – Bairro da Luz CEP 26225 – 320

Figura 5: Escolas no Município de Nova Iguaçu.
Fonte: NOVA IGUAÇU, 2004; adaptado por Machado, 2011.

Figure 5: Schools in the city Nova Iguaçu.
Source: NOVA IGUAÇU; adapted by Machado, 2011.

Metodologia

O principal objetivo desta etapa consistiu em analisar o Plano de Manejo do



PNMNI (Figura 6) e avaliar/diagnosticar as práticas educativas, contextualizadas ao tema transversal “Meio Ambiente”, desenvolvidas nas escolas localizadas no entorno do Parque.

A avaliação das ações de educação ambiental aconteceu mediante visitas diretas na Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (SEMED), nas escolas e no Parque, aplicação de questionários e entrevista ao gestor do PNMNI.

Os questionários aplicados foram construídos tendo como foco as ações e o espaço de vivência para as práticas de EA e ecoturismo, possibilitando que os entrevistados fornecessem as respostas de forma livre (questionário aberto), o que gerou uma gama de respostas bastante parecidas, em função da realidade comum que permeia as Unidades Escolares.

Os questionários foram direcionados aos diretores e/ou coordenadores político-pedagógicos (CPP), professores do quinto ano do I segmento do Ensino Fundamental e professores do nono ano do II segmento do Ensino Fundamental. Cabe ressaltar que a participação efetiva na pesquisa foi concentrada dentro do universo de quarenta e oito questionários respondidos (Tabela 2).

Figura 6: Organograma do Plano de Manejo do PNMNI
Fonte: PCNI, adaptado por MACHADO, 2011.

Figure 6: Chart of the Management Plan of PNMNI
Source: PCNI, adapted by MACHADO, 2011.

o primeiro segmento de envolvidos com a temática ambiental pesquisado foi o

de diretores e/ou CPPs, que, somados, formam a equipe pedagógica. Esta equipe, responsável pelo direcionamento do trabalho de toda a Unidade Escolar, revela infor-



mações acerca da liderança efetiva que exercem no grupo de professores, no que diz respeito ao tratamento da temática ambiental.

Tabela 2: Educador e a disciplina que leciona.
Table 2: Educator and the discipline that teaches.
Fonte: MACHADO, 2011.
Source: MACHADO, 2011.

O segundo conjunto de atores envolvidos foi o de professores. Este grupo lida diretamente com o educando em sala de aula, sendo o viabilizador direto da possibilidade de construção de conhecimentos para seu público.

O terceiro conjunto de atores envolvidos foi representado pela gestão do PNMNI.

As perguntas dos questionários e da entrevista (gestor do PNMNI) buscaram diagnosticar como eram propostas e realizadas estas ações nas escolas pesquisadas e no

Escolas/ número de professores por disciplina	Diretor e/ou CPP	Cien.	Hist	Geo	Educ. Fis.	ILPT	Mat.	Ing	Artes	Ling. Port.	Integra- da (5º ano do 1º segmen-	Total de profs por escola
Escola Municipal Monteiro Lobato	1	1	2	5	2	1	1	1	1	1	5	21
Escola Municipal Venina Corrêa Torres	1	-	1	2	-	1	-	1	1	3	2	12
Escola Municipal Professora Isabel dos Santos Mello	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
Escola Municipal Dr. Thibau	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
Escola Municipal Julio Rabelo Guimarães	1	1	-	1	-	1	1	1	-	1	2	09
Total de professores por disciplina	5	2	3	8	2	3	2	3	2	4	13	48

PNMNI. As análises das respostas apresentaram resultados e reflexões aqui descritas e contribuíram para a construção de um prognóstico, que poderá ser implementado na Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu. O período de acompanhamento das escolas selecionadas correspondeu aos meses de junho a dezembro de 2010.

Resultados

O ecoturismo aliado à educação ambiental pode contribuir para a formação de alunos mais participativos e sensíveis a ações efetivamente conservacionistas. Contudo, essa realidade não se constitui numa prática exercida, tanto no PNMNI quanto nas escolas analisadas e, mais ainda, sem a existência de conectividade entre ambos, apesar da alta possibilidade de interação.

O objetivo do Subprograma de Educação Ambiental do PNMNI é bastante nobre, que é o de edificar um Programa de Educação Ambiental nas escolas da região, com vistas à construção de atitudes protecionistas ao ambiente (NOVA IGUAÇU, 2001), entretanto, na prática, o processo é diferente. São realizadas poucas visitas orientadas ao PNMNI com os alunos da Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu (Figura 7).

- 1 - ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO
- 2 - ESCOLA MUNICIPAL VENINA CORRÊA TORRES
- 3 - ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ISABEL DOS SANTOS MELLO
- 4 - ESCOLA MUNICIPAL Dr. THIBAU

Figura 7 - Periodicidade/ano das visitas ao PNMNI

Fonte: MACHADO, 2011.

Figure 7 - Frequency/year of visits to PNMNI

Source: MACHADO, 2011.



Segundo Geerdink e Neiman (2010, p. 70):

As atividades de campo podem promover ganhos no que se refere ao aprendizado diferenciado que o aluno recebeu. Ao possuir informações suficientes a respeito da realidade, os estudantes podem pensar de modo crítico sobre fatos e decisões que lhes são informadas, ampliando sua consciência socioambiental e instigando neles a vontade de mudanças. Os estudos do meio devem estar inclusos no projeto pedagógico das escolas como uma atividade que integra os conhecimentos, faz uma somatória dos aprendizados e permite ao aluno conhecer e amadurecer seus conceitos a respeito de questões e conteúdos trabalhados.

Acreditamos que a prática respaldada em trabalhos de campo deve deixar de ser pontual o que, por consequência, promoveria um maior envolvimento dos alunos com a temática ambiental e estimularia o processo ensino-aprendizagem, tornando-o mais participativo, interessante e próximo ao real e concreto.

Percebemos ao longo da pesquisa que existe no PNMNI uma carência de produção de material com finalidade pedagógica, que muito poderia contribuir para uma aproximação dos educandos com a proposta socioambiental e ecoturística em Nova Iguaçu.

Algumas questões precisam ser avaliadas em relação à estrutura do PNMNI, com o intuito de beneficiar à UC em seus aspectos ambientais propriamente ditos e de facilitar a apropriação de seu patrimônio ambiental por parte de seus alunos frequentadores. Citando alguns destes aspectos, a título de exemplificação, têm-se a contratação de profissionais, a construção de cursos de capacitação, a manutenção de trilhas, o incentivo a práticas ecoturísticas e de inclusão social.

Destarte, a desarticulação entre os atores sociais envolvidos na pesquisa é notó-

ria: escola (direção, CPP e professores) e gestão do Parque. Naquela, percebemos que, embora os integrantes estejam localizados, especificamente, dentro do mesmo ambiente, ainda assim, em alguns momentos, apresentam certo descompasso de planejamento e ações.

O pouco ou nenhum tratamento transdisciplinar é outro ponto que chama atenção nesta análise. Ainda não é efetiva a participação de todas as disciplinas no trabalho pedagógico voltado para o ambiente. Para o professor de segundo segmento, mais particularizada se torna a abordagem, relacionada, na maioria das vezes, àquelas disciplinas que tradicionalmente tem o ambiente intrínseco aos seus conteúdos programáticos. É, sem dúvida, uma perda para o aluno, que deixa de ter a oportunidade de receber contribuições oriundas de diversas ciências para a explicação da análise de seu próprio espaço. Esta questão é minorada nas turmas de primeiro segmento, em função do caráter integrador intrínseco a este profissional, único que articula todos os campos do saber.

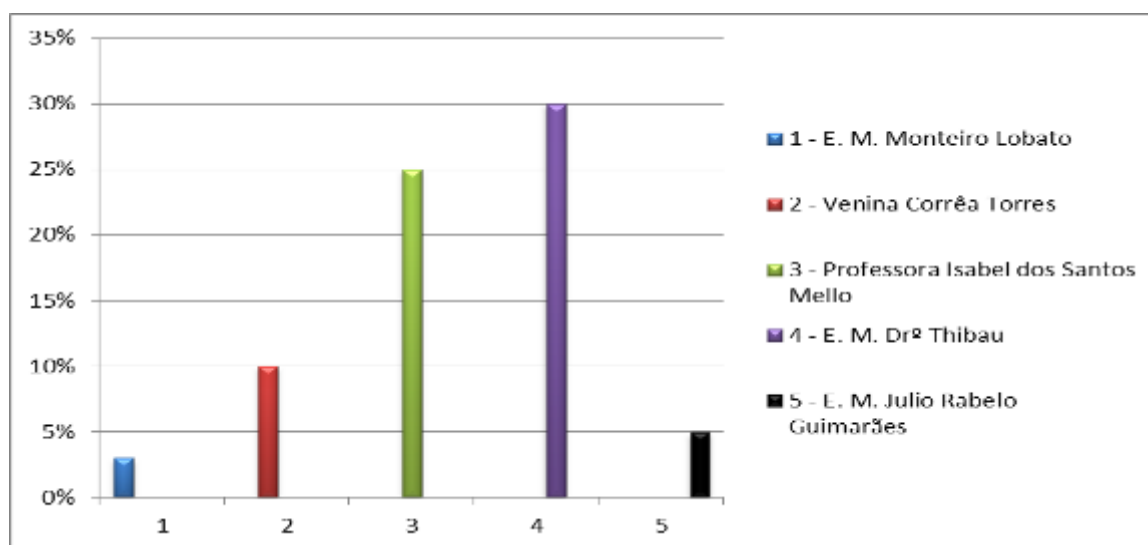
O profissional de primeiro segmento possui a seu favor o fato de ser ele o único a ministrar todas as disciplinas, o que lhe confere maior facilidade de integrá-las e realizar uma perspectiva de trabalho transdisciplinar. A temática ambiental ganha, neste sentido, a vantagem de ser analisada sob o viés de várias disciplinas, o que é muito enriquecedor para o aluno. Em contrapartida, este profissional não possui a especificidade científica que o docente de segundo segmento adquiriu ao longo de sua formação. Desta forma, por algumas vezes, o professor de primeiro segmento pode não conferir um aprofundamento específico à temática ambiental.

Com o professor de segundo segmento, esta questão não ocorre, contudo, apenas um seleto grupo de profissionais adota o pertencimento da temática ambiental à sua disciplina. O processo que poderia amenizar este contraste seria a formação continuada, voltada para a necessidade de cada grupo de profissionais.

Percebe-se, ainda, que dentro do universo dos profissionais das escolas pesquisadas, poucos deles haviam participado efetivamente de atividades de campo no PNMNI, apesar de saber da existência deste tipo de evento. Isto significa dizer que tal evento ainda é limitado e restrito a alguns profissionais.

Vídeos com finalidades pedagógicas também são raramente utilizados, e de certa forma, o trabalho ainda revela um caráter um pouco tradicional. Não percebemos a utilização de formas inovadoras, como a informática educativa. Quanto ao Projeto Político Pedagógico (PPP), alguns profissionais não o conhecem na íntegra, mas sabem de sua existência e de sua importância para o entrosamento de todo trabalho desenvolvido na unidade escolar (UE).

Chama atenção também, em algumas escolas (E.M. Monteiro Lobato e E.M. Prof. Venina Correa Torres), o fato do grande quantitativo de professores e alunos residir distante da UE, o que pode vir a acarretar uma falta de identificação com o entorno. A escola, vista apenas como um ponto de chegada ou partida, não gera para seus frequentadores uma identidade com o lugar. Todo o Patrimônio Ambiental que existe neste entorno traz uma ausência de significados para seus alunos e professores (Figura 8). Não há valorização e sequer conhecimento do ambiente natural ali intrínseco.



Fi-

gura 8: Quantitativo de professores que residem no entorno da escola

Fonte: MACHADO, 2011.

Figure 8: Quantitative teachers residing around the school

Source: MACHADO, 2011.

Diante desta realidade, é interessante que a escola e a administração do Parque promovam ações mais integradoras, onde haja incentivo de seus profissionais a utilizarem metodologias mais dinâmicas de trabalho, respaldadas na interdisciplinaridade, como: atividades de campo, recursos informáticos e meios atrativos de sensibilização.

É necessário, também, que espaços promotores de embasamento teórico conceitual acerca da temática ambiental sejam disponibilizados de forma ampla, com a respectiva orientação, suporte e acompanhamento das ações das escolas, bem como a avaliação dos resultados alcançados (BRASIL, 1998)

Quanto à gestão do PNMNI, é importante, inicialmente, uma maior articulação entre a secretaria responsável pela sua gestão – Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, e a secretaria responsável pela gestão das unidades escolares – a Secretaria Municipal de Educação. Ambas precisam coordenar um planejamento que contemple uma finalidade comum, um objetivo único a ser alcançado, para então formular as ações que possibilitarão alcançar a meta proposta. Esta finalidade comum é o desenvolvimento deste aluno – cidadão, que veja na sua cidade, Nova Iguaçu, na sua comunidade, no seu entorno, o Patrimônio Ambiental que lhe é imediato e que também está sob sua responsabilidade.

Assim como as escolas, o PNMNI precisa estar preparado para receber este público, e ainda, levar seu conhecimento até ele. Para tanto, é fundamental criar um elo entre o PNMNI e as escolas; construir um material de apoio adequado para dar suporte às ações que são desenvolvidas. Cabe a gestão do Parque incentivar as escolas a realizarem visitas com o suporte adequado. Já as escolas precisam inserir no planejamento, nas ações previstas no PPP, as visitas, as práticas ecoturísticas no PNMNI, embora as atividades sociais e estudos associando ecoturismo e educação ambiental sejam reduzidos.

Nesta perspectiva, ao estimular visitas ao PNMNI, a escola na figura da equipe pedagógica e, principalmente, professores, além de propor uma simples caminhada, pode explorar diversos temas, como: localização e enquadramento geográfico, memorial descritivo geral da UC, processo histórico de ocupação, Patrimônio Histórico e Natural, aspectos institucionais e legais, caracterização geobiofísica do Parque e caracterização socioeconômica.

Embora o foco esteja, sobremaneira, nas escolas, a gestão do Parque pode colaborar na efetivação das propostas de ações integradoras de educação ambiental formal e ecoturismo. Pode, também, fornecer toda a gama de informações sobre o manejo e gerenciamento do PNMNI.

Para a realidade iguaçuana, conhecer e compreender o campo do ecoturismo e da educação ambiental justifica-se como uma necessidade primordial para o desenvolvimento de iniciativas e intervenções, de diagnóstico ambiental e de gerenciamento e manejo do PNMNI. Por isso, é fundamental uma maior preocupação com a formação de atores sociais qualificados, capazes de atuar diretamente na animação de processos educacionais que envolvam, de forma ativa, as pessoas na defesa do ambiente e nas ações pela recuperação e melhoria das condições de vida.

Destarte, para que tais ações possam ser materializadas, algumas medidas devem ser construídas coletivamente, como a formação de parcerias para a obtenção de recursos (material e financeiro) fundamentais no ordenamento do ecoturismo local, de modo profissional; o desenvolvimento do ecoturismo, como forma de gerar renda para os moradores da região; o aumento do número de escolas e de alunos envolvidos em atividades de EA; a ampliação do número de visitas programadas ao Parque realizadas pelas escolas da Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu, principalmente, aquelas localizadas na área de influência do PNMNI; a identificação de temas e a produção de material educativo pertinente à região retratada nesta pesquisa; a busca de intercâmbio e apoio interinstitucional para as atividades de EA; e a criação de cursos de capacitação de multiplicadores.

Propostas integradoras

Uma proposta de ações integradoras de educação ambiental formal e ecoturismo orienta os atores sociais envolvidos a definirem as práticas político-pedagógicas que melhor atendam às suas necessidades. Podem oferecer opções de lazer e recreação controlados, em consonância com as premissas básicas para o desenvolvimento do ecoturismo, além de promover mudanças e respostas aos desafios ambientais contemporâneos para o Município de Nova Iguaçu.

Uma das questões aqui levantadas e discutidas é a preocupação com a capacitação do educador e, por conseguinte, com a formação do educando que, ao final dos seus anos de escolaridade esteja apto a interagir com o seu entorno imediato, representado

pelo PNMNI. É a formação do aluno que, após ter vivenciado ativamente o processo de educação ambiental ao longo de sua formação, pode fazer parte de uma comunidade pronta para integrar toda uma rede de apoio ecoturístico ao PNMNI, nele atuar direta ou indiretamente e, ao mesmo tempo, usufruir do lazer na natureza.

É emergencial, portanto, que este aluno, que muito brevemente será um ator social, se aproprie da correta percepção que envolve o ambiente e a educação ambiental. Para tanto, é interessante o conhecimento espacial e transdisciplinar dos aspectos do meio físico-biótico e socioeconômico do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu como subsídio fundamental às propostas educativas e ecoturísticas. Assim, vale à pena oportunizar: a construção de projetos, programas, ações conjuntas envolvendo universidades, SEMED, SEMAM e Gestores das UCs do município; divulgação e conhecimento do Plano de Manejo do PNMNI; ações efetivas de capacitação do público-alvo proposto, envolvendo todos os temas abordados nesta pesquisa (PCNs, PNLD, PM, Ecoturismo...) em associação a EA; uso da Internet via construção de sites ou aprimoramento do conteúdo de páginas já existentes, referentes às UCs e práticas de EA no município.

Propomos que iniciativas e perspectivas para a Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu sejam materializadas na construção de um curso de capacitação para professores, de acordo com o seguinte planejamento: apresentação do objetivo da capacitação; sensibilização do grupo pela temática; estabelecimento do local de realização; duração do curso; conteúdos trabalhados nos encontros; recursos audiovisuais; por quem será ministrado; referencial teórico apostilado; sugestões de trabalho prático com o aluno e a comunidade; estratégia de continuidade da proposta, pois as ações de EA devem ser gradativas, contínuas e diárias.

Neste sentido, tal proposta envolveria as mesmas cinco escolas acompanhadas, pelo fato de partir de uma realidade já bastante conhecida. Estas escolas seriam alvos de um programa de capacitação voltado para suas equipes pedagógicas e professores, articulado através de encontros presenciais abordando as seguintes questões:

=> construção de conhecimentos contextualizados à temática ambiental: caráter conceitual da EA e ecoturismo; reconhecimento das áreas de proteção ambiental do município de Nova Iguaçu, principalmente as que estão próximas as UEs selecionadas;

=> tratamento da temática através avaliação da problemática ambiental de cada Unidade Escolar e entorno;

=> culminância, com apresentação para a comunidade escolar e do entorno, dos resultados alcançados por cada escola;

Após a capacitação, a escola pode tratar da temática com mais propriedade, pois o ambiente natural tão importante e presente no entorno das escolas se transformará em fonte de conhecimento a ser construído e explorado pelo alunado.

Cabe ressaltar que o universo de escolas envolvidas nesta proposta pode ser ampliado, posteriormente, através da sugestão para a formação de uma rede, onde todas as escolas do município teriam voz e visibilidade, baseadas em capacitações na temática ambiental, apresentações e trocas de experiências dos trabalhos realizados ao longo do ano letivo ou em períodos pré-determinados. O professor de cada escola levará para este momento as práticas desenvolvidas, às inquietudes, e as perspectivas para o futuro.

O ambiente não será contemplado somente como um tema gerador ou uma proposta pontual, mas como um tema transversal, de interfaces com diferentes ciências/disciplinas/conteúdos e de tratamento por todas as áreas do conhecimento. Nesta pers-

pectiva, as ações desenvolvidas em todo o ano letivo, ganham relevância e espaço para o diálogo pelo caráter de urgência social e de abrangência local, regional e global, que instrumentalizam a comunidade escolar e do entorno no trato às questões ambientais locais.

Para tanto, caberia, uma proposta de acompanhamento, de formação continuada, onde todos os passos seriam valorizados para a melhor participação e interação entre os diferentes atores sociais e suas respectivas ações (individuais ou coletivas; pública ou privada), respaldadas em autoavaliações e autoajustes pertinentes a todo processo pedagógico e interdisciplinar: alternativo, infindo, gradativo e dinâmico para a sensibilização ecológica e mudanças de atitudes.

Considerações Finais

Ao analisarmos ambas as realidades – escolas e Parque – nos debruçamos sobre algumas constatações, e os resultados obtidos nesta pesquisa apontam-nos algumas proposições. Acerca das escolas, nosso processo investigativo revelou-nos que documentos valiosos, como os PCN's, que norteiam as ações pedagógicas, ainda não são referenciais em muitas escolas da Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu, o que pode representar um entrave para essas práticas. Além disso, detectamos dificuldades de diversas naturezas, que vão desde a falta de tempo dos professores e da equipe pedagógica para o simples preparo e/ou revisão de seu arcabouço intelectual acerca da temática; até a falta de um suporte material adequado para a realização de atividades de contato com o ambiente (os trabalhos de campo). E ainda, as comunidades locais pertencentes às escolas do entorno do PNMNI muitas vezes não tem nesta área protegida o referencial ambiental local para as práticas de EA e ecoturismo, o que nos obrigou a pensar em uma proposta que contemplasse esta etapa tão iniciática, que seria a percepção de seu próprio entorno.

Já sobre o PNMNI, identificamos outras dificuldades. Inicialmente, o Plano de Manejo, documento basilar na gestão do Parque é pouco conhecido e a consecução dos objetivos dos subprogramas de ecoturismo e educação ambiental não foi constatado durante as análises desenvolvidas através da presente pesquisa. Observamos ainda a presença de dificuldades para a promoção da divulgação dos pontos notáveis da referida UC e para o envolvimento da comunidade local que, por ser conhecedora da região, muito poderia contribuir na descoberta de novas atrações ecológicas que pudessem integrar roteiros de ecoturismo. Relembramos que o envolvimento da população local é fundamental na prática ecoturística.

Esforços de naturezas diversas precisam ser implementados com o propósito de atender as demandas propostas pelos PCN's e pelo Plano de Manejo do PNMNI. Neste, esta realidade ainda é modesta; já nas escolas selecionadas, ainda verificamos o processo de adaptação pelo qual passam, em se tratando de se adequarem às proposições contidas nos PCN's. Além disso, elas necessitam da implantação efetiva de um programa de EA que realmente as atenda, no tocante a construção de hábitos e atitudes de respeito e proteção aos recursos naturais e culturais do Parque e da região como um todo.

Neste sentido, ratificamos o caráter emergencial do aprofundamento da temática ambiental junto aos atores que compõem esta proposta de união entre educação ambiental e ecoturismo, com vistas ao estabelecimento de uma nova dinâmica ambi-

ental que agregue valores à prática do turismo e mudança de comportamento em relação ao ambiente. Alcançar estes atores significa qualificá-los de formas específicas, acordadas as suas respectivas ações. O gestor do Parque, o educador (de forma continuada), o diretor e o Coordenador Político Pedagógico precisam ser levados à reflexão para que possam, então, proporcionar a sensibilização e formação do educando das escolas da área do entorno do PNMNI.

Por estarmos imersos nesta realidade (e em particular na realidade das escolas) propomos aqui um conjunto de ações que, pela nossa vivência, acreditamos ser viáveis no contexto do nosso âmbito de estudo. Indubitavelmente, estas ações não podem ser isoladas, elas precisam constituir um conjunto sistêmico no sentido de alcançar uma mudança frente aos recursos naturais existentes no PNMNI. Inicialmente nele, pois conforme expomos ao longo da pesquisa, a mudança de atitudes é ampliada às escolas cada vez maiores de atuação e inserção dos indivíduos.

Consideramos que as possibilidades de aplicação dos propósitos da Educação Ambiental nas práticas ecoturísticas tendo como cenário o PNMNI são bastante promissoras. A partir da ampla requalificação dos atores sociais envolvidos em projetos de EA, serão maximizados os impactos positivos, acarretando a melhor distribuição dos benefícios dele decorrentes e levando a uma maior proteção ambiental.

A sociedade sustentável não é para nós um discurso longínquo e com pouca aplicabilidade prática. Ao contrário, encontra no município de Nova Iguaçu a possibilidade real de reunir os diversos atores capazes de influenciar positivamente a fração da sociedade mais receptiva à aquisição do conhecimento – os alunos; e aqueles desejosos de mudanças que agreguem valor às suas experiências de vida – os habitantes do entorno da UC.

A ideia de trazer a eles novas reflexões e mais do que isso, uma sistematização das ações oriundas destas novas perspectivas é tarefa passível de realização que, acreditamos, possa ter resultados em um prazo de tempo que não erraríamos em chamar de breve. A escola, na figura do educador, a partir das habilidades e competências desenvolvidas nos cursos de capacitação, dará um novo enfoque ao trato do tema ambiente, além de estimular e colaborar na execução das práticas de EA que agucem a sensibilidade dos cidadãos iguaçuanos para reconhecer e fomentar ações com bases sustentáveis. O PNMNI, na figura do seu gestor, recepcionará as ações oriundas das unidades escolares, e proporcionará a elas um novo arcabouço infraestrutural, capaz de maximizar os resultados destas ações para os educandos e para a sociedade local.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2000.

BRASIL. Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Senado Federal, 1997.

CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. **Área de proteção ambiental**: planejamento e gestão de paisagens protegidas. São Carlos: Rima. 2002.

CADEI, M.S. **Educação Ambiental e Agenda 21 Escolar**: formando elos de cidadania. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2010.

CALLAI, H.C. O ensino da Geografia: recortes espaciais para análise. *In*: CASTROGIOVANNI, N.O. *et.al.* **Geografia em sala de aula**: prática e reflexões. Porto Alegre: UFRGS/AGB, 2003.

CORIOLOANO, L.N.M.T (org.). **Turismo comunitário e responsabilidade sócio-ambiental**. EDUECE: Ceará , 2003.

COSTA, N.M.C. da. Ecoturismo: abordagens e perspectivas Geográficas. *In*: COSTA, N. M. C. da; NEIMAN, Z.; COSTA, V.C. da (orgs). **Pelas Trilhas do Ecoturismo**. São Carlos: Rima, 2008.

COSTA, N. M. C. da; COSTA, V.C. da. **Turismo e Meio ambiente**. CECIERJ: Rio de Janeiro. 2009.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2000.

GEERDINK; S. NEIMAN, Z. A educação ambiental pelo turismo. *In*: **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. NEIMAN, Z; RABINOVICI, A (Orgs). Barueri: Ed. Manole. 1ª, edição. 2010, pp.63-83.

LEONARDI, M.L.A. Educação Ambiental e teorias econômicas: primeiras aproximações. *In*: ROMEIRO, A.R. *et.al.* **Economia do Meio Ambiente**: teorias, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: EMBRAPA/ UNICAMP, 1997.

MACHADO, M. L. F. Ecoturismo e Educação Ambiental no contexto da Baixada Fluminense: um diagnóstico das escolas do entorno do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – RJ. 2011. 143f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, M. L. F. As ações de Educação Ambiental no contexto da Baixada Fluminense: o exemplo da Entidade Ambientalista e Práticas Sustentáveis Onda Verde (Tinguá – Nova Iguaçu / RJ). 2007. 156f. **Monografia** (Especialização em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MELLO, F.A.P. Ordenamento da malha de trilhas como subsídio ao zoneamento ecoturístico e manejo da visitação no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – RJ. 2008. 192f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. Ecoturismo: Discurso, desejo e realidade. *In*: **Ambiente, Educação e Ecoturismo**. NEIMAN, Z. (Org.). Barueri: Ed. Manole, 1ª edição, 2002, pp.159 -176.

NOVA IGUAÇU (RJ). **Atlas Escolar Geográfico da Cidade de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu: A Prefeitura, 2004.

NOVA IGUAÇU (RJ). Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu: A Prefeitura, 2001. 3 v.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SIMÕES, M. R. **A Cidade Estilhaçada**: reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Entorno: Mesquita, 2007.

Marcia Luiza Figueiredo Machado: Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

Email: marcialuizafm@terra.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6986236447556623>

Nadja Maria Castilho da Costa: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: nadjacastilho@oi.com.br

Link para o currículo: <http://lattes.cnpq.br/8646672305430213>

Data de submissão: 26 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 11 de dezembro de 2012

Data do aceite: 11 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da Reserva São Marcos (RR)

Indigenous tourism and sustainable development: an analysis of opportunities and limitations of tourism in indigenous communities of São Marcos Reserve (RR, Brazil)

***Cristiane Nascimento Brandão, José Carlos Barbieri,
Edgar Reyes Junior***

RESUMO

Recentemente, o interesse pelo turismo indígena aumentou significativamente no Brasil. Pesquisas internacionais centram suas discussões em torno da autonomia e sustentabilidade dos povos indígenas, do papel da sua cultura como produto turístico e dos problemas associados às políticas públicas nacionais. No Brasil, o turismo indígena não é um segmento reconhecido pelo poder público, embora estejam em curso diversas iniciativas conduzidas por comunidades indígenas. O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa exploratória para analisar as perspectivas dos povos indígenas da Reserva São Marcos (RR), quanto ao desenvolvimento do turismo indígena e sua influência na sustentabilidade ambiental, econômica e social. Foram realizadas entrevistas com lideranças e representantes do órgão responsável pela execução da política indigenista no Brasil, a FUNAI. Posteriormente, foi aplicado um questionário em 64 lideranças indígenas representes de 32 aldeias. O estudo revelou que essas lideranças consideram o turismo uma oportunidade para conquistar autonomia, controle e sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, mas apontam diversos problemas que podem trazer para as áreas indígenas e suas comunidades, como conflitos entre membros da comunidade, distribuição dos benefícios, perda da identidade cultural, perturbação da vida selvagem, ameaça a espécies da região e poluição de lagos e rios da reserva.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável; Turismo Sustentável; Turismo Indígena.

ABSTRACT

Recently, the interest in indigenous tourism has increased significantly in Brazil. International researchers focus their discussions around sustainability and autonomy of indigenous people, the role of culture as a tourism product and the problems related to national public policies. In Brazil, Indigenous tourism is not recognized by the government, although there are several ongoing initiatives led by indigenous communities. This paper aims to present the results of a survey that analyzed the perspectives of indigenous people of São Marcos Reserve (RR, Brazil), concerning the development of indigenous tourism and its influence on environmental, economic and social sustainability. Interviews were conducted with leaders and representatives of the implementing agency of indigenous policy in Brazil, FUNAI. Afterwards, a questionnaire was administered in 64 indigenous leaderships from 32 villages. The study revealed that these leaders consider tourism as an opportunity to get autonomy, control and economic, social, cultural and environmental sustainability. However the results also show several problems caused by tourism to the communities and indigenous areas, such as conflicts between community members, distribution of benefits, loss of cultural identity, disturbance of wildlife, threat to the region species and pollution of rivers and lakes of the reserve.

KEYWORDS: Sustainable Development; Sustainable Tourism; Indigenous Tourism.

Introdução

O interesse em torno do desenvolvimento de turismo indígena tem aumentado significativamente (NEPAL, 2005). Segundo o autor, as discussões estão centradas principalmente nos aspectos de capacitação, autonomia e sustentabilidade. Ryan (2000 *apud* NEPAL, 2005) também menciona os povos indígenas, o seu papel na indústria do turismo, a natureza de sua cultura como produto turístico e os problemas associados à regulamentação, como os principais tópicos dentro da literatura do turismo. No Brasil, o turismo indígena é pouco difundido, ainda não é um segmento reconhecido pelo poder público e tampouco possui regulamentação específica. Apesar de várias iniciativas existentes, poucas se tornam temas de estudos científicos.

O presente artigo tem como objetivo analisar as perspectivas dos povos indígenas da Reserva São Marcos, localizada no Estado de Roraima, quanto ao desenvolvimento do turismo indígena e sua influência na sustentabilidade ambiental, econômica e social. Trata-se de um estudo exploratório baseado na análise de dados primários (entrevistas com lideranças indígenas e agentes públicos relacionados com a política indigenista nacional, e questionários aplicados em 64 lideranças indígenas de 32 aldeias) e secundários (documentos, relatórios e material publicado). Para a coleta, foi utilizado questionário adaptado de Nepal (2005). A escolha da Terra Indígena (TI) São Marcos para a aplicação deste estudo se deu em função das iniciativas de algumas aldeias pertencentes a TI em inserir o turismo como atividade econômica. Algumas dessas comunidades têm trabalhado no turismo há pelo menos 10 anos sem qualquer apoio do poder público estadual ou federal. Tais iniciativas chamaram atenção de outras lideranças indígenas que passaram a se mobilizar para aderir ao turismo. Atual-

mente, líderes de comunidades se organizam para realizar consultas públicas pela regulamentação da atividade.

Este trabalho pretende contribuir para preencher uma lacuna do campo de estudo sobre turismo sustentável nas terras Indígenas de um modo geral e da Amazônia Brasileira de maneira específica. Assim em primeiro lugar, será apresentada uma discussão sobre desenvolvimento sustentável e turismo sustentável, de onde surgem os conceitos relacionados com o turismo em terras indígenas. Este tipo de turismo é pouco explorado na literatura nacional, seja porque há poucas experiências concretas em andamento, seja porque os assuntos relacionados com as comunidades indígenas têm sido tratados sob a ótica do Direito e da Antropologia dentro de enfoques de políticas públicas indigenistas, uma esfera de competência da União, como estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988. Por isso, os profissionais que lidam com o turismo pouco têm se aventurado nessa área, e da mesma forma, os pesquisadores e acadêmicos. Por isso, a seção referente ao turismo em áreas indígenas tem como base uma literatura desenvolvida em outros países. É notória a escassez de obras científicas sobre este tema no Brasil, como se pode observar na revisão teórica. Após a revisão teórica, será apresentado o método de pesquisa adotado para estudar o turismo na reserva indígena de São Marcos – Estado de Roraima. As últimas seções apresentam e discutem os resultados da pesquisa, bem como suas limitações, e fazem recomendações para estudos futuros.

Revisão bibliográfica

As ideias sobre desenvolvimento sustentável têm suas origens na busca de soluções para as crises sociais e ambientais que se tornam cada vez mais profundas e adquirem uma dimensão planetária. Entre as primeiras manifestações estão os estudos da UNESCO e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) que viriam a gerar o programa Homem e Biosfera na década de 1970 com o objetivo de criar as bases científicas para melhorar as relações dos seres humanos com o meio ambiente. Esse programa, que existe até hoje, tem entre suas atividades mais conhecidas a criação de uma rede de reservas da biosfera. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, dando continuidade aos estudos dessas organizações, enfatizou a necessidade de vincular o desenvolvimento socioeconômico ao cuidado com o meio ambiente, este considerado como o provedor daquele, como expresso em um dos princípios aprovados:

os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento (Princípio 2).

Esse entendimento foi aprofundado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), conhecida como Comissão Brundtland (de Gro Harlem Brundtland, ex Primeira Ministra da Noruega). Em seu famoso relatório, denominado Nosso Futuro Comum, esta Comissão apresenta a definição mais divulgada sobre desenvolvimento sustentável:

desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (CMMAD, 1991; pg. 46).

Sobre o debate a respeito de crescimento e desenvolvimento, algo que sempre vem a tona, a CMMAD defende a ideia de retomada do crescimento econômico como condição fundamental para erradicar a pobreza, porém aponta para a necessidade de modificar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em materiais e energia. A partir da publicação desse relatório e da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, esse modo de conceber o desenvolvimento ganha adeptos no mundo todo de forma crescente, sendo um tema considerado com muita frequência em políticas públicas e empresariais, embora esteja longe de ser um consenso, como mostram Gladwin, Kennelly e Krause (1995), Alier e Jusmet (2000), Costanza (2001), Nobre (2002), Fergus e Rowney (2005), Barbieri e Cajazeira (2009), entre outros.

Para Whitford e Ruhanen (2010) o apoio dado ao conceito tem sido atribuído à semântica atraente do termo, que oferece, embora de maneira contraditória, a possibilidade de dar continuidade ao desenvolvimento econômico que não prejudique a capacidade de carga do planeta. Para esses autores, o desenvolvimento sustentável implica em: 1) ambientes construídos a partir da reutilização de materiais e da utilização sustentável dos recursos naturais; 2) ecossistemas mais saudáveis; 3) desenvolvimento econômico mais sensível às necessidades do lugar, em vez de promover os lucros a uma minoria; 3) melhoria e distribuição equitativa das condições ambientais e econômicas.

O desenvolvimento sustentável como colocado acima remete ao plano global, é projeto para toda a Humanidade, o que traz um complicador a mais quando se pensa em sua operacionalização. Se já é difícil implementar políticas de desenvolvimento nacional subnacional e local, como ficou fartamente mostrado nas experiências de vários países, dentre eles o Brasil, na escala planetária espera-se encontrar maiores dificuldades. Por isso, a segmentação por atividades ou por setores tem sido uma das formas de superar as dificuldades, resultando as propostas sobre agricultura sustentável, indústria sustentável, cidades sustentáveis, energia sustentável, construções sustentáveis, logística sustentável e, como não poderia ficar fora, turismo sustentável. A palavra sustentável, um adjetivo que modifica o substantivo, traz a ideia de um novo modo de pensar e praticar as atividades humanas de um modo geral para que elas contribuam para alcançar o desenvolvimento sustentável na sua área de influência.

Turismo Sustentável

Turismo sustentável é um modo de conceber o turismo em qualquer uma das suas modalidades, independentemente do local em que é praticado. É um termo mais amplo aplicável a qualquer modalidade de turismo e não apenas aquelas que têm na natureza o seu elemento de atração, como o ecoturismo e o turismo de natureza. Vários pesquisadores ampliaram o significado de turismo para incluir os conceitos e ob-

jetivos do desenvolvimento sustentável, o que implica na concepção de uma atividade com viabilidade em longo prazo e boa qualidade dos recursos naturais e humanos (BRAMWELL; LANE, 1993). Questões de sustentabilidade tornaram-se parte essencial do tecido social e político na maioria dos países, e o envolvimento de todos os intervenientes, incluindo as comunidades, também foi amplamente discutido (JAYAWARDENA *et al.*, 2008).

Como mostra Swarbrooke (2000), os debates a respeito de turismo sustentável começaram na década de 1960 com a explosão do turismo em massa e seus impactos negativos. Na década seguinte observou-se um aumento da preocupação sobre os impactos negativos do turismo. Na década de 1980, com a preocupação e reconhecimento dos impactos negativos do turismo, começou a ser usada a expressão “turismo sustentável”, levando em consideração as implicações do relatório da CMMAD, mencionado na seção anterior. A partir da década de 1990 a expressão “turismo sustentável” tornou-se frequente, acompanhando a popularidade do conceito de desenvolvimento sustentável, como já mostrado.

Hunter e Green (1995) e Organização Mundial do Turismo (WTO, 2004) sugerem que a sustentabilidade do turismo inclui qualidade de vida das comunidades de acolhimento, a satisfação do visitante e uso adequado dos recursos naturais e sociais. Nesse sentido, a WTO descreve o desenvolvimento do turismo sustentável como um processo que atende às necessidades atuais dos turistas e das comunidades receptoras, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras (WTO, 2004). Esta definição é a mesma da CMMAD, apenas introduzindo a palavra turismo. Nessa mesma linha, Swarbrooke (2000, p.19) o define turismo sustentável como “*turismo que é economicamente viável, mas que não destrói os recursos dos quais o turismo do futuro dependerá, principalmente o meio físico e o tecido social da comunidade local*”.

O objetivo do turismo sustentável é satisfazer as necessidades básicas da sociedade e ampliar a oportunidade para uma maior qualidade de vida (WTO, 2005). Para atingir este objetivo, Byrd (2007) entende que deve haver uma estrutura social que facilite a resolução de conflitos. Para esse autor, o sistema econômico deve ser capaz de produzir uma fonte contínua de excedentes e uma fonte de conhecimento técnico. A preocupação com a conservação do meio ambiente deve ser permanente, pois não se trata de processos estáticos, mas dinâmicos e, portanto, flexíveis e adaptáveis.

O turismo pode gerar impactos positivos e negativos no local de recepção, dependendo de como é planejado, implementado e gerenciado. Swarbrooke (2000) mostra que são necessárias condições favoráveis para que o turismo contribua para o desenvolvimento econômico e social dentro das capacidades de carga dos ecossistemas. Dessa maneira, o turismo sustentável requer a participação de todos os interessados (cidadãos, empresários, líderes comunitários, entre outros), bem como de lideranças políticas para garantir consenso nas decisões, conforme mencionam Butts e Singh (2010). O foco na participação das partes interessadas realça ainda mais a sua capacidade de lidar com vários problemas percebidos como apontaram WTO (2004), Byrd (2007), Timur e Getz (2009) e Nizic *et al.* (2010). Para esses últimos autores, o turismo sustentável é o turismo com base em um acordo com a comunidade local, empresários e outros. Segundo eles, há no momento uma tendência para desenvolver

o turismo de uma forma justa e aceitável para as comunidades locais, economicamente sustentável ao longo do tempo e que evita atrações turísticas que causem prejuízos ao ambiente físico.

Nizic *et al.* (2010) afirmam que é necessário ter uma estrutura de gestão com metas claras e coerentes, determinadas em conjunto por todas as partes interessadas e com base na realidade das localidades e das regiões (NIZIC *et al.*, 2010). Usar da melhor maneira possível os recursos disponíveis é um dos principais desafios do turismo sustentável, pois, conforme mencionam Johnston e Tyrrel (2007), os objetivos da comunidade de acolhimento com relação ao turismo muitas vezes diferem daqueles da indústria do turismo, ou seja, as soluções mais desejáveis para a indústria do turismo podem não ser desejáveis para os residentes locais. Dessa forma, os processos de gestão dos destinos turísticos devem ser baseados em um conceito que permita a identificação de soluções eficientes e eficazes, sobre uma estrutura holística que inclua política, planejamento e desenvolvimento de forma a garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos equitativamente entre todas as partes interessadas (DOUGLAS, 2006; RUHANEN, 2006; LIM; COOPER, 2009).

Turismo em Terras Indígenas

Hinch e Butler (1996, p. 9) definem o turismo indígena como "*atividade turística em que os povos indígenas estão diretamente envolvidos, quer através do controle ou por verem a sua cultura servir como a essência da atração*". Conforme Parker (1993, *apud* ZEPPEL, 2006), na Austrália, turismo indígena ou aborígene é aquele em que o produto turístico é de propriedade indígena, emprega ou é operado pelos povos indígenas. No Canadá o turismo indígena é reconhecido como qualquer produto ou serviço de turismo operado por eles em suas reservas.

Segundo Smith (2006) turismo indígena é a atividade que atrai turistas para fazer visitas às aldeias indígenas, a observação de danças e cerimônias, compras de artesanato, dentre outras curiosidades. Para Hitchcock (1999, p. 18) "*turismo indígena se caracteriza na busca pelo exótico, intocado, em sua forma autêntica*". Já nos trabalhos de Bolnick (2003), o etnoturismo envolve a exibição da cultura e do estilo de vida indígena para os visitantes, por meio de interações pessoais, facilitando a comunicação intercultural e a educação. Para Zeppel (1999, *apud* RYAN; HUYTON, 2005), o produto do turismo indígena tem as seguintes características: (1) os próprios povos indígenas; (2) as práticas da cultura indígena; (3) o artesanato indígena; e (4) a gastronomia indígena, dentre outros atrativos. Como resultado, constrói-se uma maior compreensão e tolerância entre diferentes culturas. Como diz Weaver (2010), cada etnia possui uma cultura própria e adaptada às suas necessidades, organizadas em um contexto específico onde a natureza é fundamental para o desenvolvimento de seu modo de vida.

Para Pitchford (2006) o turismo indígena, por ter suas raízes na antropologia, muitas vezes é tido como um subconjunto do turismo cultural ou do etnoturismo. Já para Sinclair (2003), este subcampo é visto, mais claramente, como um fenômeno interdisciplinar dentro do campo de estudo do turismo, e o considera uma subdivisão do ecoturismo. Conforme Hinch e Butler (1996) o turismo indígena surgiu como um campo da investigação científica a partir da década de 1970, com trabalhos de investigação antropológica. Posteriormente, na década de 1990, o campo foi inserido

no contexto de desenvolvimento econômico estratégico, que aperfeiçoou e analisou a relação contenciosa entre comunidades indígenas, áreas protegidas e ecoturismo (SMITH, 1989 *apud* HINCH; BUTLER, 1996). Foi durante estas duas fases que questões relevantes do turismo indígena começaram a ser moldadas de forma mais explícita dentro de um contexto de sustentabilidade.

De acordo com Brandão *et al.* (2011), em pesquisa recente, analisaram 45 artigos no período de 2005 a 2010, publicados em seis revistas internacionais dedicadas ao turismo e identificaram que os temas mais abordados foram o desenvolvimento sustentável e turismo sustentável, o que demonstra que o tema continua relevante e atual. Observou-se que quando se fala em turismo indígena, a temática sustentabilidade está presente na maioria das vezes. Entre os temas tratados nos artigos, os mais frequentes foram: desenvolvimento sustentável, turismo sustentável em áreas protegidas, parcerias e políticas públicas.

Weaver (2009) menciona que quase todos os povos indígenas já foram afetados em maior ou menor grau pela difusão do turismo de massa, nos EUA, na Austrália e no Canadá. Este tipo de turismo nem sempre está apoiado nos princípios da sustentabilidade. Dessa forma, esse autor recomenda que as questões pertinentes ao turismo devam ser moldadas em torno de um contexto de sustentabilidade. Conforme já dizia Swarbrooke (2000), o modo de vida dos povos indígenas pode contribuir para a conservação do meio ambiente, em especial a conservação da biodiversidade. A Agenda 21, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, reconhece explicitamente esse fato ao considerar os povos indígenas como parceiros principais para a promoção do desenvolvimento sustentável, para os quais dedica o Capítulo 26. A Declaração sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, também aprovada nessa Conferência, estabelece que:

os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, desempenham um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento do meio ambiente, em função de seus conhecimentos e suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e dar apoio devido a sua identidade, cultura e interesses, e assegurar sua participação efetiva no processo de busca do desenvolvimento sustentável (Princípio 22).

Legislação indigenista

Souza e Barbosa (2011) mostram que a legislação indígena seguiu ao longo da história o paradigma do extermínio, o da integração e, por último, o do reconhecimento de direitos originários e ampliação de garantias com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De acordo com Marés (2001), no período colonial o colonizador declarou guerra aos indígenas, fazendo deles escravos e a legislação procurou integrá-los, por meio do casamento, da catequese ou pela integração como trabalhadores livres. Após a independência, os índios sequer foram citados nas Constituições de 1824 e 1891. A política indigenista efetivamente começa em 1910 quando foi criado o Serviço de Proteção ao Índio, cuja vigência termina em 1967 ao ser substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em vigor até os dias atuais (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), da mesma forma que as anteriores,

também estabelece a competência privativa da União para legislar sobre as populações indígenas. Além de disposições esparsas sobre estas populações, a CF/88 dedica a elas o Título VIII, Capítulo VIII, que trata da ordem social. Ao indígena é reconhecida sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988, art. 231). O Estatuto do Índio, instituído pela Lei nº 6.001 de 1.973, por não conter dispositivos contrários a ela, foi recepcionada pela CF/88.

De acordo com Marés (2001), foi a CF/88 que reconheceu o direito dos indígenas de continuarem a serem índios sem a necessidade de integração na sociedade nacional. A CF/88 garante o uso das terras habitadas pelos índios, assim como, sua utilização para atividades produtivas, de forma a promover seu bem estar. Nesse contexto, assim como a agricultura, a caça e a pesca, o turismo poderia estar incluído. Ela não proíbe, em momento algum, o exercício do turismo como atividade econômica em terras indígenas.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto 7.747 de 2.012, tem por objetivo garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas. A PNGATI estabelece objetivos específicos estruturados em sete eixos, sendo que o eixo 5 refere-se ao uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas. Entre os objetivos específicos desse eixo está o apoio às iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impacto socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades (art. 4º, inciso V, g).

A PNGATI fala em etnoturismo e ecoturismo. Grosso modo, etnoturismo pode ser definido como turismo voltado para viagens a fim de colocar os turistas em contato com grupos étnicos no intuito de que aqueles possam conhecer seus usos e costumes. Essa modalidade de turismo também é consistente com o ecoturismo, basta ver quantas vezes a legislação indígena fala em meio ambiente, como mostram Brandão *et al.* (2011). Ceballos-Lascuráin (1999), a quem se atribui o uso pioneiro da palavra ecoturismo, entende que esta modalidade envolve viagem a áreas relativamente preservadas com objetivo específico de lazer, de estudo ou para admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente. Observa-se, portanto, que não há qualquer vedação legal no que se refere à prática de atividades econômicas no território indígena. O turismo pode ser uma opção que, além de possibilitar um incremento na renda, pode ainda promover o resgate e a valorização da cultura indígena, bem como, a preservação do meio ambiente, tendo em vista que cultura e meio ambiente são os principais elementos do turismo indígena.

As Terras Indígenas São Marcos (RR)

O objetivo deste artigo é analisar as perspectivas dos povos indígenas da Re-

serva São Marcos (RR) quanto ao desenvolvimento do turismo indígena e sua influência na sustentabilidade ambiental, econômica e social. Essa reserva está situada ao norte do Estado de Roraima, a Terra Indígena São Marcos é a maior em extensão de terras já demarcadas em área de lavrado e a única cortada por rodovia federal asfaltada, e possui uma extensão total de 654.110 hectares. A criação desta Reserva indígena remonta à história da colonização do Rio Branco pelos portugueses e coincide com a introdução da pecuária nos campos naturais da região (FUNAI, 2003).

No final do século XVIII foi criada a fazenda São Marcos, cujos limites descritos pelo Ministério da Fazenda, coincidem precisamente aos da atual Terra Indígena de São Marcos. Consideradas latifúndios de propriedade da União e de importância geopolítica por estarem situadas em fronteiras em litígio, essas áreas foram entregues ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que posteriormente instalou um posto indígena em sua sede. A área de atuação deste órgão consistia no atendimento às populações indígenas, principalmente nas questões referentes às atividades agropecuárias. Mais tarde, o órgão foi extinto com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A Terra Indígena São Marcos foi demarcada em 1976 e, homologada pelo Decreto Presidencial nº 312 de 29/10/1991 (RORAIMA, 2010). Dentro dos limites da Terra Indígena de São Marcos habitam três etnias indígenas: Macuxi e Taurepang, de filiação linguística Caribe; e Wapixana, de filiação Aruak. A população Taurepang, a menos numerosa, concentra-se na região norte da Terra Indígena de São Marcos; a Wapixana, na região sul; e a Macuxi, a mais numerosa, encontra-se dispersa por toda a área. Segundo levantamento realizado em 2003 pela FUNAI, a população residente na área é de 3.554 índios distribuídos em 32 aldeias.

A estrutura social acontece de maneira similar para as três etnias. As aldeias ficam dispersas ao longo do perímetro da reserva e geralmente ocupam margens de cursos d'água secundários. Existe uma concepção de livre acesso dos indivíduos ou grupos domésticos a terra e aos recursos naturais. As aldeias apresentam existência curta e a formação permanente de novas aldeias é um traço fundamental da estrutura social destes povos.

Quanto à organização social, esta se baseia no parentesco bilateral e as aldeias têm autonomia política marcante. São lideradas por um "tuxaua" eleito pela comunidade. Não existem conflitos entre as três etnias e o índice de casamentos entre eles é alto. Quanto à economia, os indígenas de São Marcos vivem basicamente da agricultura e da pecuária de subsistência. Duas aldeias se destacam no desenvolvimento do turismo, atividade inserida pelos próprios indígenas há aproximadamente dez anos. Ao acompanharem os resultados positivos provenientes do turismo, outras lideranças começaram se organizar para introduzir o turismo como atividade econômica.

Metodologia

Para analisar as perspectivas dos povos indígenas da Reserva São Marcos–Roraima quanto ao desenvolvimento do turismo indígena e sua influência na sustentabilidade ambiental, econômica e social, foi realizado um estudo exploratório baseado na análise de dados primários (entrevista aplicada a instituições indigenistas e uma coleta de dados aplicada às lideranças indígenas) e secundários (documentos, relatos e material publicado). Para a coleta, foi utilizado questionário adaptado de Nepal

(2005).

A primeira etapa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com dois públicos-alvo. O primeiro é constituído pelos gestores e técnicos do órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, totalizando 10 entrevistados que receberam a denominação de F1 a F10. Com relação ao segundo público-alvo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 17 lideranças indígenas, designadas de L1 a L17. Também foram analisados relatórios, projetos, materiais publicados e outros documentos oriundos das próprias comunidades e do órgão indigenista. Ressalta-se que as informações obtidas através desses documentos foram importantes, uma vez que puderam ser relacionadas ao material coletado por meio de entrevistas. O roteiro de entrevista utilizado era composto de 20 perguntas abertas, cujas informações foram confrontadas com as obtidas nos documentos analisados. As entrevistas tiveram entre 20 e 30 minutos de duração e foram realizadas entre fevereiro e março de 2012.

No segundo momento da pesquisa foi aplicado um questionário composto somente de questões fechadas, para 64 lideranças Indígenas, representantes das 32 aldeias (dois representantes por comunidade) presentes na Terra Indígena São Marcos. A realização dessa etapa aconteceu quando esses sujeitos estavam reunidos em assembleia, que são reuniões periódicas realizadas com o objetivo de planejar ações das aldeias indígenas de São Marcos, visando seu funcionamento. Na ocasião discutiu-se sobre a visão e entendimento dos indígenas acerca do desenvolvimento das comunidades por meio do turismo, e o objetivo do presente trabalho também foi apresentado.

O questionário adaptado de Nepal (2005) contém questões que envolvem as três dimensões da sustentabilidade: a econômica, a social e a ambiental, além do aspecto cultural, tendo em vista que esta dimensão também pode ser afetada pelo turismo (HINCH; BUTLER, 1996; WEAVER, 2009). Nepal (2005) desenvolveu o questionário original num estudo exploratório em que buscava analisar o entendimento de uma comunidade tradicional sobre as oportunidades e limitações do ecoturismo. O questionário foi aplicado em *Tl'azt'en*, uma sub-tribo do grupo Dene (Atabascanos), onde estão 47 terras indígenas, distribuídas por cerca de 6.560 Km² em um ambiente natural relativamente intocado no centro de British Columbia, Canadá (NEPAL, 2005). Como resultado da pesquisa, o autor mencionou que a comunidade possui um grande desejo em desenvolver o ecoturismo e tem uma visão positiva da atividade, porém parecem desconhecer seus desafios e limitações.

Nepal (2005) recomenda que o questionário seja aplicado face a face, de modo que se garanta o entendimento das questões e seja totalmente respondido. Nesse contexto, considerando que seria necessária a tradução do material - do inglês para o português - alguns cuidados quanto à equivalência de conteúdo do material original foram atendidos. O material traduzido passou por exaustivas revisões. Para haver mais clareza e confiabilidade no instrumento de coleta, foi realizado um pré-teste com 10 indígenas. O pré-teste revelou que o questionário necessitava de alguns ajustes de linguagem para facilitar o entendimento, o que posteriormente foi realizado. O questionário, composto de 48 questões, foi dividido em três grupos, denominado de Grupo A, B e C. No Grupo A estão as questões relativas às perspectivas do desenvolvimento do turismo. As questões dos grupos B e C abordam temas pertinentes aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais: as do grupo B tratam das oportunidades

decorrentes do turismo, e as do C, das limitações.

Análise dos Resultados

Os dados obtidos a partir do questionário fechado foram tabulados. O material coletado foi codificado e gerou um banco de dados, depois, foram calculadas as frequências das respostas, para isso utilizou-se o software Excel. A seguir será apresentada uma análise resumida das entrevistas; depois, a análise dos resultados da aplicação do questionário.

A visão do órgão indigenista e das lideranças indígenas

Existe uma forte interação dos povos indígenas com o meio ambiente (SWARBROKE, 2000). Dessa forma, é importante discutir a dimensão econômica, considerando suas relações com os aspectos ambientais. Assim, perguntou-se ao órgão indigenista se foi realizado algum estudo sobre os impactos das atividades econômicas realizadas pelas comunidades indígenas, inclusive o turismo. Obteve-se a seguinte resposta:

Recentemente foi realizado um estudo que analisou várias atividades, seus respectivos impactos e grau de severidade. Quanto ao turismo, não foi feito nenhum estudo, mas sabemos que também pode ocasionar impactos positivos e negativos (F2).

A Tabela 1, resumida de PTEI (2010), apresenta os impactos das atividades sobre os recursos naturais da TI São Marcos de que fala o entrevistado F2. Conforme F2, os estudos relatados abordam atividades tradicionais dos povos indígenas (agricultura, pastoreio e exploração de madeiras), sendo que a agricultura parece continuar como a principal forma subsistências dos povos indígenas. Não existe nenhum estudo sobre os impactos provenientes do turismo.

Tabela 1: Impactos ambientais das atividades tradicionais das comunidades.
Table 1: Environmental impacts of the activities of traditional communities.

Atividades	Grau de severidade	Impacto
Roças tradicionais	Moderado	Apesar das roças abrangerem anualmente áreas relativamente pequenas, o fogo usado no preparo da terra pode escapar e queimar áreas subjacentes.
Roças mecanizadas	Moderado	Reduz o risco do fogo, mas atrasa a recuperação da vegetação secundária.
Fogo	Severo	Mesmo o fogo de baixa intensidade pode ocasionar a perda de espécies vegetais e animais.
Extração de madeira	Baixo	A extração seletiva de madeiras em baixa intensidade deixa a estrutura da floresta relativamente intacta.
Venda de lenha	Moderado	O comércio de lenha proveniente das derrubadas para a roça tem estimulado o aumento do tamanho destas áreas para aque-

Fonte: Adaptado de Roraima PTEI, 2010.
Source: Adapted from Roraima PTEI, 2010.

Ao serem questionados sobre o que a FUNAI entende por desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, obteve-se respostas controversas. Apesar de enfatizar que os índios têm autonomia para escolher suas atividades econômicas, por outro lado há o temor de que o aumento da renda possa causar desagregação e conflitos entre os membros das comunidades, conforme se pode ver pela fala de F3:

Para os povos indígenas, desenvolvimento sustentável é ter autonomia pra escolher as suas atividades econômicas, suas formas de se relacionar com a sociedade, com o meio ambiente, com a terra. Existe uma compreensão diferente para cada povo. A questão de ter uma renda, por exemplo, para os povos indígenas mais primitivos e isolados, falar em renda causa problemas sociais irreversíveis. Por isso é necessária reflexão, tanto nos programas sociais políticos, quanto nas atividades econômico-financeiras, para que não haja uma estratificação social, porque a sociedade indígena normalmente é organizada de maneira diferente da comunidade não indígena. Ela não é organizada por renda (F3).

Quando perguntados a respeito da regulamentação do turismo em Terras Indígenas, F9 respondeu o seguinte:

Na realidade não existe lei alguma no Brasil que regule qualquer atividade comercial em áreas indígenas, nem mesmo o turismo. O que ocorre é a soberania da vontade dos indígenas. Eles escolhem com quais atividades vão trabalhar e nós (FUNAI) apenas aceitamos e apoiamos. Mas a nossa principal preocupação é se os indígenas estão realmente preparados para o turismo, e também que impactos essa atividade vai causar nas aldeias. Precisa ser feito um estudo para avaliar esses impactos. Outro ponto importante, é que não existe um planejamento para esta atividade, o que dificulta sua organização, gestão e divisão igualitária de renda (F9).

Note mais uma vez o temor do representante do órgão indigenista com os impactos do turismo e a ideia de que as comunidades ainda não estão preparadas para o turismo em suas áreas. Nos trabalhos de Douglas (2006); Ruhanen (2006) e Lim e Cooper (2009) são frequentes as recomendações quanto ao planejamento do turismo indígena que deve versar sobre uma estrutura holística que inclua política, planejamento e desenvolvimento de forma a garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos equitativamente entre todas as partes interessadas. Sobre isso, o respondente F10 afirma que

cabe aos governos federal e estadual trabalharem em uma política pública que regule não só o turismo, mas qualquer outra atividade econômica demandada pelos povos indígenas.

Depois, foi perguntado se a FUNAI acompanha/participa do turismo nas aldeias

as, o respondente F5 mencionou que

alguns técnicos já acompanharam turistas que estavam de visita na aldeia, em geral pequenos grupos de estudantes ou pesquisadores. Mas não é comum acontecer, pois não temos pessoal suficiente.

Perguntou-se às lideranças indígenas, qual a opinião sobre a introdução do turismo nas aldeias indígenas. Obtiveram-se as seguintes respostas de L1; L4, L5 e L6 respectivamente:

Os povos indígenas têm que ter autonomia sobre suas terras. Se a nossa aldeia quer o turismo, vamos fazer o turismo (L1).

O turismo pode ser uma coisa boa para nossos indígenas, porque vai trazer gente pra conhecer nossa cultura, pra comprar nosso artesanato e vai ter entrada de dinheiro e criação de emprego nas aldeias (L4).

Vejo que o turismo, com planejamento e participação de toda a comunidade pode trazer muitos benefícios pra nós. O povo indígena agora que está em paz com suas terras, quer trabalhar e desenvolver atividades que vão melhorar nosso modo de vida (L5).

As terras indígenas tem a cultura do povo, tem a natureza, nossa comida, nosso artesanato [...] as pessoas querem conhecer tudo isso. E o turismo vai melhorar muito nossa vida, porque vai gerar mais trabalho para os jovens, para as mulheres e até para os velhos que tem muita história antiga pra contar. Turista também gosta de tomar banho na cachoeira, de caminhar na mata e ver os animais, tudo isso as aldeias tem pra mostrar (L6).

Pelas respostas percebe-se que as perspectivas acerca do turismo são positivas. E que a atividade pode proporcionar melhor qualidade de vida, emprego e renda, além de proporcionar mais autonomia aos povos indígenas. Nesse contexto, Scheyvens (1999) menciona que o turismo indígena pode ter seus impactos acompanhados e avaliados sob as perspectivas do poder econômico, da autonomia psicológica, do empoderamento social e da autonomia política. A resposta de L6 é coerente com as observações de Zeppel (1999, *apud* RYAN; HUYN, 2005), citadas anteriormente.

A experiência da aldeia indígena Nova Esperança no turismo

Segundo relatado pelo respondente L10, liderança da aldeia Nova Esperança, também pertencente a TI São Marcos, em 2000 as lideranças indígenas se reuniram para elaborar um planejamento de curto, médio e longo prazo para a aldeia. Assim, foi criada a ONG PRONESP – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Nova Esperança. Ao realizar um diagnóstico da comunidade, verificaram-se vários aspectos positivos como a boa localização, o fato de a comunidade

não apresentar vícios de paternalismo, o potencial para o ecoturismo, a existência de lagos perene que poderiam ser adaptados para a criação de peixes, para o lazer, dentre outros.

A comunidade decidiu investir no turismo, e no primeiro trimestre de 2001 participou de uma oficina de sensibilização realizada por consultor do PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente. Posteriormente, participaram do 7º edital do Programa de Pequenos Projetos (PPP-Ecos), gestado pelo ISPN-Instituto Sociedade, População e Natureza. O programa é financiado pelo *Small Grants Programme* (SGP), vinculado ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) da Organização das Nações Unidas. A execução dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS se dá por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com interveniência do Escritório de Serviços de Projetos das Nações Unidas (UNOPS). O PRONESP teve aprovado um projeto para realizar a capacitação dos moradores da comunidade para que os mesmos estivessem preparados para receber os turistas. De acordo com L10, Tuxaua da indígena Aldeia Nova Esperança,

o PRONESP capacitou os moradores selecionados, realizou oficinas de artesanato, educação ambiental, gestão de resíduos e da água. Daí por diante a comunidade, ao longo dos últimos dez anos vem trabalhando no turismo. Atualmente, os moradores trabalham para melhorar a infraestrutura na aldeia, como a ampliação de restaurante, construção de pousada, melhorias no transporte e expansão das lojas de artesanatos. Os principais produtos turísticos da comunidade são as inúmeras trilhas ecológicas existentes, a principal delas é a Trilha do Coatá, que leva até um sítio arqueológico (L10).

Segundo as lideranças da aldeia indígena Nova Esperança o turismo proporcionou vários benefícios, levando a crer que o desenvolvimento da atividade foi uma escolha apropriada e bem trabalhada. Ainda segundo o Taxaua,

atualmente nós continuamos fortes com o turismo, mas não deixamos de lado a psicultura, nem a agricultura, pois entendemos que uma atividade complementa a outra. O que posso dizer, é que hoje a comunidade vive bem melhor do que antes do turismo. Se não fosse o turismo, nós teríamos investido em gado, e para a pecuária teríamos que desmatar uma grande área para fazer o pasto. Para o turismo não precisa desmatar nada, ao contrário, aprendemos a preservar o meio ambiente (L10).

Como afirma Lewis (2001) turismo é uma forma de implementar a sustentabilidade econômica, ambiental e social, já que a comunidade garante recursos e financiamentos; cria uma estrutura organizacional no local; e o turismo proporciona a articulação com empresas e instituições externas a comunidade.

Análise dos resultados do questionário

A Tabela 2 apresenta os resultados referentes ao Grupo A do questionário referente às perspectivas para o desenvolvimento do turismo. Como se vê, uma percentagem significativa dos respondentes se mostrou a favor do desenvolvimento do turismo em terras indígenas. Segundo as respostas, os indígenas acreditam que existe potencial em suas terras para desenvolver a atividade.

A maioria respondeu positivamente a todas as perguntas sobre o turismo. Eles acreditam que o turismo pode proporcionar valorização da cultura (73%), pode melhorar o entendimento entre índios e não índios (82%). Para os respondentes, o turismo pode melhorar as condições financeiras e sociais dos povos indígenas (84%). Quanto aos efeitos negativos, por exemplo, aumento de drogas, álcool e prostituição, 45% afirmaram que o turismo não agravaria este tipo de problemas. Diferentemente da pesquisa realizada por Nepal (2005), os grupos indígenas do Canadá pareciam desconhecer seus desafios e limitações, conforme mencionado anteriormente.

Tabela 2: Perspectivas para o desenvolvimento do turismo - Grupo A.
Table 2: Prospects for the development of tourism - Group A.

Questões		Sim	Não	Não sei
1	Seria bom desenvolver o turismo em aldeias indígenas?	61	1	0
2	As terras indígenas tem potencial turístico?	53	3	6
3	Você acredita que o turismo poderia proporcionar melhor entendimento entre índios e não índios?	51	5	6
4	Você acredita que o turismo pode melhorar as condições financeiras e sociais dos povos indígenas?	52	8	2
5	O turismo pode resultar em maior apreciação da cultura indígena?	48	1	13
6	Você acredita que os indígenas irão valorizar ainda mais sua cultura, se a mesma for apreciada pelos turistas?	45	2	15
7	Você acredita que o turismo pode trazer efeitos negativos aos povos indígenas (ex: drogas, álcool, prostituição)?	23	28	11

Fonte: Pesquisa de campo (2012).
Source: Field survey (2012).

Com relação às questões do grupo B e C do questionário, em que foram abordados aspectos econômicos (questões de 1 a 5), sociais (6 a 11), culturais (12 a 16) e ambientais (17 a 21), observou-se que a maioria dos respondentes tem uma percepção positiva acerca da atividade, como mostra a Tabela 3. Com respeito ao aspecto econômico as respostas mais frequentes foram: aumento de emprego, oportunidade de negócios, treinamento e desenvolvimento e oportunidades de negócio.

Já no aspecto social, questões como compreensão da cultura, aumento da autoestima, formação de parcerias, abertura para o diálogo e melhoria nas relações, foram as mais frequentes. Quanto aos aspectos culturais as respostas mais citadas fo-

ram: o aumento na consciência cultural, oportunidades de mostrar o artesanato indígena e promoção da cultura. Quanto ao aspecto ambiental, observou-se maior frequência nas seguintes respostas: conservação da fauna e flora, proteção do patrimônio natural e reforço dos valores de que fazemos parte da natureza.

A Tabela 4 mostra a frequência de respostas quanto às potenciais limitações do turismo indígena. As respostas relacionadas às limitações foram bem mais baixas se comparadas com o levantamento sobre as oportunidades (Tabela 3). O que reforça a ideia de que as lideranças indígenas apresentam uma percepção positiva quanto ao turismo. Com relação às limitações de natureza econômica, a frequência mais alta das respostas refere-se ao trabalho sazonal e mal remunerado (50%). Vale mencionar que esse é um problema típico das atividades turísticas sujeitas às estações do ano, no caso do Estado de Roraima e praticamente toda a região Amazônica a estação das chuvas não é propícia ao turismo, de modo que nesta estação a visitação de turista reduza a quase zero, principalmente em função do acesso até as comunidades.

Tabela 3: Percepção das oportunidades do turismo - Grupo: B (Oportunidades).

Table 3: Perception of tourism opportunities - Group B (Opportunity).

	ASPECTOS ECONÔMICOS	Freq.	%
1	Aumento de postos de trabalho	58	94
2	Oportunidades de negócios	60	97
3	Desenvolvimento de infraestrutura	61	98
4	Ferramenta de desenvolvimento e treinamento	56	90
5	Outro:	2	3
	ASPECTOS SOCIAIS		
6	Compreensão compartilhada de culturas externas	58	94
7	Aumento da autoestima	62	100
8	Formação de parcerias	54	87
9	Melhoria das relações com a comunidade de entorno	56	90
10	Abertura para o diálogo e a comunicação	55	89
11	Outro:	7	11
	ASPECTOS CULTURAIS		
12	Aumento da consciência cultural dos povos indígenas	59	95
13	Oportunidade para mostrar artes e ofícios locais	60	97
14	Valores tradicionais são apresentados aos visitantes	60	97
15	Oportunidades para promoção da cultura	57	92
16	Outro:	1	2
	ASPECTOS AMBIENTAIS		
17	Conservação da fauna e flora	60	97
18	Proteção do patrimônio natural	58	94
19	Sensibilização para a importância da vida selvagem	55	89
20	Reforçar os valores de que fazemos parte da natureza	61	98
21	Outro:	3	5

Fonte: Pesquisa de campo (2012).
Source: Field survey (2012).

Sobre os aspectos sociais, a resposta sobre conflitos entre os membros da comunidade foi a mais frequente, com 55%. No aspecto cultural, o item “jovens tem vergonha da cultura indígena” totalizou 44% das respostas. Enquanto que nos aspectos ambientais, as respostas mais frequentes foram “perturbação da vida selvagem” com 32% e “poluição de lagos e rios” com 29% das respostas.

Tabela 4: Percepção das limitações do turismo - Grupo C (Limitações).
Table 4: Perception of the limitations of tourism - Group C (Limitations).

	ASPECTOS ECONÔMICOS	Freq.	%
1	Poucas pessoas empregadas no turismo	18	29
2	Trabalho sazonal e mal remunerado	31	50
3	Empregos principalmente para pessoas de fora da comunidade indígena	12	19
4	Pessoas influentes se beneficiarão mais	25	40
5	Outro:	9	15
	ASPECTOS SOCIAIS		
6	Conflitos entre os membros da comunidade	34	55
7	Exclusão dos mais velhos	23	37
8	Introdução de novos hábitos na comunidade	24	39
9	Criação de diferentes classes sociais dentro da comunidade	11	18
10	Outro:	2	3
	ASPECTOS CULTURAIS		
11	Aceleração do processo de aculturação	17	27
12	Jovens limitando estilo de vida dos turistas	19	31
13	Jovens não respeitam os mais idosos	16	26
14	Jovens tem vergonha da cultura	27	44
15	Outro:	5	8
	ASPECTOS AMBIENTAIS		
16	Perturbação da vida selvagem	20	32
17	Poluição de lagos e rios	18	29
18	Exploração de produtos florestais	17	27
19	Fauna e flora ameaçada de extinção	23	37
20	Outro:	11	18

Fonte: Pesquisa de campo (2012).
Source: Field survey (2012).

Comentando sobre as limitações do turismo nas terras indígenas, Nepal (2005), o autor que concebeu a base sobre a qual se adaptou o questionário para aplicação na pesquisa relatada, considera que o turismo deve ser cuidadosamente planejado e desenvolvido sobre as bases da sustentabilidade, a fim de garantir a longevidade dos projetos de turismo e evitar os impactos negativos. As respostas desse grupo de perguntas vão ao encontro das considerações de Nizic *et al.* (2010), Douglas (2006), Ruhanen (2006) e Lim e Cooper (2009) comentadas na revisão bibliográfica.

Conclusão

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que procurou analisar as perspectivas dos povos indígenas da Reserva São Marcos (RR), quanto ao desenvolvimento do turismo indígena e sua influência na sustentabilidade ambiental, econômica e social. As lideranças indígenas veem no turismo uma oportunidade para promover seu desenvolvimento e dessa forma conquistar autonomia, controle e sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. Percebe-se com esse posicionamento a vontade de inovar por meio do turismo, e promover desenvolvimento dentro das reservas indígenas, evitando a migração para cidade. Porém, o mesmo não ocorre com os repre-

sentantes do órgão indigenista responsável pela execução da política indigenista no Brasil, a FUNAI, que mantém uma posição de aceitar a vontade da comunidade ao mesmo tempo em que antevê problemas e considera que as comunidades não estão preparadas para essa atividade. Com as mudanças introduzidas pela CF/88, ao órgão público encarregado da política indigenista nacional cabe acatar as decisões das comunidades indígenas da Reserva São Marcos.

O desafio é desenvolver o turismo levando em conta os aspectos da sustentabilidade, a fim de minimizar as limitações e impactos. Para isso, é importante planejar e realizar o monitoramento da atividade, como foi amplamente recomendado por vários autores citados. O provimento de conhecimentos e instrumentos para tornar o turismo indígena sustentável é uma das atribuições do órgão indigenista nesta fase da história nacional inaugurada pela CF/88, como comentado na revisão bibliográfica. É importante salientar que não basta que as lideranças queiram introduzir o turismo nas aldeias, é necessária a aceitação, participação e cooperação de toda a comunidade indígena, a fim de garantir a qualidade do produto e os resultados positivos da atividade, bem como dos agentes locais relacionados com a indústria do turismo, como transportadores, agentes de viagens, provedores de alimentação e meios de hospedagens. Não ter considerado esses agentes é uma das limitações desse trabalho. Lembrando o que foi comentado na revisão bibliográfica, as melhores soluções para essa indústria podem não ser as mesmas para a comunidade de acolhimento dos turistas. Outra limitação foi restringir o estudo às comunidades de uma única Reserva. Para estudos futuros, recomenda-se aplicar a pesquisa em outras comunidades indígenas para verificar como outras aldeias indígenas da Região Amazônica enxergam o turismo em suas áreas.

Referências bibliográficas

ALIER, J.M; JUSMET, J.R. **Economía ecológica y política ambiental**. México, DF: PNUMA y Fondo de Cultura Económica. 2000.

BARBIERI, J.C; CAJAZEIRA, J.E.R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. São Paulo, Saraiva, 2009.

BOLNICK, S. **Promoting the culture sector through job creation and small enterprise development in SADC countries: the ethno-tourism industry**. Geneva, International Labour Office, 2003.

BRAMWELL, W. e LANE, B. Sustainable tourism: an evolving global approach. **Journal of Sustainable Tourism**.v.1, n.1, p.1-5. 1993.

BRANDAO, C. N.; BARBIERI, J. C.; REYES JUNIOR, E. O Campo de Estudo do Turismo Sustentável em Comunidades Indígenas. *In*: XIII **Anais** do ENGEMA. São Paulo, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.001/1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 de dezembro de 1973.

BRASIL. (PNGATI) Decreto nº 7.747/2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 de junho de 2012.

BUTTS, T.; SINGH, T.S Sustainable tourism as a tool for conservation and protection of

the Amazon rainforest in Guyana? **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**. v. 2, n. 2, pp. 173-185. 2010.

BYRD, E.T. Stakeholders in sustainable tourism development and their roles. **Tourism Review**, v. 62, n. 2. 2007.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. *In*: LINDBERG, K; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo, Editora SENAC, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTANZA, R. Visions, values, valuation, and need for an ecological economics. **BioScience**, v. 51, n.6, p. 459-468. 2001.

DOUGLAS, C. H. Small island states and territories: sustainable development issues and strategies – challenges for changing islands in a changing world. **Sustainable Development**, v. 14, p.75-80. 2006.

FERGUS, A.H.T.; ROWNEY, J.I.A. Sustainable development: lost meaning and opportunity. **Journal of Business Ethics**, v. 60, p.17-27. 2005.

GLADWIN, T.N.; KENNELLY, J.J.; KRAUSE, T. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 874-907.1995.

HINCH, T.; BUTLER, R. **Indigenous tourism**: A common ground for discussion. London: International Thomson, Business Press, 1996.

HITCHCOCK, M. Tourism and ethnicity: situational perspectives. **International Journal of Tourism Research**, London, v. 1, p. 17-32.1999.

HUNTER, C; GREEN, H. **Tourism and the environment**: a sustainable relationship? London; New York: Routledge, 1995.

JAYAWARDENA, C. et al. Sustainable tourism development in Niagara Discussions, theories, projects and insights. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**. v. 20, n. 3, p. 258-277. 2008.

JOHNSTON, J.; TYRREL, J. Management exercises and trainer's note in sustainable tourism and dynamics. **International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research**.v.1, n.4. 2007.

LEWIS, J. B. A rural tourism development model. **Tourism Analysis**, v.2, p. 91-105. 2001.

LIM, C. C. E COOPER, C. Beyond Sustainability: Optimising Island Tourism Development. **International Journal of Tourism Research**. v.11, p.89-103. 2009.

MARÉS, C.F.S.F. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Museu Nacional/Fundação Ford, 2001.

NEPAL, S.K. Limits to Indigenous Ecotourism: An exploratory analysis from the TI'azt'en Territories, Northn British Columbia. *In*: RYAN, C.; AICKEN, M. (eds) **Indigenous Tourism**: The Commodification and Management of Culture.Oxford: London and New York, p.51-65. 2005.

NIZIC, M.K.; IVANOVIC, S.; DRPIC, D. Challenges to Sustainable Development In Island Tourism. **South East European Journal of Economics and Business**, 2010.

NOBRE, M. Crescimento econômico versus preservação ambiental: origens do conceito de desenvolvimento sustentável. In: NOBRE, M; AMAZONAS, M. C. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília, IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, J. P. O. ; FREIRE, C. A. R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PITCHFORD, S. Identity tourism: A medium for Native American stories. **Tourism Culture & Communication**. v.6, n. 2, p.85-105. 2006.

RYAN, C; HUYTON, J. Balanda tourists and aboriginal people (Chapter 5). **Indigenous Tourist**: the commodification and management of culture, ed. Elsevier: London and New York, pp. 51-65, 2005.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Índio. Programa Territórios da Cidadania. **Plano de Etnodesenvolvimento do Território do Território Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos - PTEI**. Roraima, 2010. 222 p. (Relatório PTEI 2010).

RUHANEN, L. Sustainable tourism planning: An analysis of Queensland local tourism destinations. 2006. 447 f. **PhD Thesis**, Scholl of Tourism, University of Queensland, 2006.

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**, v. 20, p. 245–249. 1999.

SINCLAIR, D. Developing indigenous tourism: Challenges for the Guianas. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v.15, n.3. 2003.

SMITH, T. Welfare, enterprise, and aboriginal community: the case of the western Australian Kimberley region, 1968–96. **Australian Economic History Review**, v. 46, n. 3, p. 242-267, nov. 2006.

SMITH, V. **Hosts and guests**: the Anthropology of Tourism.2.ed University of Pennsylvania Press: Philadelphia, 1998.

SOUZA, M. N.; BARBOSA, E. M. Direitos indígenas fundamentais e sua tutela na ordem jurídica brasileira. In: **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XIV, n. 85, fev 2011. Disponível em: [HTTP://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura_id=8978&revista_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura_id=8978&revista_caderno=9). Acesso em: 02 ago. 2012.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

TIMUR, S.; GETZ, D. Sustainable tourism development: how do destination stakeholders perceive sustainable urban tourism? **Sustainable Development**. v.17, p.220-232. 2009.

WEAVER, D. Indigenous tourism stages and their implications for sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**, v.18, n.1, p. 43-60. 2010.

WHITFORD, M.M.; RUHANEN, L. N. Australian indigenous tourism policy: practical and sustainable policies? **Journal of Sustainable Tourism**. v.18, n.4, p.475-496. 2010.

WTO - World Tourism Organization. **Sustainable Tourism Development Guide for Local Planners**. WTO: Madrid, Spain, 2004.

WTO. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers**/United Nations

Environment Programme and World Tourism Organization. France; Spain. 2005.

ZEPPEL, H. **Indigenous ecotourism**: sustainable development and management. CABI. 2006.

Cristiane Nascimento Brandão: Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brasil

Email: cristianne.brandao@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8182695538893409>

José Carlos Barbieri: Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brasil

Email: jose.barbieri@fgv.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0041377800166678>

Edgar Reyes Junior: Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

Email: edgarreyes2000@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4600683588964302>

Data de submissão: 20 de setembro de 2012

Data de recebimento de correções: 19 de novembro de 2012

Data do aceite: 19 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

Educação Ambiental como promotora de consciência ambiental na rede pública de ensino de Ouro Preto (MG)

Environmental Education as a promoter of environmental consciousness in public education of Ouro Preto (MG, Brazil)

Simone Fernandes Machado, Josefa Clara Lafuente Monteiro, Kerley dos Santos Alves

RESUMO

O presente artigo relata os resultados obtidos a partir de estudo desenvolvido com alunos de escolas pertencentes à rede pública de ensino de Ouro Preto (MG), que participaram do projeto de Educação Ambiental relacionado ao turismo em Unidade de Conservação "A Escola vai ao Parque" promovido pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Para tanto, foi realizada pesquisa com aplicação de questionários, em horários normais de aulas durante quatro dias no mês de maio de 2012 com a proposta de identificar, em termos quantitativos as principais características do perfil dos alunos assim como o nível de consciência ambiental dos mesmos visando servir de base para fins de planejamento e gestão da atividade turística nos parques municipais. Considerando que a Educação Ambiental deve ser ensinada de forma interdisciplinar, as informações coletadas definem que a maioria dos entrevistados acredita que o tema é abordado em poucas disciplinas e de forma descontínua. Sendo que, ao final da pesquisa apresentamos sugestões para conservação e melhorias nos parques naturais municipais.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Educação Ambiental; Consciência Ambiental.

ABSTRACT

This paper reports the results obtained from study with students from schools outside the public schools of Ouro Preto (MG, Brazil), who participated in the environmental education project related to tourism in conservation areas "School goes to the Park" sponsored by the city of Ouro Preto. For this purpose, a survey was conducted with questionnaires in normal hours of classes during four days in May 2012 with the proposal to identify, in quantitative terms the main features of the profile of students as well as the level of environmental consciousness of the same aiming to serve as a basis for planning and management of tourism in city parks. Considering that environmental education should be taught in an interdisciplinary manner, the information collected to define the majority of respondents believe the issue is addressed in a few disciplines and discontinuous way. Since, at the end of the study provide suggestions for improvements in conservation and natural municipal parks.

KEYWORDS: Tourism; Environmental Education; Environmental Awareness.

Introdução

Há algumas décadas, acreditava-se que a forma adequada para a preservação de ambientes naturais era realizar o isolamento da área. Porém, com o passar do tempo e o aumento da população, tornou-se inviável e impraticável a exclusão da comunidade de tais espaços. Estudos realizados na década de sessenta concluíram que a preservação dos ambientes naturais está mais relacionada ao comportamento das pessoas do que à presença das mesmas. Assim, visando a conscientização da população com relação aos impactos ambientais e a importância da preservação, foi estabelecido que a Educação Ambiental devesse ser trabalhada de forma interdisciplinar entre os diversos setores.

Os estudos desta pesquisa foram desenvolvidos para avaliar se a Educação Ambiental está sendo tratada de forma interdisciplinar nas redes de ensino público e averiguar se os projetos de Educação Ambiental promovidos pelas escolas e pelo poder público estão atingindo seu objetivo de promoção de consciência ambiental e inclusão da comunidade local nas áreas protegidas destinadas ao Turismo no âmbito municipal e, com base nessas informações, oferecer sugestões para o manejo e conservação de tais áreas.

A metodologia desta pesquisa abrangeu a realização de pesquisa bibliográfica acerca dos temas relacionados à mesma. Foram utilizados também textos, livros e artigos ministrados em sala de aula pelos professores das disciplinas de Turismo em Unidade de Conservação, Turismo e Meio Ambiente, Educação no Turismo do Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (MG) assim como dados das unidades de conservação municipal fornecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

De acordo com dados da referida secretaria, aproximadamente 2500 alunos de 35 escolas diferentes localizadas nos distritos de Ouro Preto (MG) participam anualmente do projeto de Educação Ambiental denominado que “A Escola vai ao Parque” promovido pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Para tanto, foram elaborados 2 questionários, um com 4 questões abertas para crianças na faixa-etária entre 8 e 12 anos e outro com 10 questões (4 abertas e 6 fechadas) para os alunos com idade superior a 12 anos. Com base nesses questionários foi realizada uma pesquisa com aplicação de 120 questionários aos estudantes, de escolas que participaram de tal projeto no período que compreende os anos de 2010 e 2011, durante a visita aos parques e em horários normais de aulas durante oito dias no mês de maio do corrente ano (2012). Foram dispensados da pesquisa os alunos com idade inferior a oito anos considerando as dificuldades que os mesmos poderiam apresentar em técnicas de leitura e interpretação de texto, necessárias para o preenchimento dos formulários elaborados para a pesquisa. As Escolas, escolhidas por meio de sorteio para a aplicação dos questionários foram respectivamente: E.E. Dom Pedro II e Escola Municipal de Lavras Novas.

Considerando que entre os objetivos do turismo está a inclusão social e a participação da comunidade local no processo de preservação do atrativo, e que a Educação Ambiental, de acordo com a Constituição Federal, deve ser tratada de forma interdisciplinar, nos diversos níveis de ensino e nos programas do setor público, devendo ser incluída nas diversas disciplinas escolares e a questão que se levanta é,

qual o nível de consciência que os alunos possuem com relação às questões ambientais? Eles estão cientes da existência das unidades de conservação municipais e tem o hábito de frequentar ou participar das atividades realizadas nas mesmas?

Turismo e o uso do espaço natural

Atualmente são comuns e amplamente divulgados os assuntos relacionados a problemáticas ambientais. Porém até o século XIX, a natureza era vista pelo homem como um desafio, algo selvagem que devia domesticar; depois da industrialização começa a ser vista como algo a ser preservado e desfrutado. (BARRETO, 1995, p. 51). Com o surgimento de estudos dos impactos negativos causados pelo crescimento econômico desordenado para a sociedade e o meio ambiente, aumentam as preocupações entre as nações sobre o destino do planeta. Assim, a primeira grande conferência realizada em nível global pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1972, abordou questões a respeito dos principais problemas ambientais, entre eles: crescimento populacional e o crescimento versus desenvolvimento; também foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Nesse contexto, é apresentado o Relatório Brundtlandt em 1987, também conhecido como “Nosso futuro comum”, que estabelece como sustentável “atividade que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades”.

Nesse contexto, o termo ecoturismo começou a ser discutido para explicar o relacionamento entre os turistas, meio ambiente e as culturas existentes nessa interação visando a sustentabilidade das atividades relacionadas ao turismo.

A partir de 1980, as preocupações com o meio ambiente e com a qualidade de vida desencadearam discussões mais profundas em relação aos benefícios e prejuízos da atividade turística. Para Rejowski (2002, p.96) ao lado do turismo de massa, em franca evolução apesar das crises e recessões no período, progrediu o discurso em prol do desenvolvimento sustentável ou durável. Surgiram e consolidaram-se expressões como o ecoturismo, o agroturismo, o turismo ecológico e o turismo de aventura e procurou-se ampliar o conceito de capacidade de carga, a fim de limitar a quantidade de turistas nas destinações e atrações turísticas.

Conforme coloca Cruz (2003, p. 17) na década de 1990 as modalidades de turismo relacionadas aos espaços naturais cresceram e ganharam destaque no conjunto dos segmentos das viagens turísticas. Desenvolveu-se então a preocupação com a relação sócio-cultural. Observou-se também que esta relação pode ser benéfica para ambas as partes, ou pode gerar impactos negativos, nos quais são visualizados seus prejuízos, em sua maioria, nas localidades visitadas.

O conceito mais utilizado é o do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR que estabelece o ecoturismo como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. Logo, nota-se que o papel educativo do ecoturismo é um aspecto importante que o diferencia do turismo convencional de massa, juntamente com a promoção da sustentabilidade ambiental, social, cul-

tural e econômica, e a participação ativa da comunidade local.

O Ecoturismo, por levar pessoas que têm uma vida urbana, caracterizada por um cotidiano muitas vezes tumultuado e caótico, para fazer uma viagem, não para um lugar “construído”, mas para áreas que apresentem características ambientais preservadas além de grande beleza cênica em seu aspecto natural, pode constituir-se numa oportunidade boa de transformá-las em defensoras da causa ambiental. Com essa concepção, as Unidades de Conservação em sua proposta preservacionista e de uso sustentável, acabam se tornando o ambiente adequado para ações da Educação Ambiental a serem desenvolvidas na formação de um cidadão mais consciente de suas responsabilidades, atuando de forma mais participativa e articulada em questões ambientais.

Unidades de Conservação – Conceitos

Com o legado da revolução industrial marcada pela devastação de áreas naturais como fonte de energia e matéria prima, pelo desordenamento urbano e pela atividade agrícola, estimulou alguns países no estabelecimento de áreas naturais protegidas, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade. Neste contexto, Davenport e Rao (2002, p.53-54) afirmam que foi uma resposta à revolução industrial, que colocou a humanidade num curso que alterou as paisagens naturais em taxas prodigiosas. A transformação rápida e sem precedentes das terras provocou um apelo pela conservação daquilo que estava sendo perdido muito rapidamente.

Os Estados Unidos diante desse apelo e como resposta inicial às iniciativas de conservação, criou em 1872, a primeira área natural protegida, denominada de Parque Nacional de Yellowstone. Após este episódio vários países estabeleceram suas áreas naturais protegidas visando, em sua maioria, resguardar as belezas cênicas presentes em cada uma delas, bem como consolidar dispositivos legais para salvarguardar seus patrimônios naturais.

As Áreas protegidas são estabelecidas como um dos principais mecanismos de proteção da diversidade biológica mundial. São tratadas como unidades de conservação no Brasil, e sistematizadas a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definido pela Lei Federal nº 9985 de 18 de julho de 2000. Neste, o termo Unidade de Conservação, passa a ser definido como o espaço territorial e seus recursos ambientais, que incluem as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação federais estaduais e municipais, que devem possuir como objetivo geral manter os recursos naturais em seu estado original, para usufruto das gerações atuais e futuras.

No Brasil, é comum o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo em parques naturais. Os parques (Nacionais, Estaduais e Municipais) correspondem à categoria inserida no grupo das Unidades de Proteção Integral e possuem como ob-

jetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É ressaltado na lei do Sistema Nacional de Unidades de conservação - SNUC, em seu Art. 11, parágrafo 4º que as unidades dessa categoria, quando criadas pelos Estados ou Municípios, serão denominadas respectivamente, Parque Estadual e Parque Municipal. E estas são administradas, por sua vez, pelos órgãos ambientais responsáveis em seus níveis estaduais e municipais.

Contexto Municipal

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a cidade de Ouro Preto ocupa uma área total de 1.246,53 Km², tendo 12 Distritos, além da Sede. Situação privilegiada, pois existem atrativos naturais com grande potencial para se tornarem produtos turísticos.

A cidade de Ouro Preto é mundialmente conhecida como “Cidade Museu Aberto”, destacando-se pelo título de “Patrimônio Cultural da Humanidade”, concedido pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization- UNESCO. Não somente o seu Patrimônio Histórico é exuberante, como também o seu Patrimônio Natural chama a atenção pelo número de Unidades de Conservação em seu território, que formam um mosaico, a saber: Parque Estadual do Itacolomi, Floresta Estadual do Uaimii, Estação Ecológica do Tripuí, Parque Natural Municipal das Andorinhas, Parque Arqueológico do Morro da Queimada, Monumento Natural da Gruta Nossa Senhora da Lapa, Parque Horto dos Contos, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Cachoeira das Andorinhas e o Parque Natural Municipal de Cachoeira do Campo, sendo que todas as unidades se encontram dentro da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Tais parques são também de grande relevância para o bem estar e lazer da comunidade local e para o turismo, sendo amplamente visitados durante todo o ano.

O turismo e o uso público

Uso público, termo adotado pelos órgãos oficiais, ligados ao manejo de áreas naturais protegidas no Brasil, pode ser definido como o usufruto gozado pelo público, quer seja recreacionista, educador, pesquisador ou religioso.

O uso público, previsto inclusive na lei do SNUC deverá estar contemplado no Plano de Manejo, quando bem planejado, permite o cumprimento dos objetivos de criação de muitas unidades de conservação, favorece o entendimento e a apropriação das unidades de conservação pelas pessoas e, assim, o estabelecimento de relações com a sociedade. É uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais e contribui para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais (TAKAHASHI, 2004; MMA, 2006). Os processos de apropriação dos espaços para o turismo trazem implícitos um complexo jogo de variáveis originado a partir da lógica de cada um dos seus agentes produtores e das combinações entre aquelas lógicas. Cada um desses agentes age e reage de forma específica e particu-

lar, assumindo posições e papéis diferenciados, contribuindo para a complexidade e para o dinamismo dos espaços do turismo.

Os espaços apropriados para o turismo revelam a organização de um território que deve ser visto e analisado “*através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais*” (HAESBAERT, 2004, p. 74). Pela lógica proposta pelo conceito de sustentabilidade, esta importância dada aos espaços naturais para a realização de alguns tipos de turismo, não deve representar apenas a apropriação destes espaços pelo turismo, mas sim uma maior conscientização da proteção desses ambientes.

Agentes sociais do turismo

Na visão do sociólogo Jost Krippendorf (1989, p.83) a integração dos visitantes com as comunidades dos locais visitados parte de uma boa intenção, mas não é realizável e, no fundo, também não é desejável. Para ele o fosso cultural é muito grande para ser transposto no curto espaço de tempo das férias. Os espaços apropriados para o turismo revelam a organização de um território que deve ser visto e analisado “*através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais*” (HAESBAERT, 2004, p. 74)

O poder público, os agentes internos e externos de mercado, os trabalhadores diretos e indiretos e a população residente, são considerados como principais agentes sociais envolvidos no turismo.

Os estudos, observações e ordenamentos atuais dos espaços apropriados pelo turismo tendem a considerar como objeto de sua atenção apenas os trechos do espaço onde o turismo se manifesta concretamente. Ou seja, apenas onde o turista é visível e atuante. Isto nos leva a considerar a necessidade de ampliação dos limites dos territórios-rede do turismo, com a inclusão daquela área periférica responsável pelo fornecimento de insumos e, principalmente, de mão-de-obra para as empresas produtoras e fornecedoras de serviços turísticos. Uma das formas de ampliar tais limites é a apropriação do espaço destinado ao turismo pela comunidade, incentivando a realização de programas que desenvolvam o sentimento de pertencimento e incluindo os mesmos no processo relacionados à gestão do atrativo.

Impactos causados pelo uso público

O conceito de turismo sustentável envolve o reconhecimento de impactos negativos e a necessidade de manejá-los, para que a sustentabilidade seja alcançada (LINDBERG *et al.*, 1997, p.161).

Todo o ambiente passa por modificações constantes, causadas por processos naturais responsáveis, entre outras coisas, pelas mudanças na paisagem. Outras mudanças do ambiente originadas do uso antrópico indireto poderiam ser eliminadas se todo uso de natureza recreacional fosse proibido. A recreação, no entanto, é um uso reconhecido e legítimo das áreas silvestres e com poucas exceções, tais proibições não são nem possíveis e nem praticáveis. Com base em algumas atividades

praticadas em áreas verdes, tais como caminhadas, pratica de esportes, pode ocorrer que os pontos de maior qualidade visual coincidam com os ecossistemas mais frágeis, neste caso, provavelmente os recursos naturais podem ser danificados.

No final da década de 1950, iniciou-se a utilização do conceito de capacidade de carga visando avaliar a demanda e os impactos do uso recreativo (Mc COOL, 1996). Esse conceito foi utilizado até a década de 1960 quando várias pesquisas comprovaram que não havia uma relação direta entre o número de visitantes e a quantidade de impactos negativos (HAMMITT; COLE, 1998; FENNELL, 2002). O paradigma da capacidade de carga fracassou porque ele se preocupava demasiadamente com o número máximo de pessoas, enquanto vários estudos apontavam que muitos problemas do uso recreativo ocorriam em função do comportamento das pessoas (PRISKIN, 2003) e não exatamente do número delas.

Os impactos negativos mais comuns oriundos do uso público são demonstrados pela perda da vegetação e a conseqüente erosão do solo, presença de lixo, contaminação da água, incêndios e distúrbio da fauna. Em muitos casos, alguns dos impactos poderiam ser evitados se o sítio fosse designado apropriadamente para o tipo de atividade planejada. Por outro lado, os impactos podem ser causados pelo manejo inadequado do local.

Educação Ambiental

De acordo com Barreto, Tamanini e Silva (2004, p. 13) foi a partir da independência política do país que se tornou uma obrigação do poder central cuidar da promoção do homem brasileiro por meio da educação. A Educação Ambiental está garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O artigo 225 diz que cabe ao poder público “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. A Constituição Federal também estabelece como de competência como competência do poder público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

De acordo com Amancio (2010, p.2) A Educação Ambiental formal é aquela exercida como atividade escolar dos sistemas oficiais de ensino. Possui conteúdos, metodologias e meios de avaliação claramente definidos. Já a Educação Ambiental não formal é a que ocorre em variados espaços da vida social, com diferentes componentes, metodologias e formas de ação daquela formal. É exercida normalmente por Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas, secretarias de governo, etc. Podemos dizer também da Educação Ambiental informal é que a mesma é exercida em outros espaços sociais fora da escola, sem compromisso com a continuidade. Não se exige que defina claramente sua forma de ação, metodologia e avaliação. Ex: meios de comunicação de massa.

As áreas silvestres devem ser manejadas de maneira a serem conservadas e de certa maneira protegidas contra o seu uso crescente. É necessário então manejar e influenciar o uso humano de modo que os processos naturais permaneçam intactos (CUTLER, 1980).

Nesses termos, a escola e entorno podem ser entendidos como um espaço privilegiado para a construção da cidadania, capaz de motivar o corpo docente e discente a

protagonizar, pela via da educação ambiental, um processo de inserção humanizado.

Pedagogia educacional

Barreto, Tamanini e Silva (2004, p. 42), dizem que no Brasil, as empresas privadas, o setor público e a academia quase sempre atuam de forma isolada, sem dialogar entre si, constituindo o que poderia ser chamado de “universos paralelos”. Porém, a Educação Ambiental é um tema que deve ser obrigatoriamente abordado nas escolas, é multidimensional, ou seja, pode ser inserido em todas as disciplinas, pois o aprendizado está fundamentado na interdisciplinaridade, todas as matérias podem ser desenvolvidas na Educação Ambiental, ou vice-versa. Segundo Morin (2006, p. 39):

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário se trata de estimular ou, caso esteja adormecida de despertar.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Ambiental é um tema transversal e deve ser estudado em todas as séries e em todas as disciplinas, ou seja, independente da ciência que o professor lecionar ele deverá inserir temas ambientais. Existe uma tendência em querer separar o conhecimento e/ou fragmentá-lo, como se não existisse uma ligação das partes, como se o conhecimento individual fosse por se só suficiente. Logo, a Educação Ambiental deve destacar os problemas ambientais que decorrem da desordem e degradação da qualidade de vida num contexto global. Nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, os meios de comunicação também podem representar a possibilidade de propagar o conhecimento e a noção de práticas sustentáveis, além de motivar e sensibilizar as pessoas para as questões ambientais.

Segundo Reigota (1998), a Educação Ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a Educação Ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básica para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

Como relação à metodologia utilizada na elaboração das atividades de Educação Ambiental nos atrativos naturais é possível citar cinco etapas, caracterizados por diferentes recursos pedagógicos, visando objetivos definidos para cada um. A etapa da observação que consiste em realizar exercícios de percepção sensorial onde os alunos são estimulados, por meio de perguntas, a atribuir significado aos objetos ou local visitado.

A etapa do registro onde os alunos realizam descrição verbal ou escrita, fotografam, visando de fixar o conhecimento recebido. Essa etapa visa desenvolver a memória e o pensamento lógico. Na etapa da exploração os alunos são estimulados a analisar os problemas encontrados, desenvolver hipóteses, discutir e elaborar soluções. Normalmente essa etapa visa o desenvolvendo a capacidade de análise crítica e a interpretação das evidências. Na fase da apropriação, os alunos realizam ativida-

des de recreação (dramatização, oficina de poesia, pintura, dança, musica). Visando assim o envolvimento afetivo dos alunos com a causa proposta, a apropriação do espaço e a participação criativa.

Com relação aos alunos, observa que a compreensão dos mesmos, com relação à educação e o seu direcionamento, podem ser expressos respectivamente por tendências filosóficas, representadas pelos seguintes conceitos: educação como redenção; na qual a educação é interpretada como o único caminho eficaz para corrigir as corrupções humanas, onde a mesma, por si só, é a solução para todos os problemas da sociedade. A educação como reprodução; onde se crê que a educação apenas reproduz o modelo vigente, um veículo para reproduzir, propagar, a ideologia dominante. E, por fim, a educação como meio de transformação da sociedade; ou seja, onde a mesma, por si, nem redime nem reproduz a sociedade, mas serve de meio, ao lado de outros meios para realizar um projeto da sociedade, seja esse projeto conservador ou transformador, com todos os seus determinantes e condicionantes.

Projeto: A Escola vai ao Parque

O Projeto “A Escola Vai ao Parque”, é um projeto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, órgão da administração pública municipal, criada em 2005, responsável por executar a Política Municipal de Meio Ambiente. Tal projeto vem sendo realizado no Município de Ouro Preto, desde o seu surgimento em 2008 e visa fazer um trabalho de conscientização e de sensibilização nas Escolas da cidade.

No projeto os alunos das escolas de Ouro Preto participam de visitas monitoradas ao Parque Natural Municipal das Andorinhas (Figura 1) e ao Parque Horto dos Contos (Figura 2). Nele os alunos são incentivados a analisar criticamente o princípio antropocêntrico, que tem levado à destruição inconseqüente dos recursos naturais da nossa região tais como queimadas, dizimação da fauna e flora, mau uso e ocupação do solo e poluição dos recursos hídricos (Figuras 3, 4 e 5). Sendo que, além das visitas monitoradas, são realizadas apresentações de teatro, oficinas de pintura, de reciclagem e palestras educacionais. Após a visita os alunos são incentivados a realizar pinturas, confecção de textos, dobradura com temáticas ambientais.

Figura 01: Parque Nadorinhas.

Figure 01: Municipal Swallows.



tural Municipal das An-

Natural Park of the

Figura 02: Parque

Figure 02: Park Nur-



Horto dos Contos.

sery Tales.



Figura 03 e 04: Atividades do Projeto “A Escola vai ao Parque” no parque Natural Municipal das Andorinhas.
Figure 03 and 04: Project Activities “The school goes to the Park” at the Municipal Natural Park of the Swallows.



Figura 05: Atividades do Projeto “A Escola vai ao Parque” no Parque Horto dos Contos.

Figure 05: Project Activities “The school goes to the park” Park Nursery Tales.

Análise e apresentação dos dados

Perfil dos alunos inseridos nos projetos de Educação Ambiental

Analisando os resultados, constatou-se que a maioria dos alunos entrevistados na faixa etária entre 08 e 12 anos (95%) afirmou não conhecer os parques municipais (Gráfico 1), sendo motivados a visitá-los incentivados pelo projeto do setor público de Educação Ambiental “A Escola Vai ao Parque”.

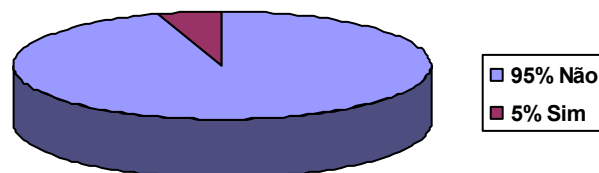


Gráfico 01: Distribuição dos alunos de acordo com a periodicidade da visita ao parque.

Graphic 01: Distribution of students according to the schedule for the visit to the park.

De acordo com a preferência dos alunos, foi mencionada a visitação de atrativos como a Cachoeira das Andorinhas (30%), as quadras no Parque Horto dos Contos (30%), 30% dos alunos consideram as atividades recreativas do Projeto como a parte mais interessante da visita e 10% dizem que a visitação ao atrativo natural “a Pedra do Jacaré” foi o que mais lhe agradou. É importante ressaltar que os lugares citados são importantes indicadores para ação de promoção da oferta turística dos parques.

É interessante ressaltar que, conforme informações constadas no Gráfico 02, que o que mais chamou a atenção dos alunos nas visitas aos parques municipais foram às características naturais da região. As respostas dos mesmos apontam para uma grande predominância para os aspectos naturais dos parques (80%) e uma parcela menor dos alunos (20%) citou as atividades recreativas do projeto como sendo as que mais lhe chamaram a atenção. Isso demonstra que o projeto auxilia no desenvolvimento de um reconhecimento emocional por parte dos alunos com o atrativo, provocando uma maior apropriação do espaço por esses agentes sociais e, consequentemente, uma maior conscientização com relação às temáticas ambientais.

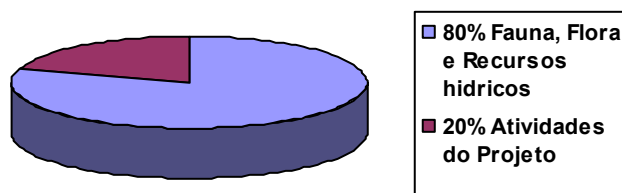
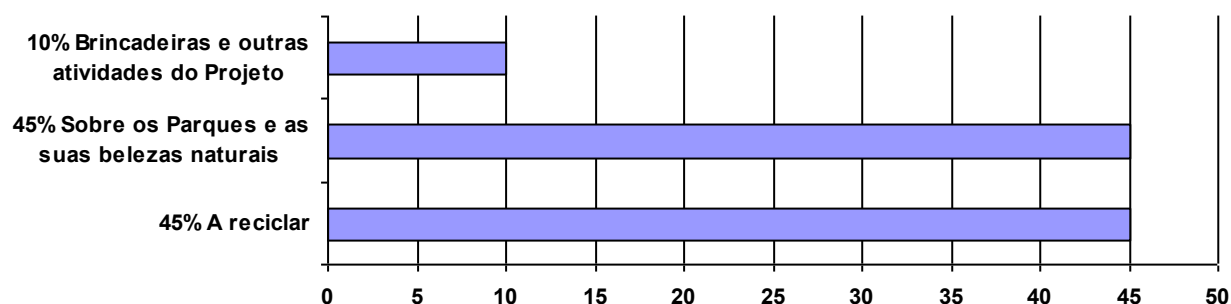


Gráfico 02: Distribuição de temas de acordo com o interesse dos alunos.

Graphic 02: Distribution of subjects according to student interest.

Ao serem questionados sobre o que aprenderam participando do projeto “A escola vai ao parque” e que ensinarão para amigos e familiares 45% dos alunos citaram temáticas relacionadas à problemática do lixo e a importância de reciclar, 45% mencionou o que aprenderam sobre os Parques Municipais e as belezas naturais da região e 10% informaram que ensinarão as brincadeiras e outras atividades que aprenderam no projeto (Gráfico 03). Portanto, é possível observar que os alunos conseguiram analisar criticamente, fatores que tem levado à destruição inconsequente dos recursos naturais da nossa região tais como a poluição decorrente do lixo. Aqui também vale ressaltar a apropriação do parque por parte dos alunos e a importância dos mesmos como promotores dos atrativos em meio à comunidade auxiliando a gestão dos atrativos no processo de manutenção e preservação dos mesmos.

Gráfico 03: Distribuição de temas de acordo com o conhecimento assimilado pelos alunos.



Graphic 03: Distribution of subjects according to the knowledge assimilated by students.

Questionário II:

Inserção da Educação Ambiental na prática pedagógica – E.E. Dom Pedro II.

Quando questionados sobre a abordagem do tema Meio Ambiente nas disciplinas os alunos da E.E. Dom Pedro II 62,5% dos alunos informou que o tema vem sendo inserido em poucas disciplinas da escola, já 25% disseram que o tema é abordado na maioria das disciplinas, 10% garantem que o tema é abordado em todas as disciplinas e 2,5% dizem que o tema simplesmente não é abordado (Gráfico 4). É nesse contexto que voltamos a falar que a Educação Ambiental, de acordo com a constituição de 1988 é um tema que deve ser obrigatoriamente abordado nas escolas, e por ser multidimensional, pode ser inserido em todas as disciplinas. É interessante o tema ser incluído num projeto pedagógico de forma a estimular os professores e os alunos a atuarem de forma integrada com os demais setores da sociedade.

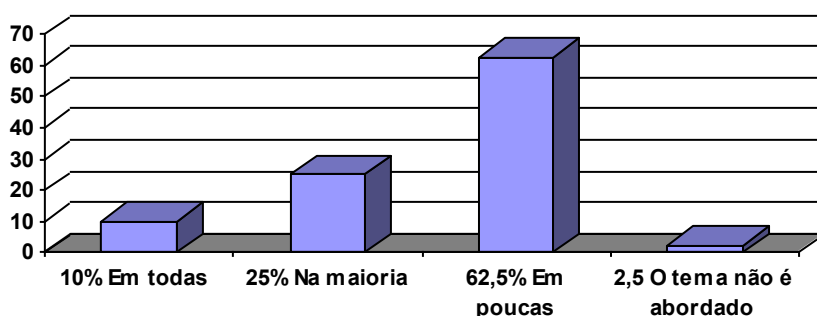


Gráfico 04: Distribuição dos alunos da E.E. Dom Pedro II, de acordo com a abordagem do tema ambiental nas disciplinas em maio de 2012.

Graphic 04: Distribution of students E.E. Dom Pedro II, in accordance with the approach of the environmental issue in the subjects in May 2012.

Foi avaliada a compreensão dos alunos com relação à importância da inclusão das temáticas ambientais nas disciplinas de acordo com as tendências filosóficas de educação, de acordo com os seguintes conceitos: educação como redenção: 43% acreditam que estudar temáticas ambientais é importante para salvar o planeta, esses alunos acreditam que Educação Ambiental, por si só, é a solução para todos os problemas ambientais do planeta; a educação como reprodução: 4% dos alunos acreditam que a Educação Ambiental apenas reproduz o modelo vigente, e não é capaz de reverter os problemas ambientais; por fim, com uma leve predominância das opiniões 51% dos alunos entrevistados, a Educação Ambiental é vista como meio de transformação da sociedade; ou seja, onde a mesma serve de meio, ao lado de outros meios para realizar projetos que beneficiem a sociedade, podendo promover melhorias de condição vida tanto individuais quanto para a sociedade como um todo (Gráfico 05).

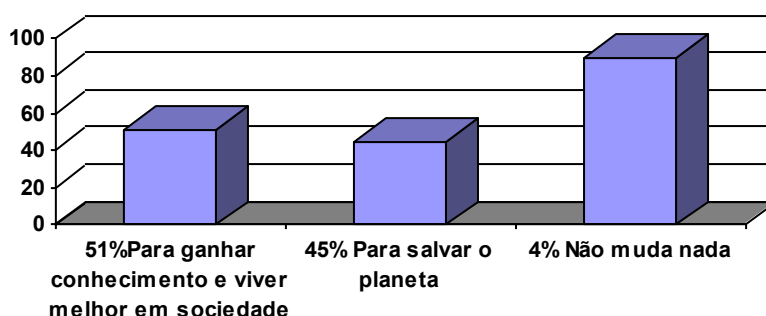


Gráfico 05: Distribuição dos alunos da E.E. Dom Pedro II, de acordo com o que pensam sobre a importância de se estudar sobre temas ambientais em maio de 2012.

Graphic 05: Distribution of students E.E. Dom Pedro II, according to what they think about the importance of studying environmental subjects in May 2012.

De acordo com os dados obtidos, com relação aos meios pelos quais os alu-

nos obtêm informações sobre os temas ambientais, 48% dos alunos citaram a televisão como a maior propagadora dessas informações, 38% das representações mencionaram a internet e apenas 14% disseram se informar por meio de revistas (Gráfico 07). Tais dados demonstram que os meios de comunicação também podem representar a possibilidade de propagar o conhecimento e a noção de práticas sustentáveis, além de motivar e sensibilizar a população para as questões ambientais.

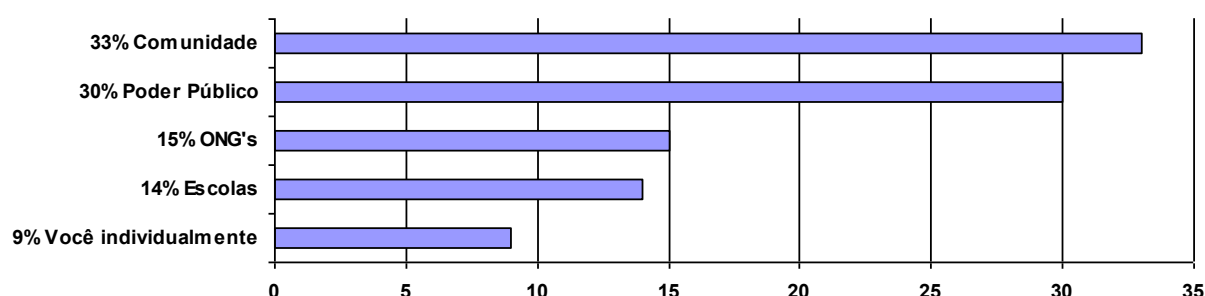


Gráfico 07: Distribuição dos alunos da E.E. Dom Pedro II, de acordo com os meios de comunicação que informam sobre os temas ambientais, em maio de 2012.

Graphic 07: Distribution of students E.E. Dom Pedro II, according to the media who report on environmental issues, in May 2012.

Os alunos demonstraram julgar como ser de competência da comunidade (33%) e do Poder Público (30%) respectivamente solucionar os problemas ambientais (Gráfico 08). É interessante ressaltar que apenas 9% dos alunos entrevistados acreditam que é de competência pessoal solucionar tais problemas. Isso aponta para certa falta de conscientização com relação à necessidade da participação pessoal no processo de preservação ambiental. Contradizem também uma das premissas do ecoturismo, que propõe através da visitação a ambientes naturais, o desenvolvimento do sentimento de pertencimento nos visitantes com relação às áreas protegidas e o desejo dos mesmos de se tornarem promotores das causas ambientais.

Gráfico 08: Distribuição dos alunos da E.E. Dom Pedro II, de acordo com a concepção dos mesmos sobre quem deve solucionar os problemas ambientais, em maio de 2012.



Graphic 08: Distribution of students E.E. Dom Pedro II, according to the conception of them as to who should solve environmental problems, in May 2012.

Questionados sobre quais os temas ambientais discutidos em sala de au-

la, os alunos entrevistados demonstraram ter conhecimento sobre todos os temas mencionados. Com base nos dados obtidos é possível notar que tais temas foram abordados em pelo menos uma das disciplinas ministradas aos alunos entrevistados (Tabela 1). Ainda de acordo com os dados da pesquisa, é possível perceber que os professores priorizaram respectivamente os seguintes temas: Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas (95%); Ecossistemas (85%); Saúde (80%); Lixo (75%); Parques (58%); Ecologia (55%) e Unidades de Conservação (30%). Vale ressaltar que o tema Unidade de Conservação foi citado duas vezes na pesquisa com o objetivo de mensurar a familiaridade que os alunos têm com tal conceito. Quando questionados sobre Unidade de Conservação, apenas 30% disseram ter conhecimento sobre o assunto, porém, quando assimilamos o conceito de Unidade de Conservação ao de Parque esse numero cresce para 58%. O que demonstra que os alunos apresentam certa dificuldade para reconhecer tal conceito.

Tabela 01: Distribuição dos alunos da E.E. Dom Pedro II, de acordo com os temas ambientais estudados em sala de aula, em maio de 2012.

Table 01: Distribution of students E.E. Dom Pedro II, according to the environmental issues studied in the classroom, in May 2012.

TEMA AMBIENTAL	SIM, EU ESTUDEI ISSO.	NÃO, EU NÃO ESTUDEI ISSO.
Ecologia	55%	45%
Unidades de conservação	30%	70%
Lixo	75%	25%
Águas (Recursos hídricos e bacias hidrográficas)	95%	5%
Saúde	80%	20%
Ecossistemas	85%	15%
Ocupação do espaço	75%	25%
Parques (unidades de conservação)	58%	42%

A fim de saber o como os alunos entendem o conceito “Meio Ambiente” questionamos o que é Meio Ambiente para eles. Tal questão foi aberta e as respostas foram agrupadas em 3 tipologias de acordo com as respostas que mais apareceram (Gráfico 09). De acordo com os alunos entrevistados, 30% assimilam o termo Meio Ambiente a áreas preservadas, 42,5% (a grande maioria) dizem que Meio Ambiente é tudo ao nosso redor, ou seja, veem o Meio Ambiente como um lugar para se viver, e 27,5%, assimilaram o termo a áreas verdes.

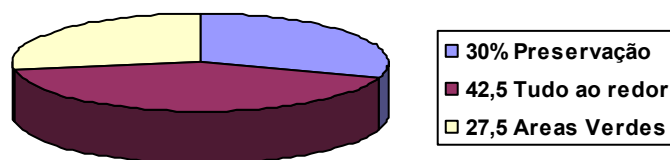


Gráfico 09: Distribuição dos alunos da E.E. Dom Pedro II, de acordo com a concepção dos mesmos sobre o que é Meio Ambiente, em maio de 2012.

Graphic 09: Distribution of students E.E. Dom Pedro II, according to the conception of them about what is the Environment, in May 2012.

De acordo com a pesquisa 50% dos alunos entrevistados afirmaram terem participado do projeto de Educação Ambiental promovido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente "A Escola Vai ao Parque". Quando questionados sobre quais atividades foram realizadas no projeto "A escola vai ao parque", os alunos entrevistados informaram que realizaram atividades de observação, anotações e perguntas (75%); Registro (65%); Análise de problemas ambientais (35%); Apropriação (30%); e 30% disseram que realizaram outras atividades não mencionadas na questão (Tabela 02). Nessa questão, com relação à metodologia proposta para atender os objetivos propostos pelo projeto de Educação Ambiental, podemos observar que não há uma continuidade nos trabalhos realizados durante a visita, sendo deixadas de lado às atividades de análise de problemáticas ambientais, (pesquisa que deve ser realizada pelos alunos antes da visita) e a fase de apropriação (atividades que devem ser realizadas após a realização da visita). Logo, é possível notar a necessidade de um diálogo mais eficiente entre a organização do projeto e os professores para alcançar melhores resultados no que tange a conscientização dos alunos quanto aos temas propostos.

Tabela 02: Distribuição dos alunos da E.E. Dom Pedro II, de acordo com as atividades realizadas no Projeto "A escola vai ao parque", em maio de 2012.

Table 02: Distribution of students E.E. Dom Pedro II, according to the activities performed in the project "The school goes to the park," in May 2012.

Atividade	Sim	Não
Observação: perguntas, jogos, anotações, etc.	75%	25%
Registro: desenhos, fotografias, etc.	65%	35%
Análise de problema ambiental: pesquisa em outras fontes.	35%	65%
Apropriação: pintura, teatro, dança, poesia, redação.	30%	70%
Outra atividade.	30%	70%

Considerando a preferência dos alunos com relação ao atrativo 10, 60%

dos alunos mencionaram que a natureza e os aspectos naturais foram o que mais gostaram 30% deram respostas relacionadas com a infraestrutura se destacando as quadras esportivas entre as respostas, 5% responderam que não gostaram de nada no parque. As respostas dos alunos apontam para a importância dada às áreas naturais para a realização de atividades turísticas. Entre as reclamações os alunos citaram o mau cheiro provocado pelo esgoto derramado no rio, os caminhos interditados, a falta de bebedouros no percurso da trilha, a lagoa assoreada e sem peixes, a falta de atividades voltadas para crianças, à ausência de um centro educativo e de aparelhos de ginástica. Como sugestões para melhorias no parque os alunos citaram a diversificação dos equipamentos na área de lazer, a retirada do esgoto do córrego que corta o parque, a instalação de mais bebedouros no percurso da trilha a construção de um centro educativo e a instalação de equipamentos de musculação.

Considerações finais e recomendações

A pesquisa avaliou se os projetos de Educação Ambiental, da rede pública de ensino do setor público estão atingindo seu objetivo de promoção de consciência ambiental e se há interdisciplinaridade entre elas. Além de avaliar se tais projetos contribuem para a inclusão da comunidade local, enquanto agentes sociais, nos parques municipais, espaços destinados à visitação e ao turismo.

Com base em pesquisa realizada em sala de aula foi possível observar que 95% dos alunos não conheciam os parques municipais, sendo apresentados aos mesmos por meio do projeto. Tais dados demonstram que o projeto se mostrou eficiente no processo de inclusão e apropriação da comunidade nos espaços destinados ao turismo, 80% dos alunos entrevistados disseram que o que mais gostaram na visita foram os aspectos naturais dos parques.

Observou-se também, após a realização do projeto 45% dos alunos divulgaram a terceiros sobre temáticas relacionadas à problemática do lixo e a importância de reciclar e 45% sobre os parques e as belezas naturais da região. O que demonstra a importância dos alunos como promotores dos atrativos em meio à comunidade auxiliando a gestão dos atrativos no processo de manutenção e preservação dos mesmos.

Quanto à abordagem das temáticas ambientais em sala de aula 62,5% dos alunos reclamaram que os temas estão inseridos em poucas disciplinas da escola. Considerando que os temas ambientais deveriam ser incluídos em todas as disciplinas de forma interdisciplinar, tais dados demonstram a falta de um projeto pedagógico efetivo que abranja o tema ambiental nas disciplinas e que incentivem os alunos a buscarem mais informações acerca de tais temas.

Na opinião dos alunos entrevistados 51% deles veem a Educação Ambiental como meio de transformação da sociedade e têm consciência da importância de se discutir temas ambientais. Foi possível averiguar que os meios de comunicação também exercem um papel importante na divulgação de informações relacionadas ao Meio Ambiente, e quando questionados sobre qual o meio que mais

transmite tais informações, a maior parte dos estudantes 48% dos alunos citou a televisão como a maior propagadora dessas informações, seguida pela internet com 38% das representações e apenas 14% diz se informar por meio de revistas.

Apesar da grande maioria dos entrevistados terem demonstrado interesse e consciência sobre a importância de se estudar sobre temas ambientais, apenas 9% dos alunos entrevistados acredita que é de competência pessoal solucionar tais problemas. Isso demonstra certa falta de conscientização com relação à necessidade da participação pessoal no processo de preservação ambiental.

Sobre as atividades realizadas no projeto “A escola vai ao parque”, foi possível observar que não há uma continuidade nos trabalhos realizados durante a visita, sendo deixadas de lado às atividades de análise de problemáticas ambientais e a fase de apropriação. Sendo necessário um diálogo mais eficiente entre a organização do projeto e os professores para alcançar melhores resultados no que tange a conscientização dos alunos quanto aos temas propostos.

Com relação ao Parque Horto dos Contos os alunos reclamaram do mau cheiro provocado pelo esgoto derramado no rio, os caminhos interditados, a falta de bebedouros no percurso da trilha, a lagoa assoreada e sem peixes, a falta de atividades voltadas para crianças, à ausência de um centro educativo e de aparelhos de ginástica. E sugeriram a diversificação dos equipamentos na área de lazer, a retirada do esgoto do córrego que corta o parque, a instalação de mais bebedouros no percurso da trilha a construção de um centro educativo e a instalação de equipamentos de musculação para a melhoria do parque.

Baseando-se na análise e na interpretação dos resultados da pesquisa, algumas recomendações são sugeridas aos professores e organizadores do projeto “A escola vai ao parque” e aos gestores das Unidades de Conservação municipais:

- Maior inserção da questão ambiental como tema transversal;
- Orientação aos alunos sobre a importância da participação pessoal no processo de preservação ambiental;
- Maior diálogo entre os organizadores do projeto “A Escola Vai ao Parque” e os professores a fim de dar continuidade aos trabalhos realizados no projeto e uma maior conscientização dos alunos acerca das temáticas ambientais e processos de preservação;
- Maior incentivo à pesquisa relacionada aos temas ambientais propostos;
- Incluir os atrativos e atividades mencionadas no plano de marketing do atrativo;
- Diversificar os equipamentos na área de lazer do Parque Horto dos Contos;
- Providenciar a retirada do esgoto do córrego que corta o Parque Horto dos Contos;
- Instalar bebedouros no percurso da trilha;

- Investir na construção de um centro educativo e na instalação de equipamentos de musculação no Parque Horto dos Contos.

Enfim o estudo possibilitou identificar os principais fatores que dificultam a prática da Educação Ambiental como, por exemplo, a não abordagem do tema de forma transversal, o fato da inserção da temática em poucas disciplinas e a falta de continuidade dos temas propostos pelo projeto “A escola vai ao parque” em sala de aula para alcançar melhores resultados no que tange a sensibilização e conscientização da comunidade escolar.

Referências bibliográficas

- AMÂNCIO, C. Educação Ambiental. EMBRAPA/CPAP. Disponível em: <http://www.agroline.com.br/artigos/artigo.php?id=2728p=2&n=##>. Acesso em 02 abr 2010.
- ARQUIVOS DIVERSOS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. 2010.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP:Papirus, 1995.
- BARRETO, M.; TAMANINI, E; SILVA, M.I.P. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas: Papirus, 2004.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Artigo 225.
- CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 77-116
- COSTA, P. **Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- CUTLER, M.R. Wilderness Decisions: Values and Challenges to Science. **Journal of Forestry**, v.78, n.2, 1980, p.74-77.
- CRUZ, R.C.A. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.
- DAVENPORT, L; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: SPERGEL, B; TERBORGH, J. (org). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.
- HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAMMITT, W.E.; COLE, D.N. **Wildland recreation. ecology and management**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1998. 361p.
- LINDBERG, K.; McCOOL, S.; STANKEY, G.H. Rethinking Carrying Capacity. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n.2, 1997, p.461-5, Apr.

Mc COOL, S.F. Limits of acceptable change: A framework for managing national protected areas: experiences from the United States. *In*: WORKSHOP ON IMPACT MANAGEMENT IN MARINE PARKS 1996, Kuala Lumpur. **Paper. Maritime Institute of Malaysia**, Kuala Lumpur: 1996. (Endereço eletrônico).

MILANO, M.S. Conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração de unidades de conservação. *In*: Curso Manejo de Áreas Naturais Protegidas. Curitiba: UNILIVRE, 2002. **Mimeo**.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Ato de Legal Dec. nº4.340, de 22/08/2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_legislacao/149_legislacao12012009044745.pdf> Acesso em: 03 de julho de 2009.

MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas - Programa Áreas Protegidas da Amazônia. **Gestão Participativa do SNUC**. Brasília, DF, 2004.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Turismo Internacional**: uma perspectiva global. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação Ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998.

REJOWSKI, M. (org.) **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002 (Turismo).

REIGOTA, M. Desafios à Educação Ambiental escolar. *In*: JACOBI, P. *et al.* (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelecido através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

STANKEY, G.H. Visitor perception of wilderness recreation carrying capacity. USDA Forest Service. **Research Paper** INT-142. 1973, 62p.

TAKAHASHI, L. **Uso público em Unidades de Conservação**. Fundação O Boticário: Curitiba, 2004.

Agradecimentos:

Agradecemos as instituições: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto pelo apoio e por disponibilizar dados referentes ao Projeto “A Escola vai ao Parque” em especial a Maria das Graças de Melo Ferreira e Damaris Plazas. A diretoria das E.E. Dom Pedro II e Escola Municipal de Lavras Novas, aos Professores João Pedro-sa e Thiago de Oliveira pelo apoio na coleta dos dados e Ricardo Eustáquio Fonseca

e Edenir Ubaldo Monteiro, pela orientação na realização da pesquisa.

Simone Fernandes Machado: Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil

Email: sissamachadofernan@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1523793003113053>

Josefa Clara Lafuente Monteiro: Secretaria Municipal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil

Email: josefalafuente@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0728595979334168>

Kerley dos Santos Alves: Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil

Email: kerleysantos@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0155112780470566>

Data de submissão: 17 de agosto de 2012

Data de recebimento de correções: 20 de novembro de 2012

Data do aceite: 20 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

Programa de capacitação do Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica no entorno dos parques estaduais paulistas

Training program of the Ecotourism Project in the Atlantic Rain Forest around state parks of São Paulo (Brazil)

**Érika Sayuri Koga, Caroline da Silva Oliveira,
Daniela Midori Kaneshiro**

RESUMO

Com o objetivo de consolidar a vocação do turismo sustentável em seis Parques Estaduais do Estado de São Paulo e suas regiões de entorno está em execução o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica. Desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), por meio de um contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma estratégia de conservação da natureza e apoio ao desenvolvimento socioeconômico regional. Este artigo apresenta os resultados relacionados ao programa de capacitações dos diferentes atores da região do entorno dos parques do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e Ilhabela. O programa de qualificação do Projeto de Ecoturismo, calcado no processo participativo das comunidades, nas parcerias junto às ONGs, micro e pequenos empresários, Prefeituras e Secretarias Municipais atingiu o objetivo de organizar e consolidar o produto turístico na área de influência direta do Projeto, procurando incrementar novos negócios, gerar renda e emprego na região.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Conservação; Parque Estadual; Capacitação; Ecoturismo; São Paulo.

ABSTRACT

With the main goal to consolidate the vocation of sustainable tourism in six State Parks of São Paulo (Brazil) and their surrounding regions, there are running the Project Development of Ecotourism Mata Atlantica. Developed by the Secretariat for Environment of the State of São Paulo (SMA), through a contract with the Interamerican Development Bank (IDB) is a strategy for nature conservation and support for regional socioeconomic development. This paper presents the results related to the qualification program of different actors in the surrounding area of the parks in the Vale do Ribeira, Alto Paranapanema and Ilhabela. The qualification program of the Ecotourism Project, based in the participatory process of communities, in partnerships with NGOs, Municipalities, entrepreneurs and Municipal Secretariat reached the goal of organizing and strengthening the tourism product in the area of direct influence of the Project, seeking to increase new business, generate income and employment in the region.

KEYWORDS: Protected Areas; State Park; Training; Ecotourism; São Paulo.

Introdução

A conservação de áreas naturais diante do avanço econômico e social é um desafio para a sustentabilidade. Alternativas de desenvolvimento que atrelem à conservação do meio ambiente devem ser promovidas. Nesse sentido, o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo está sendo executado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio de um contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo do Projeto é consolidar a vocação do turismo sustentável em sua área de influência como estratégia de conservação da natureza e apoio ao desenvolvimento socioeconômico da região. Para tanto, estão sendo desenvolvidas ações para organizar e consolidar as Unidades de Conservação como produtos turísticos com capacidade de atrair e satisfazer um mercado diverso de visitantes.

A área de abrangência do Projeto são seis Parques Estaduais localizados nas regiões do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e Litoral Norte de São Paulo. São eles: “Carlos Botelho”, Intervales, Caverna do Diabo, Turístico Alto Ribeira (PETAR), Ilha do Cardoso e Ilhabela que englobam regiões contínuas de Mata Atlântica - um dos ecossistemas mais rico e ameaçado do mundo - reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera e Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade.

As atividades planejadas pelo Projeto foram divididas em três componentes principais: (i) Estruturação dos parques para a visita pública, com a implantação de novos serviços e estruturas, além da reorganização administrativa para maior eficiência, controle e incremento da satisfação dos visitantes; (ii) Organização e consolidação do produto turístico na área de influência direta do Projeto, envolvendo comunidades, pequenos empresários e prefeituras, procurando incrementar novos negócios e promover a estruturação da cadeia produtiva do turismo, gerando renda e emprego na região; e, (iii) Fortalecimento da gestão pública, incluindo uma nova política de ecoturismo para os parques, regras de visita e controle, plano de capacitação de pessoal, monitoramento, entre outros.

Dentro do componente (ii) que está voltado para o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo na área de entorno dos parques, o Projeto realizou um programa de qualificação de pessoas envolvidas na região dos Parques, no qual abordou três grandes grupos: gestores municipais responsáveis pelas pastas de turismo e/ou meio ambiente para qualificação quanto ao desenvolvimento e organização do turismo e integração regional; micro e pequenos empreendedores do segmento de turismo que já atuam na região de todos os Parques contemplados pelo Projeto e almejam requalificação de seus serviços; e, comunidades tradicionais comprometidas com atividades relacionadas direta e/ou indiretamente com o turismo, focando nas atividades potenciais para desenvolvimento socioeconômico das populações que vivem na região dos Parques Estaduais “Carlos Botelho”, Intervales, Caverna do Diabo e PETAR, de forma a agregar suas produções à atividade turística.

As capacitações tiveram o objetivo geral de promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados diretamente aos visitantes e promover o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo na região do entorno dos Parques Estaduais, juntamente com a própria Unidade de Conservação (UC).

O presente artigo tem o objetivo de relatar o programa de qualificação do Pro-

jeto de Ecoturismo, desde a concepção de temas, públicos-alvo e metodologia dos cursos. O relato transcorre para a execução das capacitações, finalizando com os resultados obtidos pelo programa.

O artigo descreve a região do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema para entendimento das particularidades que caracterizam as UCs e região do entorno dos parques; prossegue com a fundamentação de ecoturismo e planejamento participativo que fundamentaram a formatação das capacitações; e, finaliza com os resultados obtidos e avaliações.

As regiões do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema

O Vale do Ribeira abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Apesar de ter sido uma das primeiras e mais exploradas regiões brasileiras nos períodos colonial e imperial, ainda guarda o maior remanescente de Mata Atlântica preservada do Brasil. Ou seja, dos 7% que restaram deste bioma no Brasil, 21% estão localizados no Vale do Ribeira (SANTOS, 2008).

A região do Alto Paranapanema estende-se por 22.689 km², compreendendo a porção paulista da bacia hidrográfica do Alto Paranapanema. Um dos principais cursos d'água dessa região, além do próprio Paranapanema, é o rio Itararé que forma divisa entre os Estados do Paraná e São Paulo (CBH-ALPA, 2011).

Segundo Atlas geoambiental (THEODOROVICZ, 2007), o Vale do Ribeira destaca-se por ser uma região de relevos variados, um denso sistema de drenagem com formações de corredeiras, cachoeiras e piscinas naturais. Também é um dos pólos mais importantes de produção mineral do Brasil e onde ocorre grande concentração de cavernas calcária.

O Vale conta com uma população de cerca de 411.500 habitantes, mais da metade vivendo nas zonas rurais e envolve áreas entre duas importantes capitais – São Paulo e Curitiba. Uma das principais vias de acesso à região é a Rodovia Régis Bittencourt (BR -116), que liga São Paulo ao Paraná.

Alguns conflitos ocorrem na região em função da urbanização, agricultura e a exploração de recursos naturais. Conforme Theodorovicz (2007, p.1),

algumas áreas com potencial turístico natural e de grande importância hídrica foram ou estão sendo degradadas. Não menos preocupantes são a miséria e o atraso cultural que vive boa parte da população de algumas regiões. Até o momento não se encontrou uma forma eficiente de melhorar as condições socioeconômicas de boa parte da população. Principalmente do médio Vale do Ribeira, uma das regiões mais belas e ricas em termos de recursos naturais e, por outro lado, uma das mais pobres e atrasadas dos estados de São Paulo e Paraná.

Em relação à ocupação humana, o Vale do Ribeira passou por ciclos de exploração do ouro, implantação da agricultura de produtos para consumo e para o mercado local, desenvolvimento da lavoura de chá e de banana, sendo que esta última passou a ser o principal produto agrícola da região. A mineração de areia e calcário completa o quadro econômico da região.

O Vale do Ribeira é a região do Estado de São Paulo onde se encontra a maior parte das comunidades quilombolas e abriga também várias comunidades tradicionais e locais, indígenas, caiçaras e agricultores familiares (SANTOS; TATTO, 2008). Entretanto, a ocupação das terras de algumas comunidades ainda passa por conflitos, devido à falta de regularização fundiária ou sobreposição com UCs, que de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), significa:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Art. 2º, I – Lei Federal 9.985/2000).

Na década de 1980, o Estado de São Paulo criou a maioria das UCs da região, delimitando áreas para proteção dos ecossistemas, preservação da biodiversidade, apoio a pesquisas que garantam o aproveitamento dos recursos naturais e também propicie a educação ambiental, o turismo e o lazer nas áreas passíveis de visitação pública (SÃO PAULO, 1999).

Diante desse quadro, o ecoturismo desponta como potencial atividade econômica que alie o desenvolvimento social à preservação da natureza.

Romão (2006, p.21) argumenta que:

torna-se importante dar a base para uma forma de inserção da população do Vale do Ribeira em atividades que garantam sua existência e sobrevivência, tendo como aliado o interesse humano pelo legado natural, cultural e étnico da região, buscando melhorar as condições de vida sem alterar o modo de vida das comunidades tradicionais. A alternativa é dada pelo ecoturismo compreendido como uma atividade complementar àquelas realizadas pelas comunidades.

E concomitantemente, apontada na Agenda Socioambiental pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, o ecoturismo é indicado como importante atividade a ser aprimorada em suas áreas, conjugando os atrativos naturais com especial beleza cênica, tais como cachoeiras, rios e cavernas, com as características tradicionais de suas comunidades, como artesanato, culinária e formas de cultivo, resultando em atividade economicamente viável para desenvolvimento da população (SANTOS; TATTO, 2007).

Ecoturismo

O termo ecoturismo foi usado pela primeira vez por Héctor Ceballos-Lascurain, para designar viagens a áreas naturais relativamente preservadas como o intuito de lazer, educação ou o simples ato de admirar a paisagem ou uma manifestação cultural. O conceito evoluiu ao longo do tempo colocando o homem mais próximo e responsável pela natureza e pelas atividades exercidas no meio natural (KINKER, 2012).

O ecoturismo é um dos segmentos de turismo que mais se desenvolve nos últimos anos, impulsionado principalmente pelos movimentos ambientalistas e pela necessidade de se buscar alternativas econômicas que visem o desenvolvimento sustentável. Conceitualmente ecoturismo pode ser entendido como:

segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MICT; MMA, 1994).

Este segmento tem como princípios o desenvolvimento sustentável, a educação ou conscientização ambiental e o envolvimento das comunidades locais. Esses princípios garantem a sustentabilidade da atividade e caracterizam o ecoturismo por pautar o comportamento do turista em princípios e valores éticos, incorporando assim o conceito da sustentabilidade e o aspecto educacional (KINKER, 2012).

Portanto, o ecoturismo caracteriza-se pelas práticas de atividades de lazer, recreação, resgate histórico-cultural, contemplação e educação ambiental em áreas naturais não degradadas, utilizando como recurso principal as UCs.

O conceito de UC surgiu nos Estados Unidos, quando foi criada a primeira área natural protegida com o Yellowstone National Park, em 1 de março de 1872. No Brasil, a primeira UC criada foi o Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, instituído através do Código Florestal de 1934 (COSTA, 2002).

Em 2000, a partir da compilação e revisão dos diversos marcos legais que instituíam as UCs, foi aprovada a Lei nº 9.985, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que, dentre as suas atribuições legais, deve “favorecer condições e promover a educação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo” (Capt. II, Art. 4º, XII).

A importância de se definir as diretrizes do uso público nas UCs pauta-se na necessidade de organização e manejo das atividades dentro da UC e na possibilidade de geração de renda contribuindo para a proteção e fiscalização da própria unidade. Registros sobre a visitação pública em UC demonstram queda nas atividades extrativistas realizadas com a finalidade de geração de renda. Lindberg e Hawkins (2002, p. 23) sugerem “*procurar pontos em comum entre o ecoturismo, a conservação e o desenvolvimento*”, e encontrar formas sustentáveis de minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos.

Planejamento participativo

O planejamento participativo pressupõe o envolvimento de todos os membros interessados e/ou afetados pela tomada de decisão em torno de uma problemática. Nesse sentido o planejamento do fenômeno turístico deve ter como premissa a gestão integrada dos recursos e potencialidades turísticas da localidade. Para Rabinovici e Pessoa (2010)

visto que o turismo é uma atividade econômica que interfere na organização dos espaços, é necessário controle por parte dos governos e da

própria comunidade na qual os projetos de turismo estão inseridos. Para tanto a participação comunitária no planejamento não consiste apenas em receber passivamente os benefícios da atividade turística, mas sim intervir na sua condução, planejamento e implantação, que pode ser realizada por meio da participação de todos os envolvidos com o turismo na tomada por decisões (RABINOVICI; PESSOA, 2010. p. 112).

Tendo como pressuposto de que toda política pública deve ter em sua concepção e elaboração a participação de todos que possam vir a ser afetados com os programas e ações, projetos de desenvolvimento devem ter suas ações pautadas na participação cidadã, partindo de diretrizes sustentáveis e assumindo compromissos participativos. Assim, as políticas públicas tendem a garantir a sustentabilidade na continuidade do processo e nos impactos diretos dele decorrentes, mesmo que muitas vezes, não sejam passíveis de mensuração. Para Irving (2002), nesses projetos o envolvimento da sociedade nas tomadas de decisões são indispensáveis para que o processo atinja a sustentabilidade e legitimidade e seja intitulado como participativo.

O planejamento participativo se configura como uma importante ferramenta para entender todas as dimensões de um problema, seja ele social, econômico ou ambiental. Portanto, entender o que de fato é planejamento participativo e como este deve ser executado pelo Estado é imprescindível para avaliar como foram implementadas as ações do Projeto de Ecoturismo.

Na gestão do ecoturismo em regiões de preservação ambiental, caso do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema, há interesses diversos e muitas vezes divergentes que podem ocasionalmente gerar atritos entre os envolvidos. Diante deste cenário o planejamento participativo possibilita um questionamento mais amplo em torno da problemática e assim estender suas soluções. A aplicação do método pode ser usado como mecanismo de articulação entre os interessados e instrumento de legitimação da democracia.

No Brasil, há poucos registros de participação cidadã no desenvolvimento do turismo, Solha (2011) aponta que este fato se dá pela fragilidade das representações estaduais e municipais, devido a longa tradição de centralismo na qual as esferas do poder público a níveis regionais e locais só eram vistas como cumpridoras das regras estabelecidas pelo poder federal.

Entretanto, Molina e Rodriguez (2001) apresentam uma mudança significativa nos modelos de planejamento uma vez que:

(...) o planejamento centralizado está cedendo lugar a um outro mais participativo, que reconhece as capacidades e interesses locais e regionais e as realidades dos grupos humanos e econômicos que atuam em suas respectivas áreas (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p.14).

Nesse sentido, Back (2009) aponta que os projetos turísticos devem caminhar para um planejamento descentralizado, num processo democratizado que contempla não só o desenvolvimento econômico como também o desenvolvimento da comunidade e o respeito pelo meio ambiente.

Para Sansolo (2006), a partir da Constituição de 1988, ficou mais clara a neces-

cidade de desenvolvimento de planos plurianuais e regionalizados, com processo participativo em sua concepção. Para o autor, o marco para a gestão participativa foi a Agenda 21 Global, elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92. Este documento tornou-se referência para todas as esferas governamentais e contribuiu para a popularização do paradigma da participação.

Entretanto, o planejamento participativo colocado em prática pode apresentar distorções quando as ideias ou problemas e decisões tomadas por lideranças nem sempre são representativas da comunidade como um todo e que muitas vezes podem atender aos interesses pessoais dessas lideranças. Outra dificuldade encontrada no uso do planejamento participativo é a incapacidade das estruturas de poder e burocráticas em incorporar as decisões tomadas de “baixo para cima” (SANSOLO, 2006).

Portanto trata-se de uma nova forma de articulação com os setores envolvidos, em que a capacidade de argumentação e criação de parcerias pode ser primordial na busca dos resultados do projeto.

Complementando este raciocínio, Sampaio et. al. (2010) afirma que o fortalecimento e o envolvimento das comunidades no âmbito de instâncias coletivas de participação, como conselhos e fóruns de desenvolvimento, podem se configurar como importante instrumento para o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Em Unidades de Conservação (UCs) a prática do planejamento e gestão participativa é mais comum e mais difundida. Como exemplo do funcionamento dos Conselhos Gestores das UCs, onde além do Gestor da unidade, diversos conselheiros que representam instituições, segmentos e comunidades externas da UC, atuam no planejamento das atividades, nas discussões e decisões acerca da área.

São princípios gerais sobre os processos de gestão participativa em UCs, apontados por Rabinovici e Pessoa (2010):

- Compartilhar as responsabilidades, buscando a melhor proteção da UC;
- Estabelecer uma relação entre a UC e seu entorno;
- Motivar a participação comunitária;
- Conhecer e respeitar a cultura da população;
- Melhorar a qualidade das ações na gestão de UCs;
- Garantir o acesso à informação;
- Garantir a equidade social;
- Melhorar a eficiência na gestão das UCs.

Diante dessas possibilidades, a gestão das áreas naturais protegidas devem calcar suas ações em processos participativos, legitimando as estratégias de desenvolvimento e preservação do meio ambiente em consenso social, promovendo também o envolvimento dos diversos atores como responsáveis e parceiros na gestão da UC e seus resultados.

Para alcançar efetivamente os objetivos estabelecidos no programa de capaci-

tação do Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica, foi primordial a participação dos envolvidos de forma comprometida, responsável e protagonizada. E para atingir esse comprometimento, o Núcleo de Apoio à Cadeia Produtiva do Turismo do Projeto desenvolveu um processo participativo para consolidar um plano estratégico de capacitação comunitária.

O processo deu início com a realização de oficinas de planejamento participativo com a finalidade de mobilizar os interessados, levantar as demandas por cursos e quantidade de interessados, envolvendo comprometidamente os grupos de interesse para garantir a continuidade integrada deste plano.

As oficinas seguiram os princípios do enfoque participativo, com ênfase no intercâmbio de experiências e conhecimentos, tendo como ferramentas metodológicas a visualização, apresentações, problematização, documentação, trabalhos em grupos, sessões plenárias, contando com o apoio de um moderador.

As oficinas ocorreram em outubro de 2008 nas sedes dos Parques Estaduais “Carlos Botelho”, Intervales, Caverna do Diabo e Turístico do Alto Ribeira – PETAR e participaram cerca de trinta comunidades que vivem no entorno dos parques, somando mais de 130 pessoas.

Buscando nivelar os conceitos entre os participantes, o moderador iniciou um bloco abordando o turismo integrado com as comunidades e Unidades de Conservação, em visão de trocas e de potencialização da atividade turística. Esta etapa teve o objetivo de levar os participantes a refletir sobre as atividades ligadas ao turismo e que acontecem nas áreas de influência. A identificação destas atividades permitiu, mais facilmente, a definição das grandes áreas para capacitação comunitária. Ainda foram orientados a identificar, em mapas, a localização exata de realização destas atividades.

A partir das atividades identificadas na etapa anterior, os participantes, em plenário, definiram as áreas gerais de capacitação: Monitoria Ambiental, Hospitalidade, Produtos da Roça/Floresta, Produtos Culturais, Manejo Sustentável, Fortalecimento de Organizações/Comunidades e Planos de Negócio. Além dessa indicação, os participantes elaboraram uma matriz de capacitação, seguindo três campos orientadores: tipo de capacitação, parceiros e data/local (indicativos).

Resultados alcançados

O programa de qualificação foi composto em três grandes grupos, conforme já citados anteriormente a fim de fortalecer os segmentos da região do entorno dos Parques. Para cada grupo, foi realizada a contratação de uma empresa/instituição para incrementar a capacitação, buscando a experiência e conhecimento nos assuntos tratados.

A seguir, relata-se os resultados obtidos em cada um dos segmentos.

Capacitações comunitárias

Para as capacitações comunitárias, foram oferecidos cursos em dez temas: Aperfeiçoamento de monitores ambientais, Artesanato tradicional, Gestão de projetos, Organização institucional, Elaboração de plano de manejo agroflorestal, Plano de ne-

gócios institucional, Plano de negócios de artesanato, Plano de negócios para produtos agroflorestais, Coleta de sementes e Apicultura e meliponicultura (Figura 1). As capacitações foram executadas pelo Instituto Socioambiental (ISA), contratado através de licitação, no período de janeiro a julho de 2011.

O processo de mobilização para as capacitações comunitárias superou as dificuldades na região de comunicação, carente de sistemas instalados de antenas, de rede elétrica ou até mesmo de estradas de difícil circulação e conseguiu ter abrangência devido ao forte envolvimento das instituições, grupos e lideranças comunitárias que atuam na região. A contratação de empresa com experiência em projetos anteriores na região e conhecimento das comunidades tradicionais foi primordial para o bom resultado da mobilização. E o processo conjunto de interessados também foi importante para proporcionar melhor integração e intercâmbio entre os participantes.

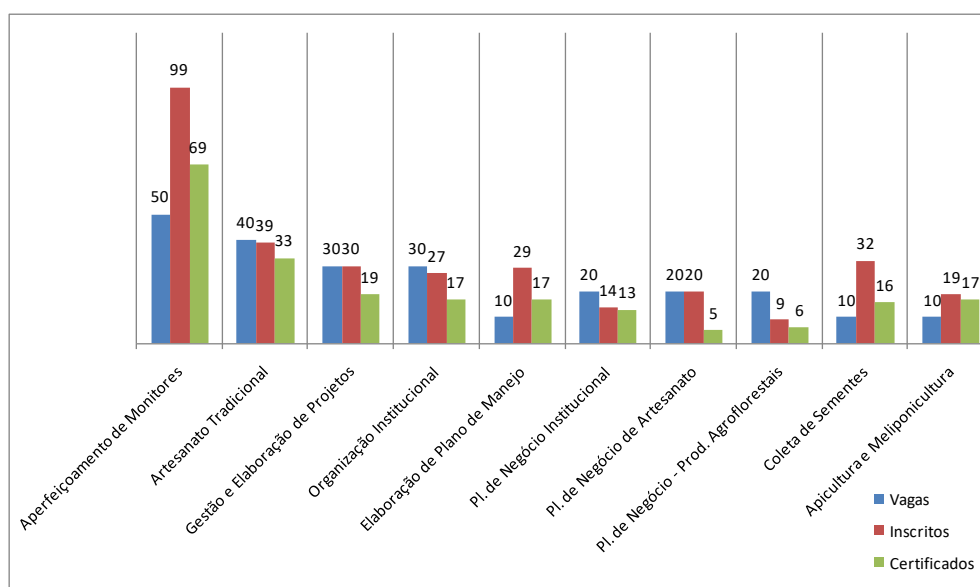


Figura 1: resultados das capacitações comunitárias por módulo.

Figure 1: results of community capabilities per module.

Finalizados os cursos, os resultados obtidos foram: 323 inscrições realizadas, 46 módulos ministrados, 212 pessoas certificadas, 32 comunidades envolvidas de 8 municípios diferentes. Os números refletem o interesse das comunidades em qualificar suas atividades para desenvolvimento regional e incremento da cadeia produtiva.

A capacitação abrangeu também pessoas que atuavam em atividades extrativistas ilegais em áreas protegidas e buscam novas alternativas econômicas, como o ecoturismo.

Os cursos foram, em sua maioria, sediados dentro dos Parques Estaduais, propiciando a visita das populações que vivem na região e que ainda não haviam visitado as Unidades de Conservação. As atividades propiciaram aproximação entre os gestores dos parques e funcionários com as populações da região.

Alguns cursos tiveram inscrições e certificações superiores ao número de vagas ofertadas, como aperfeiçoamento de monitores, elaboração de plano de manejo, coleta de sementes e apicultura e meliponicultura.

Embora alguns cursos foram realizados no período e alta temporada e o tempo de divulgação e mobilização foram curtos, a taxa de certificação atingiu 67%, ou seja, um bom percentual de alunos que se inscreveu e aproveitou os cursos até o fim.

Capacitações dos gestores municipais

Os cursos voltados para os gestores municipais de turismo e/ou meio ambiente tiveram como temáticas: Aula Inaugural e Conceitos Básicos de Turismo, Turismo e Meio Ambiente em UCs, Planejamento Estratégico e Elaboração de Projetos. A capacitação foi ministrada entre julho e agosto de 2010 pela empresa Manufatura de Ideias, vencedora da licitação pública.

Em fase preparatória para as inscrições, os consultores da empresa contratada juntamente com a equipe do Núcleo de Apoio à Cadeia Produtiva do Turismo do Projeto de Ecoturismo reuniu-se com cada um dos responsáveis nas Prefeituras para apresentar a proposta de capacitações, com o objetivo de levantar o número de participantes, agendas e compromissos e, especialmente, temáticas a serem alinhadas durante os cursos.

Passada a fase inicial, as inscrições ocorreram de forma espontânea, abrindo duas vagas para cada município, com agenda proposta de quatro encontros com duração de dois dias cada, nos seguintes locais: Pousada comunitária em Ivaporunduva, Parque Estadual Carlos Botelho, Parque Estadual Intervales e PETAR.

Os encontros proporcionaram diversos resultados: integração de gestores públicos de turismo e meio ambiente de região com características em comuns, inclusive em relação a problemas e soluções; imersão durante dois dias que favoreceram a capacitação e também a troca de conhecimentos e integração nos horários fora dos cursos; e, vivência dentro de comunidades e nos Parques Estaduais discutindo propostas de desenvolvimento do turismo especialmente nessas localidades.

Ao fim dos cursos, realizou-se quatro encontros em dois meses, com a participação de 32 gestores públicos municipais, atuantes em 16 Prefeituras das regiões do Vale do Ribeira, Alto Paranaíba e Ilhabela.

Capacitações aos micro e pequenos empresários de turismo

Os módulos oferecidos para a iniciativa privada foram: Cenário Atual do Turismo, Atendimento ao Cliente, Primeiros Socorros, Atividades Recreativas, Gestão de Turismo, Serviços de Alimentos e Bebidas (A&B), Noções de Meios de Hospedagem (MH), Gestão de Alimentos e Bebidas e Gestão de Meios de Hospedagem (Figura 2). Os cursos foram ministrados pelo SENAC durante o período de agosto de 2010 e agosto de 2011.

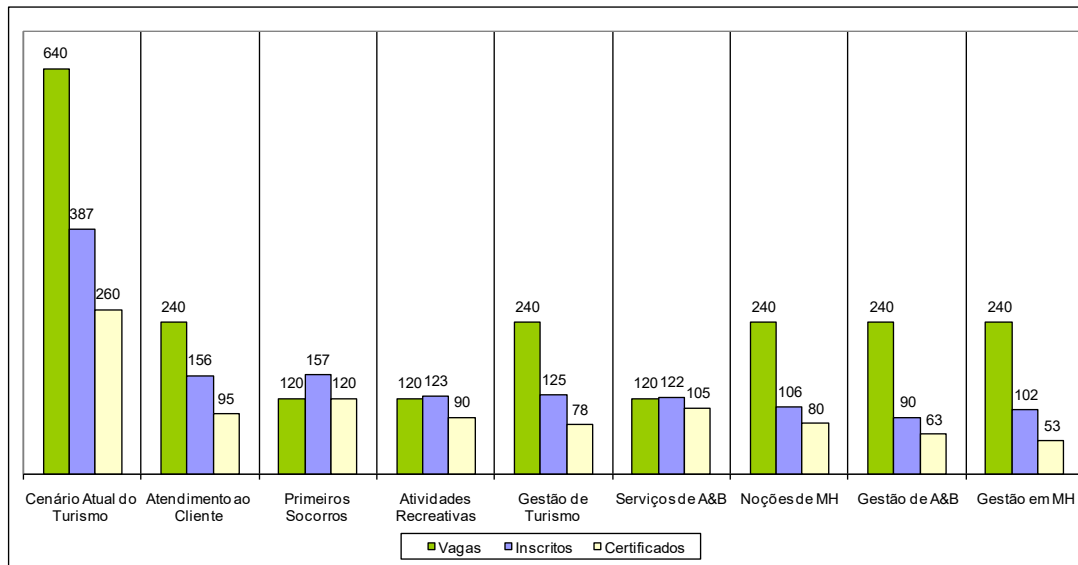


Figura 2: resultados capacitações empresários por módulo.
Figure 2: Results for entrepreneurs training module.

Os cursos foram ministrados por Pólo de Ecoturismo, formado em função dos municípios com território contido dentro dos Parques Estaduais. Essa regionalização foi organizada pelo Grupo Gestor da Cadeia Produtiva, fruto de uma consultoria contratada pela Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação – FUNDAC.

O objetivo para a delimitação inicial destes Pólos Ecoturísticos foi estabelecer uma hierarquia territorial para a continuidade do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica, para que, através das ações de organização da atividade turística, construa-se uma “cadeia de valores” capaz de articular pouco a pouco outras comunidades do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e do entorno da Ilhabela.

Como atividade que fortalece a organização dos Pólos de Ecoturismo, as capacitações aos micro e pequenos empresários contribuíram para reunir as pessoas durante os módulos, a fim de que as discussões abrangessem a região, e não apenas o município.

Ao final desse segmento de capacitações, foram ministrados 64 módulos distribuídos entre os seis Pólos de Ecoturismo. A oferta de 2.000 vagas gratuitas obteve a inscrição de 1.368 pessoas e a conclusão de 944 profissionais.

O resultado de 69% de certificação, que mede o percentual de concluintes sobre o número de inscritos foi satisfatório, atendendo um nível de qualidade dos cursos ministrados.

Verificou-se que o envolvimento da iniciativa privada no processo de qualificação do ecoturismo na região do entorno dos Parques Estaduais é um importante aliado para a formação de uma cadeia de atividades relacionadas à atividade turística.

Considerações finais

O processo de planejamento e organização de uma destinação turística requer a participação e envolvimento de diversos grupos interessados, com empenhos e conveniências distintas.

O ecoturismo, por ser uma atividade que exige peculiaridades em sua forma de atuar, envolve pessoas com características especiais, em áreas de cuidados adicionais, entre outras especificidades, requer qualificação constante e discussão permanente voltados para a evolução de um turismo responsável.

O processo participativo se faz essencial para enrijecer o protagonismo dos principais envolvidos nas atividades de ecoturismo, sejam os gestores dos Parques Estaduais, os gestores municipais, os profissionais das atividades de turismo ou as comunidades tradicionais. A integração requer uma iniciativa organizada e democrática, de forma a garantir o envolvimento mais abrangente possível.

Os cursos almejam o envolvimento entre diversos segmentos, formatação de novas parcerias e dar força à região do entorno dos Parques Estaduais como destino para visitação. Identificada como prioridade para o desenvolvimento da região, a capacitação das pessoas envolvidas com a visitação e o uso público das áreas naturais protegidas devem ser aprimoradas e adaptadas às realidades sociais dos envolvidos.

O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica é uma iniciativa do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente, que vislumbra a proteção da biodiversidade de suas UCs, atrelando atividades diretas e indiretas que apoiem a conservação. O ecoturismo, enquanto atividade cautelosa em relação ao meio ambiente, pessoas e desenvolvimento econômico, ganha visibilidade nas discussões e diretrizes para seu aprimoramento dentro dos Parques Estaduais.

As atividades desenvolvidas no ensejo do Contrato de empréstimo junto ao BID servem de piloto para orientar o planejamento do ecoturismo dentro de áreas naturais protegidas e devem servir de estímulo para novos projetos e investimentos.

Referências bibliográficas

BACK, G. As coordenadas do turismo: Sistema de Informação Geográfica no planejamento turístico do núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual Serra do Mar, São Paulo – SP. **Dissertação de mestrado** do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo: UAM, 2009.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.**

COSTA, P.C. **Ecoturismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA, P.C. **Unidades de Conservação:** matéria prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

CBH-ALPA. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema** – UGRHI 14. Piraju: 2011.

IRVING, M.A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas – SP: Papirus, 2002.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. (Orgs). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2002.

MOLINA E. Sérgio; RODRIGUEZ A. Sérgio. Planejamento integral do turismo. Bauru – SP: EDUSC, 2001

OLIVEIRA, A. C. L; MATHEUS, F. S.; SANTOS, R. P.; BRESSAN, T. V. (Org.) **Ecoturismo**. São Paulo: SMA, 2010. (Cadernos de Educação Ambiental, 5)

ROMÃO, D.A. (Org.) **Vale do Ribeira**: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SAMPAIO, C.AC; PHILIPPI, A. Planejamento e gestão do turismo comunitário sustentável: metodologia PEC & SIGOS. In: PHILIPPI, A.; RUSCHMANN, D. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Manole, 2010.

SANSOLO, D.G. Centralismo e Participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: IRVING, M.A. (Org). **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

SANTOS, K.M.P.; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

SÃO PAULO, SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Conhecer para conservar**: as unidades de conservação do Estado de São Paulo. São Paulo: Terra Virgem: Secretaria do Estado do Meio Ambiente, 1999.

SOLHA, K.T. O papel do Poder público para o turismo sustentável. In: PHILIPPI, A.; RUSCHMANN, D. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Manole, 2011.

THEODOROVICZ, A. **Atlas geoambiental**: subsídios ao planejamento territorial e à gestão ambiental da bacia hidrográfica do rio Ribeira do Iguape. 2. Ed. São Paulo: CPRM, 2007.

Érika Sayuri Koga: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Email: erikask@ambiente.sp.gov.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0728595979334168>

Caroline da Silva Oliveira: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Email: carolineso@ambiente.sp.gov.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1523793003113053>

Daniela Midori Kaneshiro: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Email: danielamk@ambiente.sp.gov.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0728595979334168>

Data de submissão: 29 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 14 de dezembro de 2012

Data do aceite: 14 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

Ruralidades e ação coletiva através do turismo: construindo o desenvolvimento rural¹

Ruralities and collective action through tourism: constructing the rural development

Mayara Roberta Martins, Marcelo Antonio Conterato

RESUMO:

Este ensaio, de caráter analítico-descritivo, lança algumas questões sobre o contexto das ruralidades utilizando-se da contribuição do enfoque da ação coletiva na construção do desenvolvimento rural através do turismo rural. Debatendo sobre isso, o objetivo foi tratar sobre as significações que compõem as novas ruralidades na consolidação do turismo como estratégia de desenvolvimento rural. Em um segundo momento, evidenciam-se as colaborações da ação coletiva para a compreensão dos processos que envolvem as ações dos atores sociais, Estado e mediadores através dos arranjos institucionais voltados para o turismo, sobretudo, na formação de roteiros turísticos na agricultura familiar. Assim, os desafios perante os novos sentidos, usos e significados do rural na abertura das propriedades rurais à recepção de turistas diante do contexto de tradições versus modernidades, que marcam as novas dinâmicas da ruralidade. Essa articulação se faz necessária, como forma de incentivar a investigação que reforce aspectos aos tipos de desenvolvimento rural que são almejados pelos atuentes no processo, bem como das características que agregam valor nas atividades de produção agrícola, nas relações sociais e culturais por meio do turismo rural.

PALAVRAS-CHAVE: Ruralidades; Ação Coletiva; Turismo Rural e Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT:

This essay, analytical-descriptive character, throws some questions about the context of ruralities using the contribution approach to collective action in the construction of rural development through rural tourism. Debating about it, the goal was to treat on the meanings that make up the new ruralities in the consolidation of tourism as a rural development strategy. In a second step, to show the contributions of collective action for the understanding of processes that involve the actions of social actors, state and mediators through the institutional arrangements for tourism focused mainly on training tours in family farming. Thus, the challenges before the new meanings, uses and meanings of rural estates in the opening of the reception of tourists outside the context of tradition versus modernity, marking the new dynamics of rurality. This articulation is necessary as a means to encourage research to strengthen the aspects of rural development types that are targeted by the active process, as well as the features that add value to agricultural production activities in the social and cultural relations through rural tourism.

KEYWORDS: Rurality; Collective Action; Rural Tourism and Rural Development.

Introdução

O presente trabalho evoca a discussão primeiramente sobre o contexto das ruralidades e sua articulação com o desenvolvimento rural, em especial, para a contribuição aportada pela sociologia do desenvolvimento. Esta articulação se faz necessária, como forma de compreender as novas dinâmicas contemporâneas locais e como a atividade turística tem sido incorporada como estratégia de desenvolvimento em áreas rurais. Entende-se que para uma melhor compreensão dessas mudanças há a necessidade de ampliação da análise dos fatores que tem contribuído à formação desses novos contextos e compreensão de processos espaciais e sociais que vem ocorrendo nas interfaces estabelecidas entre campo-cidade. Assim, o entendimento das dinâmicas locais passa a ser relevante, do ponto de vista do desenvolvimento rural, tanto nas atividades anteriormente praticadas, quanto no surgimento de novos processos de organização social e arranjos institucionais.

Para Carneiro (2008) com o processo de modernização da agricultura ocorre uma diminuição dos postos de trabalho no campo, porém abre-se uma nova frente de outras oportunidades com a ampliação das atividades não-agrícolas, o qual destacamos aqui a atividade turística. Deste modo, é perceptível que no rural encontra-se uma marcante heterogeneidade e diversidade dos atores, mediante aos novos e antigos processos de organização deste espaço, bem como processos socioculturais, econômicos e históricos que ocorrem de formas distintas, dependendo das condicionantes locais, regionais e nacionais.

Além disso, outra particularidade importante de ser analisada, para entender o rural e seus vários significados é a compreensão desse espaço como lugar de vida. Ou seja, constitui-se nesse contexto, a identidade e a cidadania atreladas ao espaço rural. Dessa maneira, Wanderley (2001), evidencia que há sim, no ambiente rural uma diversidade de situações próprias desse meio, mas que o tema ruralidade agora passa do ressalte da dualidade para a ambiguidade, sobretudo em pequenos municípios brasileiros, como exemplificaremos mais adiante no texto, em que há claramente há funções de mediação entre campo-cidade, que são perceptíveis nos modos de vida de seus moradores e que em cidade grandes já não são tão visíveis. Portanto, há a necessidade de relativizar a dualidade entre campo-cidade como oposição entre esses espaços, já que há novos arranjos, instituições e novas ações dos atores sociais na criação de estratégias de permanência e de desenvolvimento rural, mediante ao surgimento de outras oportunidades de trabalho e de serviços advindas da interfase entre estes dois espaços.

Neste contexto, o rural brasileiro, em especial a partir da década de 1970 em diante tem passado por várias influências do urbano, subordinadas às mudanças no mercado e nas relações de trabalho e pelos processos de modernização da agricultura. No entanto, muitas populações rurais ainda resistem a estes processos ou tem encontrado novas formas de sobrevivência de se adaptarem mediante a toda uma mudança no padrão de produção e consumo. Mediante a isso, entender estes contextos e como o turismo rural tem sido desenvolvido como estratégia de desenvolvimento propiciará compreender quais tem sido as estratégias e ações utilizadas pelos atores sociais, para de fato, através da atividade turística seja agregado uma valorização dos fazeres e saberes, dos produtos locais e destas comunidades, e ainda, entender como vem ocorrendo os processos de organização das localidades para o recebimento

de visitantes.

Ruralidades: diferentes significados e ambiguidades

Começando com um breve panorama sobre as ruralidades e os novos contextos neles inseridos, indicaremos as contribuições de alguns autores para ilustrar os processos e as experiências práticas mais significativas em termos de situar o debate acerca das ruralidades e suas relações com o desenvolvimento em seu sentido mais amplo.

Nesse sentido Schneider (2009), chama a atenção às relações que esse tema abrange: primeiramente, no campo da política, ou seja, a partir das relações e as disputas nela presente; em segundo, no campo institucional e das organizações; e por fim, nas práticas sociais nas ações que buscam viabilizar as relações entre homem-natureza. Sem dúvida, houve uma ampliação significativa nas ações governamentais por meio de programas estruturais, agências e órgãos de nível nacional e internacional, sem esquecer, das vinculações entre iniciativa pública e privada. Para o autor é importante frisar, que a análise territorial tem colaborado para potencializar o entendimento das ruralidades, sobretudo no contexto brasileiro, dentro da perspectiva do desenvolvimento rural, com base nos seguintes pontos:

(a) que a ruralidade é heterogênea e não está circunscrita às atividades agrícolas; (b) os territoriais são espaços pertinentes que permitem refletir sobre a articulação entre as escalas regionais e locais e a globalização; (c) o desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, produtivas e tecnológicas, mas também culturais e ambientais; (d) a mudança é um processo lento que, no entanto, precisa se traduzir em efeitos práticos como melhorar a renda e a qualidade de vida, tanto quanto incidir sobre as mentes dos atores envolvidos e ser capaz de ser assimilado pelas instituições coletivas (SCHNEIDER, 2009, p.68-69).

O rural, portanto, deixa de ser exclusivamente agrícola e deixando de ser pejorativamente um sinônimo de atraso e precariedade, passa a integrar e ser território do desenvolvimento, não só no Brasil, como em diversos países dentre eles: França, Portugal, Espanha, entre outros. São atribuídas novas funções nas interfaces entre campo-cidade, como por exemplo: residência, esportes, lazer, contemplação da paisagem, além de uma interação assídua com o entorno urbano e de espaço que carrega uma valorização, sobretudo de qualidade de vida e de contato com os recursos naturais. Por isso, atividades como o turismo e a venda de produtos artesanais, ganham cada vez mais incentivos e aceitação por parte das populações rurais como forma de atenuar processos de êxodo rural de jovens e mulheres, melhorias dos acessos, informação, comunicação e autoestima (KAGEYAMA, 2008; SILVA, 1999).

Neste contexto, há o destaque para as famílias pluriativas, nas diversas combinações entre a atividade agrícola com outras ocupações diversas como forma de compor novas estratégias para a melhoria da renda familiar e de permanência no campo (TEIXEIRA, 1998). Conforme Cazella (2001), há nos últimos anos a inserção de membros de famílias rurais exercendo alguma atividade não-agrícola, seja como ativi-

dade principal ou secundária. Essas atividades serviriam como um complemento à renda total da unidade familiar rural, dependendo do contexto. As mesmas podem ser, por exemplo, ligadas à construção civil, ao comércio em geral e em atividades relacionadas ao turismo (hospedagem, alimentação, venda de produtos *in natura*, artesanato, guiamento de grupos, entre outras funções).

Silva (1999) faz menção às atividades não-agrícolas, as quais devem assumir um papel relevante na composição da renda total das famílias rurais, sendo essas atividades eficazes para o crescimento socioeconômico local. Nesse sentido, atividades como o turismo, estimula a criação de “novos tipos de ocupações” marcada justamente, pelas novas funções dadas ao rural, como áreas de lazer, recreação e contemplação da paisagem, por exemplo. Para Carneiro (2008, p.21) encontram-se, sobretudo, para os jovens rurais oportunidades de postos de trabalho alternativos e/ou complementares, que colaborariam para que estes permanecessem no campo através da pluriatividade .

Segundo Carneiro (1998), com o passar dos anos a crise da agricultura familiar desprestigiou a pequena produção agrícola, aumentando o êxodo rural-urbano, principalmente de jovens (na faixa de idade entre 15 a 29 anos). Na maioria dos casos, estes jovens rurais buscam no urbano a concretização de projetos de vida, com forte tendência a individualização na busca por trabalhos com maior rentabilidade, ascensão social, aumento das responsabilidades fora do meio rural e busca pelo aprimoramento escolar e profissional. Normalmente, esse processo recebe apoio da família com a esperança do retorno dos filhos ao campo após uma fase de aprimoramento dos estudos e da ampliação dos conhecimentos no urbano, ou seja, em algumas famílias rurais parte da renda familiar é investida nos estudos dos filhos (SPANVELLO, 2003).

Mediante a estes novos processos econômicos e sociais que transformam o espaço rural em um local não exclusivamente agrícola, há assim novas oportunidades de renda e de fixação dos jovens no campo, justamente por meio de exercício de atividades profissionais em diversas áreas, não se restringindo a somente tarefas ligadas à agricultura e/ou pecuária, ou seja, ocorre uma ampliação das ocupações e de postos de trabalho no campo (SILVA, 1999; ABRAMOVAY, 1998; CARNEIRO, 1998).

Estas novas demandas inserem-se na compreensão das ruralidades de modo mais amplo e adere assim, um enfoque territorial, justamente, por este contemplar as diferenças das formas de vivência, organização e de atividades dos grupos, tudo isso, mediante as articulações intermediadas pelas políticas públicas e de estruturação regional das instituições. Há, portanto, uma multiplicidade das ações e nas diferentes identidades dos atores que permeiam o espaço rural, o que acarretará, portanto, em diferentes estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais (MURDOCH *et al.*, 2003; SCHNEIDER, 2009; MARSDEN, 2007).

Como uma importante contribuição teórica e analítica, Murdoch *et al.* (2003) em seu ensaio intitulado: *A differentiated countryside?* (Um campo diferenciado?), busca interpretações no cerne das significações de sentido para a compreensão do que venha a ser entendido como ruralidade, o intuito seria, portanto, compreender às diferentes mudanças mediante a interpretação destes entendimentos, mas no contexto do espaço rural inglês. Segundo estes pesquisadores, a primeira ideia de interpretação sobre a ruralidade seria uma primeira associação ao temo “*pastoralism*”, que evoca

ao período conhecido como Romantismo, dos séculos anteriores a Revolução Industrial. Este termo carrega em seu significado um sentido de idealização, nostalgia, de forte apelo às tradições e ao relacionamento direto com o ambiente natural e, portanto, com um posicionamento contrário ao estilo de vida urbano-industrial. Já um segundo significado atrelado à ruralidade, estaria entrelaçada ao retorno da nova classe média urbana ao campo, trazendo ideais do Modernismo ao rural. Enfatizando assim, a necessidade de que no rural também necessitava de acesso a serviços, comunicação, educação, lazer, e transportes interligando mais a integração entre urbano e rural também deve contemplar o rural.

Conforme Short (2006) a ambiguidade no rural, seria caracterizado para além dos processos econômicos, ou seja, o rural também carrega em seu significado a idealização no imaginário das pessoas e é vivido a partir das marcantes diferenças culturais e dos diferentes tipos de organizações sociais. Portanto, reforça-se aqui, esta composição de significados marcam a interpretação e também, a organização do espaço rural. No entanto, novos processos são incorporados na medida em que cresce a preocupação das cidades com a preservação do ambiente, do rural como espaço de lazer e também de consumo de produtos e serviços, e ainda, a ideia de o retorno marca o apreço à nostalgia, mas sem deixar de desfrutar das facilidades da vida contemporânea.

Dentro deste contexto, abre-se um parêntese para a articulação da necessidade de uma análise ampla à sensibilização destes significados, perante o tipo de desenvolvimento rural que se espera construir mediante a estes processos.

Uma abordagem que têm ganhado cada vez mais espaço nos círculos e nos debates acadêmicos são os estudos e interpretações feitas pelo estudioso inglês Frank Ellis (2001). Em seus estudos, há uma atenção clara para a compreensão do que ele intitula de estratégias de sobrevivência familiares (*household strategies*), e também, sobre a diversificação dos modos de vida rurais (*livelihood diversification*), ambas discorrem sobre ações e iniciativas que impactam de como são efetuadas as melhorias das condições de vida das populações rurais, sob os aspectos e condicionantes da esfera social, econômica e cultural na combinação de ações, iniciativas, escolhas e decisões que são tomadas pelos atores sociais em seus territórios, portanto, há o interesse aqui de saber como e quais são as estratégias utilizadas e as inúmeras formas como ocorrem estes processos.

Conforme Schneider (2004) que analisou atentamente os trabalhos e contribuições de Frank Ellis, fica clara a cautela que o mesmo utilizou para tentar definir um sentido ao conceito de desenvolvimento rural. Ellis defende que o desenvolvimento rural deveria estar entrelaçado a um “conjunto de ações e práticas que tivessem como intuito reduzir a pobreza”, e, sobretudo, estimular processos de participação que levassem os atores aos empoderamento como forma de que eles mesmos definissem suas próprias prioridades de mudanças (ELLIS, 2000, p.25).

No Brasil, importantes estudiosos também contemplam e tecem suas contribuições mediante ao entendimento do desenvolvimento com foco na abordagem territorial. Dentre eles destacamos Veiga (2001) que também se utiliza de certa cautela quando indagado sobre um significado ao desenvolvimento rural, para o autor de uma forma geral devem ser destacados as ações ocorridas nas interfaces e as ligações

com o desenvolvimento como um todo, não somente diferenciando rural de urbano, entende-se que ambos estão conectados. Para o autor, são fundamentais no rural: a valorização da agricultura familiar, bem como na diversificação movida por processos pluriativos e ainda, deve-se levar em consideração estímulos dados ao empreendedorismo e as articulações mediante as instituições formadas pelos atores em suas localidades, além de um viés de ações voltadas a sustentabilidade em seu sentido mais amplo (VEIGA, 2001).

Outros autores colaboram com estas análises tanto do desenvolvimento rural como da abordagem territorial, como ABRAMOVAY (2001); NAVARRO (2001); SCHEIDER (2004); SILVA (1999) entre outros. No entanto, não é intuito deste trabalho realizar um estado da arte sobre os significados de desenvolvimento rural para cada um deles, mas de forma geral para estes é claro que há a compreensão de diferentes dinâmicas ocorridas nos espaços e de há a necessidade de explorar melhor como o desenvolvimento é entendido, tanto do viés do Estado, dos atores sociais e mediadores do processo, justamente, por que há inúmeras heterogeneidades presentes nas configurações dos territórios, e ainda, representam um enorme desafio de estudos tanto a estes pesquisadores do desenvolvimento rural, quanto para os estudantes recém-ingressantes ao tema, advindo das mais diferentes áreas do saber, mas que têm em comum, uma preocupação constante para a compreensão de como se configura estes processos e as novas e velhas dinâmicas presentes nos locais. Mediante a isso, concordamos, sobretudo, em evidenciar que o Desenvolvimento Rural é uma construção social, de diversas influências, e que mediante a isso, abre-se uma oportunidade através da noção de ação coletiva para compreender como as comunidades locais vêm construindo as suas ações na conformidade de seus objetivos e práticas comuns.

Observar e analisar como estão configurados esses espaços hoje representam problematizações importantes aos estudos do desenvolvimento, justamente, também, por que muitas dinâmicas são cultivadas pelas pessoas dos locais, através de suas distintas culturas, sendo estas são marcadas por uma forte relação com a natureza, com a fé, com a sabedoria popular, trazendo a toma mitos, contos e lendas. Essas e outras relações culturais e sociais marcam características simbólicas que merecem destaque justamente, por despertar percepções, emoção, intuição, estética e moral, justamente aos moradores das cidades que buscam no campo o contato com este tipo de características, já pouco evidenciadas nas cidades (SHORT, 2006). Seriam através destes diversos significados, que a constituição de roteiros turísticos de base comunitária tem assim grandes oportunidades de sucesso, desde que incluam às populações locais de fato, nas iniciativas e ações coletivas para o desenvolvimento.

A ação coletiva na constituição de roteiros: contribuições para o turismo rural como estratégia de desenvolvimento

Como principal referencial teórico desta seção, tomaremos as inúmeras contribuições de Elinor Ostrom, cientista política ganhadora do Nobel de Economia, falecida há pouco tempo, mas que deixou um importante legado a toda uma nova geração de pesquisadores. Através de suas análises e proposições, sobretudo, no prisma de sua incansável dedicação sobre os estudos relacionados a gestão de bens comuns, resalta aqui sua contribuição para as análises do desenvolvimento rural e do turismo,

representados aqui no entendimento das condições institucionais em que grupos humanos estão posicionados. Ou seja, quais são os processos de construção social que acontecem mediante ao enfrentamento de diversos dilemas, e ainda, quais são os desdobramentos e as colaborações dos indivíduos em prol de um objetivo comum? Para isso utilizaremos aqui um breve apanhado conceitual para justificar que pesquisas em turismo através da abordagem ou como ressalta Ostrom (1998) da teoria da ação coletiva, que é possível observar nos atores sociais estas configurações, sobretudo, mediante ao contexto das ruralidades a qual fazem parte.

Outros autores, inspirados nas contribuições de Ostrom, como Brunori e Rossi (2000) afirmam que a ação coletiva é um dos pontos-chave do desenvolvimento rural, sobretudo, a nível local, justamente, pela mobilização criada a partir das relações sociais estabelecidas pelos atores, que produzem casos de sucesso na configuração de um ambiente constituído pelas instituições, pelos símbolos e também, pelas rotinas associadas a esta dinamicidade local, facilitando o acesso de recursos que de formas individual talvez, nem seriam alcançáveis.

Com base em inúmeros estudos de campo, experimentos em laboratório, aplicabilidade da teoria dos jogos e de modelos baseados nos comportamentos dos agentes no manejo dos recursos naturais compartilhados, Poteete, Ostrom e Janssen (2011), de modo conclusivo afirmam que é possível que os indivíduos efetuem a ação coletiva para manejar recursos e objetivos comuns. Em suas pesquisas, bem de como de seus colaboradores e pesquisadores, ficam evidentes a importância da comunicação e do estabelecimento da confiança tanto para o início

Para uma melhor compreensão da abrangência desta análise, ao se pensar em ação coletiva precisamos subdividi-la em três outros níveis de entendimento: 1) comportamento humano individual, 2) análise de microsituação, onde há a inclusão de variáveis que irão dar respostas sobre o dilema de ação coletiva, e por fim, 3) a compreensão do contexto socioecológico mais abrangente (POTEETE; OSTROM, JANSSEN, 2011).

Mediante a este quadro conceitual proposto, à luz da ação coletiva, que esta autora defende a importância da pesquisa empírica efetuada de modo extenso para o estabelecimento de variáveis específicas para a análise dos níveis de cooperação naquela localidade. Ressalta-se que, os fatos dos indivíduos já se conhecerem, se comunicarem, de cooperarem um com o outro e de terem informações necessárias sobre uma dada situação diversa, todo este contexto leva a um enfrentamento das situações dilema à qual estiverem sendo confrontados.

Portanto, retomando justamente os diferentes significados das ruralidades para as populações rurais e como ocorrem os processos de enfrentamento de situações e dilemas diversos, que a ação coletiva corrobora como uma abordagem importante nos estudos de turismo, justamente, por que ela problematiza diversas regulações e também a formação de instituições que permitiram o uso compartilhado tanto de recursos tangíveis como de bens intangível do espaço rural, o qual o turismo está condicionado também. As tentativas de associar ao espaço rural mecanismos e infraestruturas próprias à composição de um roteiro de turismo rural entre propriedades vizinhas, ou em assentamentos rurais, dependendo das habilidades individuais dos colaboradores, fortalecerão estratégias que deverão ser tomadas pelos indivíduos mediante a ação

coletiva, como forma resolver conflitos com um baixo custo, para que aprendam um com o outro, propiciam estratégias e parcerias, disseminem informações através de associações (OSTROM, 1998; 2004; CRISTOVÃO, 2011).

Para o início dos trabalhos de interesse para o turismo em áreas rurais, talvez um grupo esteja interessado em ofertar, por exemplo, um ponto de venda de produtos artesanais, outros estarão entusiasmados com a organização de um restaurante rural, outros por sua vez, talvez os jovens rurais, se sintam estimulados a participarem dessas ações e de outras, como por exemplo, de serem guias locais na recepção dos grupos de visitantes, ou simplesmente inserir suas propriedades dentro de um roteiro de integrado a outras propriedades para ofertar hospedagem, e para isso, devem contar com as ações de mediadores e *experts* para trocas mútuas de conhecimento entre estes atores, através de algum tipo de educação turística (OSTROM, 1998; ANSA-RAH, 2004).

A questão que pode ser levantada mediante a esta contextualização seria: como criar estes dispositivos coletivos e incentivar a criação de instituições e de outras formas de ações com vias a estruturação da atividade turística? E ainda, quem deve acionar este processo: os próprios atores, o Estado (através de políticas públicas) ou mediadores do processo (interessados na organização do espaço rural para o turismo)?

Esse tipo de mobilização social, poderá se configurar como forma de diminuir a burocracia governamental, num processo de iniciar oportunidades na tentativa de que sejam diminuídos os custos de transação², e subdividindo em ramos de atuação, através das escolhas dos próprios moradores propiciaram a auto-manutenção do sistema, processos de negociação, tomada de decisão tanto entre os projetos individuais, como entre seus vizinhos nos projetos de prestação de serviços. Deste modo, as sinergias para acordos comuns e de construção social estarão favorecidos, mas também estão sujeitos a situações frustrantes (EVANS, 1996).

Nesse sentido, aportes teóricos e analíticos por meio da ação coletiva podem auxiliar os trabalhos de coordenação desses formuladores, para que estes entendam o seu papel como mediadores do processo. Já que muitas vezes, alguns produtores, dependendo da forma de tratamento conduzido por esses formuladores, podem manifestar inibição, constrangimento, ou ainda, rejeitar fazer parte desse processo. O trabalho de sensibilização entre mediadores e agricultores, através da ação coletiva colabora na tomada de decisão destes atores, assim os arranjos institucionais vão evoluir na medida em que os processos de negociação forem consolidados, tanto entre as equipes de execução como pelos agricultores, neste caso, o que exigirá tempo e esforços mútuos entre ambas as partes (EVANS, 1996; OSTROM, 1998).

Nessa conjuntura, a partir da ação coletiva criam-se oportunidades para o surgimento das sinergias locais, com ênfase nas questões culturais e de participação dos atores envolvidos (locais ou não locais). Compõe-se assim, esforços destinados a resolução dos problemas, e ao mesmo tempo, à conclusão das ações, mesmo que o retorno seja em longo prazo (OSTROM, 1998).

O turismo rural através da ação coletiva: algumas considerações

Esta seção tratará do acesso às políticas públicas que permitem o desenvolvimento de projetos e ações voltadas ao tema de turismo rural e de como as instituições tem fortalecido os processos de ação coletiva através do turismo rural, e até em alguns casos, tornando-se referencia de sucesso em termos de organização local.

No Brasil, a exemplo disso, já se tem ações coordenadas entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Turismo (MTur) para o segmento de Turismo Rural, e com foco prioritário ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (BRASIL, 2004). No entanto, como de fato os agricultores conseguem fazer o acesso a essas políticas de governo? De que modo às mesmas estão dispostas? Será que os processos burocráticos que se têm na atualidade, para que sejam alcançados financiamentos e créditos, não se tornam inibidores dos processos coletivos e até desestimulem as articulações dos agricultores para a organização do turismo? Como buscar soluções a esses entraves?

Talvez por meio de arranjos institucionais a nível local, com intermédio dos agentes de políticas, profissionais da área de turismo, Organizações Não-Governamentais (ONG's), parcerias de formação e capacitação através do sistema S, dentre eles o Serviço Nacional de Aprendizagem Local (SENAR) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) além de parecerias com universidades e profissionais das agências de extensão rural, através de ações conjuntas (e que de fato dialoguem entre si) viabilizem formas de organização local à atividade turística (ABRAMOVAY, 2003; DINIS, 2011).

No Brasil, um exemplo de consolidação e que está sendo analisado como é o realizado pelo roteiro conhecido como "Acolhida na Colônia" no estado de Santa Catarina, onde estamos desenvolvendo análises mais apuradas com base no turismo desenvolvido, numa primeira fase, no município de Santa Rosa de Lima.

Resumidamente, esse roteiro é considerado exemplo de turismo rural de base comunitário, reconhecido pelo MTur ao agregar planejamento, gestão e execução gradual em termos de infraestrutura e oferta turística agregada a produção agroecológica local. A hospedagem dos visitantes é realizada na casa dos agricultores envolvidos no projeto, cerca de 180 propriedades (em níveis diferentes de estruturação) estão associadas ao roteiro (direta e indiretamente). Os arranjos institucionais acontecem através das associações locais, com a parceria do SEBRAE, EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), Santur (Santa Catarina Turismo S/A), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além disso, o roteiro em sua totalidade abrange cerca de 80 municípios do território das Encostas da Serra Geral. Os produtores contam com certificação de sua produção agroecológica e agregam produtos (frutas, legumes, doces e pães) ao turismo, por meio da comercialização, alimentação e venda direta. Além disso, a localização propicia agregar a questão ambiental à paisagem cênica e o histórico-cultural às famílias de descendência alemã (FORTUNATO; TEIXEIRA, 2011; SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

Neste sentido, retomando autores que enfatizam as diversas dinâmicas e transformações que vem ocorrendo no rural na atualidade, como Abramovay (2009), Veiga (2001) e Schneider (2010), afirmam que o desenvolvimento rural (atual) ganha novas extensões frente às estas novas tendências e possibilidades (como o desenvolvimento da atividade turística, por exemplo) e nesta condição, tem sido incorporado o

viés da sustentabilidade em sua multidimensionalidade teórico – prático indo ao encontro da necessidade e da atuação dos atores, das instituições formadas e mediante a formulação de políticas públicas (principalmente, em nível territorial) entre outros aspectos. Tudo isso, tende a criar estímulos para valorizar processos de diversificação produtiva através de práticas de ações coletivas locais, que possibilitem a interação entre produtos e serviços dentro da própria heterogeneidade presente no rural.

Os arranjos institucionais que levam a ação coletiva em comunidades abrem uma nova frente de estudos para compreender por exemplos, quais são as ações feitas e que facilitam o acesso aos mercados, o acesso à informação, já que segundo Marsden (2007) é cada vez mais claro a atribuição dada ao espaço rural como local que passa a ser consumido, personificado e mercantilizado. Os consumidores buscam nestes espaços, traços marcantes e diferenciais da cultura local, através da comercialização de produtos regionais, como sendo estes portadores de significado e herança cultural (SHORT, 2006; CROUCH, 2006).

Assim, chegam-se mais uma vez ao entendimento geral de que, em primeiro lugar, a ruralidade não é homogênea, são formadas por paisagens e dinâmicas diferentes. Outro ponto, é que a leitura desses autores, contribuiu no sentido de entender que: a ruralidade não se restringe somente as práticas econômicas de agricultura, ela evoca as representações sociais, temporais e atemporais, ao material e imaterial, ao contexto da globalização que induz a novas configurações e mudanças diante as necessidades dos mercados globais - locais abrindo-se às novas oportunidades. E dentro desse e de outros fatores, se faz presente como pano de fundo, a dualidade de coexistência no tempo e espaço, entre os movimentos contra-urbanização e daqueles ao favor do mínimo de acesso a infraestruturas tidas como urbanas.

O intuito é que as diferentes das ruralidades existentes, a partir dos ideais, imaginários e percepções sobre o idílico possam contribuir nas ações de desenvolvimento rural, tanto a partir da abordagem territorial e como alternativa complementar verificar caso aja evidências, como está sendo feitos os arranjos institucionais via ação coletiva. Além disso, fica clareza que a estruturas sociais, culturais, econômicas e as relacionadas à preservação do ambiente condicionam estruturas de organização. Os estudos nesse sentido merecem atenção, sobretudo, para maiores entendimentos sobre qual o tipo de desenvolvimento rural que estamos analisando. Estudos sob prismas diferenciados, com a utilização de variadas abordagens e temáticas, exigirá assim, esforços múltiplos e das mais diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, antropologia, geografia, história entre outras, justamente para analisar toda essa complexidade, e nesse sentido, defende-se aqui a necessidade da atenção para os estudos de natureza multidisciplinar, como tentamos envolver o desenvolvimento rural e o turismo (MURDOCH *et al.*, 2003; KAGEYAMA, 2008).

Destacamos aqui que sobre o turismo, há várias modalidades existentes e formas diferentes do mesmo ser aplicado em áreas rurais. De fato, não exista ainda, uma definição única, para turismo rural, que será o termo adotado neste contexto, e isso, por várias vezes gera dúvidas conceituais quanto ao enquadramento analítico que deverá proposto. De modo geral, o turismo rural aqui é compreendido, como sendo uma atividade com foco na economia local e que vai ao encontro à produção agrícola já existente, em meio a ruralidade existente, ou seja, que priorize as tradições,

identidades e cultura local, e que a gestão seja exercida pelas pessoas locais (OCDE, 1994; HALL, 2004; DINIS, 2011).

A intenção é ressaltar que, se houver o interesse pela atividade turística nas localidades, o direcionamento dado deverá fortalecer o planejamento das áreas, num primeiro momento, como forma de cautela, para que o turismo não seja praticado de forma 'amadora', sem nenhum preparo prévio dos agricultores no que se refere à recepção dos visitantes. Portanto, enfatiza-se a defesa pela definição e pelos trabalhos em parceria que levem à ações que articulem o intuito da comunidade, as políticas públicas existentes e os modos de intervenção (mediação) que serão realizada pelos profissionais do turismo e/ou áreas afins. O desejado é que essas intenções colaborem para a efetiva participação da comunidade local, promovendo assim trocas mútuas de conhecimento entre estes os intermediários e comunidade, na tentativa de amenizar possíveis efeitos negativos na proposição do turismo em área rurais (RUSHMANN, 2000; SCHNEIDER, 2006).

Logo, insere-se nesta discussão, dentro da área temática de estudos em desenvolvimento rural, por trata-se de um campo de estudos multidisciplinar, como forma de articular e compreender os processos socioeconômicos vivenciados no contexto da agricultura familiar. As indicações para análises futuras aqui propostas destacam, portanto, a necessidade de mais estudos focados em diferentes perspectiva e abordagens, algumas aqui exemplificadas, que irão colaborar na compreensão das da diversificação e dinamicidade, sobretudo, nas interfaces entre rural e urbano, nos territórios e nas ações comunitárias. Nesse sentido, justamente, abre-se diferentes oportunidades e oportunidade de cooperação entre ciências sociais, agrárias, humanas, biológicas entre outras que com variados temas de análise corroborarão com os estudos e aprofundamentos necessários à atual conjuntura do desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008).

Considerações Finais

Este ensaio analítico-descritivo teve como intuito articular num primeiro momento a compreensão das novas significações a qual o rural vem atravessando, sobretudo, com as novas conjecturas agregadas a ruralidade mediante as mudanças que cada vez são mais nítidas nas localidades. Este breve panorama serviu justamente para justificar a importância de estudos voltados ao desenvolvimento rural, sobretudo no tema e das atividades que vem sido desempenhadas através do turismo rural, que mescla e necessita de maiores as colaborações pautadas no território, para um apuramento das análises das heterogeneidades, das ambiguidades, vivências e dos novos usos para a contemplação, lazer, passagem e da (re) descobertas dos visitantes atrelando ao rural um sentido de valorização para a conservação da natureza, da cultura e da qualidade de vida.

Além da necessidade de entender este contexto da ruralidade, marcado por tantas interrelações e situações adversas, sentiu-se a necessidade, num segundo momento, de iniciarmos também a necessidade de compreensão do que de fato ocorre em pequenas localidades, que de certa forma tem tido êxitos em atividades pluriativas, sobretudo, com destaque a incorporação do turismo nas atividades agrícolas.

Desta forma, voltamos a atenção da necessidade de colaborações práticas e analíticas voltadas ao entendimento das condicionantes para ação coletiva.

Fica evidente, conseqüentemente, a necessidade de novas análises voltadas ao entendimento do desenvolvimento rural e do turismo justamente para compreendermos quais têm sido as ações, as interferências, os desafios e os arranjos institucionais que têm sido articulados entre as comunidades, o Estado e os mediadores no intuito de agregar valor às atividades agrícolas por meio da atividade turística. Assim sendo, ações coordenadas entre estes, tem se tornado cada vez mais frequentes, justamente, frente às mudanças contemporâneas que vem ocorrendo, criando assim novas oportunidades e também incertezas sobre a forma como será desenvolvidos estes processos.

Haveria, portanto, inúmeras potencialidades quanto ao desenvolvimento do turismo rural, porém há diversas variáveis que colaboram ou não para o sucesso, mediante as condições locais e da conjuntura global. Logo, abre-se de tal modo, oportunidades para problematizações destas situações, à luz das abordagens aqui apresentadas, ainda de forma pontual, mas que em breve poderão colaborar nos estudos do desenvolvimento rural para as análises da atividade turística e de suas possíveis conseqüências para as populações rurais.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; *et al.* **Juventude e agricultura familiar, desafios dos novos padres sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.104 p.
- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.
- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das regiões rurais**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- ANSARAH, M.G.R.(org).**Turismo**: segmentação de mercado.São Paulo: Futura2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2004. 43 p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011
- BRUNORI, G; ROSSI, A. Synergy and coherence through collective action: Some insights from wine routes in Tuscany. **Sociologia Ruralis**, v 40, n.4, oct, 2000, p.409-423.
- CARNEIRO, M.J. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.11, 1998.
- CARNEIRO, M.J. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris**, v.2, n.1, mar. 2008, p.9-38.
- CAZELLA, A. A. Revitalização das zonas rurais marginalizadas: a construção social da multifuncionalidade agrícola na França. In: XXIX Congresso da SOBER. Recife, 2001. **Anais...** Brasília: SOBER, 2001. 1 CD-Rom, 2001.

CRISTOVÃO, A. Ação coletiva e turismo no espaço rural: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal. *In*: SOUZA, M; ELESBÃO, I. (org.). **Turismo rural**: Iniciativas e Inovações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011, p.101-141.

CROUCH, D. Tourism, consumption and rurality. *In*: CLOKE, P; MARSDEN, T; MOONEY, P (org.). **Handbook of rural studies**. London: Sage, 2006.

DINIS, A. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural. *In*: SOUZA, M; ELESBÃO, I (org.). **Turismo Rural**: iniciativas e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p.13-65.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F. BIGGS, S. Evolving themes in rural development – 1950s-2000s. **Development Policy Review**, 19 (4): 437-448, 2001.

EVANS, P. Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the evidence on synergy. **World Development**. v 24, n.6, 1996, p.1119-1132.

FORTUNATO, R.A; TEIXEIRA, K.L. A gestão do conhecimento na organização do turismo rural nas encostas da Serra Geral – SC: O caso do projeto “Acolhida na Colônia”. *In*: VIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. **Anais**. Balneário Camburiu – SC, out de 2011.

HALL, M. C. **Planejamento Turístico**: políticas, processos e relacionamentos, São Paulo: Contexto, 2004, 2ª edição.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural**: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MARSDEN, T. Denial and diversity: Some reflections on emerging agri-food geographies and rural development in the United Kingdom. *In*: CLOUT, H. **Contemporary rural geographies**: land, property and resources in Britain: essays in honour of Richard Munton. London: Routledge, 2007, p.43-71.

MURDOCH, J.; LOWE, P.; WARD, N.; MARSDEN, T. **The Differentiated Countryside**. London: Routledge, 2003.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

OCDE. **Tourism Strategies and Rural Development**, OCDE/GD. V 94, n.49. Paris, 1994. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/31/27/2755218.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2011.

OSTROM, E. Crossing the great divide: Coprodução, synergy and development. **World Development**, v.24, n.6, 1996, p.1073-1087.

OSTROM, E. **Collective Action and Property Rights for Sustainable Development**: Understanding Collective Action. Washington DC: International Food Policy Research Institute, 2004.

OSTROM, E. A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action. **American Political Science Review**, v.92, n.1, mar. 1998.

POTEETE, A.R; OSTROM, E; JANSSEN, M. **Trabalho em Parceira**: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. BETTONI, R.(trad).São Paulo: Editora Senac, 2011.

RUSCHMANN, D. V. M. Gestão da capacidade de carga turístico recreativa como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da ilha João da Cunha. In: LAGE, B. H. G., MILONE, P. C., (orgs). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. p. 71-79.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S. Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. In: BRASIL, Ministério do Turismo. (Org.). **Turismo Social**: Diálogos do Turismo: Uma Viagem de Inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006, v. 1, p. 1-20.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, F.; MEDINA, J. G. F. (org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 30, n. 3, Sept. 2010 .

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1999. (Coleção Pesquisas).

SILVA, K.T.P; RAMIRO, R.C; TEIXEIRA, B.S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D.G; BURSTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.374-494.

SHORT,B. Idyllic Ruralities. **Handbook of Rural Studies**.(org). CLOKE, P; MARSDEN, T; MOONEY, P.London: Sage, 2006. 133-148.

SPANEVELLO, R. M. Jovens rurais do município de Nova Palma – RS: situação atual e perspectivas. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

TEIXEIRA, V.L. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro. 1998. **Dissertação** (Mestrado). Soropédica, CPDA/UFRRJ.

VEIGA, J.E. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento, **Estudos Avançados**, 43, Setembro-Dezembro 2001, pp. 101-119.

WANDERLEY, M.N.B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em 22 de novembro de 2011.

WILLIAMSON, O.E. **The Mechanisms of Governance**, Oxford, Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, O.E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York: The Free Press, 1985.

Notas:

¹Esse trabalho foi elaborado a partir dos debates e das discussões integradas ao processo de formação da presente mestranda na disciplina “Tópicos Especiais em Sociologia do Desenvolvimento” ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/UFRGS, no 2º semestre de 2011.

²Conforme Williamson (1996) a partir da abordagem seguida pela Nova Economia Institucional (NEI) e diz que os custos de transação seriam, grosso modo, os custos para preparar, negociar e salvaguardar um acordo e/ou contrato firmado, havendo também etapas de ajustamentos e adaptação desses contratos, justamente para fazer uma regulação de possíveis erros, falhas e atividades não previstas. Mediante a isso, essas transações se subdividiriam em três níveis: especificidade dos ativos, frequência e incerteza. Para maiores detalhamentos ver os demais trabalhos de Williamson (1985; 1996).

Mayara Roberta Martins: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Email: may_martins10@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7595667925679203>

Marcelo Antonio Conterato: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Email: marcelo.conterato@ufrgs.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7579057184981322>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 10 de dezembro de 2012

Data do aceite: 10 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

Turismo e sustentabilidade: uma análise acerca do turismo sustentável realizado na APA de Algodoal-Maiandeuá (PA)

Tourism and sustainability: an analysis about the sustainable tourism held in Environmental Protect Area Algodoal-Maiandeuá (PA, Brazil)

Celisse Maria de Oliveira Brito, Thiara Cristina Huerb de Aquino

RESUMO

O potencial turístico do Brasil chama a atenção do cenário mundial através de suas belezas naturais, riquezas histórico-culturais e sua hospitalidade, fazendo com que várias cidades brasileiras passem a ter o turismo como uma das principais fontes de renda. Porém, junto com essa atividade encontra-se o paradigma da sustentabilidade, visto que as políticas existentes nessas cidades não integram de maneira eficaz o potencial apresentado por esses, e quando o são contemplados, não são trabalhados de forma adequada, com um planejamento coeso e sustentável. Este trabalho objetivou analisar de que forma ocorre a atividade turística na APA de Algodoal/Maiandeuá (PA). Metodologicamente o caminho percorrido se fez através de pesquisa bibliográfica e documental a respeito da temática discutida; entrevistas específicas com comunitários; turistas e empresários; visitas *in loco*; e observação participante. Destarte, as evidências encontradas confirmam a potencialidade turística local, além de possuir uma infraestrutura básica na recepção dos visitantes, entretanto, o turismo na ilha ainda ocorre de forma desordenada. Por isso conclui-se que “certas” ações precisam ser efetivadas.

PALAVRAS-CHAVES: Sustentabilidade; Área de proteção Ambiental; Algodoal-Maiandeuá; Turismo.

ABSTRACT

The tourism potential of Brazil draws the attention of the world stage through its natural beauty, historical and cultural wealth and hospitality, making several Brazilian cities become of tourism as a major source of income. However, existing public policies in these cities do not integrate effectively the potential presented by these, and when they are covered with some type of policy, are not worked adequately, with a cohesive and sustainable planning. This study aimed to examine how tourism activity occurs in Environmental Protection Area Algodoal/ Maiandeuá (PA, Brazil) and whether it has contributed to environmental conservation. Methodologically the path was made through bibliographical research and documentary about the topic discussed and the locality; interviews with specific community, tourists and businessmen, on-site visits, and participant observation. Thus, the evidence found confirms the potential tourist spot, besides having a basic infrastructure in the reception of visitors, however, tourism on the island still occurs in a disorderly fashion. Therefore it is concluded that "certain" actions need to be effective.

KEYWORDS: Sustainability; Environmental Protection Area, Algodoal-Maiandeuá, sm.

Introdução

A evolução do turismo nas últimas décadas nos permite identificar uma atividade em expansão, que vem ganhando importância na economia mundial. O desenvolvimento turístico, no entanto, quando praticado sem planejamento e controle, pode levar à utilização predatória dos recursos naturais, colocando em risco a sustentabilidade do destino.

O Turismo Sustentável pode ser compreendido como um segmento do Turismo que tem apresentado altos índices de crescimento, sendo uma tendência atual. Isso implica em uma demanda crescente de turistas para áreas naturais, em busca de um maior contato com a natureza.

Dessa forma, desenvolver os aspectos sustentáveis no turismo transcende a pressão por um desenvolvimento mais justo e menos predatório em seus destinos turísticos, visto que tal parâmetro tornou-se hoje condição, quase que unânime, no planejamento da atividade turística. A formulação de um projeto turístico inserido em um contexto de insustentabilidade é visto hoje, pelos estudiosos da área, como um modelo contraditório como menciona Cruz (2003, p. 30):

Apesar de diversos autores ressaltarem os efeitos negativos do turismo sobre ambientes naturais, é preciso reconhecer que a degradação dos ambientes, de modo geral não interessa ao turismo porque este tem o espaço como principal objeto de consumo. A degradação de ambientes naturais ou urbanos provocada pelo turismo contraria a lógica de reprodução da atividade. Nesse caso, ou há algum erro estratégico de planejamento subjacente ao processo de apropriação dos lugares pela atividade ou, simplesmente, o planejamento jamais existiu.

Uma das bases fundamentais, que compõe o Turismo Sustentável e que constantemente enquadra-se erroneamente fora dos objetivos de planejamento, diz respeito à participação comunitária na ampliação do controle do desenvolvimento da atividade turística, através da garantia de sua participação ativa no planejamento e desenvolvimento do turismo.

O objetivo desse estudo é apresentar a discussão sobre Turismo na Área de Proteção Ambiental - APA de Agodoal-Maiandeu, analisando a prática da atividade turística na região, pois para que o turismo gere benefício socioambiental é necessário que haja um planejamento adequado de acordo com as peculiaridades de cada localidade, enfatizando suas potencialidades juntamente com a inclusão social.

Metodologicamente a pesquisa se baseou primeiramente em bibliografias e documentos sobre a temática discutida. Em um segundo momento iniciou-se uma etapa de levantamento de dados através de visitas *in loco*, observação participante (incluindo todo o procedimento de transporte, hospedagem comunitária, entretenimento, alimentação e vivência local), reprodução fotográfica e audiovisual. Culminando em consultas a documentos eletrônicos, iconográficos e relatórios técnicos.

Turismo e desenvolvimento sustentável

O primeiro conceito oficial de desenvolvimento sustentável foi criado em 1987. Na ocasião foi divulgado o relatório “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório de Brundtland”, elaborado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, a pedido da Organização das Nações Unidas - ONU. Tal documento foi resultado de mais de três anos de trabalho, o qual debatia sobre a conservação da natureza e o desenvolvimento no mundo. Este documento definia o desenvolvimento sustentável como: *“aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”* (CMMAD, 1987, p. 6).

O relatório Nosso Futuro Comum é considerado um marco nas discussões sobre meio ambiente e chamou a atenção para o fato de que o desenvolvimento e o crescimento econômico resultam no comprometimento dos ecossistemas e que por isso, o meio ambiente não pode ser visto separadamente. Seria necessária uma forma mais consciente para que tal desenvolvimento acontecesse, sem o comprometimento dos recursos esgotáveis do planeta, e com isso, evitar o surgimento de grandes prejuízos na qualidade de vida das gerações futuras, questão que alavancou as ideias de desenvolvimento sustentável.

Com a realização de vários eventos posteriores em que o tema do desenvolvimento sustentável tornava-se o principal assunto dos debates, o conceito obteve ampla divulgação e se difundiu entre vários atores da sociedade, sendo possível posteriormente, a observação da evolução do conceito, cuja inclusão dos fatores econômicos e sociais se instauram como mostra Magalhães, Andrade e Dias (2005, p. 19):

O desenvolvimento sustentável pode ser definido como uma modalidade de desenvolvimento que se preocupa com a satisfação das necessidades atuais das populações, sem, entretanto, comprometer as necessidades das gerações futuras. Isso significa que ele deve ser ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável.

Deve-se salientar que o desenvolvimento sustentável não significa ações de paralisação das atividades econômicas, mas sim, uma melhor forma de planejamento que vise o aproveitamento dos recursos naturais sem excesso.

Nesse parâmetro encontra-se a atividade turística que nas últimas décadas vem se consolidando mundialmente, sendo uma alternativa capaz de aliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade. E na atual abordagem de desenvolvimento, *“o turismo é um elo do local com o global”* (CORIOLANO, 2003). E no *Informe de Brundtland*¹, (OMT, 1993, p. 15) define o desenvolvimento turístico sustentável como aquele que:

[...] atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades eco-

nômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (*apud* DIAS, 2003, p. 68).

Com essa declaração, a OMT passou a abranger princípios como a conservação do meio natural, histórico e cultural, necessidade de planejamento, gestão pública sustentável e a distribuição dos benefícios ocasionados pelo turismo e o meio ambiente à sociedade.

Nesse contexto o turismo sustentável se destaca como fundamental ferramenta de aliar a proteção ambiental e a inclusão social nas comunidades envolvidas, priorizando a busca por alternativas ecológicas capazes de gerar benefícios às populações receptoras sem agredir o meio ambiente.

Através do turismo sustentável houve possibilidade de visitar uma área natural para vivenciar uma cultura tradicional, de forma responsável, prática que começou a cativar inúmeras pessoas que, ao realizar uma viagem, se preocupam com a preservação do local e, também, com a sobrevivência desses habitantes. Assim, esse segmento turístico foi percebido como pilares responsáveis do pensar turístico, tais como o:

Impacto ambiental mínimo; (2) Impacto mínimo em – e respeito máximo às – culturas anfitriãs; (3) Máximo benefício econômico para as comunidades de base do país anfitrião; e, (4) Satisfação recreacional máxima para os turistas participantes (HETZER, *apud* FENNELL, 2002 p. 40).

O turismo sustentável apresenta vários benefícios para o ambiente natural. Para Swarbrooke (2000, p.14), ele estimula uma compreensão dos impactos do turismo no ambiente natural, cultural e humano; incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema além demonstrar a importância dos recursos naturais e culturais.

Vale esclarecer que crescimento e desenvolvimento, tidos muitas vezes como sinônimos são palavras com sentidos distintos. O crescimento não significa automaticamente igualdade social, visto que não leva em consideração aspectos de melhoria da qualidade de vida que não seja o acúmulo de riquezas, geralmente encontrados em uma parcela reduzida da sociedade. O desenvolvimento, também se avalia através da geração de riquezas, porém objetivando uma melhor distribuição da mesma, refletindo em uma melhor qualidade de vida dos indivíduos, considerando, portanto a qualidade ambiental e social do planeta como elementos essenciais para o desenvolvimento humano.

Contextualização e características da área de estudo

A área de proteção ambiental Algodoal-Maiandeuá é subordinada administrativamente ao município de Maracanã/PA, localizado na Amazônia Atlântica, litoral nordeste do estado do Pará. Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é constituída por duas ilhas denominadas Algodoal e Maiandeuá, po-

rém, as comunidades residentes consideram que seja apenas uma ilha denominada Maiandeuá, sendo a principal vila chamada de Algodoal.

A ilha faz parte da microrregião geográfica do Salgado, entre as coordenadas geográficas aproximadas de 00° 34' 45" a 00°37' 30" de Latitude Sul e 47° 32' 05" a 47° 34' 12" de Longitude (W.Gr.). Seus limites geográficos são: ao Norte, o Oceano Atlântico, ao Sul, o furo da Mocooca, a Leste, a Baía de Maracanã e a Oeste, a Baía de Marapanim (Figura 1).

Figura 1: Mapa de satélite da Ilha de Algodoal. Fonte: Galeria de fotos, 2008.

Figure 1: Map of satellite of the Isle Algodoal. Source: Photo Gallery, 2008.

A ilha encontra-se dentro de uma área de Proteção Ambiental – APA criada por uma lei estadual em 1990 pela lei nº 5.621, de 27/11/1990. Que tem por objetivo con-



ciliar as atividades humanas com a conservação da vida silvestre, a proteção dos demais recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de um trabalho conjunto entre órgãos do Governo e a participação ativa da comunidade.

As áreas de proteção ambiental estão inseridas em um sistema maior, denominado de Unidades de Conservação - UC. Este sistema abrange, segundo a Revista Visão e Ação (2000), um elenco de categorias de manejo que protege toda a diversidade de ecossistemas do país, bem como a diversidade de ambientes cênicos e de belezas naturais, o patrimônio genético, as espécies raras ou em perigo de extinção, e outros aspectos naturais e culturais.

A palavra Maiandeuá significa "Mãe da Terra" e a palavra Algodoal foi um

apelido dado pelos pescadores na década de 1920, em virtude da abundância de uma planta nativa conhecida como algodão de seda, cujas sementes, possuem filetes brancos e que ao flutuarem ao vento, lembram o algodão.

Há duas maneiras para se chegar à ilha. Para se chegar a Algodual via Marudá, o percurso é de 160 km, com saída de Belém e mais uma travessia de barco de aproximadamente 40 minutos. Já o acesso via Maracanã é mais longo, pois, com saída de Belém, a viagem é de aproximadamente 3 horas pela estrada, tempo necessário para fazer o percurso de 170 km (MENDES; SILVA; SANTOS, 2001, p.103).

Aproximadamente na década de 60 a Ilha de algodoal era refúgio de intelectuais paraenses que procuravam o local para descansar e contemplar a natureza. Na década seguinte, Algodual ganhou fama de “Paraíso Perdido”, um lugar de natureza exuberante e que proporcionava extrema liberdade, daí em diante, outras comunidades começaram a se instalar na ilha, como a comunidade Hippie e os famosos “gringos”, visitantes internacionais em que alguns acabaram fixando residência. (NÓBREGA, 2008).

Com isso a partir da década de 80 até os dias atuais, a atividade turística na Ilha, vem se efetivando mais intensamente principalmente nos períodos de alta temporada Junho/Julho e Dezembro/Janeiro, meses em que a ilha fica extremamente lotada gerando um grande impacto ambiental, visto que a ilha não possui capacidade para suportar a quantidade de turistas existente na região, ocasionando poluição sonora e ambiental.

Segundo expectativas de Molina (2001) e da WWF-Brasil (2001) essa acelerada expansão do turismo continuará em altas taxas e haverá significativo acréscimo no volume de viagens voltadas para o relacionamento do homem com a natureza, tendendo para o crescimento exponencial do número de pessoas que visitam parques e áreas naturais. Porém, sabe-se que a atividade turística não planejada provoca uma crescente, intensa e constante pressão sobre os espaços naturais utilizados como atrativos, bem como sobre o patrimônio histórico e cultural de uma determinada área.

Com a tentativa de conter a degradação ambiental, *“desde Agosto de 2006, foi criado um Conselho Gestor da ilha, composto por onze associações da sociedade civil e onze órgãos públicos, que vem discutindo em reuniões periódicas os problemas da APA”*. (NÓBREGA, 2008 p. 53). E ainda para a minimização dessa problemática criou-se um Plano de Manejo, principal instrumento de preservação e inclusão social da APA.

Na ilha também existem duas Organizações Não Governamentais – ONGs: a SUATÁ e o GAF. Segundo entrevista realizada com o senhor Marcelo responsável pela ONG SUATÁ, as ONG's em algodoal objetivam promover ações de educação ambiental, de cidadania, incentivando atitudes ambientalmente adequadas, influenciando nas políticas públicas, e enfim, criando condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável, garantindo a participação da comunidade, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos moradores e visitantes daquela unidade de conservação.

Atualmente, a Suatá trabalha para defender e valorizar a identidade cultural da APA de Algodual/Maiandeua e conservar o patrimônio natural e histórico da ilha, buscando o desenvolvimento do turismo sustentável. Desde 2005 a ONG vem criando ações com o objetivo de conscientização ambiental, como uma campanha de sensibi-

lização ambiental no mês de Julho e capacitação de pessoas da comunidade para trabalharem como agentes ambientais. Realização de oficinas de educação ambiental, serigrafia e costura. E treinamento para estudantes com idade entre 15 a 18 anos para serem condutores de visitantes em áreas naturais da ilha.

O Gaf atua há pelo menos 11 anos na APA e já realizou várias ações na comunidade, como de oficinas ambientais através da parceria com uma faculdade de turismo do estado Pará, em que os graduandos visitaram a ilha, oferecendo oficinas para a comunidade e realizando um intercâmbio cultura e ambiental. Segundo o Senhor Marcelo a interação das ONGs com a comunidade local, os visitantes e com o órgão gestor da APA, só iniciou-se a partir da criação do Conselho Gestor da APA, pois se abriu um canal de comunicação com o poder público.

O turismo na Ilha: atrativos culturais e naturais.

A concentração de turistas na ilha de Algodoal/Maiandeuá ocorre por moradores do próprio estado nos meses de Janeiro, Junho, Julho e Dezembro. Nos meses de Dezembro e Janeiro são as épocas mais críticas da ilha, em virtude da falta de capacidade de carga para quantidade de turistas recebidos na ilha. E nos meses de Agosto e Setembro há uma concentração maior de turistas estrangeiros. (NÓBREGA, 2008).

Normalmente, ao visitar a ilha o turista busca conhecer a rusticidade da comunidade nativa, através da rotina dos moradores além conhecer a diversidade natural, através das praias, lagos e rios. Beleza que pode ser presenciadas através da caminhada que podem ser praticadas livremente.

Outro aspecto bastante procurado é o cultural, como a dança do Carimbó que foi criada nas fazendas da região do Salgado do Estado do Pará, no século XVIII, pelos negros e escravos. A palavra carimbó, originalmente vem do nome de um dos tambores feito de um tronco oco que eram utilizados pelos negros.

Ao que se refere aos atrativos naturais à ilha possui uma riqueza inquestionável pelos seus moradores e visitantes, como a praia da Princesa com quase 14 quilômetros de extensão. Sendo a praia mais famosa e estruturada.

Fi-
gura
Ilha
Al-



2:
de

Algodoal-Maiandeuá. Fonte: Galeria de fotos, 2000.

Figure 2: Island Algodoal-Maiandeuá. Source: Photo Gallery, 2000.

O lago da Princesa uma das principais atrações da ilha também é uma área com mangues, restingas e dunas; suas águas doce-escuras, cuja cor lembra coca-cola, e suas areias claras e finas. Nos períodos de alta estação, oferece bares em funcionamento. Como o acesso ao local é feito

A Praia da Caixa D'água localiza-se em frente à vila de Algodoal. Porém apenas se recomendar tomar banho enquanto a maré está cheia, em virtude do risco. A Enseada do Costeiro é a praia mais perigosa da ilha, por apresentar as maiores ondas e haver registro de presença de tubarões.

Praia da Marieta, com cerca de 26 km de extensão é bastante visitada por surfistas. Para chegar à praia é necessário um passeio barco com duração aproximada de 2 horas e dependendo da estação visitante pode-se ver botos, cardumes de peixe, garças, guarás e a riqueza dos manguezais.

Existem outras praias na ilha, que são a Praia do Caçõ, Praia da Salina e Praia do Guarani. Todas são desertas e muito interessantes. As únicas edificações que existem nas mesmas são os barracões que são, esporadicamente, utilizados por pescadores.

Outros atrativos da ilha de Algodoal é a pescaria artesanal, que pode ser realizado através da pesca com linha nas proximidades da ilha, ou através da pescaria tradicional com rede em alto mar, que pode durar de 12 horas a dois dias. Tem também o surf, em que as melhores ondas acontecem no mês de março. E as trilhas que podem ser de diurna ou noturna. Lobato, Bevilacqua e Silva (1999 p. 33).

Impactos causados pela atividade turística

Na Ilha de Algodoal estão ocorrendo vários problemas ambientais, decorrentes da intensificação da atividade turística, pois os turistas em época de alta estação produzem uma grande quantidade de lixo, pois levam para a ilha grande quantidade de alimentos de preparo rápido assim como utensílios que acabam se espalhando pela ilha. Este problema vem se agravando devido à falta de uma coleta seletiva de lixo.

Com o advento da luz elétrica em 2005, houve um crescimento na atividade turística de algodoal, iniciando assim um processo de especulação imobiliária na ilha, os visitantes começaram a adquirir as moradias dos nativos e estes constroem suas novas casas em locais afastados e inapropriados para moradia, como em áreas de mangue, região considerado um ecossistema frágil por ser berçário de varias espécies de animais importantes na alimentação e economia da população local.

Há também os problemas de natureza social, como o desvio de produção que antes era a pesca e a agricultura, porém com a intensificação da atividade turística muitos moradores passaram a ter a atividade como fonte principal de subsistência, causando um desvio de cultura, e um alto índice de desemprego, pois o turismo é uma atividade sazonal, principalmente em áreas que não possuem grandes infraestruturas, por isso o ideal é que em certas localidades como Algodoal o turismo seja complementar a outras atividades básicas.

Destarte, o turismo na ilha ainda ocorre de forma desordenada, impulsionada pela massificação da atividade, principalmente nos meses de férias escolares, deixando de gerar de maneira uniforme benefícios sociais, econômicos e ambientais, trazendo muito mais impactos do que benefícios.

Por isso conclui-se que “certas” ações precisam ser efetivadas, tanto pela comunidade, governo local e federal, terceiro setor e acadêmicos científicos, para o incentivo e aperfeiçoamento do turismo local e minimização de problemas ambientais como desmatamento, lixo, queimadas, etc., possam ser resolvidos. Cabendo assim a cada instituição exercer sua função competente, estabelecendo um desenvolvimento integrado e harmônico entre os agentes do processo para a garantia do uso dos recursos naturais de forma sustentável.

Considerações finais

Não há dúvidas de que as áreas naturais do mundo devem ser preservadas para que existam, no futuro, espaços não modificados pelo homem. Estes espaços naturais podem ser utilizados para a prática da atividade turística, se possuir um planejamento consciente. Este planejamento se faz necessário para evitar os danos ambientais sobre os meios visitados e manter a atratividade dos recursos para o futuro.

O fomento do turismo sustentável juntamente com o planejamento ordenado dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas, pode gerar renda para a área contribuindo assim para a preservação de seus recursos naturais relevantes e garantindo a conservação e proteção dos mesmos através do controle dos turistas. (AGNES, 2003).

No caso da ilha de Algodoal que é conhecida por suas naturais e culturais, juntamente com suas características aliadas à rusticidade e simplicidade, fazem com que o local seja um destino turístico bastante procurado por pessoas que buscam praticar atividades de lazer em ambientes naturais.

Por isso o planejamento deve ser bem estruturado, com a inclusão da comunidade

de local para um processo socialmente e ambientalmente eficaz, atendendo os objetivos das APAs, finalizando com um rigoroso controle e supervisão constante feito por profissionais.

Porém o que se pode observar é que atividade turística em Algodual vem crescendo de forma desordenada, sem planejamento e qualificação da comunidade, fatores que são determinantes para que o turismo seja uma atividade de caráter sustentável, causando assim menos impactos ambientais.

Devido à falta de coleta adequada e com o grande fluxo de lixo em virtude da intensificação do turismo, a problemática do lixo em Algodual é o principal fator de grande impacto negativo no ambiente. Grande parte da população e dos estabelecimentos comerciais da ilha utilizam seus quintais como depósito de lixo orgânico e inorgânico, fazendo com que os mesmos penetrem no lençol freático, causando degradação e poluição ambiental.

Nesse contexto mostra-se a importância do turismo sustentável, como atividade que se propõe a reduzir os impactos negativos, forma de proporcionar a percepção ambiental e, conseqüentemente, a interpretação dos espaços vivenciados pelos visitantes que buscam os espaços naturais como destino das viagens de lazer. A percepção humana é considerada um pré-requisito básico para o alcance de diferentes níveis de conscientização ambiental

Nesse sentido com os conhecimentos adquiridos por meio das pesquisas realizadas e apoiadas em bases científicas referenciadas neste trabalho, foi assegurado um suporte que permitiu a construção dessa proposta, pois, de acordo com Lindberg e Hawkins (1999 p. 20), *“um projeto e planejamento que deve ser aplicados, a fim de minimizar o impacto sobre o meio ambiente, fornecer certo grau de auto suficiência funcional e contribuir para a melhoria da qualidade da experiência do visitante”*.

Sendo assim, recomendam-se para a área estudada algumas instalações que propiciem melhor qualidade da visitação e experiência estimulante dos turistas na natureza, tais como: sistema de trilhas monitoradas; placas informativas e painéis educativos (estabelecendo claramente as regras de comportamento e orientando o visitante na apreciação da natureza); mirantes; espaços para atividades educativas; placas e materiais de interpretação ambiental para identificação da flora e outros aspectos curiosos (árvores, plantas, tocas de animais, etc.).

Pelo exposto, a principal mensagem desse trabalho permite entender a importância da conservação da natureza com todos os seus componentes, cujo objetivo é a busca da harmonia do homem com a natureza. Acredita-se que as propostas apresentadas são fundamentais para se desenvolver uma gestão ambientalmente adequada.

Essas considerações desenham um cenário adequado da realidade socioambiental e situam a importância da gestão ambiental, cujo pressuposto é a existência de uma política ambiental no contexto do exercício da cidadania de todos os membros da sociedade. Portanto, ressalta-se que a gestão ambiental é o ato de administrar, de dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, em um processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos, tendo como última finalidade estabelecer, recuperar ou manter o equilíbrio entre a natureza e o homem.

Destarte, o turismo na ilha ainda ocorre de forma desordenada, impulsionada pe-

la massificação da atividade, principalmente nos meses de férias escolares, deixando de gerar de maneira uniforme benefícios sociais, econômicos e ambientais. Por isso conclui-se que “certas” ações precisam ser efetivadas, tanto pela comunidade, governo local e federal, terceiro setor e acadêmicos científicos, para o incentivo e aperfeiçoamento do turismo local e minimização de problemas ambientais como desmatamento, lixo, queimadas, etc., possam ser resolvidos.

Cabendo assim a cada instituição exercer sua função competente, estabelecendo um desenvolvimento integrado e harmônico entre os agentes do processo para a garantia do uso dos recursos naturais de forma sustentável.

Referências bibliográficas

AGNES D. A importância do planejamento para a prática da atividade turística em Áreas de Proteção Ambiental. **Revista Turismo**, 2003

ALCÂNTARA, E. Prainha do Canto Verde: Turismo Socialmente Responsável e Gestão Participativa. Fortaleza, 2003. 143p. **Dissertação** Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1988.

CRUZ, R. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORIOLOANO, L.N.M.; LIMA, L.C. (Orgs.). **Turismo comunitário e responsabilidade socio-ambiental**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. Atualizado com o Plano Nacional de Turismo (03/07) de 29-4-03. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

FENNELL, D.A. **Ecoturismo**: Uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002

FERREIRA, L.S. Políticas Educacionais e Desenvolvimento: a experiência da RESEX Marinha de Soure/Pa. **Dissertação de mestrado**. Belém: UFPA, 2002.

LINDBERG, K. HAWKINS, D.E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 2. Ed. São Paulo: SENAC, 1999.

LOBATO, C.; BEVILAQUA, M.; SILVA, M.N. **Plano de Desenvolvimento Ecoturístico da Área de Proteção Ambiental de Algodoal/Maiandeuá**. Belém, SECTAM 1999.

MAGALHÃES, D.F.; ANDRADE, E.B.; DIAS, M.C. **Uma reflexão das possibilidades turísticas e ecoturísticas do município de Ferreira Gomes**. Macapá: NAEA, 1999.

MENDES, A.C.; SILVA, M.S.; SANTOS, V.F. Análise do meio físico para gestão ambiental das ilhas de Algodoal e Atalaia (NE do Pará). In: PROST, M.T.; MENDES, A.C. (orgs.). **Ecossistemas Costeiros**: Impactos e Gestão Ambiental. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

MONTEIRO, M. NÓBREGA, W. **Gestão ambiental em unidades de conservação**: reflexões e proposta acerca das instalações(eco) turísticas na Área de Proteção Ambien-

tal Algodual-Maiandeuá, Maracanã-Pará. VI. 8. Caderno de turismo, 69p. 2008.

REVISTA VISÃO E AÇÃO. Universidade do Vale do Itajaí. Ano 2. n° 4. Itajaí: Editora da Univali, 2000. 80 p

SEABRA, G.F. Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus, 2001 (Coleção Turismo). In: DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000. 140 p

Nota:

O Informe de Brundtland, datado de 1987, relatou as premissas do que seria o Desenvolvimento Sustentável. (DIAS, 2003, p. 75).

Celisse Maria de Oliveira Brito: Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, Belém, PA, Brasil

Email: celissinha@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3438698593332327>

Thiara Cristina Huerb de Aquino: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Email: thuerb@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7237934767739815>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 14 de dezembro de 2012

Data do aceite: 14 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

Passivos socioambientais oriundos de empreendimentos turístico-hoteleiros e seus impactos diretos na base comunitária

Social and environmental liabilities generated by the enterprises of tourist's hotels and their direct impact on the community-based

Thays Regina Rodrigues Pinho, Ana Jéssica Corrêa Santos

RESUMO:

A pesquisa em questão tem por objetivo identificar e avaliar os passivos socioambientais gerados pela instalação e operação do Complexo Turístico Enseada de Suape, situado na zona costeira de Pernambuco. Os passivos oriundos do empreendimento turístico-hoteleiro representam um aspecto limitante do processo de licenciamento ambiental. Teve-se como referência a análise do seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) frente ao parecer técnico do órgão estadual de meio ambiente, contrapondo-se às observações feitas na área. Com uma abordagem qualitativa e crítica, realizou-se um estudo exploratório, com o emprego das seguintes técnicas investigativas: pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas e pesquisas de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas, junto a representantes da iniciativa privada, poder público competente e comunidade local, e observações sistemáticas *in loco*. A construção do empreendimento acarretou impactos econômicos positivos, como a geração de renda e emprego, entretanto, os passivos socioambientais associados a ele são mais relevantes, tais como: degradação dos ecossistemas, deslocamento populacional, rupturas na sociabilidade e mudança nos modos de vida da comunidade. Os empreendedores priorizaram os benefícios econômicos em relação aos aspectos ambientais e sociais e não planejaram ações social e ambientalmente responsáveis para o entorno.

PALAVRAS-CHAVE: Passivos Socioambientais; Base Comunitária; Estudos de Impacto Ambiental; Licenciamento Ambiental.

ABSTRACT:

The research project aims to identify and assess the social and environmental liabilities generated by the installation and operation of the Complexo Turístico Enseada do Suape, located on the coast of Pernambuco, Brazil. The liabilities arising from the tourist-hotel represent a limiting aspect of the licensing process. Took as reference the analysis of its Environmental Impact Assessment (EIA) against the technical opinion of the state environmental agency, in contrast to the observations made in the area. With a qualitative approach and criticism, there was an exploratory study with the use of the following investigative techniques: bibliographic, iconographic and documentary and field research, with application of semi-structured interviews, with representatives from the private sector, government authority and the local community, and systematic observations on the spot. The construction of the project brought positive economic impacts, such as income generation and employment, however, social and environmental liabilities associated with it are more relevant, such as environmental degradation, population displacement, disruptions in sociability and changing lifestyles of the community. The entrepreneurs have prioritized economic benefits in relation to environmental and social aspects, not planned actions socially and environmentally responsible to the environment.

KEYWORDS: Social and environmental liabilities; community-based, environmental impact studies, environmental licensing.

Introdução

Os impactos ambientais associados ao turismo trazem consequências adversas para o meio ambiente, quando não existe um planejamento adequado. Os equipamentos turístico-hoteleiros vêm crescendo em número, principalmente, na zona litorânea do Nordeste brasileiro, reconhecido pela exuberância de suas paisagens naturais. A quantidade incessante de empreendimentos que surgem ao longo dos anos merece atenção especial, a fim de que não prejudiquem a diversidade ecológica.

É preciso reavaliar os aspectos econômicos associados a instalação dos empreendimentos, que preveem a geração de benefícios econômicos para população inserida próxima a eles, aos empreendedores e ao poder público, mas que não refletem de modo mais amplo sobre as consequências para o ambiente em que se instalam.

Os passivos socioambientais representam os danos causados ao meio ambiente e ao espaço comunitário de determinado local, o que simboliza a obrigação e a responsabilidade social da empresa perante os aspectos socioambientais. A identificação do passivo socioambiental revela a responsabilidade e obrigação da restauração ambiental pelas empresas, o que, na prática, nem sempre ocorre. Por isso os passivos socioambientais são elementos primordiais nas negociações entre empresas, fusões e privatizações, uma vez que os custos podem recair sobre os novos proprietários. Passam a ser um fator decisório, pois permite avaliar e quantificar os custos e gastos potenciais para sanar as questões socioambientais a curto, médio e longo prazo.

Na atividade turística, a aplicação dos conceitos relativos aos passivos socioambientais é recente, mas é necessário incorporar tal medida a fim de que os empreendimentos conheçam suas responsabilidades e obrigações e possam discriminar as ações e esforços desenvolvidos para a eliminação ou redução de danos socioambientais.

O presente estudo objetiva identificar e avaliar os passivos socioambientais decorrentes da instalação e operação do Complexo Turístico Enseada de Suape, situado na zona costeira de Pernambuco. Pode-se afirmar que os passivos oriundos do empreendimento turístico-hoteleiro representam um aspecto limitante do processo de licenciamento ambiental, uma vez que não se estabeleceu no estudo de impacto ambiental do empreendimento as medidas para restauração e responsabilidades quanto às obrigações socioambientais geradas.

Trata-se de estudo exploratório com uma abordagem qualitativa e crítica, e com o emprego das seguintes técnicas investigativas: pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas e pesquisas de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas, junto a representantes do poder público, iniciativa privada e comunidade local, e observações sistemáticas *in loco*.

Impactos socioambientais ocasionados por empreendimentos turístico-hoteleiros

Os impactos do turismo dizem respeito ao conjunto de modificações decorrentes do desenvolvimento turístico nos destinos receptores. Atingem diferentes esferas (ambiental, social, econômica, cultural etc.) e podem ser positivos ou negativos. Os impactos ambientais negativos afetam a qualidade ambiental das localidades e sua atratividade turística.

A construção e o funcionamento de equipamentos turísticos e hoteleiros implicam em impactos ambientais negativos diversos, tais como: destruição de ecossistemas, descaracterização da paisagem local, deslocamento da população de seu local de residência, consumo de recursos naturais, dentre outros.

A geração de resíduos sólidos, a exemplo de: embalagens vazias, restos de comidas e de produtos de limpeza; a geração de efluentes líquidos com a destinação final do esgoto e águas utilizadas pelos equipamentos, se não tratados adequadamente, afetam mananciais e praias; a emissão de gases e ruídos por veículos, máquinas, chaminés etc; e a poluição visual decorrente de construções não integradas ao ambiente, são questões que contribuem para agredir o meio ambiente.

No caso do turismo, estas agressões ocorrem com elevado impacto durante a construção dos empreendimentos. A poluição gerada no período de sua operação pode e deve ser controlada. A compostagem de material orgânico, o tratamento dos efluentes líquidos, o reuso da água, a reciclagem de materiais são formas de controlar a poluição ambiental, que podem ser implantadas nas empresas turísticas.

Em áreas com industrialização acentuada, a instalação de hotéis e pousadas não simboliza um impacto ambiental com alto grau poluidor, tendo em vista que outras atividades industriais são responsáveis por danos maiores, a exemplo das indústrias químicas, petroquímicas, metalúrgicas, de papel e celulose e de extração e tratamento de minerais. Entretanto, merece atenção a gestão adequada dos mesmos para que não contribuam com o aumento da poluição ambiental nas grandes cidades, onde a qualidade do ar, da água e do solo encontra-se, na maioria dos casos, comprometida.

O impacto ambiental é definido como:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, RESOLUÇÃO CONAMA 001, 1986, p. 01).

Como afirma Abreu (2001, p. 13):

Como os hotéis utilizam os recursos naturais, que são também utilizados por qualquer empresa e todos os indivíduos, a utilização desses recursos, tais como a água, alimentos, por exemplo, representa um impacto ambiental significativo. Assim, a idéia de que hotéis não causam impactos ao meio ambiente trata-se de uma visão distorcida da

realidade. Sem mencionar os impactos ambientais decorrentes do lixo que é gerado nestes locais, dos equipamentos e produtos de uso diário que agredem o meio ambiente, dos efluentes líquidos, que são lançados em rios e mares misturados com detergentes e outros dejetos orgânicos, e tantas [sic] outros aspectos.

Um fator de preocupação é a localização dos equipamentos turístico-hoteleiros, muitas vezes, situados em áreas com significativa fragilidade ecológica. E, por isso, merecem o devido cuidado com a instalação e operação. Em termos de controle ambiental, o poder público criou mecanismos para avaliar os impactos de grandes complexos turísticos, obrigando-os ao licenciamento ambiental¹. Para ser licenciado é preciso que o empreendimento realize a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), que descreverá as possíveis alterações que causará no meio ambiente.

Se por um lado, o turismo traz dividendos e desenvolvimento econômico, por outro lado, constata-se que o turismo de massa e o superdimensionamento dos equipamentos receptivos são altamente predatórios e impactam agressivamente as comunidades receptoras a nível sociocultural.

[...] a qualidade de uma destinação turística vem sendo avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais. A questão fundamental nesse caso é a premente necessidade de controlar o crescimento quantitativo dos fluxos turísticos, uma vez que os ecossistemas sensíveis ficam comprometidos quando ultrapassam os limites de sua capacidade de carga (COUTINHO, 2000, p. 05)

Isto, especialmente em áreas litorâneas, que recebem intenso fluxo de visitantes, pelo poder de atratividade que exercem nos turistas e, conseqüentemente, nos empresários, que promovem volumosos investimentos em equipamentos turístico-hoteleiros.

Os atrativos de determinada localidade, tanto os naturais quanto os culturais, fazem parte da atratividade que o local (destino turístico) exerce sobre a escolha dos turistas. Quando existe degradação ambiental, torna-se o destino turístico esvaziado e os empreendimentos, ali, instalados entrarão em declínio por falta de clientela. Logo, o turismo e suas atividades correlatas, como a hotelaria, dependem da manutenção do equilíbrio ambiental.

Ao se pensar em equilíbrio ambiental dentro da atividade turística, almeja-se a prática do turismo sustentável, com o exercício de ações responsáveis perante a natureza. De acordo com a OMT, o turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos turistas, hoje, e dos destinos receptores, ou seja, locais que recebem os turistas, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro, mantendo os benefícios que a atividade oferece durante os anos que virão. Swarbrooke (2000) o define como um turismo economicamente viável, que não destrói os recursos dos quais dependerá no futuro, principalmente o meio ambiente e o social. Embora estudiosos da área venham formulando conceitos e planejando ações que envolvem o turismo sustentável, o desafio ainda persiste em encontrar o equilíbrio entre desenvolvimento turístico e conservação ambiental.

Os instrumentos utilizados no processo de licenciamento ambiental, a exemplo

do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), vêm auxiliando na prevenção dos riscos ambientais associados ao turismo, pois avaliam os impactos futuros da atividade antes de sua implantação e propõem medidas de mitigação e compensação para os impactos previstos.

Passivos socioambientais e sua ocorrência na atividade turística

Na linguagem contabilista o passivo é o endividamento do agente investidor, que pode ser de curto prazo, como contas de energia, água, impostos, e de longo prazo, como os empréstimos bancários e financiamentos (JERONYMO, 2007)

Passivo socioambiental é o débito ou custo socioambiental de um empreendimento provocado pela parcela da degradação socioambiental não recuperada. Como afirma Jeronymo (2007, p. 67) “[...] o passivo é um custo e seu responsável deverá assumir a responsabilidade pelo custo negativo produzido”.

O significado do termo passivo refere-se a ocorrência de danos cuja responsabilidade é do agente que promove alterações no ambiente ou na estrutura social, no espaço onde se almeja instalar determinado processo produtivo ou já esteja operando e produzindo.

Averigua-se que os exemplos de passivos socioambientais decorrentes de outras atividades produtivas, citados por Jeronymo (2007) e Carneiro (2008), podem ser percebidos setor turístico. Alguns tipos de passivos socioambientais possíveis de ocorrer em construções de empreendimentos turísticos são: erosão; solos expostos; inundação de áreas adjacentes; assoreamento de cursos d’água; poluição visual; conflitos com a população local; degradação de ecossistemas; conflito com passagem de animais silvestres; deslocamentos populacionais compulsórios; mudanças bruscas nos hábitos e modos de vida; desgaste ou perda dos valores culturais; corrosão, desgaste ou perda dos valores intrínsecos as relações de sociabilidade local.

A preocupação quanto à reparação dos danos ocasionados pela atividade turística é expressa na Lei 11.771/2008, que em seu artigo 6º coloca que o Plano Nacional de Turismo - PNT será elaborado pelo Ministério do Turismo, ouvidos os segmentos públicos e privados interessados, com o intuito de promover, dentre outros: a atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística.

Outro exemplo que reforça a problemática dos passivos socioambientais na atividade turística é representado pelo PRODETUR/NE, programa de crédito para o poder público estadual e municipal, com o intuito de melhorar e expandir o turismo e promover melhorias na qualidade de vida das populações.

Na primeira fase, os projetos prioritários estiveram aliados à conservação ambiental, visto que os recursos naturais constituem a matéria-prima principal do turismo, na região, localizados, em sua maior parte, na zona costeira. Porém, conforme avaliação posterior percebeu-se que o foco ambiental, em alguns casos, não foi atingido. Diversas obras realizadas comprometeram a qualidade ambiental, com geração de passivos socioambientais.

Após a conclusão do PRODETUR/NE I, foi realizada uma avaliação com o in-

tuito de identificar as falhas e pontos positivos para promover melhorias na etapa posterior. A avaliação demonstrou falhas associadas, principalmente, às obras de transporte viário e de saneamento. Outros problemas identificados foram: a ocorrência de impactos ambientais e sociais negativos, devido a análises limitadas na construção de estradas e estações de tratamento de água e esgoto sanitário; a falta de monitoramento ambiental pelos órgãos competentes e a falta de cumprimento das medidas mitigadoras pelos empreiteiros; a ocupação inadequada e desordenada da faixa costeira, devido à falta de instrumentos de ordenamento; e problemas na implantação de unidades de conservação e na finalização de seus planos de manejo.

A experiência da primeira fase acarretou alterações nas estratégias de ação e adoção de novos conceitos. Foi incorporado o conceito de pólos turísticos e o seu desenvolvimento através do planejamento participativo, integrado e sustentável, com ações que beneficiem a população local, que procurem mitigar os passivos socioambientais associados ao PRODETUR/NE I, que complementem e completem os investimentos da primeira fase e fortaleçam a gestão municipal (BNB, 2006).

Ações ambientais para o desenvolvimento do setor turístico-hoteleiro: exigências legais e da sociedade

É possível fazer com que a atividade turística cresça e se desenvolva sem que, para isso, tenha que degradar o meio ambiente. Na utilização racional dos recursos, o poder público é responsável em exigir e fiscalizar o cumprimento das leis ambientais. Em paralelo, a sociedade civil necessita estar consciente de seu papel na proteção ambiental.

Segundo Kirk (1996), a questão ambiental afeta diversos segmentos sociais desde os anos 80 e 90, estando incluído o setor de hospedagem. Uma atenção maior era dada aos setores que causavam danos diretos ao meio ambiente e que geravam maior índice de poluição na saída do processo, geralmente, da produção industrial. Hoje, o foco é mais abrangente e procura-se minimizar os impactos da operação por completo, seja na produção industrial ou no setor de serviços e setor primário.

Diante de uma visão pró-ativa da sociedade, que incorporou os valores ambientais como aspectos cruciais dentro do seu processo de decisão e escolha, cobra-se dos setores empresariais uma postura semelhante, que ofereça, além da qualidade na prestação dos serviços e produtos, uma postura que conserve os recursos naturais. Essa condição levou turistas do mundo inteiro a cobrarem do setor turístico, desde os anos de 1990, a adoção de medidas que minimizassem seus impactos ambientais.

Em resposta, o setor hoteleiro publicou, em 1995, o Pacote de Ações Ambientais para Hotéis – conjunto de ações práticas para beneficiar o seu negócio e o meio ambiente, produzido pela Associação Internacional de Hotéis, a Iniciativa Ambiental de Hotéis Internacionais e o Programa Ambiental das Nações Unidas. Neste pacote, recomenda-se a adoção de ações que garantam a sustentabilidade da atividade turística em longo prazo. Para isso, é preciso minimizar o desperdício e reduzir, reutilizar e reciclar os produtos consumidos (COSTA, 2004).

As ações propostas permeiam as áreas de energia, resíduos sólidos, água,

efluentes, emissões, controle de fornecedores e assuntos gerais. Nos dias atuais, grupos consolidados no setor de hospitalidade empregam seus próprios programas de ações ambientais. A Rede Accor, referência mundial, apresentou recentemente seu programa de sustentabilidade, Planet 21, que abrange todos os seus hotéis e clientes. Ao todo, são 21 compromissos e objetivos adotados, dentre eles estão a redução do consumo de água, em 15% e de energia, em 10%. A rede pretende promover a utilização de produtos ecológicos em 85% dos hotéis (PEGADAS ECOLÓGICAS, 2012).

Os turistas, por sua vez, inseridos nesta sociedade e impelidos a adotar uma postura ética frente ao meio ambiente, passam a cobrar medidas responsáveis das empresas ligadas ao setor, incluindo aí os meios de hospedagem. É, dessa forma, que são incorporadas metas ambientais para manter a qualidade do meio ambiente, no intuito de garantirem seu crescimento no mercado ao longo dos anos.

A indústria do turismo em geral e o setor hoteleiro em particular, deve ter sua parcela de responsabilidade em fazer da ética e do desenvolvimento sustentável, partes integrantes de suas metas, já que dependem da qualidade do meio ambiente para o seu crescimento (FERREIRA, 1999, p. 03).

Os novos rumos que a gestão turística vem seguindo, ainda que lentamente, estão baseados na redução dos seus impactos, com a incorporação de aspectos socioambientais. Este fato traz mudanças ao comportamento dos gestores hoteleiros, à medida que, mais conscientes de sua responsabilidade perante a sociedade, atuam para garantir melhores resultados econômicos, sociais e ambientais. A adoção da AIA e elaboração do EIA como instrumentos que colaboram para o adequado gerenciamento ambiental, antes mesmo da implantação e operação dos empreendimentos, pode ser uma opção sustentável e acertada para os futuros empreendedores do setor hoteleiro.

O EIA e a participação comunitária na gestão de empreendimentos do setor

Desde a década de 1970, começou-se a elaborar EIAs, no Brasil, em cumprimento às exigências do Banco Mundial, especialmente em projetos de construção de usinas hidrelétricas (ROCHA *et al.*, 2005). Pouco depois, o governo brasileiro instituiu por força de lei a obrigatoriedade do estudo de impacto ambiental para atividades que causam impactos ambientais significativos.

Segundo as diretrizes definidas na Resolução CONAMA nº 001/86, para a elaboração do EIA é exigido que se faça o diagnóstico ambiental da área; a descrição da ação proposta, com identificação de alternativas tecnológicas e de localização do projeto, verificando a hipótese de não implantação do mesmo; a identificação, análise e previsão dos impactos significativos nas fases de implantação e operação; definir as áreas de influência direta e indireta; e analisar a compatibilidade com os planos e programas governamentais propostos e em implantação na área de influência.

A audiência pública é um dos procedimentos que vem sendo utilizado para incluir a base comunitária no processo de licenciamento ambiental. Prevista por lei, mas de caráter não obrigatório, deve ser solicitada no prazo de 45 dias após o recebimen-

to do EIA/RIMA pelo órgão competente de meio ambiente, quando este julgar ser necessário ou quando requerida por entidade civil, pelo MP ou por um número igual ou superior a 50 cidadãos.

O objetivo da audiência é apresentar à comunidade a ação ou atividade proposta e os respectivos impactos decorrentes da sua implantação. A partir daí, são feitos questionamentos e coletadas críticas e sugestões que influenciarão no parecer final dado pelo órgão (IBAMA, 1995)

Entretanto, a audiência pública não tem demonstrado ser eficiente no processo de tomada de decisão e novas formas de inserir a base comunitária vêm sendo pensadas. Dessa forma, será possível obter soluções compartilhadas sobre os efeitos negativos do empreendimento por todos os atores sociais envolvidos com o licenciamento, os quais serão afetados pelas ações a serem implantadas, além de possibilitar o crescimento do senso de responsabilidade no acompanhamento e monitoramento dos impactos ocorridos.

Alguns problemas evidenciados na elaboração dos EIA/RIMAs que fogem ao que a legislação específica diz respeito a: relação de dependência da equipe multidisciplinar com o empreendedor, contratada por ele; dificuldade em delimitar a área de influência do projeto de acordo com os efeitos ambientais; as equipes tendem a defender o projeto, sem descrever as alternativas tecnológicas e de localização, inclusive de não implantação; desconhecimento de métodos adequados de avaliação de impacto ambiental; proposição de medidas mitigadoras incoerentes com os impactos gerados; e apresentação de RIMA sem clareza de compreensão para o público em geral.

Na atualidade, a conduta empresarial deve rumar em prol de uma cultura conservacionista, que passa a ser exigida, a partir das evidências de progressiva degradação dos recursos naturais ao longo da história, concorrendo para o comprometimento da sobrevivência da espécie humana no planeta. Uma dessas condutas é o gerenciamento ambiental dos negócios com a incorporação de seus diversos instrumentos.

A gestão ambiental, conforme coloca Barbieri (2004, p. 20), pode ser entendida como:

as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam.

Alguns autores tratam a gestão ambiental como a gestão de sustentabilidade, o que significa a avaliação da capacidade de resposta do ambiente aos resultados dos processos produtivos que nele são realizados e que o afetam, através da monitoração sistemática da qualidade do ar, da água, do solo, da flora, da fauna e do ser humano.

Os estudos ambientais contribuem para o gerenciamento ambiental das empresas turístico-hoteleiras ao reforçarem as características ambientais gerais da área onde estão inseridas e ao indicarem os elementos suscetíveis aos impactos de acordo com cada atividade a ser realizada. Antes mesmo de sua instalação, é possível con-

trolar os aspectos ambientais e planejar as ações, mediante as estimativas traçadas pelos estudos.

O conteúdo apresentado nos estudos ambientais oferece informações detalhadas e importantes sobre o local em que se instalará determinado equipamento hoteleiro, ideais para um planejamento gerencial em curto, médio e longo prazo. Neste sentido, o uso planejado dos espaços turísticos contribui para a preservação do patrimônio natural e a utilização do EIA como uma ferramenta própria da gestão ambiental pode garantir a prática da atividade turística de modo responsável. É, portanto, um instrumento eficaz para dar suporte aos empreendedores quanto ao planejamento de suas ações.

Pontos de conflitos do Complexo Turístico Enseada de Suape

O Complexo Turístico Enseada de Suape é caracterizado como um empreendimento de grande porte, instalado em área de relevância ambiental e proposto por empreendedores da iniciativa privada. O EIA, referente ao equipamento, foi entregue a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), em dezembro/90 e a audiência pública foi realizada em dezembro/91, no Cabo de Santo Agostinho. Os documentos do órgão licenciador reiteram a sua aprovação e a obtenção da licença ambiental.

Os proponentes reforçaram repetidas vezes, no projeto do complexo turístico, suas preocupações com a preservação ambiental e com o patrimônio histórico-cultural do local. O EIA, documento que avaliou os impactos decorrentes de sua instalação, confirmou a intenção: *“a implantação de um Complexo Turístico desse porte numa área de valor histórico e paisagístico levou os seus idealizadores a estabelecerem, como premissas básicas, a preservação da natureza e da cultura local”* (PIRES FILHO, 1990, p. 13).

Entretanto, diversos pontos falhos foram identificados no projeto. Segundo expõe Pires Filho (1990, p. 12), *“[...] embora não contando com os projetos específicos, o empreendedor propõe em poucas linhas a melhor infraestrutura básica possível para suprir as necessidades para o perfeito funcionamento do projeto”*. Mas não especificou como seria a condução destes projetos, como seriam implantados e o que estava previsto nos mesmos. Outras questões foram vagamente descritas, tal como a técnica utilizada na Estação de Tratamento dos Efluentes (ETE).

As questões polêmicas trataram notadamente da retirada e aterro da vegetação de mangue para a construção dos equipamentos e da retirada da população residente da área. O processo de aterramento em execução na área, no início dos anos 1990, alterou a configuração paisagística da praia de Suape. Contornando a situação, a equipe multidisciplinar responsável pelo EIA atestou que a vegetação do local encontrava-se bastante antropizada, exceto determinadas áreas do manguezal estuarino de Suape.

Conforme os relatos, o pontal de Suape, no qual se situa o hotel, sofria grave e irreversível processo erosivo marinho e o manguezal, ali presente, corria sério

risco de extinção natural. É certo que o impacto maior ao ecossistema foi na fase de implantação do empreendimento. Os efeitos adversos foram reduzidos, na fase de operação, mas ainda são perceptíveis ações antrópicas sobre o ecossistema.

A retirada do manguezal foi compensada com o replantio de 6 ha de vegetação de mangue, no próprio estuário do Rio Massangana. Como informam Castelo Branco e Spinelli (2004), em contrapartida ao desmatamento, plantou-se mangue em local distante do empreendimento, próximo à uma empresa fabricante de barcos, localizada no interior do estuário.

Sabe-se que os ambientes, ao entrarem em desequilíbrio, tendem naturalmente para um ajuste (o equilíbrio dinâmico), em cada nova situação criada. A situação criada com a instalação do empreendimento hoteleiro provocou alterações permanentes ao meio ambiente, que devem ser observadas e avaliadas de perto.

O projeto apresentado à CPRH não foi realizado na íntegra devido, principalmente, a inviabilidade econômica apresentada por estudos de mercado, que constatou possível carência de demanda turística para empreendimentos de mega porte (CASTELO BRANCO; SPINELLI, 2004). Outro aspecto que pode ter interferido adversamente foi sua proximidade do Porto de Suape.

Da proposta inicial, que vislumbrava a construção de inúmeras edificações para fins de veraneio, turismo e prática de lazer, os equipamentos construídos, até a presente data, são o hotel, o restaurante e alguns equipamentos destinados à prática dos esportes náuticos, como o ancoradouro para pequenas embarcações. Com um total de 300 apartamentos, possui ETE própria, restaurante, centro de ginástica, boate, piscina, quadras esportivas e centro de convenções.

Impactos positivos associados ao empreendimento

Em termos de impactos positivos, o empreendimento gerou benefícios econômicos significativos, com incrementos na renda, dinamização da economia no distrito do Cabo de Santo Agostinho e ampliação da oferta de empregos formais e informais. Comprova-se também a melhoria promovida na infraestrutura local, com vias de acesso asfaltadas, áreas de lazer construídas (Praça da Vila) e maior oferta de transporte público, na Vila de Suape.

Outro ponto positivo foi a recomposição da faixa de praia através do sistema de dragagens. A praia havia sido alterada em sua fisionomia por processo erosivo, a partir das intervenções feitas pelo CIPS, as quais acarretaram alterações na dinâmica costeira, provocando grave erosão marinha com redução da faixa da praia, derrubada da vegetação e das casas de pescadores, ali, existentes (PIRES FILHO, 1990).

Constata-se a recente valorização dos recursos naturais do local (praia, mangues, rios) pelos moradores, o que contribui para sua conservação e sua utilização para o lazer e recreação. Este fato ocorreu a partir da mudança de comportamento dos turistas frente à natureza, que procuram respeitá-la e conservá-la. A população local passou a adotar semelhante postura, o que representa um efeito benéfico.

A instalação do resort incrementou a atividade turística na localidade, gerando um significativo aumento no fluxo de turistas, veranistas e excursionistas na praia. Diversos fatores contribuíram para isso, o engordamento da praia que a deixou paisa-

gisticamente mais atrativa, as melhorias nas vias de acesso e a crescente divulgação do local.

Passivos socioambientais oriundos do empreendimento

Em termos socioeconômicos, as mudanças na comunidade local, em destaque na Vila de Suape, ocorrem desde a instalação do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS) e se agravaram com a instalação do empreendimento hoteleiro de padrão internacional. A vila sofreu um crescimento populacional devido à construção do porto, quando as famílias que viviam no terreno destinado ao complexo foram ali realocadas.

A sua dinâmica de transformação apresenta peculiaridades marcadas por aspectos externos e não internos. As intervenções feitas pelo CIPS e equipamento hoteleiro partiram de investidores externos e não da população local. Este fato pode indicar que os moradores locais se mantêm à margem do processo decisivo das questões econômicas, tão importantes para o desenvolvimento local, seja por comodismo, falta de organização social ou por forças políticas externas.

O processo de expropriação das famílias do terreno pertencente ao empreendimento turístico-hoteleiro ocorreu em 1988, muito antes da apresentação do EIA a CPRH e da obtenção de licença ambiental para sua construção. Dessa forma, os impactos ambientais relativos ao equipamento já estavam presentes, ao menos quanto ao meio antrópico.

Como forma de compensação ambiental, 29 famílias de pescadores passaram a habitar uma pequena vila situada na entrada do empreendimento, em casas construídas pela Ipojuca Empreendimentos e Participações S/A. A título de indenização outras casas, 07 no total, foram entregues aos veranistas e a um pescador, em época posterior (1997), com melhores condições de moradia e conforto e localizadas na beira-mar.

A construção do complexo turístico gerou grandes expectativas de melhorias sociais na comunidade, que viam com bons olhos o incremento de novos postos de trabalho, com novas oportunidades de empregos para a população praieira. Houve um rearranjo estrutural da localidade com a introdução do equipamento, o que levou a modificações, principalmente, na forma de moradia, passando de casas de taipa para casas de alvenaria, e na produção de renda, antes atrelada a atividade pesqueira e agora à atividade turística.

Tendo em vista que os empregos formais exigem maior capacitação, o baixo nível de escolaridade da comunidade implica no reduzido número de empregos fornecidos, além da política adotada de empregar apenas um membro de cada família. O número de empregos oferecidos, em 2004, era de 345, muito abaixo do pretendido no projeto e reiterado pelo EIA, que previam um total de 1.000 empregos diretos. Segundo Castelo Branco e Spinelli (2004) do total, 222 eram residentes do Município de Cabo de Santo Agostinho, sendo 46 residentes da Vila de Suape.

Agravam a situação a sazonalidade, em que a demanda por mão de obra fica reduzida nas épocas de baixa estação e empregos poucos atrativos, com longas jornadas de trabalho e remuneração baixa. Os empregos informais, por outro lado, aumentaram, em especial, os associados ao comércio de alimentação e artesanato. Estes dados, cole-

tados em pesquisa realizada em 2004, alertaram a comunidade sobre a importância da formação escolar e profissional, instigando-a a buscar o conhecimento e a educação.

O modelo de empreendimento adotado, hotel tipo resort, não promove o contato efetivo entre turistas e comunidade local, a fim de que os hóspedes possam conhecer e entender a dinâmica cultural e social da comunidade. Pois, de acordo com seus objetivos, o resort oferece diversos tipos de serviços, lazer e produtos a fim de entreter seus hóspedes o maior tempo possível em suas instalações. O turismo sustentável, por sua vez, preza pela interação social com a geração de benefícios para a base comunitária.

Outros impactos negativos associados à implantação do hotel estão relacionados à ausência de participação comunitária no planejamento de algumas ações, principalmente naquelas que interferiram na vida de toda a comunidade, caso específico da praça construída e o despejo de esgoto sem tratamento, o que contribui para a degradação do manguezal.

Sem dúvida, houve um incremento na economia, porém sua instalação repercutiu negativamente em outros setores. O modelo de gestão adotado não contempla os critérios do turismo sustentável, que preza pela participação popular no processo de decisão, gerando benefícios socioeconômicos para todos os envolvidos com a atividade turística. De outro lado, o problema é acentuado com o acelerado e desordenado desenvolvimento do turismo na região, com a carência de políticas públicas que contemplem o planejamento do setor turístico na área.

O impacto ambiental negativo associado às dragagens e ao engordamento da praia refere-se à alteração da dinâmica e circulação costeira e das características bióticas e físico-químicas da área, promovendo prejuízos ao ecossistema marinho e ecossistemas associados a ele. O engordamento é um processo paliativo para conter a erosão e existe a necessidade de manutenção da faixa da praia com dragagens periódicas e sistemáticas.

A paisagem característica do local sofreu alterações com a retirada de áreas de manguezais, remanescentes de Mata de Restinga e uma salina natural (utilizada como área de lazer), devido aos aterros feitos. Figura, hoje, uma paisagem artificial, com coqueiros anões adornando os arredores do empreendimento. A área destinada à construção dos condomínios, também foi desmatada e encontra-se ociosa.

A estrutura construída para receber os antigos moradores do terreno desapropriado apresentou falhas que interferem adversamente na comunidade. O sistema de saneamento básico ficou inacabado e o esgoto deságua em manguezal próximo, sem tratamento adequado; as casas ficaram em nível mais baixo em relação à via de acesso asfaltada; e a inexistência de obras de drenagem contribui para ocorrência de enchentes.

Atualmente, é difícil cobrar providências dos administradores, pois alegam que as estruturas implantadas foram construídas por antigos proprietários e que a venda do local não implicou no repasse das responsabilidades das obras. Tratou-se, porém, de uma compensação ambiental imposta aos empreendedores devido aos impactos ambientais ocasionados pelo equipamento. É sua obrigação corrigir as deficiências. Este é um ponto falho do processo, pois as exigências do órgão licenciador não são cumpridas e não existem fiscalização e monitoramento eficientes para cobrar as ações impostas.

Para a população, as casas recebidas representaram uma conquista perante a desapropriação. Acreditaram ser uma benfeitoria do hotel, no entanto, tratou-se de uma medida compensatória em razão da desapropriação. Sentiram-se muito bem com os imóveis, apesar das condições ruins de habitação, saneamento inacabado, ausência de aterro,

abastecimento de água e energia, pois se comparadas às antigas moradias, são de qualidade superior. As antigas casas eram em sua maioria de taipa, algumas eram de alvenaria, com padrão de casa popular.

A pesca, principal atividade econômica, passava por um processo de declínio, em vista das mudanças ambientais ocasionadas pela instalação do Porto de Suape que acarretou a diminuição da produtividade. Em complemento à renda, existia o pequeno comércio e serviços de caráter informal, além da venda de frutos que serviam, também, para consumo próprio. Estavam presentes pequenos agricultores de subsistência e trabalhos da cana-de-açúcar.

O turismo, por sua vez, pôde dinamizar a economia, mas de modo bastante limitado, com incrementos no comércio e prestação de serviços. A problemática envolve a priorização do turismo como atividade econômica principal, sem oferecer alternativas de produção e renda para épocas de baixa estação.

A comunidade preocupa-se com os futuros investimentos que possam ser feitos, a exemplo dos loteamentos e da ampliação do Porto do Suape, que podem acarretar a vinda de mais pessoas e o aumento dos problemas existentes. Os maiores prejudicados foram os mais carentes que tinham como principal fonte de renda e de subsistência, a pesca manual. Possuíam, além disso, menor grau de instrução, impedindo-os de serem absorvidos pelo mercado de trabalho em ascensão.

A construção do empreendimento acarretou a destruição de áreas de vegetação nativa e o aterro de trechos de mangue que serviam como fonte de renda e alimentação para a comunidade local. Os empreendedores, por sua vez, priorizaram os benefícios econômicos em relação aos aspectos ambientais e sociais e não planejaram ações social e ambientalmente responsáveis para o entorno.

Considerações finais

As análises focaram os passivos socioambientais gerados pelo empreendimento turístico-hoteleiro citado, em contraposição ao EIA encaminhado à CPRH para obtenção da licença ambiental. É preciso destacar o momento histórico em que foi elaborado, na década de 1990. Na época, as metodologias e técnicas para avaliação de impactos ambientais eram distintas do que vem sendo aplicado nos estudos atuais. A tendência é a evolução do processo ao longo do tempo, mas é preciso estar atento aos estudos outrora realizados, para que sirvam de base para reflexões e mudanças futuras. E, assim, promovam melhorias no processo de licenciamento como um todo, em especial, para empreendimentos do setor turístico-hoteleiro.

O estudo ressaltou algumas falhas do licenciamento e da AIA na prevenção de danos ambientais, a partir do principal instrumento utilizado em ambos os processos, o EIA. Percebeu-se que os preceitos da AIA e do licenciamento vêm sendo postos em prática na confecção dos estudos, porém enfatizam os benefícios econômicos. A conservação ambiental, entretanto, deve permear todos os aspectos relacionados aos empreendimentos, inclusive os de cunho econômico. Se essa condição não for cumprida com rigor e critério, ofuscará a credibilidade enquanto instrumentos de planejamento e de apoio à gestão ambiental, perante a sociedade.

Os passivos socioambientais, um dos aspectos limitantes da AIA, podem representar evidências disso, pois foram gerados a partir da implantação de determinadas ações antes mesmo do término do processo de licenciamento.

Os benefícios sociais não foram tão evidentes quanto apresentados no EIA. As condições de moradia evoluíram graças à compensação ambiental, paga pelos empreendedores com a construção de casas para os moradores. Porém, as obras de infraestrutura básica não foram concluídas o que se reflete, de forma negativa, na vida da população. A poluição ambiental cresce no entorno do empreendimento, com a contaminação dos manguezais por efluentes líquidos sem o devido tratamento.

Detalharam-se, ainda, outros problemas cruciais que interferem adversamente na conservação ambiental das áreas em questão: falta de pessoal nos órgãos ambientais para fiscalização; falta de programas de monitoramento ambiental; estruturas e equipamentos não condizentes com a realidade local; ineficiência na participação popular, sem a inserção dos diferentes atores sociais da comunidade local nas discussões e planejamento das ações; e parcialidade das equipes multidisciplinares, no sentido de apresentarem estudos favoráveis aos empreendimentos, sem reforçarem seus danos ambientais ou contestarem as superestruturas projetadas.

Foi possível perceber que o projeto preocupou-se com aspectos econômicos e políticos, apresentando conceitos ligados à conservação ambiental que, na prática, acarretariam a destruição dos recursos naturais. Além disso, o turismo é exaltado como o elemento dinamizador da economia, criando-se fortes laços de dependência. O ideal, entretanto, é a prática do turismo como uma complementação às outras atividades econômicas, sem que, para isso, sejam esquecidas as raízes culturais, sociais e econômicas do local.

Vale ressaltar ainda que o envolvimento da sociedade civil organizada, especial da base comunitária, é fundamental para cobrar e pressionar o poder público e a iniciativa privada para que respeitem as leis ambientais, coibindo a degradação dos recursos naturais. O poder de pressão de entidades organizadas em grande parte inibe ações irresponsáveis, visto que assumem o papel de agentes fiscalizadores.

Referencias bibliográficas

- ABREU, D. **Os Ilustres Hóspedes Verdes**. Salvador: Casa da Qualidade, 2001.
- BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BNB. **PRODETUR/NE II – Objetivos**. Promovendo o desenvolvimento sustentável do turismo. Histórico.
- BRASIL. **Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000**. Altera a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiental, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 11.771**.
- BRASIL. **Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental.
- BRASIL. **Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986**. Estabelece critérios básicos e diretrizes gerais para a elaboração da Avaliação de Impacto Ambiental.
- CARNEIRO, B.M. A implantação de vias e o manejo de áreas protegidas na região do Jalapão: a rodovia TO 110 e o seu entorno. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas.
- CASTELO BRANCO, G.V.; SPINELLI, M.S. Análise dos Impactos Turísticos Ocorridos na Vila de Suape Após a Instalação do Hotel Blue Tree Park Beach Resort: um Enfoque So-

ciocultural. 2004. 121 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Turismo) – Núcleo de Hotelaria e Turismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

COSTA, S.S. **Lixo mínimo**: uma proposta ecológica para hotelaria. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2004.

COUTINHO, M.F. Turismo e planejamento sustentável: Centro Turístico de Guadalupe. 2000. 100f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Curso de Graduação em Ciências Econômicas) – CCSA, UFPE, Recife.

FERREIRA, J.L. A variável ambiental como componente na classificação da qualidade dos serviços hoteleiros. 1999. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

IBAMA. **Avaliação de impacto ambiental**: agentes sociais, procedimentos e ferramentas. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995.

JERONYMO, A.C.J. Deslocamentos de populações ribeirinhas e passivos sociais e passivos econômicos decorrentes de projetos de aproveitamentos hidrelétricos: a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. 2007. **Dissertação** (Programa Interunidades de Pós-graduação em Energia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

KIRK, D. **Environmental management for hotels**: a student's handbook. Oxford: Butterworth Heinemann, 1996.

PEGADAS ECOLÓGICAS. Accor apresenta programa de sustentabilidade. 12 de maio de 2012. Disponível em: <http://pegadas-ecologicas.blogspot.com.br/2012/05/accor-apresenta-programa-de.html>. Acesso: 28 de maio de 2012.

PIRES FILHO, I.A. **Estudo de impacto ambiental (EIA) do complexo turístico enseada de Suape**. Recife: Pires & Filho Advogados Associados, 1990.

ROCHA, E. C.; CANTO, J.L.; PEREIRA, P.C. Avaliação de impactos ambientais nos países do Mercosul. **Ambiente e Sociedade**, vol. VIII, n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28609.pdf>. Acesso: 10 nov. 2006.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

Nota:

O turismo é considerado, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.165 de 27/12/2000, uma atividade econômica com potencial poluidor pequeno e obriga aos equipamentos de grande porte obterem a licença ambiental. Segundo a Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, estão obrigados a solicitar a licença os complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos.

Thays Regina Rodrigues Pinho: Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Email: thayspinho@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6971545107452648>

Ana Jéssica Corrêa Santos: Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Email: anajessica02@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1112343233804474>

Data de submissão: 28 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 14 de dezembro de 2012

Data do aceite: 14 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica

Pondering on community-based tourism in protected areas through an Amazon perspective

Eduardo de Ávila Coelho

RESUMO:

As unidades de conservação (UCs) têm sua origem também atrelada ao turismo, quando estes espaços começaram a ser pensados para o uso de moradores das cidades. No Brasil, a beleza cênica preservada nesses locais é responsável por atrair grande número de visitantes, em sua maioria, advindos de áreas urbanas. Muitas UCs possuem moradores em suas áreas ou nas proximidades e alguns destes vêm se organizando para trabalhar com o turismo de forma a garantir a tomada de decisão sobre os processos e otimizar os benefícios provenientes da atividade. Este trabalho visa refletir sobre algumas possibilidades para o turismo de base comunitária (TBC) desenvolvido em unidades de conservação, através da visão dos moradores locais, que formam esta base comunitária. Para isso, foram observadas algumas experiências de TBC na Amazônia brasileira, umas já implementadas, outras ainda em processo de planejamento. Em especial são discutidos aspectos observados em trabalhos nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá, além de trabalhos e experiências pontuais na Reserva Extrativista do rio Unini, no Parque Nacional do Jaú, todas as quatro no Estado do Amazonas, no rio Tapajós e na ilha de Marajó, ambas no Pará. Diversas questões referentes aos próprios conceitos (e às práticas) de conservação, sustentabilidade, economia ecológica, populações tradicionais, turismo de base comunitária, entre outros, compõem esta reflexão sobre TBC na Amazônia, trazendo perguntas que precisam de profunda discussão entre os atores envolvidos para que se possa chegar a maiores definições sobre o TBC em UCs na Amazônia, levando em consideração a perspectiva local.

PALAVRAS-CHAVES: Turismo de Base Comunitária; Amazônia; Amanã; Conservação.

ABSTRACT

Protected areas have their origin also associated with tourism, when these places started to be considered for the use of urban populations. In Brazil, the preserved scenic beauty in these places is responsible for attracting great number of visitors, most of which, coming from urban areas. Many protected areas have people living inside or in the vicinities and some of them are getting involved to work with tourism in such way as to guarantee the decision making over the processes and optimizing the benefits derived from the activity. This work aim to discuss some possibilities for community based tourism (CBT), developed in protected areas, through the perspective of the local residents. For this, experiences of CBT were observed in the Brazilian Amazon, some of which already implemented, others in the process of planning. In particular are discussed aspects observed on researches in the Sustainable Development Reserves Amanã and Mamirauá, as well as other works in the Unini River Extractive Reserve and the Jaú National Park, all four in the Amazonas State, and in the Tapajós River and the Marajó Island, both on Pará State. Many questions referring to the concepts themselves (as well as the practices) of conservation, sustainability, ecological economy, traditional populations, community based tourism, among others, compound this discussion about the CBT in the Amazon, raising questions that demand deep debates among stakeholders to make possible to come to major definitions about CBT on protected areas, taking into consideration the local perspective.

KEY WORDS: Community Based Tourism; Amazon; Amanã; Conservation.

Introdução

A preocupação com o ambiente degradado vem gerando diversas mudanças na forma como o ser humano busca o desenvolvimento. Mas a história das relações entre sociedade e natureza é de substituição de um meio natural por um meio cada vez mais artificial (SANTOS, 1996). Em contraste com essa separação entre homem e natureza, *“ao longo do século XVIII [...] o romantismo valorizou uma relação imediata, pessoal e afetiva com a natureza”* (ARAÚJO, 2007, p. 26).

Gómez-Pompa e Kaus (2000, p. 125) relatam que o mundo ocidental nunca *“se preocupou tanto como agora com as questões que dizem respeito às relações entre os seres humanos e o meio ambiente”*. Desde a década de 80, sustentabilidade é a palavra de ordem, mas este parece ser um conceito inatingível, seja por uma generalização de seus propósitos, seja por falta de interesse real dos tomadores de decisão.

O processo de urbanização também contribui para transformação dos espaços naturais, visto que mais pessoas adquirem hábitos de consumo urbanos e o campo passa a ser dominado por grandes corporações. Monte-Mór (2006, p. 06) coloca que a periferia da cidade se estende sobre seu entorno sob a forma de tecido urbano e, *“cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural são difusas e de difícil identificação”*. Milton Santos (2000, p. 92), ao examinar a modernização agrícola brasileira, diz que *“o campo modernizado se tornou praticamente mais aberto à expansão das formas atuais de capitalismo que as cidades. Desse modo, [...] as áreas agrícolas se transformam agora no lugar da vulnerabilidade”*. Nas últimas décadas, a Amazônia parece ser a fronteira a ser conquistada por interesses pri-

vados e pelos grandes projetos de desenvolvimento.

Em resposta aos problemas ambientais ocasionados pelo modo de vida das sociedades modernas surge a preocupação em proteger áreas naturais contra o processo de devastação, representada pela criação de áreas protegidas. Para Couto *et al.* (2004, p. 12), *“a criação de unidades de conservação corresponde à estratégia básica para a promoção da proteção da diversidade biológica”*.

Na era moderna, os Estados Unidos foram o primeiro país a criar uma área protegida, em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone (NPS, 2006). Vallejo (2003, p. 87) argumenta que *“a criação de Yellowstone e de outros parques mundo afora, caracteriza também o início de uma fase em que o estado passa a ser o maior responsável pelo processo de implantação e gestão territorial das unidades de conservação, visando o benefício público”*.

O turismo já aparecia como um dos motivadores para a criação das áreas protegidas. Araújo (2007) relata que o início da criação dos parques americanos foi ainda motivado por interesses econômicos de empresários do ramo de transportes que visavam aproveitar o potencial turístico das áreas naturais. No Brasil foi criada a primeira UC da categoria, entre os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro: o Parque Nacional do Itatiaia, estabelecido em 1937, nos moldes dos parques norte-americanos (SERRANO, 1997; SANSOLO, 2002). *“Seu objetivo era incentivar a pesquisa científica, oferecer lazer às populações urbanas e proteger a natureza”* (ARAÚJO, 2007, p. 68).

Pela lei do SNUC (Brasil, 2000) o Parque Nacional não permite áreas particulares em seu domínio, tendo o objetivo básico de preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando atividades de educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

O estabelecimento de áreas protegidas parece ser uma alternativa necessária para que seja conquistada a preservação, no entanto, a criação de unidades de conservação não representa a resolução dos problemas ambientais e socioeconômicos locais, ao contrário, surgem novos e complexos desafios (COELHO, 2009).

Enquanto os parques valorizam o uso turístico, mas não permitem populações humanas em suas áreas, outras categorias de UCs permitem tanto a permanência das populações locais, como o turismo. Em alguns desses locais no Brasil, vem se expandindo o turismo de base comunitária.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma forma de as populações se apropriarem dos processos de decisão e controle e não deve ser reduzido a uma análise que considere apenas os benefícios econômicos como metas a serem alcançadas. Almeida *et al.* (2009, p. 69) colocam ser preciso considerar todo o potencial de desenvolvimento do turismo, *“que supera a visão pautada unicamente em seus benefícios econômicos, para privilegiar novas abordagens, capazes de privilegiar o potencial humano e relacional inerente à prática do turismo de base comunitária”*. Mais do que um negócio, o turismo é feito de encontros, experiências e trocas, que são ricas para visitantes e anfitriões.

Segundo Irving (2009) o TBC tende a favorecer a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, promovendo a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento, representando a interpretação “local” do turismo. Sansolo e Bursztyr (2009, p. 158) acreditam que o TBC deve ser visto *“como a possibilidade de um novo paradigma para o turismo, cujas bases se assentam nas relações de hospitalidade, da vontade de receber para intercambiar o que se tem de mais caro, que é o sítio simbólico de pertencimento”*. É nesta lógica de encontros, vivências, hospitalidade e trocas entre visitantes e anfitriões que se dá a essência do TBC. Estes elementos essenciais podem ser anteriores à lógica de mercado e acontecerem independentes dela,

ou também se apropriarem de mecanismos de mercado, sem se tornar dependentes dele.

A Pan-Amazônia apresenta diversos exemplos de comunidades que vêm se organizando para trabalhar com o turismo. É o caso das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSDM) e Amanã (RDSA), e Reserva Extrativista (ResEx) do Rio Unini no estado do Amazonas. Enquanto a primeira já desenvolve um projeto de turismo comunitário desde 1998, quando se iniciou a implantação da Pousada Uacari, as outras duas UCs estão se organizando para levantar as possibilidades para o TBC, as formas de organização locais, os possíveis impactos da atividade e sua viabilidade. No Pará, o Projeto Saúde e Alegria (PSA) trabalha com TBC na Floresta Nacional do Tapajós e na ResEx Tapajós-Arapiuns enquanto na ilha do Marajó, a Vila do Pesqueiro, se organiza para o TBC na ResEx Marinha de Soure (Figuras 1 e 2).

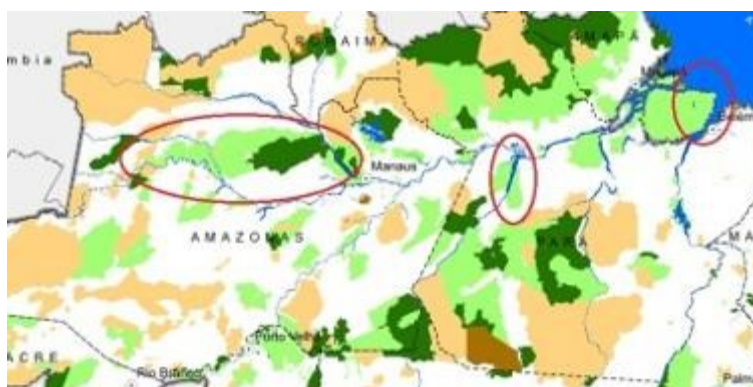


Figura 1: Corredor da Amazônia Central, rio Tapajós e Ilha de Marajó.

Figure 1: Central Corridor Amazon, Tapajós River and Marajó Island.



Figura 2: Detalhes da RDS Mamirauá (Pousada Uacari), RDS Amanã (Lago Amanã), e Rio Unini.

Figure 2: Details of RDS Mamirauá (Uacari Lodge), RDS Amanã (Lake Amanã), and Unini River.

A Amazônia e o turismo de base comunitária

A Amazônia é vista por grande parte dos brasileiros como uma região uniforme, tanto do ponto de vista natural, como cultural. Ao contrário, o que se vê é que a região que concentra a maior biodiversidade do planeta é, por isso mesmo, incrivelmente diversa em ambientes e populações humanas, que, ao longo da história, que remete a dezenas de milhares de anos, criaram diversas estratégias adaptativas que hoje refletem nesta sociobiodiversidade.

Alencar (2007, p. 50), em seus estudos sobre a dinâmica territorial da Reserva Amanã, diz que a ocupação humana na região *“reflete uma característica do processo mais amplo de ocupação da Amazônia promovida por uma economia centrada na exploração de recursos*

naturais". Este processo teve grande influência na forma de ocupação do espaço, enquanto o isolamento geográfico é apontado como um fator limitante à ocupação humana (*ibidem*).

Diante destas questões relacionadas à realidade das comunidades locais, que envolvem dependência da exploração de recursos, distanciamento geográfico, além de falta de atendimento adequado à saúde e a educação, faz-se necessária a abordagem de diversas variáveis envolvidas neste complexo contexto onde se inserem os processos de planejamento turístico.

Este trabalho pretende compreender melhor as possíveis implicações do turismo de base comunitária no contexto de unidades de conservação da Amazônia, partindo do ponto de vista das comunidades. As análises fazem parte da pesquisa de viabilidade do TBC na RDS Amanã (conduzida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM), onde se concentraram os trabalhos de campo entre 2009 e 2012. No período também aconteceram diversos trabalhos na vizinha RDS Mamirauá, além de duas expedições ao rio Unini e uma viagem ao Pará.

Como estratégia metodológica buscou-se o conhecimento da realidade local, principalmente através da observação participante, acompanhando as atividades diárias dos moradores, além da utilização de entrevistas semiestruturadas e reuniões com os principais grupos de atores e agentes envolvidos na dinâmica do TBC em UC.

Como afirmam Sampaio e Coriolano (2009, p. 08) "*estudar comunidade faz-se necessário para compreensão desse segmento de turismo*". Na Amazônia, as comunidades começaram a se formar em meados do século passado, em um movimento que partiu da igreja católica e estimulava a união dos moradores em um só local, para que tivessem mais força para lutar por seus direitos, entre saúde, educação e preservação do ambiente do qual ainda dependem.

A Amazônia também foi o berço de dois modelos de UCs de uso sustentável, onde as suas populações mantêm o direito de uso da terra: as reservas extrativistas e as reservas de desenvolvimento sustentável, ambas com importância histórica para o socioambientalismo. Como trata o art. 23 da lei do SNUC (BRASIL, 2000, p. 15), "a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável serão regulados por contrato". Eles adquirem então uma concessão de direito real de uso. A mesma lei também dita que "as populações de que trata esse artigo obrigam-se a participar de preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação". É interessante perceber que, a lei que regulamente essas categorias de UCs ao mesmo tempo define as populações residentes como tradicionais e as obriga a se utilizar de práticas conservacionistas.

Carneiro da Cunha e Almeida (2009) falam sobre as populações tradicionais, enumerando seus "membros" ou candidatos a "membros" e apontam que, "termos como 'índio', 'indígena', 'tribal', 'nativo', 'aborígene' e 'negro' são todos criações da metrópole, são frutos do encontro colonial. E embora tenham sido genéricos e artificiais ao serem criados, esses termos foram progressivamente sendo habitados por gente de carne e osso".

São estas populações tradicionais, caboclas, ribeirinhas, seringueiros (ou ex-seringueiros), castanheiros, entre outros, que estão hoje agrupadas em comunidades no interior ou entorno das ResEx, RDSs e demais UCs da Amazônia e se organizam para trabalhar com o turismo de base comunitária.

Refletindo então sobre as possíveis formas de se trabalhar o turismo no meio rural na Amazônia, a primeira questão a se levar em conta é, como vivem essas populações? Lima (1992), em estudo sobre as comunidades da RDS Mamirauá, define essas populações como camponesas, pois, apesar de estarem articuladas ao mercado, apresentam autonomia relati-

va em relação a este. As economias camponesas são estruturadas no âmbito doméstico, em uma relação de produção e consumo para atender as necessidades do próprio grupo, geralmente, apenas o excedente é comercializado e a renda permite o acesso a bens industrializados.

Neste caso, o agroextrativismo de subsistência é a base da manutenção dos membros da família. Isto significa que muitas comunidades vivem basicamente da pesca e da caça para obtenção de proteína animal, da agricultura, que é muito diversificada e se destaca a mandioca para a produção da farinha amarela, da criação de pequenos animais e do extrativismo vegetal de itens como açaí, castanha, cipós, seringa e uma diversidade de outros. Respondendo à minha pergunta “o que vocês fazem aqui na comunidade”, uma criança no rio Unini disse: “aqui a gente pesca peixe e faz farinha”. Este relato resume de forma simbólica como é a vida no interior da Amazônia.

A frequência de relação com a cidade e o mercado, depende da distância entre as comunidades e os centros urbanos. O meio de transporte amazônico é, via de regra, fluvial, seja por canoa, antigamente a remo, hoje com motor rabeta, ou por barcos regionais. Estes meios de transporte são costumeiramente lentos e o tempo de deslocamento até a cidade mais próxima pode variar de poucas horas até alguns dias.

A organização sociopolítica através de comunidades permite o controle das decisões sobre diversos aspectos que compõe a vida cotidiana dos moradores. Desde a decisão sobre lagos a serem preservados, até reivindicações sobre saúde e educação perante aos governos locais e a organização entre as comunidades para trabalhar com o turismo.

A recente criação das unidades de conservação, transformando o lugar das comunidades em territórios legalmente protegidos, insere uma nova lógica de organização do espaço. Agora elas vivem em UCs onde atuam instituições governamentais e não-governamentais, muitas delas transnacionais. Entre diversos projetos conservacionistas que são levados por estas instituições, se inserem as propostas de TBC, que buscam atingir conservação levando melhoria de qualidade de vida para as populações.

Considerando este novo contexto (e seus desdobramentos e evoluções), é importante refletir sobre os conceitos que chegam a estas populações através de canais de comunicação, leis e agentes públicos e privados. O próprio conceito de conservação pode ter diferentes interpretações para quem o leva e para quem recebe. Segundo o SNUC (BRASIL, 2000) conservação da natureza é o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural.

As pessoas que estudam, observam, legislam e impõem as práticas atribuídas ao conceito de conservação, analisam e julgam as práticas dos moradores locais, que também ganham conceitos como populações tradicionais, comunitários ou ribeirinhos. Ao julgarem estas ações, por vezes coíbem ou recriminam, por vezes são estas ações que influenciam a (re) formulação do próprio conceito de conservação. Enquanto os atores externos se apropriam do conceito, as populações locais se utilizam das práticas de conservação. Assim Diegues (2000, p. 41) ressalta que “os conservacionistas do Sul não tem outra escolha a não ser construir uma ciência e prática da conservação que surja das necessidades culturais e ambientais de seus países”.

Da mesma forma podem ser pensados os conceitos atrelados a ecoturismo ou a turismo de base comunitária. Não tentando entender apenas como é feita a interpretação local dos conceitos, mas quais os elementos que compõem estes conceitos que podem ser encontrados nas práticas cotidianas, entre eles hospitalidade, reciprocidade, respeito ao outro, gratidão.

Estes elementos são independentes da economia de mercado, que, ao mesmo tempo também envolve o TBC. Mas para superar a lógica meramente econômica que muitas vezes se impõe ao turismo, pode-se adotar a abordagem da economia ecológica. Alier (2007, p. 59) diz que *“a economia ecológica difere da economia ortodoxa pela sua insistência em assinalar a incompatibilidade do crescimento econômico com a preservação em longo prazo dos recursos e dos serviços ambientais”*.

Ao se confrontar todos estes conceitos, há populações tradicionais com direito de uso sobre os territórios legalmente protegidos, utilizando-se de práticas tradicionais de manejo (e conservação) do ambiente, organizando-se para trabalhar com turismo, numa lógica que valoriza sua cosmovisão e não reduz a atividade ao mero crescimento econômico.

A Amazônia tem então a possibilidade de aproveitar a sua imensa riqueza cultural e natural. Becker (2002) estudando o caso de Silves, no Amazonas, expõe que muitos empreendimentos turísticos existentes se limitam à exploração do ‘turismo da natureza’, enquanto em Silves tenta-se criar uma intimidade, uma relação mais pessoal dos turistas com a população local e com a natureza. Este também parece ser o ponto crucial nas iniciativas de TBC aqui retratadas. Aubreton (2004) complementa que, a cada ano uma fração mais importante de turistas quer descobrir a Amazônia de uma maneira mais profunda, vivendo ‘como um nativo’. Para a autora os turistas que buscam estas experiências procuram fazer das suas férias uma descoberta mais autêntica e desejam descobrir a realidade e o cotidiano dos habitantes da região, ficando também mais próximos da natureza.

Voltando a análise para as implicações do TBC na realidade dos moradores das UCs estudadas, algumas questões surgem para a discussão:

A organização do trabalho: como já mencionado, o grupo doméstico se organiza para as atividades que envolvem seu próprio sustento. Isso significa que a atividade mais ligada à obtenção de renda, seja ela pesca ou agricultura (dependendo da vocação do ambiente, ex. na várzea é a pesca e na terra firme a agricultura), é executada preferencialmente pelo homem. A mulher cuida da casa e da família (que costuma ser muito numerosa) e ainda ajuda o homem em diversas atividades ligadas ao sustento do grupo. As crianças também ajudam em atividades diárias, em que também se percebe uma divisão de gênero: as meninas ajudam a mãe a cuidar da casa e dos irmãos menores, enquanto os meninos vão atrás do peixe para consumo. Toda a família é envolvida na produção da farinha amarela, ao passo que caçar é uma atividade masculina.

Quando uma nova atividade se insere nesta realidade, inúmeras mudanças podem ocorrer. Peralta (2005) identificou uma redução na atividade agrícola nas comunidades da RDS Mamirauá que trabalham com turismo. A renda já é obtida pela prestação de serviços e, por vezes, até a farinha que era consumida pela família, precisava ser comprada. Isto tem ainda outras implicações visto que, na várzea, é o trabalho na terra que determina o direito à sua posse. No entanto alguns moradores da RDS Amanã mencionaram que esperam que o turismo possa tirar as pessoas do trabalho pesado da roça.

Ao investigar o interesse dos moradores de Amanã em atuar no turismo, alguns diziam que não queriam trabalhar, pois não podiam deixar os seus afazeres diários para servir aos turistas, mas achavam que essa oportunidade de trabalho seria boa para seus filhos jovens. Outra questão importante, pois muitos jovens já não se interessam tanto em morar no interior, mas o turismo pode representar um trabalho que atrai estes jovens para continuar morando nas comunidades (ou retornar da cidade, quando vão buscar melhores condições de estudo). No entanto, como pode ser a participação no TBC, de jovens menores de idade? E como fazer para que a nova atividade não substitua as práticas tradicionais?

Dessa forma, as decisões sobre estratégias utilizadas para ter acesso a recursos de-

vem recair sobre quem irá viver essas escolhas. Como afirmam Bursztyn *et al* (2009, p. 81) é importante “conceber modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida situacionalmente afetados pela implantação dessas novas práticas”.

Outra questão importante são as adaptações à realidade local para atender ao turista: os modos de vida na Amazônia envolvem uma relação intricada com a água e a floresta. As populações têm disponíveis praticamente todos os recursos que precisam para sua reprodução cultural, desde a madeira para construir casas, barcos e canoas, uma variedade de frutos e animais para a alimentação, áreas agricultáveis para produzir seu sustento, além de uma diversidade de estratégias de acesso ao mercado. Os recursos são acessados através do esforço e do trabalho e, no caso do turismo, os modos de vida se apresentam como a interlocução entre visitantes e o ambiente amazônico, sendo o principal ‘atrativo’ para os turistas. Sem a intermediação do nativo, é praticamente impossível para o visitante conhecer a Amazônia.

No entanto, dada a diferença entre estes modos de vida locais, daqueles trazidos pelos visitantes, muitas vezes a realidade local sofre modificações para atender aos de fora. Aspectos estruturais são alterados e atividades tradicionais são adaptadas para serem incluídas em roteiros turísticos. O jirau na beira, que é extensão da casa e local onde os moradores tomam banho na beira e desempenham outras atividades domésticas, é substituído por um banheiro, com chuveiro, água quente. Enquanto o morador vai ao igapó para colocar uma malhadeira para pegar o peixe, o guia de turismo rema com seus clientes no mesmo igapó para avistar a fauna arborícola. Uma picada na mata se transforma em trilha de turismo e atividades de caça e retirada de castanha ou cipós, se transformam em passeio para ver bichos. A espingarda, fiel companheira na mata, é deixada para trás, para não causar aos visitantes o choque de ver um animal sendo caçado. Enquanto o boto é visto como ser encantado, causando até medo a alguns moradores, para o turista ele é um animal de grande interesse de avistamento e ele quer chegar cada vez mais perto (até alimentá-lo em muitos casos). Pouco a pouco a relação que os moradores têm com o lugar pode ser modificada devido às novas atividades que são executadas no ambiente. Mas ao serem feitas estas e outras adaptações, a vivência da realidade amazônica também não se altera?

Isto remete a outra questão importante para discussão: a caça. Os moradores dependem da caça para obtenção de alimento, principalmente nas áreas de terra firme. Quando a pesca é escassa recorrem aos animais da floresta, mas quando está muito farta também procuram caçar, pois ‘enjoam’ do peixe e querem carne. Diversos mamíferos, aves e répteis compõem a dieta ribeirinha. No entanto os moradores das cidades não tem esse hábito, então como seria considerado o consumo por eles?

Ao se pensar uma estrutura de pousada, a exemplo da Pousada Uacari em Mamirauá, parece óbvia a conclusão de que o consumo de carne de caça nestes locais não deve ser permitido. Mas e quando se trata de um turismo mais próximo das comunidades, com uso de hospedagem domiciliar e o acompanhamento do dia a dia dos moradores? A caça faz parte do cotidiano e muitas vezes esta carne pode ser o único alimento disponível nas comunidades. Pode ser então permitido o consumo pelos turistas? E quem decide são apenas os órgãos ambientais que impõem as leis que ditam sobre as práticas de conservação, ou os moradores também podem participar da decisão? Caso seja permitido esse consumo, isso irá aumentar a pressão sobre a fauna cinegética e comprometer os objetivos de conservação?

Os índios Katukina do rio Biá chegaram a uma resolução sobre a caça que pode servir para esta reflexão. Ao elaborarem o Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena do rio Biá, apontaram as seguintes regras sobre a caça: “Katukina não pode deixar *dyara* (branco) caçar na terra. *Dyara* só pode comer carne de caça junto com Katukina na aldeia. Não podemos vender carne de caça para *dyara*” (Povo Indígena Katukina do Rio Biá, s.d., p. 17). Soluções deste tipo podem ser aplicadas em ResEx e RDSs? Se o turista que quer ficar na comunidade

de, e está pagando por isso, consome carne de caça, fica caracterizada a comercialização deste produto? O mesmo se aplica a peixes no período do defeso, como o pirarucu e o tambaqui, que não podem ser comercializados vários meses durante o ano, mas continuam sendo consumidos localmente. O turista pode consumir estes peixes?

Utilizando o aspecto da caça para refletir sobre a forma que moradores e forasteiros vêm o ambiente, enquanto um vê uma anta ou um bando de queixadas como segurança alimentar e fonte de proteína para vários dias e várias pessoas, o outro vê como um atrativo turístico. Mas eles se excluem? Ao levar um grupo de visitantes para caminhar no mato, o morador local pode levar sua espingarda caso encontre algum bicho (e até por segurança)? Os visitantes ficam chocados quando são expostos à realidade local, ou a admiram ainda mais? O seguinte relato é de um turista que visitou a Reserva Amanã em uma viagem experimental: *“as atividades da caça e pesca para sustento próprio foi o que mais me chamou a atenção”* (DANIEL, 2011).

No rio Unini, a pesca esportiva transformou a relação dos moradores com o tucunaré. Antes um peixe utilizado apenas para consumo, se transformou em fonte de renda através do turismo. Francisco, da comunidade Vila Nunes, relatou que chegou a receber 200 dólares de um turista por tê-lo levado a um local onde pescou um espécime com mais de 10 quilos. Até mesmo os apetrechos de pesca utilizados pelos moradores passam a incorporar elementos externos. Hoje em dia os moradores não pescam tucunarés grandes para preservá-los para os turistas.

No lago Amanã, um passaral de socó azul (*Agamia agami*) desperta interesse turístico e é tido como um local de alta atratividade, mas os moradores de uma comunidade fazem uso dos ovos durante os dois ou três meses em que as aves ficam agrupadas para terem os filhotes. Por estar a algumas horas de distância de canoa, essa coleta não é tão frequente, mas não há dados que permitam afirmar se o passaral irá manter-se ali. Estes exemplos demonstram como um recurso pode ter duas formas de aproveitamento distintas (direto e indireto), que podem ou não ser compatíveis.

Como último aspecto para reflexão, é interessante apontar outro caso do rio Unini. Afluente do rio Negro, o Unini tem sua bacia completamente protegida por três UCs. Na margem direita a RDS Amanã e o ParNa Jaú e na margem esquerda a ResEx do Unini, representando uma área contígua com mais de 5 milhões de hectares. São então duas UCs de uso sustentável criadas nos anos de 1998 e 2006 e uma UC de proteção integral criada em 1980. Ao longo do rio Unini dez comunidades se distribuem da seguinte forma: três na ResEx, seis no Parque Jaú e uma na RDS Amanã.

O Parque do Jaú, com mais de 2 milhões de hectares, não permite a permanência dos moradores, que há mais de 30 anos aguardam posicionamento do governo federal sobre a desapropriação. No rio Unini são aproximadamente 450 moradores na área do parque vivendo em situação 'ilegal'. Colchester (2000, p. 232) coloca ser uma verdade embaraçosa, somente agora admitida pelos conservacionistas, “que o estabelecimento da maioria dos parques nacionais e áreas protegidas teve consequências negativas sobre os habitantes locais”. A questão segue indefinida e a mudança dos moradores de uma margem a outra, da área do parque para a área da ResEx não é tão simples quando pode parecer, visto que o Unini tem pouca terra firme próximo à calha do rio, sendo formado de imensa área alagável de igapó.

A Fundação Vitória Amazônica (FVA) trabalha um projeto de TBC no Unini e a situação dos moradores da área do Parque se torna mais uma vez um impasse: eles poderão participar do projeto e desenvolver turismo em suas áreas? A permanência destes moradores é incompatível com a conservação do Parque do Jaú? A lei do SNUC pode prever áreas de uso sustentável ocupadas por populações tradicionais antes da criação de uma UC de proteção integral? Grandes projetos turísticos que são desenvolvidos em parques nacionais (a exemplo

do Parques da Copa, que acontece também no ParNa Jaú) são mais compatíveis com a conservação do que moradores que historicamente utilizam-se da área e podem desenvolver o TBC?

Existem, portanto, diversos formatos possíveis para as comunidades se organizarem para trabalhar com o turismo, em que variam os níveis de intervenção necessária para que os visitantes usufruam as experiências. Cada um implica em um investimento para iniciar a atividade, os custos operacionais, os esforços para gestão, bem como a demanda. Cabe aos moradores decidir qual caminho seguir, se apoiando em parceiros, visto que esta prática também demandará seu tempo e esforço.

Conclusões

Estas reflexões sobre turismo de base comunitária em unidades de conservação com populações tradicionais tiveram como intenção trazer questionamentos e não apontar definições, conclusões ou soluções.

Algo que parece claro em todos os casos estudados é que o envolvimento da população local com o turismo é lento, pois a nova atividade não faz parte da realidade local. As propostas de TBC costumam ser levadas por agentes externos e aos poucos os moradores incorporam o processo de tomada de decisão e empoderamento, no entanto o tempo de moradores e agentes externos (e seus projetos) costuma ser bem diferente. Muitas vezes são alguns poucos moradores que se interessam em liderar as atividades turísticas e com o tempo, outros vão aderindo.

Como principais questionamentos sobre a inserção desta nova atividade se destacam: a participação de jovens pode ser permitida a partir de qual idade, seguindo a lógica da organização familiar do trabalho? É mais importante fazer modificações e adaptações no ambiente e nos modos de vida, ou propiciar aos visitantes uma experiência genuinamente Amazônica, mesmo que esta seja muito distinta do que os visitantes estão habituados?

É possível permitir o consumo de carne de caça e de peixes no período do defeso pelos turistas, quando estes estão na casa dos moradores, ou deve-se organizar logística de abastecimento e armazenamento de frango e carne bovina para serem consumidos pelos visitantes? Muitas comunidades não têm acesso ininterrupto à energia elétrica, portanto, para armazenamento de produtos perecíveis, ou precisarão organizar uma frequência de abastecimento mais sistemática dos produtos, ou precisarão de muito gelo ou de muito combustível para funcionar os motores de luz para manter os freezers ligados. E qual destas opções é mais sustentável? Podem ainda conseguir, através de projetos, a instalação de tecnologias como a energia solar, como é o caso da Pousada Uacari.

Qual estilo de vida é mais favorável à conservação: o de um morador de uma área rural na Amazônia ou o de um morador de um grande centro urbano? Quando estes dois mundos se encontram, qual a influência cada um exerce sobre o outro e quais os reflexos destas influências para a conservação? Os relatos dos visitantes de Amanã mostram que a experiência representou algo valioso para eles: entender que não se precisa de tanto para ser realmente feliz. Este talvez seja o mais importante ensinamento para a atual sociedade de consumo, podendo ter implicações positivas para os processos de conservação.

O turismo pode ajudar a criar uma consciência conservacionista, quando os recursos passam a ter um valor de uso indireto, mas atrelar uma nova consciência conservacionista pelo ato de não utilização dos recursos para que estes passem a servir ao turismo, muda a relação que os moradores têm com aquele lugar.

E sobre o uso de embarcações: enquanto os moradores se utilizam de canoas e bar-

cos regionais, que são lentos, mas permitem apreciar a paisagem, além de consumir menos combustível, os turistas são geralmente transportados em voadeiras e lanchas rápidas, que tem alto consumo de gasolina. Qual delas é mais apropriada para que visitantes conheçam de fato a Amazônia? Qual é mais propícia para o TBC?

Uma visitante de Amanã relatou sobre sua experiência: “achei interessante comparar a experiência da viagem no *expresso* com a volta de *rabeta*. Na ida, de barco fechado, rápido, barulhento e de grande porte, me senti mais isolada do ambiente e das pessoas que vivem na reserva. A volta de *rabeta* proporcionou maior proximidade com a flora e fauna e outros aspectos do meio ambiente, e também possibilitou maior interação com moradores e outras pessoas que encontramos no trajeto [...] eu sinceramente gostei mais do deslocamento de *rabeta*, apesar de ter demorado bem mais e de ter sido um tanto cansativo” (Anna, 2012).

Para finalizar, algumas reflexões de Hassan Zaoual expressam bem sobre a complexidade do contexto do TBC, considerando as realidades das UCs da Amazônia. “Fundamentalmente, é na diversidade que a nova demanda turística esgota suas motivações profundas. Em um mundo atormentado pela perda de referências, a necessidade de pertencimento, bem como de um intercâmbio intercultural, exprimem o desejo de uma procura de sentidos da parte dos atores” (Zaoual, 2009, p. 58-59).

O autor ainda coloca que

os atores locais dos sítios que constituem o objeto de um desenvolvimento turístico, procuram participar de sua economia sem, para tanto, abandonar o monopólio do processo sob pena de gerar os efeitos cruéis constatados nas experiências do turismo de massa: marginalização econômica e social dos atores locais, destruição cultural de sua identidade, esgotamento da qualidade ecológica dos sítios envolvidos etc. Há aqui uma convergência que interpela. Se olharmos de perto, trata-se do desejo de um diálogo de sentidos entre os visitantes e os visitados, que procura abrir um caminho através dos escombros que o turismo de massa uniformizador deixa para trás. Aqui, o reconhecimento intercultural faz sua irrupção e se rebela contra as forças do mercado que invadiram o universo das viagens e da aventura. Elas constituem um produto padrão e organizado. Resumindo, a economia padrão do turismo impede o diálogo das culturas e o reduz, no máximo, a um folclore. A indústria do turismo acaba assim, paradoxalmente, com o desejo da descoberta mútua que está, no entanto, na raiz do que motiva, realmente, os comportamentos dos atores presentes. À medida que esta intermediação constitui o objeto de uma comercialização, a autenticidade da relação de intercâmbio desaparece e dá lugar a uma ilusão, uma artificialidade que a demanda evita progressivamente. A viagem torna-se uma jaula e passa a impressão de que a mobilidade espacial é culturalmente imóvel, à medida que tudo é organizado de tal forma que o encontro com o outro aparenta um simulacro.

Para exemplificar o que o autor se refere, o relato de um visitante de Amanã demonstra a riqueza de uma experiência que pode ser considerada autêntica. Este visitante passou uma semana na Reserva, em uma viagem que foi planejada e executada por moradores das comunidades do lago Amanã. “É extremamente gratificante e enriquecedor conhecer uma região mágica como a Amazônia através dos olhos dos moradores: viver da maneira como eles vivem, comer do que eles comem (açaí natural colhido no dia, peixes frescos, frutas exóticas e a famosa farinha de mandioca) dormir em redes, jogar futebol nos campos enlameados, assistir novela na hora do funcionamento do *exaustor* de

energia... É uma experiência fantástica que muda um pouco nossa concepção de vida e que nos ensina que não precisamos de muito para se viver” (Augusto, 30 anos).

Talvez seja este tipo de experiência transformadora, que buscam os turistas que procuram conhecer a base comunitária na Amazônia. O desafio para facilitar estes encontros é grande, mas os resultados fazem o processo valer a pena para todos os envolvidos.

Referências bibliográficas

ALENCAR, E. Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA. **Relatório Final**. IDSMM, 2007.

ALMEIDA, F. *et al.* Estudo do contexto sócio-ambiental de agricultores familiares do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca – MG: a perspectiva do turismo como agente do desenvolvimento de comunidades rurais no entorno de áreas protegidas. **Anais – II SIMBRAS**, 2009.

ARAÚJO, M.A.R. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: Segrac, 2007.

AUBRETON, T. Turismo fluvial: um trunfo a explorar na Amazônia Brasileira. *In*: NELSON, S.P.; PEREIRA, E.M. (orgs). **Ecoturismo**: práticas para turismo sustentável. Manaus: Editora Vale / UniNorte, 2004.

BRASIL. Lei 9.985/2000 SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2000.

BURSZTYN, I.; *et al.* Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras /. – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COELHO, E.A. As mudanças na nossa terra: impactos socioambientais associados a unidades de conservação – o caso de três parques mineiros. **Dissertação de mestrado** – Centro Universitário UNA. Belo Horizonte, 2009

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. *In*: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação**: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Annablume Editora: São Paulo, 2000.

COUTO, R.G. *et al.* **Atlas de conservação da natureza brasileira**: unidades federais. Metalivros: São Paulo, 2004.

DIEGUES, A.C. Etnoconservação da natureza: Enfoques alternativos. *In*: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação**: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Annablume Editora: São Paulo, 2000.

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. *In*: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação**: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Annablume Editora: São Paulo, 2000.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTE-MÓR, R.L. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

NPS (*NATIONAL PARK SERVICE*). **Yellowstone National Park student packet**. Wyoming, 2006.

PERALTA, N. Os ecoturistas estão chegando. **Dissertação de mestrado**. UFPA – Belém, 2005.

POVO INDÍGENA KATUKINA DO RIO BIÁ. **Plano de Gestão Territorial**: Terra Indígena do Rio Biá. Projeto Aldeias, s.d.

SAMPAIO, C.A.C.; CORIOLANO; L.N. Dialogando com experiências vivenciadas em Maraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 3, n. 1, p. 4-24, abril 2009.

SANSOLO, D.G. Aproveitamento da biodiversidade para a sustentabilidade. *In*: IRVING, M.A.; AZEVEDO, J. (orgs.) **Turismo**: desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

SANSOLO, D., BURSTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras /. – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. Editora Record: Rio de Janeiro, 2000.

SERRANO, C.M.T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. *In*: SERRANO, C.M.T.; BRUHNS, T. (orgs.). **Via-gens à Natureza**: turismo, cultura e ambiente. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1997.

VALLEJO, L.R. Unidades de Conservação: Uma Discussão Teórica à Luz dos Conceitos de Território e de Políticas Públicas. **GEOgraphia** (UFF), Rio de Janeiro, Ano 4, nº. 8, 2003.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras /. – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

Agradecimentos

A todos os moradores das Reservas Amanã e Mamirauá, pelos três anos de convivência e aprendizados. Aos moradores dos rios Unini e Tapajós e Ilha do Marajó pela receptividade. Ao Instituto Mamirauá pela oportunidade da pesquisa e apoio, ao CNPq pela bolsa e à Fapeam pelas bolsas Pibic.

Eduardo de Ávila Coelho: Instituto Terra de Preservação Ambiental, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica

Email: turismo.meioambiente@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6699311143257092>

Data de submissão: 28 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 04 de janeiro de 2013

Data do aceite: 04 de janeiro de 2013

Avaliado anonimamente

SEÇÃO
RESENHAS

A cada dia que vivo, mais me convenço de que o desperdício da vida está no amor que não damos, nas forças que não usamos, na prudência egoísta que nada arrisca e que, esquivando-nos do sofrimento, perdemos também a felicidade. A dor é inevitável. O sofrimento é opcional.

Carlos Drummond de Andrade .



Ativismo Quântico

Marina de Lima Minari

GOSWAMI, Amit. **O Ativista quântico: princípios da física quântica para mudar o mundo e a nós mesmos**. Tradução Marcello Borges. São Paulo: Editora Aleph, 2010.



“Eu tive o insight criativo [salto quântico] de que a consciência, e não a matéria, é o terreno no qual a existência e a ciência podem e devem ser realizadas...”. Essas palavras do indiano Amit Goswami são a base do livro “O ativismo quântico – princípios da física quântica para mudar o mundo e a nós mesmos”, publicado no Brasil pela editora Aleph em 2010.

Amit Goswami, Ph.D. em Física Nuclear e membro do Instituto de Ciências Noéticas (IONS), atua como consultor, conferencista e pesquisador. É professor emérito do Departamento de Física da Universidade de Óregon, leciona na Ernest Holmes Institute e na Philosophical Research University, em Los Angeles. O autor indica que a busca de um mundo mais coerente, socialmente justo e ambientalmente equilibrado pressupõe a apreensão de

que a consciência, e não a matéria, é a base de tudo que existe, e que a divisão entre a ciência e espiritualidade é uma das principais e piores fontes de destruição e desequilíbrio socioambiental nos dias atuais. A ideia central do ativismo quântico é crer no ser humano e em sua potencialidade de mudar o mundo e a si mesmo a partir dos princípios transformadores da física quântica; além de colaborar para a construção de uma nova visão de mundo, fundamentada nos valores primordiais, princípios éticos, na intuição e na criatividade.

A obra é dividida em dezenove capítulos distribuídos em três partes. O pesquisador descreve experimentos quânticos, realizados em diferentes laboratórios no mundo, os quais comprovam os porquês da física quântica ser merecedora de investimentos governamentais para se tornar um novo paradigma, tais como: a escolha consciente que produz colapso de possibilidades que geram realidades; a não localidade quântica que gera cura; a transferência de pensamentos entre cérebros diferentes via meditação; além de orientações práticas de como transformar tanto o mundo interior e o exterior por meio da dedicação a uma vida dita correta e ao *karma yoga*. Isso, sem desconsiderar a importância e a utilidade da ciência materialista. A intenção

seria somar esforços e os conhecimentos alcançados com as duas ciências.

Na primeira parte do livro, é analisado o que é ativismo quântico e o que um ativista quântico deve buscar, como a convicção na fé pessoal, científica de modo que transforme a sociedade e a si, vivendo individual e coletivamente as transformações mutantes da física quântica. Em seguida, o autor apresenta os argumentos e as ferramentas para estimular um novo desenvolvimento da vida. E na terceira parte, ele demonstra a necessidade do saber como mudar os cenários de trabalho para que se tornem mais coerentes e transformadores da realidade que se quer criar.

Um movimento presente na obra é a argumentação do autor com seu leitor. O pesquisador expõe seus pensamentos por meio de respostas às diversas indagações que supostamente poderiam surgir ao leitor naquele momento de leitura, como se o leitor duvidasse de suas palavras e intenções discursivas. Dentre estas colocações, destaca-se uma na qual o autor ressalta que nem os cientistas materialistas nem os holistas converter-se-iam ao paradigma da ciência dentro da consciência colocado pela nova física quântica pelo mesmo motivo de não existir aceitação da espiritualidade esotérica entre as pessoas de religiões estabelecidas: por conta do medo da responsabilidade que essa atitude e aceitação gerariam. Para que a ciência materialista aceite a espiritualidade dentro da ciência ela deverá superar a batalha com o cristianismo e aceitar que, até mesmo dentro dessa linha, há um conceito de Deus sofisticado. E a religião, por sua vez, deverá aceitar que a espiritualidade esotérica, baseada na não dualidade entre ser humano e Deus, torna cada indivíduo responsável por suas escolhas, independente deste ter nascido sob esta ou aquela religião. Segundo o autor, não há escolhas sem responsabilidade e a responsabilidade não pode ser assumida enquanto não se estiver pronto para ela.

O pesquisador considera que os cientistas não devem ficar alheios à transformação enquanto fingem ter objetividade científica e prevê que aceitação da nova física quântica pelos cientistas dar-se-á com o efeito das bordas, isto é, que a aceitação popular do novo paradigma motivará a aceitação científica.

Durante toda a obra, são feitas análises comparativas entre as explicações limitadas ou negligenciadas da ciência materialista e as descobertas da física quântica sobre eventos paradoxais que os humanos enfrentam, sendo o exemplo mais forte a explicação científica quântica da existência de Deus. De acordo com o Goswami, Deus é o estado incomum de consciência onde existe completa liberdade de escolha, livres de qualquer condicionamento pessoal.

Outra ideia central do texto trata da capacidade de criação e transformação da realidade em que se vive. Para isto acontecer, a humanidade teria que desenvolver uma capacidade individual e coletiva de acessar a consciência universal, chamada de supramental pelo autor, a qual não é egóica e nem individual, e trabalhá-la em função do bem comum.

Goswami argumenta que unir ciência e espiritualidade, exterior e interior, é entrar no mundo das “soluções verdadeiras” para os grandes desastres sociais e ambientais que se vivem atualmente, como a fome, a miséria e as mudanças climáticas.

A sua visão é ter a ciência dentro da consciência, integrando materialidade e espiritualidade, imanência e transcendência, exterior e interior; a economia espiritual,

que lida tanto com as necessidades externas e materiais quanto com as necessidades internas e sutis; empresas profundamente ecológicas, ecologicamente sustentáveis, que se dedicam tanto ao modo exterior quanto ao interior de produção e de consumo; uma democracia a serviço do significado; uma educação liberal que nos prepara não só para empregos como para exploração do significado da vida; uma saúde integradora que usa tanto a medicina alopática materialista quanto a medicina alternativa sutil; e religiões abertas que ensinam a universalidade dos valores e a vivem seguindo eles num espírito pós-secular.

Sintetiza-se, com a obra, que na física quântica tudo são possibilidades, e com o ativismo quântico essas possibilidades que se tornam realidade dependendo do acesso intencional da consciência sutil superior. O ativismo quântico se propõe como um novo modo de ativismo ambiental, que busca transformar a realidade de modo prático e intencional a partir de uma ética e postura coerentes com os valores fundamentais que respeitam e cuidam da vida em todas as suas formas.

Marina de Lima Minari: Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, Brasil.

Email: marina.minari@circulah.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0641123718198263>

Data de submissão: 17 de dezembro de 2012

Data de recebimento de correções: 04 de janeiro de 2013

Data do aceite: 04 de janeiro de 2013

Avaliado anonimamente